

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

ANTONIA CRISTINA VALENTIM DA LUZ

COM A PALAVRA, O POVO HALITI: UMA ANÁLISE DO
LÉXICO EM PORTUGUÊS NA NARRATIVA DO
DOCUMENTÁRIO “HALITI PARESI - ORIGEM, HISTÓRIA E
ASCENSÃO”

CUIABÁ-MT

2024

ANTONIA CRISTINA VALENTIM DA LUZ

**COM A PALAVRA, O POVO HALITI: UMA ANÁLISE DO
LÉXICO EM PORTUGUÊS NA NARRATIVA DO
DOCUMENTÁRIO “HALITI PARESI - ORIGEM, HISTÓRIA E
ASCENSÃO”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Linguísticos.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai
Seixas Lima

**Cuiabá-MT
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

L979a Luz, Antonia Cristina Valentim da.
Com a palavra, o povo Haliti [recurso eletrônico] : Uma análise do léxico em português na narrativa do documentário "Haliti Paresi - origem, história e ascensão" / Antonia Cristina Valentim da Luz. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 225 f., il. color., pdf). – 2024.

Orientadora: Carolina Akie Ochiai Seixas Lima.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2024.
Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.
Inclui bibliografia.

1. Lexicologia. 2. Linguística aplicada multidisciplinar. 3. Narrativa contemporânea. 4. Povo haliti. I. Lima, Carolina Akie Ochiai Seixas, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

PPGE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: COM A PALAVRA, O POVO HALITI: UMA ANÁLISE DO LÉXICO EM PORTUGUÊS NA NARRATIVA DO DOCUMENTÁRIO "HALITI PARESI - ORIGEM, HISTÓRIA E ASCENSÃO"

AUTORA: DOUTORANDA ANTONIA CRISTINA VALENTIM DA LUZ

TESE DEFENDIDA E APROVADA EM 12 DE ABRIL DE 2024.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Dra. CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA (PRESIDENTE BANCA /ORIENTADORA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. Dra. CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA (ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. Dr. ROGÉRIO VICENTE FERREIRA (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. Dra. JOSENILCE RODRIGUES DE OLIVEIRA BARRETO (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

5. Dra. JILVANIA LIMA DOS SANTOS BAZZO (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

6. Dra. DEISE LEITE BITTENCOURT FRIEDRICH (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: INSTITUTO FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL

7. Dr. ALOIR PACINI (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

8. Dra. CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA (EXAMINADOR SUPLENTE INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

9. Dra. VANESSA REGINA DUARTE XAVIER (EXAMINADORA SUPLENTE EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

CUIABÁ, 12 ABRIL DE 2024.



Documento assinado eletronicamente por **DEISE LEITE BITTENCOURT FRIEDRICH**, Usuário Externo, em 20/08/2024, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto**, Usuário Externo, em 20/08/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALOIR PACINI**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 21/08/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 21/08/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jilvania Lima dos Santos Bazzo**, Usuário Externo, em 21/08/2024, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO VICENTE FERREIRA**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 21/08/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 7096333 e o código CRC FE0F9BA0.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe Angelina Valentim da Luz (in memoriam).

Mãezinha, você sempre foi meu porto seguro e meu maior exemplo de resiliência. Cresci ouvindo suas tristes histórias de vida. Contudo, eu a via todos os dias se levantar com esperança e lutar pelos seus sonhos.

Em todas as minhas crises de tristeza, você me consolava com palavras de esperança. E sempre me fazia acreditar num amanhã melhor. Assim, pelo seu exemplo e por suas palavras, me tornei uma pessoa resiliente. Aprendi a transformar as dificuldades e problemas em combustível para minha luta. Aprendi a ressignificar tudo o que poderia me barrar.

Contudo, você se foi no meu período de maior luta e pensei que não iria resistir. E, por alguns dias, parecia que minhas forças e esperança tinham ido embora com você. Eu não conseguia enxergar a vida da mesma forma, o amanhã parecia algo temeroso e intimidador.

Foi então que comecei a me lembrar do seu exemplo, de tudo o que fez por mim e da promessa que te fiz pouco antes de sua partida. Dessa forma com muito esforço, retornei à minha luta.

Nesse momento, comecei a enxergar na história do povo Haliti a mesma resiliência e esperança que via nas suas histórias e na sua vida. Então, deixei um ponto de vista pessimista, passando a ver como ressignificavam as ameaças, os problemas e as influências advindas do contato com os não indígenas, transformando tudo isso em combustível e ferramenta para a existência, a resistência, a persistência e a luta por seus direitos e sonhos.

Foi assim que recobrei as forças para concluir esta pesquisa. Fortalecida pelas memórias e renovada pela esperança que passei a enxergar.

Assim, dedico a quem me ensinou na prática como é conjugar o verbo esperar que, neste trabalho, se encontra representado e referenciado por autores com os quais estudei somente a teoria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o coautor desta tese. Com certeza, Ele esteve ao meu lado em toda a construção desta pesquisa, inspirando o caminho certo a seguir e enviando pessoas para me apoiarem em todo o trajeto.

À Universidade Federal de Mato Grosso, por tornar viável meu acesso ao Doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem que tem exercido seu papel formador com excelência.

À minha admirável orientadora, Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, por me acolher com tanto amor e carinho. Sempre atenciosa e solícita, sua disposição em orientar, mesmo em meio a tantas atividades em que sempre está inserida é um exemplo a ser seguido por qualquer orientador e/ou orientando.

Aos membros da banca, Dra. Deise Leite Bittencourt Friedrich (IFRS), Dra. Jilvania Lima dos Santos Bazzo (UFSC), Dr. Aloir Pacini (PPGAS/UFMT), Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (PPGEL/UFMT), Dr. Rogério Vicente Ferreira (PPGEL/UFMT), pelas preciosas contribuições e pelas recomendações.

Aos professores do PPGEL que tanto me incentivam e foram responsáveis por meu crescimento intelectual e pessoal.

Aos professores do Instituto de Linguagens por me apoiarem e me incentivarem. Inspiro-me em cada um de vocês. Admiro cada um de vocês tão dedicados ao ensino público que contribui para a transformação de pessoas.

Aos funcionários técnicos da Secretaria Geral do Instituto de Linguagens que não medem esforços para me apoiar e ajudar em tudo que preciso. Amo vocês (Aline, Camila, Matheus, Paula, Pedro e Rodrigo).

À minha mãe Angelina Valentim da Luz (in memoriam), minha base, a quem devo tudo o que sou. Sua força e apoio foram meu sustento em todo o tempo.

À minha filha Esther Valentim de Sá, que sempre me apoia e me incentiva. Obrigada por ser minha companheira, me ajudando nos momentos difíceis e nas tarefas do dia a dia.

À querida Profa. Dra. Deise Leite Bittencourt Friedrich pela parceria nas publicações, pelos conselhos e por todo o carinho. Minha eterna gratidão!

A todos os meus amigos que sempre me apoiam e incentivam.

Muito obrigada!

RESUMO

Dentre os povos indígenas de Mato Grosso, esta tese focaliza o povo Haliti, mais conhecido como Paresi, que vive numa região próxima de Cuiabá. Sua língua materna é o Haliti que pertence à família linguística Aruák e a maior parte da população é bilíngue. Assim, este trabalho se insere na perspectiva da Linguística Aplicada Multidisciplinar, assumindo um hibridismo teórico-metodológico ao estudar o léxico em português registrado na narrativa contemporânea presente no documentário *Haliti Paresi: Origem, História e Ascensão*. Desse modo, o objetivo geral é analisar o léxico da narrativa em Língua Portuguesa registrado na narrativa do documentário sob a perspectiva da onomasiologia. A investigação se iniciou pelo estudo da estrutura canônica da narrativa de Labov e Waletzky (1967), Labov (1972), seguiu com a análise de narrativa de Bastos e Biar (2015) assentadas em Sacks (1984), Garcez (2001), Mishler (1986, 2002). E, finalizou, com as bases teórico-metodológicas da Onomasiologia representadas pelo Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963) e pela teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977). Conclui-se, ao final, que as lexias em uso pelo povo Haliti refletem as influências não indígenas, contudo não representam uma ameaça à sua língua e cultura, pelo contrário, as influências foram ressignificadas e se tornaram ferramentas na luta por seus direitos e na realização de seus projetos.

Palavras-chave: lexicologia; linguística aplicada multidisciplinar; narrativa contemporânea; povo Haliti.

ABSTRACT

With the word, the Haliti people: an analysis of the lexicon in portuguese in the narrative of the documentary Haliti Paresi - origin, history and ascension

Among the indigenous peoples of Mato Grosso, this thesis focuses on the Haliti people, also known as the Paresi, who live in a region near Cuiabá. Their native language is Haliti, which belongs to the Arawak language family, and most of the population is bilingual. Thus, this work falls within the perspective of Multidisciplinary Applied Linguistics, adopting a theoretical-methodological hybridity to study the Portuguese lexicon recorded in the contemporary narrative present in the documentary "Haliti Paresi: Origin, History, and Ascension." Accordingly, the general objective is to analyze the lexicon of the Portuguese language narrative recorded in the documentary's narrative from the perspective of onomasiology. The investigation began with the study of the canonical structure of narrative by Labov and Waletzky (1967), Labov (1972), followed by the narrative analysis by Bastos and Biar (2015) based on Sacks (1984), Garcez (2001), and Mishler (1986, 2002). It concluded with the theoretical-methodological foundations of Onomasiology represented by the Rational System of Concepts by Hallig and Wartburg (1963) and Coseriu's (1977) theory of lexical fields. In conclusion, the lexemes used by the Haliti people reflect non-indigenous influences; however, they do not pose a threat to their language and culture. On the contrary, these influences have been re-signified and have become tools in their struggle for rights and in the realization of their projects.

Keywords: lexicology; multidisciplinary applied linguistics; contemporary narrative; Haliti people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território Haliti no início do século XX.....	25
Figura 2 – Mapa das Terras Indígenas Paresi em 2017	27
Figura 3 – Foto da aldeia Wazare em que continua a cultura da arte plumária	46
Figura 4 - Mapa da distribuição geográfica das línguas da família linguística Aruák na América do Sul	50
Figura 5 – Triângulo da referência de Ogden e Richards (1923)	79
Figura 6 – Triângulo de Ullmann (1964).....	80
Figura 7 – Vários nomes ligados por um significado (esquerda) e um único nome relacionado a diversos sentidos (direita)	81
Figura 8 – Trapézio de Heger ([1965] 1974)	81
Figura 9 - Sistema Racional de Conceitos (SRC) de Hallig e Wartburg (1963).....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações atuais das Terras Indígenas do povo Haliti.....	27
Quadro 2 – Aldeias localizadas em cada terra indígena	28
Quadro 3 – Classificação da família Aruák proposta por Aikhenvald (1999).....	50
Quadro 4 - Convenções de transcrição, segundo a Análise da Conversação	74
Quadro 5 – Apresentação e identificação dos entrevistados no documentário	87
Quadro 6 – Transcrição do documentário (Parte 1): Origem Haliti Paresi - [2:06-7:02]	90
Quadro 7 – Transcrição do documentário (Parte 2): História Haliti Paresi - [7:02- 13:01]	90
Quadro 8 – Transcrição do documentário (Parte 3): Ascensão Haliti Paresi – [13:01- 52:39]	92
Quadro 9 – Identificação da Estrutura Narrativa do documentário	99
Quadro 10 – Macrocampos e microcampos lexicais (Paula, 2007).....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Coopermatsene – Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da Cultura Mecanizada da Etnia Pareci

Coopihanama – Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki

Coopiparesi – Cooperativa Agropecuária do Povo Indígena Haliti Paresi

E – Entrevistado

Ecoamazônia – Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

ha – Hectares

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

Indea – Instituto de Defesa Agropecuária em Mato Grosso

ISA – Instituto Socioambiental

ISAMU – Inland South American Missionary Union

LA – Língua Adicional

LA – Linguística Aplicada

LAC – Linguística Aplicada Contemporânea

LAM – Linguística Aplicada Multidisciplinar

MIA – Missão Anchieta

MPF – Ministério Público Federal

MT – Mato Grosso

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OPAN – Operação Amazônia Nativa

OPAN – Operação Anchieta

OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PLA – Português como Língua Adicional

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

SAM – South American Indian Mission

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIL – Summer Institute of Linguistics

SOV – Sujeito, Objeto e Verbo

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SRC – Sistema Racional de Conceitos

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI - Terra Indígena

TNC – The Nature Conservancy

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
CAPÍTULO 1.....	22
ASPECTOS ETNOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E LINGÜÍSTICOS DO POVO HALITI	22
1.1 HISTÓRIA DO POVO HALITI.....	22
1.1.1 Cartografia, população e situação fundiária.....	23
1.1.2 História do contato.....	31
1.1.3 Rondon e a linha telegráfica.....	32
1.1.4 A Missão Jesuítica de Utiariti e as Novas Frentes de Expansão	33
1.2 DESCRIÇÕES DA CULTURA TRADICIONAL E DA SOCIEDADE HALITI A PARTIR DO TERRITÓRIO ORIGINAL.....	37
1.2.1 Morfologia social.....	37
1.2.2 A aldeia.....	38
1.2.3 Parentesco e casamento	39
1.2.4 Organização política e social	41
1.2.5 Categorias gerais	42
1.2.6 Atividades econômicas tradicionais.....	42
1.2.7 As festas de chicha.....	44
1.2.8 Jogos tradicionais.....	45
1.2.9 Arte e cultura material.....	46
1.3 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS: OS HALITI E O ETNODESENVOLVIMENTO	47
1.3.1 Atividades econômicas contemporâneas	47
1.4 ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E SOCIOLINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA HALITI	49
1.4.1 Afiliação Genética - Família Aruák.....	49
1.4.2 A língua Haliti - Traços tipológicos.....	51
CAPÍTULO 2.....	55
ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR: OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	55
2.1 LINGÜÍSTICA APLICADA MULTIDISCIPLINAR	56

2.1.1 Contribuições da Linguística Aplicada para o estudo das línguas em uso pelos indígenas brasileiros	58
2.1.2 Problematicando a visão a respeito do português indígena	61
2.1.3 Problematicando os efeitos da globalização para os povos indígenas: da teoria do desalento para a prática do esperar	63
2.2 NARRATIVAS: CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E TEORIAS ADOTADAS NESTE ESTUDO	68
2.3 A ANÁLISE DE NARRATIVA CONTEMPORÂNEA NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA APLICADA MULTIDISCIPLINAR	70
2.3.1 Procedimentos metodológicos da Análise de narrativa na perspectiva da LAM	73
2.4 LEXICOLOGIA, ONOMASIOLOGIA E SEMASIOLOGIA	75
2.4.1 Lexicologia	76
2.4.2 Onomasiologia e Semasiologia	78
2.4.3 Metodologias de estudo do léxico na perspectiva onomasiológica: Hallig; Wartburg (1963) e Coseriu (1977)	82
CAPÍTULO 3	86
NARRATIVA HALITI NA MULTITERRITORIALIDADE CONTEMPORÂNEA	86
3.1 APRESENTANDO O DOCUMENTÁRIO E OS ENTREVISTADOS	86
3.2 TRANSCRIÇÃO DAS FALAS DO DOCUMENTÁRIO	89
3.3 IDENTIFICANDO A ESTRUTURA NARRATIVA	99
3.4 ANÁLISE DA INTERAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO A PRODUÇÃO	106
CAPÍTULO 4	111
A (DES/RE)TERRITORIALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DO POVO HALITI: ANÁLISE DO LÉXICO EM PORTUGUÊS	111
4.1 O SISTEMA RACIONAL DE CONCEITOS DE HALLIG E WARTBURG (1963)	111
4.2 REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DO LÉXICO A PARTIR DO SRC	114
4.2.1 Critérios para a organização das lexias, locuções e expressões	115
4.3 A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS DE COSERIU (1977)	189
4.4 DESCRIÇÃO DAS LEXIAS A PARTIR DA SISTEMATIZAÇÃO PROPOSTA POR PAULA (2007)	191
4.4.1 As lexias do Macrocampo II – O HOMEM	192
4.4.1.1 Microcampo 1: o homem como ser físico	192
4.4.1.2 Microcampo 2: alma e intelecto	197

4.4.1.3 Microcampo 3: o homem como ser social	202
4.4.1.4 Microcampo 4: o homem na organização social	203
4.4.2 As lexias do Macrocampo III – O HOMEM E O UNIVERSO	208
4.4.2.1 Microcampo 1: o estado das coisas	208
4.4.2.2 Microcampo 2: ciência e técnica	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS.....	217

PPGEL/UFMT

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A motivação para esta pesquisa surgiu a partir de inquietações ao estudar as teorias a respeito de letramento e oralidade ainda no mestrado, neste período comecei a refletir sobre os preconceitos que atingiam os povos indígenas. Essas reflexões e estudos encontraram alento na Linguística Aplicada Multidisciplinar que me apontou o caminho que desnuda injustiças, preconceitos e exclusões sofridas por minorias como os indígenas. Esta experiência me levou a olhar para os povos indígenas sem a perspectiva eurocêntrica presente nos materiais didáticos da minha formação básica, assim passei a enxergar as riquezas presentes na diversidade de povos indígenas.

Dentre os povos indígenas de Mato Grosso, onde resido, passei a me interessar pelo povo Haliti (Paresi) e suas narrativas. O interesse surgiu durante minha participação no grupo de pesquisa GEDDELI (Grupo de Estudos, Descrição e Documentação de Línguas Indígenas) – Coordenado pela Profa. Dra. Áurea Cavalcante Santana, no qual tive contato com a história do povo Haliti e com suas narrativas mitológicas. Haliti é a autodenominação do povo que vive numa região próxima de Cuiabá e são mais conhecidos como Paresi, habitantes tradicionais da Chapada dos Paresis. Sua língua materna recebe a mesma denominação do povo e pertence à família linguística Aruák. É um povo que já lutou no passado e tem lutado na contemporaneidade por seus direitos, num processo de resistência e permanência. Dessa forma, me propus a estudá-los na perspectiva da Linguística Aplicada Multidisciplinar, assumindo um hibridismo teórico-metodológico ao estudar o léxico em português registrado na narrativa contemporânea do documentário Haliti Paresi: Origem, História e Ascensão. Como o previsto nesta área de estudos, usarei a linguagem em primeira pessoa do singular, não negligenciando minha postura ideológica no texto.

O povo Haliti tem uma história de contato com os não indígenas que soma mais de trezentos anos e, diferente de outras etnias, trocou o confronto direto pelo diálogo, pela negociação com a sociedade envolvente e, ao longo do tempo, pela apropriação intercultural de técnicas e tecnologias. Isso é perceptível nas palavras do professor Lino Zokenazokae: “Antigamente nós usávamos o arco e flecha. Atualmente a gente trocou o arco e a flecha e defendemos nossos direitos na ponta da caneta” (PGTA

Haliti-Paresi, 2019, p. 140). E nas palavras de Rony Azoinayce e Ângelo Kezomae: “Sempre fomos defensores de nosso território através da borduna, arco e flecha e diálogo. Hoje somos e sempre seremos guerreiros também através da caneta, dos meios digitais e do diálogo” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 203).

Como se percebe na última afirmação, além de adotarem o português como língua adicional - PLA (Lôpo Ramos, 2021), atualmente a maior parte da população é bilíngue (Brandão, 2014), também se apropriaram dos recursos tecnológicos digitais para o diálogo e a defesa de seus direitos e de seu território. Devido a essa perspectiva, é possível encontrar documentários, vídeos e outros recursos digitais produzidos pelos Haliti, em parceria com diversas instituições não indígenas.

Para este trabalho, me apropriei da designação de Lôpo Ramos (2021), PLA, por concordar com a autora que o termo LA (Língua Adicional) é um “hiperônimo, conceito ‘guarda-chuva’, portanto, apropriado para todas as situações, inclusive as específicas” (Lôpo Ramos, 2021, p. 233). Neste contexto, optei por um estudo que abordasse a narrativa contemporânea em português, pois, já existem estudos publicados a respeito da língua Haliti. Assim, o estudo filia-se à Lexicologia e tem o propósito de analisar o léxico em português registrado na narrativa contemporânea, sob a perspectiva da onomasiologia. Portanto, o presente estudo vincula-se à “Área de concentração Estudos Linguísticos” e na “Linha de pesquisa: História, descrição, análise e documentação de línguas faladas no Brasil”.

O corpus é composto pela narrativa contemporânea presente no documentário Haliti Paresi: origem, história e ascensão, de domínio público, disponível na multiplataforma do YouTube, produzido por meio de parceria entre a Associação Waymaré, Associação Halitinã e o G4 drone. O documentário foi gravado no Chapadão dos Parecis localizado entre os municípios de Sapezal, Campo Novo do Parecis e Tangará da Serra em Mato Grosso.

Conforme a descrição do vídeo, a produção apresenta a origem, a história e a ascensão financeira, intelectual e cultural do povo Haliti, por meio da narração de diversas lideranças do grupo étnico, as quais apresento no capítulo três dedicado à análise da narrativa. A produção se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QqBmaEuFdOE&t=1875s> e tem duração de 55 minutos e 06 segundos. O roteiro foi idealizado por Sonia Zoazokamaero Souza, a logística foi de responsabilidade de Edson Kazumazakae e Ronaldo Zokezomaiake,

todos pertencentes ao povo Haliti. As demais funções foram assumidas por João Carlos Grisoste Santana Barbosa do G4 drone.

Devido a essas características, considerei o documentário como uma forma de ouvir a voz do povo Haliti na atualidade, embora eu estivesse impossibilitada de acesso às aldeias por causa da pandemia de Covid-19 que ocorreu no período entre 11 de março de 2020 e 5 de maio de 2023.

Diante do histórico de contato do povo Haliti com a sociedade envolvente, questionei neste estudo como esse contato intenso com os não indígenas pode ter influenciado a cosmopercepção, a cosmologia, a epistemologia e a identidade do povo Haliti até o momento? Dito de outro modo, como essa possível interferência se reflete no léxico do PLA registrado na narrativa em análise e como o povo Haliti ressignificou essa interferência?

A partir desta questão, esta tese tem por objetivo geral analisar o léxico da narrativa em Língua Portuguesa registrado na narrativa do documentário. Para tanto, estabeleci como objetivos específicos: a) compreender, a partir dos resultados da análise lexical, como esse contato intenso com a sociedade não indígena influenciou a cosmopercepção, a cosmologia, a epistemologia e a identidade do povo Haliti na contemporaneidade; b) analisar e refletir como esta comunidade ressignificou tais influências a seu favor na luta por seus direitos e c) compreender suas percepções e perspectivas a respeito do domínio da língua portuguesa.

Minha hipótese inicial é que o povo Haliti sofreu, ao longo dos anos, influências do povo não indígena e isso afetou sua linguagem após passarem por processo de diáspora, devido à expropriação de seu território original, e (re)territorialização em multiterritórios atuais (HAESBERT, 2004). A luta para resistir às injustiças sofridas, continuar existindo e persistir nos multiterritórios atuais levou ao intenso contato com os não indígenas e adoção do PLA. Esta situação levou o grupo a apropriação e ressignificação de aspectos da cultura e da tecnologia da sociedade envolvente, os quais se refletem no léxico registrado.

Para atingir os objetivos almejados e investigar a hipótese, ancorada no hibridismo teórico-metodológico defendido pela Linguística Aplicada Multidisciplinar - LAM, propus um estudo multidisciplinar da narrativa Haliti. Assim, esta tese teve como ponto de partida a análise da estrutura canônica da narrativa de Labov e Waletzky (1967), Labov (1972). Passou pela análise de narrativa de Bastos e Biar (2015) assentadas em Sacks (1984), Garcez (2001), Mishler (1986, 2002). E, finalizando,

adotou as bases teórico-metodológicas da Onomasiologia representadas pelo Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963) e pela teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977).

A narrativa contemporânea presente no documentário representa a cosmopercepção e a epistemologia atual que está relacionada aos multiterritórios ocupados pelos Haliti na contemporaneidade. O termo “multiterritórios” é um conceito geográfico defendido por Rogério Haesbaert (2004), portanto, considero importante frisar a descontinuidade do território atual que se distribui em nove terras indígenas destinadas ao povo Haliti. A situação territorial contemporânea é consequência da expropriação do território original que resultou na diáspora do povo Haliti, cujas reverberações culturais, sociais e linguísticas são discutidas ao longo das análises.

O documentário em análise apresenta uma narrativa na modalidade oral do português, sendo reforçada por imagens e outras linguagens. Dessa forma, para realizar o registro da narrativa, foi necessário transcrever as falas adotando as convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

Na análise da narrativa contemporânea, recorri à proposta de Bastos e Biar (2015): identificação formal da narrativa (Labov e Waletzky, 1968; Labov, 1972); análise da narrativa e interações e, por fim, a análise do léxico em português por meio do Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963) e da teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977).

Tendo em vista os propósitos descritos, o documento se estrutura a partir dessas considerações que introduzem os pressupostos teóricos, objetivos e intenções norteadores da pesquisa. Seguidas do capítulo um, denominado *Aspectos etnográficos, históricos e linguísticos do povo Haliti*, no qual apresento o grupo étnico em seus aspectos etnográficos, históricos e linguísticos, para que o leitor tenha acesso aos aspectos sócio-históricos da comunidade em estudo.

No capítulo dois, intitulado *Abordagem multidisciplinar: os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa*, apresento as bases teóricas e metodológicas que fundamentam esta pesquisa, partindo das concepções, abordagens e teorias a respeito das narrativas que foram adotadas neste trabalho, discorre sobre a pesquisa narrativa ou análise de narrativa contemporânea, seguida das considerações sobre a

perspectiva da Onomasiologia e o estudo do léxico que fundamenta a última etapa de análises, apresentando os passos que permitiram a realização deste trabalho.

O capítulo três *Narrativa Haliti na multiterritorialidade contemporânea* apresenta a transcrição e análise da narrativa contemporânea, enquanto representação da cosmologia, epistemologia e identidade geradas após a diáspora e reterritorialização em multiterritórios (Haesbaert, 2004) na atualidade. O capítulo quatro *A (des/re)territorialização linguística do povo Haliti: análise do léxico em português* apresenta a análise dos itens lexicais adotados da cultura não indígena, refletindo sobre suas reverberações na cultura do povo Haliti e ressignificações destes itens lexicais. Em seguida, apresento as *Considerações finais* deste trabalho, no quinto capítulo e finalizo com as *Referências*.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS ETNOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E LINGUÍSTICOS DO POVO HALITI

Em nosso país, os grupos indígenas são alvo do preconceito de boa parte da população, muitos imaginam que todos os indígenas pertencem ao mesmo grupo, têm a mesma cultura e falam a mesma língua. Essa situação é fruto do discurso hegemônico que imperou desde o processo de colonização e que recentemente tem sido desconstruído nas pesquisas e discussões acadêmicas. Esse discurso hegemônico, que ainda permeia livros didáticos e estudos de visão eurocêntrica, se fundamenta na visão do colonizador que pretendia “aculturar” os povos indígenas, integrando-os na sociedade nacional e promovendo um apagamento dos aspectos culturais, identitários e linguísticos. Graças à resistência e luta dos povos indígenas, existem vários grupos étnicos em todo o território nacional que constituem uma diversidade de identidades, culturas e línguas.

Nesse contexto, a caracterização dos aspectos etnográficos, históricos e linguísticos do povo Haliti é crucial para contribuir com a desconstrução do preconceito e do discurso hegemônico supracitado. Além disso, o estudo dos aspectos sócio-históricos e culturais da comunidade discursiva permite compreender melhor as intenções comunicativas que envolvem o uso da língua, haja vista que no estudo lexical proposto pela Onomasiologia os aspectos sócio-históricos e culturais são extremamente relevantes para a compreensão dos conceitos representados pelas lexias, locuções e expressões. Portanto, neste capítulo, apresento a comunidade Haliti, descrevendo seus aspectos etnográficos, históricos e linguísticos a partir de pesquisa bibliográfica.

1.1 HISTÓRIA DO POVO HALITI

O povo Haliti, mais conhecido como Paresi, vive no Estado de Mato Grosso, numa região próxima de Cuiabá. Segundo Brandão (2014, p. 01), habita “nove terras indígenas: Rio Formoso, Utiariti, Estação Parecis, Estivadinho, Pareci, Juininha, Figueira, Ponte de Pedra e Uirapuru”, com uma população estimada em 3.000

peessoas¹, conforme o levantamento realizado pela mesma autora em 2014. A língua materna recebe a denominação Haliti e pertence à família Aruák.

O etnônimo Haliti significa gente, numa referência explícita ao gênero humano em oposição aos animais (Canova, 2019). Segundo Silva (2013, p. 31): “na literatura multidisciplinar existente, encontram-se diversas grafias diferentes para a designação do povo e da língua: Pareci, Parecis, Parici, Paresí, Paressí, Ariti e Aliti”, e na ortografia empregada no Plano de Gestão Territorial e Ambiental Haliti-Paresi (2019), doravante PGTA Haliti-Paresi (2019), se usa *Haliti-Paresi* (o ser humano verdadeiro). Neste trabalho, adota-se o etnônimo Haliti para referenciar o grupo étnico e nas citações será preservada a forma como o autor se referiu no original.

1.1.1 Cartografia, população e situação fundiária

Segundo Gallois (2004) e Oliveira (1998), definir a ocupação territorial de uma etnia a partir do critério de imemorialidade seria ignorar o impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas que foram expropriadas de grande parte dos territórios originalmente ocupados. Além disso, não é possível recuperar tal ocupação diante de referências assentadas somente na memória coletiva, pois tais registros sofrem mudanças na tradição oral. Dessa forma, o espaço originariamente ocupado pode ser estimado a partir dos registros históricos e outras fontes de informação.

Assim, a primeira referência ao território originalmente ocupado pelos Haliti se encontra nos registros de Antônio Pires de Campos realizados no século XVII:

[...] Naquela mui dilatadas chapadas habitam os Paresí, reino mui dilatado. É esta gente em tanta quantidade que se não podem enumerar as suas povoações ou aldeias. Muitas vezes em um dia de marcha, se lhe passam dez e doze aldeias e em cada uma d'estas tem dez até 30 casas, e n'estas casas se acham algumas de 30 até 40 passos de largo, e são redondas, de feitio de um forno, mui altas e em cada uma destas casas entendemos agasalhará toda uma família. (Madureira, 1993, p. 19-21 apud Souza, 1997, p. 31).

A partir da descrição acima, depreende-se que o território originalmente habitado pelos Haliti consistia num grande espaço territorial que, segundo Canova (2019, p. 33), “as extensas terras, originalmente habitadas pelos Paresi, foram

¹ Os dados populacionais atuais ainda não foram divulgados pelo IBGE que realizou o último censo em 2022.

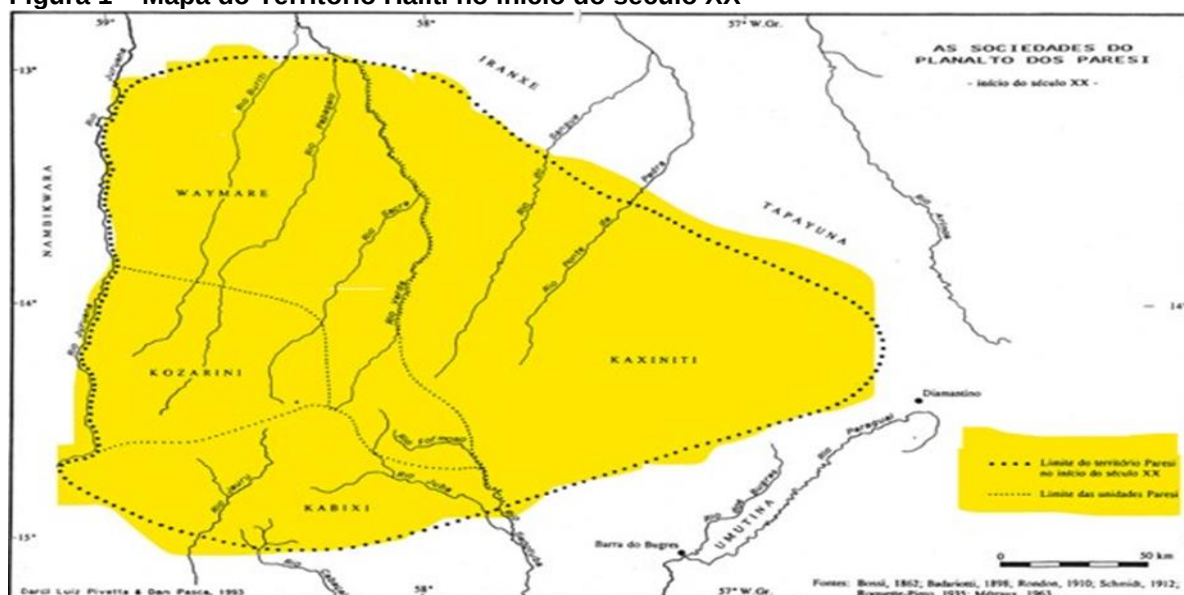
nominadas em razão da sua numerosa presença: Chapada, Chapadão ou Serra dos Parecis, o nome tornou-se significativa referência geográfica na história de Mato Grosso”. Este imenso território é descrito por Bortoletto (1999, p. 21) da seguinte forma:

O planalto dos Parecis corresponde a um desvio de águas entre bacias Amazônica e platina e caracteriza-se pelo predomínio de vegetação típica do cerrado, com matos de galeria. Uma grande rede de matas ciliares ocorre ao longo dos tributários do Paraguai, no extenso Vale do Guaporé e ao norte da região, onde se dá a transição entre as paisagens centro-brasileira e amazônica. Os rios que nascem no planalto escoam ao sul em direção ao rio Guaporé, e ao norte em direção ao Ji-Paraná, Roosevelt, Juruena e Arinos, tributários das bacias do Madeira e do Tapajós.

A região do Chapadão dos Parecis apresenta uma vegetação composta de pequenas formações herbáceas da zona neotropical, com predomínio de solos arenosos caracterizados pela baixa fertilidade. Os principais rios que banham o território Pareci são o Sacre, Papagaio, Verde e Buriti. Suas águas são límpidas com baixa turbidez, sendo pouco piscosas. As oscilações dos níveis hidrométricos obedecem a um regime de chuvas bem marcado, com uma estação seca que se estende de abril a setembro, e uma chuvosa nos meses restantes.

Contudo, a descoberta do ouro em seus arredores, nos anos de 1718/1719, atraiu a atenção de portugueses e luso-brasileiros, que decidiram explorar os sertões do oeste brasileiro a partir de 1720 (Canova, 2019). A partir dessa exploração, iniciou-se o contato com o colonizador que resultou em conflitos, expropriação das terras e dizimação da população. Em sua dissertação, Hellen Cristina de Souza (1997) assevera que “De ‘reino mui dilatado’, de ‘gente que não se pode enumerar’, no século XVIII, os Paresí chegam ao início deste século (XX) reduzidos a 340 indivíduos, vivendo em 12 aldeias cuja população variava entre 16 e 57 pessoas” (Souza, 1997, p. 32). A seguir apresenta-se um mapa com a provável configuração do território Haliti no início do século XX:

Figura 1 – Mapa do Território Haliti no início do século XX



Fonte: PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 13.

No mapa acima (figura 1), percebe-se que o território pertencente ao povo Haliti, no início do século XX, era distribuído de acordo com os subgrupos². Rondon, no século XX, apresenta as seguintes denominações dos subgrupos Haliti: Wáimare, Kazíniti, Kozárini, Káwali, Wararé.

Assim, o mapa do Território Haliti no início do século XX (figura 01), que apresenta um território extenso e contínuo, não corresponde à conformação atual da cartografia Haliti, pois Canova (2019, p. 37) assevera que:

Em decorrência dos inúmeros conflitos, a territorialidade dos Paresi está atualmente concentrada nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Diamantino, Nova Marilândia, Conquista do Oeste e Barra dos Bugres. Essa área compõe a região cortada pela BR-364, rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho.

Ademais, Oliveira (1998, p. 09) afirma que “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”. E Gallois (2004, p. 39) acrescenta que “Na

² Pode-se definir subgrupo como uma classificação social dentro do próprio grupo étnico. No caso dos subgrupos Haliti, cada denominação representa a origem a partir de um dos irmãos de Wazare que é o herói civilizador deste grupo étnico, conforme o mito de origem pertencente à cosmologia (definição da autora).

transformação de um território em terra, passa-se das relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção, de posse ou propriedade”.

Neste sentido, Terra Indígena diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, a partir do que preconiza a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231:

Terra Indígena deve ser definida – identificada, reconhecida, demarcada e homologada – levando-se em conta quatro dimensões distintas, mas complementares, que remetem às diferentes formas de ocupação, ou apropriações indígenas de uma terra: “as terras ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural”. (Gallois, 2004, p. 37).

No *PGTA Haliti-Paresi* (2019) e no *Dossiê Índios em Mato Grosso* (OPAN/CIMI, 1987), há o registro do processo de desterritorialização e tentativas de reterritorialização até chegar na conformação atual das nove Terras Indígenas pertencentes aos Haliti. Inicialmente, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) expropriaria o grupo étnico Haliti de seu território original, transferindo-os para uma área aproximada de 563.586 ha e perímetro de 470 km, por meio do Decreto n. 63.368 de 08 de outubro de 1968:

tendo como limite norte o Paralelo 14, ligando a margem direita do rio Juruena à margem esquerda do rio Verde e, ao sul a BR-364, no trecho que compreende a ponte sobre o rio Juruena e a ponte sobre o rio Verde; o limite leste, da margem esquerda do rio Verde (ponte) até o Paralelo 14 e o limite oeste, da margem direita do rio Juruena (ponte) até o Paralelo 14. A área oficial não abrangeu grande parte das aldeias existentes, sendo que algumas encontravam-se dentro de áreas reivindicadas por fazendeiros (aldeias Formoso, Figueira, Estivadinho, Capitão Marco, JK, Juína). (OPAN/CIMI, 1987, p. 68).

Ao mesmo tempo, a Funai expediu certidões negativas de presença indígena no território original a partir da data do referido decreto, isso propiciaria a titulação do território para fazendeiros. Obviamente, essa tentativa de desterritorialização descontentou o povo Haliti, pois seriam privados dos locais sagrados e dos recursos naturais relacionados à sobrevivência e cultura.

Dessa forma, os Haliti recusaram essa transferência, o que gerou diversos conflitos entre eles e os fazendeiros, durante o período de uma década e meia. Após este período, em 1984, duas plantas de demarcação foram aprovadas: “uma área

aproximada de 563.586,5345 ha, no município de Tangará da Serra, e outra, com 412.304,1958 ha, no município de Diamantino (OPAN/CIMI, 1987, p. 69).

Posteriormente, entre os anos 1991 e 1995, finalmente ocorreram a demarcação e homologação de seis Terras Indígenas destinadas ao povo Haliti, quais sejam Paresi, Utiariti, Rio Formoso, Juininha, Estivadinho e Figueiras. Segundo o PGTA Haliti-Paresi (2019), há outras três que foram declaradas e ainda aguardam a homologação: Uirapuru, Ponte de Pedra e Estação Parecis. O próximo mapa apresenta as nove terras indígenas:

Figura 2 – Mapa das Terras Indígenas Paresi em 2017.



Fonte: OBIND, 2017, disponível: <http://obind.eco.br/2017/11/10/povo-paresi-valida-etnomapeamento-elaborado-nas-aldeias-avancando-na-elaboracao-de-seu-plano-de-gestao-territorial-indigena/>. Acesso em: 27 dez.2023.

Apresenta-se, a seguir, um quadro que sintetiza as informações quantitativas, legais e geográficas (localização), dessas nove terras Haliti, baseado em informações do PGTA Haliti-Paresi (2019) que partiram de uma equipe técnica e da própria etnia:

Quadro 1 – Informações atuais das Terras Indígenas do povo Haliti

Terra Indígena	Aldeias	População	Extensão (ha)	Documento de demarcação	Localização
Paresi	30	1.160	563.586 hectares	Homologada por Decreto 287 - 30/10/1991	Tangará da Serra

Utiariti	15	594	412.304 hectares	Homologada por Decreto 261 - 30/10/1991	Campo Novo do Parecis e Sapezal
Rio Formoso	7	214	19.749 hectares	Homologada por Decreto 391 - 26/12/1991	Tangará da Serra
Juininha	3	102	70.537 hectares	Homologada por Decreto s/n - 05/10/1993	Conquista do Oeste
Estivadinho	1	46	2.032 hectares	Homologada por Decreto s/n - 13/08/1993	Tangará da Serra
Figueiras	1	21	9.858 hectares	Homologada por Decreto s/n - 04/07/1995	Tangará da Serra e Barra do Bugres
Uirapuru	1	34	21.680 hectares	Declarada por Portaria 497 - 23/03/2009	Campos de Júlio e Nova Lacerda
Ponte de Pedra	1	7	17.000 hectares	Declarada por Portaria 3.078 - 28/09/2010	Campo Novo do Parecis
Estação Parecis	1	12	2.170 hectares	Declarada por Portaria 480 - 20/04/2016	Diamantino e Nova Marilândia

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o PGTA Haliti-Paresi (2019), as terras que ainda não foram homologadas são alvo da ambição de não indígenas, o que promove diversos conflitos nessas áreas. A título de informação, o próximo quadro traz os nomes das aldeias localizadas nas nove terras do povo Haliti.

Quadro 2 – Aldeias localizadas em cada terra indígena

Terra Indígena	Aldeias
Paresi	Rio Verde, Kotitiko, Kamae, Kalanaza, África, Zanakwa, Cabeceira do Sacre, Kolidiki, Kolidiki 2, Sacre 0, Taike, Zatemana, Pakwera, Novo Sacre, Sacre 1, Oloho (Urubu), Manene, Ilhocê, Tatu Bola, Batiza, Batiza 2, Sawero-winya (Papagaio), Papagaio 0, Papagaio 2, Papagaio 4, Ityaose, Cabeceira do Buriti, Nova Esperança, Zolaha-winya (Buriti), Cachoeira 1, Duas Cachoeiras, Oreke – Salomão, Cigano, Tikieke (Paraíso), Kaiyazaza (Água Suja), Maiteke e Cabeceira de Juruena.
Utiariti	Sacre II, Bacaiuíval, Morrinhos e Utiariti, Bacaval, Vale do Papagaio, Chapada Azul, Sorriso, Quatro Cachoeiras, Marekwa, Seringal, Cabeceira do Seringal, Cabeceira do Seringal II, Salto da Mulher, Katyola-winya e Wazare,
Rio Formoso	JM, Jatobá, Cachoeirinha e Formoso, na região sul da área, Santa Vitalina, 3M e Queimada, ao norte
Juininha	Três Lagoas, Sol Nascente e Juininha

Estivadinho	Kyaoro
Figueiras	Figueiras
Uirapuru	Uirapuru
Ponte de Pedra	Ponte de Pedra
Estação Parecis	Estação Parecis

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da visualização do mapa atual das terras indígenas do povo Haliti representado na figura 2, das informações atuais das Terras Indígenas do povo Haliti esquematizadas no quadro 1 e da distribuição de aldeias demonstradas no quadro 2, percebe-se que o imenso território contínuo foi fragmentado em nove porções de terras não contínuas. Além da descontinuidade, é notório que a fragmentação reduziu drasticamente o território original. Isto implica em perda de territórios sagrados, perda de acesso à biodiversidade presente nos territórios que ficaram fora da demarcação que, além de tudo, sofre o impacto das relações danosas do não indígena com a natureza.

Todo esse processo de expropriação do território original e (re)territorialização fragmentada pode ser chamado de diáspora do povo Haliti, visto que foram forçados a um movimento migratório. Embora esse movimento migratório seja dentro do próprio Estado de Mato Grosso, a identidade e cultura dos povos originários está em estreita relação com a natureza que os cerca, pois seus hábitos alimentares, práticas culturais, cosmovisão, cosmologia e epistemologia estão fundamentados na relação territorial. Dessa forma, mesmo permanecendo no mesmo Estado, houve perdas relevantes dentro da relação do povo Haliti com a natureza e se instalou um impasse no âmbito social, visto que o povo Haliti não tem mais um único espaço territorial.

Esta mudança de cenário implica em todo um processo de readaptação na relação com a natureza e na coesão social. Como elucida Rogério Haesbaert (2004, p. 20):

[...] o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, "territorial".

Em concordância com Haesbaert (2004), entendo que essa diáspora afetou a sociedade Haliti de maneira profunda, portanto adoto a expressão 'multiterritorialidade', defendida pelo autor. Este conceito de base geográfica, aponta

para o “processo concomitante de destruição e construção de territórios”, o que efetivamente aconteceu com o grupo Haliti nesse processo de contato com o não indígena. O processo de (des)territorialização e (re)territorialização em multiterritórios reverbera na construção identitária do grupo étnico, como aponta Maldi (1998, p. 03):

Mesmo nos casos em que o território, enquanto um espaço ancestral e original, não se constitui num elemento atribuído da identidade social, a sua perda – ou ausência- acaba por configurar critérios em si mesmos, reivindicados a partir, por exemplo, da memória coletiva. Portanto, na raiz da percepção do território está a percepção do 'nós', a construção básica da identidade coletiva e, por extensão, a sede do estabelecimento da diferença, o limite para a construção da alteridade enquanto uma situação antagônica por definição.

Neste aspecto, diante do contexto contemporâneo, no qual há esforços globalizantes para uma homogeneização de identidades que tentam converter a dominação em ordem, que a rigor expressam ideais modernistas; há um movimento contrário na antropologia que visa identificar semelhanças e diferenças entre o global e o local para perceber a diversidade (Hannerz, 1997; Sahlins, 1997). Nesse sentido, Marcus (1991) afirma que “os processos de identidade na modernidade consistem num 'espírito sem lar' que não pode ser resolvido de uma vez por todas e de modo coerente ou como uma formação estável quer em teoria, quer na própria vida social.” Ou seja, a identidade não é algo imutável e acabado, mas está em permanente construção.

Assim, nos estudos etnográficos busca-se problematizar a fórmula de resistência e acomodação empregados na construção da identidade. O autor afirma que “A identidade local aparece como um compromisso entre uma mistura de elementos de resistência à incorporação de uma totalidade maior e elementos de acomodação a esta ordem mais ampla” (Marcus, 1991, p. 202). Contudo, ele enfatiza que Etnografias convencionais, sob o viés estruturalista, se baseiam nessa fórmula, “frequentemente privilegiam algum tipo de comunidade ou estrutura cultural estável em detrimento de qualquer lógica que inclua contradições duradouras” (Marcus, 1991, p. 203). As consequências desse processo de (des/re)territorialização na língua, na identidade, na cosmovisão e na epistemologia Haliti são analisadas a partir dos corpora desta pesquisa no capítulo quatro.

1.1.2 História do contato

Segundo Bortoletto (1999), a primeira descrição etnográfica dos Haliti foi realizada pelo bandeirante paulista Antônio Pires de Campos que esteve em Mato Grosso em 1720. Ele identificou dois grupos, os “Parecis” no rio Sepotuba e os *Mahíbarez*, ao norte. Denominou o chapadão como “reino dos Parecis”, descrevendo os habitantes como um povo numeroso e de fácil trato. Além disso, caracterizou a organização política dos Haliti como descentralizada. Caracterizações que chamaram a atenção de preadores, os quais iniciaram uma caçada a este povo (ISA, 2014).

Bortoletto (1999) afirma que o etnógrafo alemão Karl von den Steinen (1894 [1940]) identifica os *Mahíbarez* aos *Uaimaré* (*Wáimare*). Classificação que é adotada por Max Schmidt, que esteve na região em 1912 e 1927, e acrescenta que os denominados por Campos (1720) como Parecis seriam o subgrupo *Kazíniti* (ISA, 2014).

A partir do século XVIII, o povo Haliti surge nos registros históricos oficiais do colonizador, por meio dos documentos dos administradores coloniais. “Neste século há vários documentos do rei de Portugal com menções aos Paresi, sempre destacando sua docilidade – o que os fazia presa fácil dos preadores de índios” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 17). A etnia torna-se provisão de mão de obra escrava na exploração de minas na região de Cuiabá. Com o decréscimo da mineração, no início do século XIX, a exploração começa a migrar para a região de Diamantino e os Haliti também são empregados nos serviços de navegação pelo rio Tapajós. Neste mesmo período e localidade inicia-se a exploração da borracha nos seringais pertencentes aos “sertões dos Paresi” (ISA, 2014).

Já no século XIX com a expansão da atividade seringalista e da extração da poaia, o povo Haliti sofreu ainda mais violência dos *imuti* (não indígenas). Inicialmente, foram envolvidos na extração como guias e, posteriormente, “vendendo a produção nos barracões e recebendo bens industrializados como pagamento” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 18). Contudo, o relatório de Rondon de 1915 denuncia “o incêndio da Aldeia Koterecô-Suê, que se tornou conhecida como Aldeia Queimada; a chacina de trabalhadores índios em Bacaval” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 18). Tais violências se devem à localização das aldeias nas proximidades das cabeceiras dos rios, onde se encontravam os seringais visados pelos exploradores.

1.1.3 Rondon e a linha telegráfica

Após a guerra do Paraguai (1864-1870), o governo se preocupa em fortalecer as fronteiras mato-grossenses entre Bolívia e Paraguai. Como parte desse projeto, abre-se uma frente de penetração com o objetivo de construir uma linha telegráfica que possibilitasse “a comunicação de Cuiabá, Santo Antônio do Madeira (hoje Porto Velho), Acre e Manaus com o restante do país” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 20). Assim, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas cria, em 1907, a Comissão Construtora da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do então Coronel Cândido Mariano Rondon. No mesmo ano, a comissão passava próximo de Diamantino e percorria o território dos Haliti, dos quais levaram os *Wáimare* e *Kaxíniti* a se instalarem próximos à linha telegráfica nas estações de Utiariti e Ponte de Pedra, criadas pela expedição. Segundo Machado (1994, p. 37), “nem todos os Paresi tiveram contato com Rondon ou mantiveram um relacionamento estreito com ele”.

Os dois subgrupos levados estavam enfrentando epidemias de varíola, febre amarela e sarampo que provocou o extermínio de muitos deles. Além disso, estavam sendo violentamente explorados como mão de obra na extração de seringa. É nesse contexto que Rondon se impõe como “um mediador consagrado, um árbitro poderoso, generoso” (Machado, 1994, p. 45), dessa forma é visto como um protetor pelos *Wáimare* e *Kaxíniti* que o associam ao herói civilizador *Wazare*³, pois, adepto do positivismo, Rondon utilizava estratégias de atração de forma pacífica.

Segundo Lima (1987), a partir de 1908, a direção republicana de separar Igreja-Estado dá início a uma nova política que consiste na criação de uma agência indigenista do Estado Brasileiro, promovendo o afastamento da igreja Católica da catequese indígena. Com essa agência, buscariam o estabelecimento de uma convivência pacífica com os índios; a garantia de sobrevivência física dos povos indígenas; o estímulo para que os índios adotassem gradualmente hábitos “civilizados”; a influência “amistosa” na vida indígena; a fixação do índio à terra; a contribuição para o povoamento do interior do Brasil; o acesso e a produção de bens econômicos nas terras indígenas; o emprego da mão de obra indígena no aumento

³ No mito de origem do povo Haliti, *Wazare* é o herói civilizador que os lidera na saída de dentro da pedra para este mundo e, posteriormente, divide o território entre seus irmãos que dão origem aos subgrupos da sociedade Haliti.

da produtividade agrícola; o fortalecimento das iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira.

Nesse contexto, foi criado “o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais, [...] pelo Decreto n.º 8 072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano” (Ribeiro, 1985, p. 126). Rondon liderou os trabalhos do SPI como seu diretor, cujo objetivo era promover a atração e pacificação dos ‘índios hostis’, sua paulatina aculturação e integração na sociedade nacional através das colônias agrícolas, onde seriam instalados junto aos sertanejos como trabalhadores braçais (Lima, 1987).

Dessa forma, o projeto colonizador seguia a estratégia utilizada em outros países. Por meio de Rondon foram estabelecidas “várias estações telegráficas, postos indígenas, escolas e empregos para os índios como trabalhadores das estações” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 22). O documento Haliti menciona que: “Esses contatos todos provocaram uma drástica diminuição da população Haliti. Nesse período, alguns subgrupos foram obrigados a abandonar sua área original, misturaram-se a outros e alguns subgrupos desapareceram” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p.22). Canova (2019, p. 55) acrescenta que “essa relação estabelecida entre os membros da Comissão e os indígenas atingiu a organização social e territorial indígena, e novos valores e padrões sociais foram introduzidos na sociedade”. Com o fim da Comissão Rondon e a desativação das linhas telegráficas em 1930, tem início a atuação dos jesuítas da Missão Anchieta que ocupam as instalações de Utiariti abandonadas pela Comissão (Bortoletto, 1999).

1.1.4 A Missão Jesuítica de Utiariti e as Novas Frentes de Expansão

Quando se menciona sobre missões jesuíticas em pleno século XX parece um descompasso histórico, já que a historiografia menciona sua expulsão do Brasil em 1759. Para esclarecer esse fato, Silva *et al.* (2019) afirmam que “A história dos jesuítas nesse estado divide-se em três ciclos: o primeiro é datado do fim do século XVI e vai até 1759; o segundo, de 1925 a 27 de setembro de 1999; e o terceiro, de 27 de setembro de 1999 até o presente” (Silva *et al.*, 2019, p. 280).

De acordo com os autores, a atuação da companhia de Jesus em Mato Grosso tem início no primeiro ciclo, pois abrem missão em 1751, ao acompanhar o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares.

Silva *et al* (2019, p. 280) mencionam que o “padre Agostinho foi alocado na região da sede da Capitania e abriu a missão de São José, em 1754, na margem esquerda do rio Guaporé (território espanhol), transferindo-a, em 1756, para a margem direita. Porém, em 1759, os jesuítas foram acusados de envolvimento com o aprisionamento e venda de índios, por esse motivo foram presos e enviados a Portugal por ordem do Marquês de Pombal (Silva *et al*, 2019). E conforme menciona Romeiras (2016, p. 11):

Em 1759, depois de dois séculos dedicados ao ensino e à missão em Portugal no Brasil e no Oriente, os jesuítas foram expulsos do império português. Como se sabe, a expulsão dos territórios portugueses marcou de forma indelével a história da Companhia de Jesus, influenciando em grande medida a expulsão dos jesuítas de outros países europeus e a supressão universal da ordem em 1773.

A Companhia de Jesus foi suprimida por decreto do Papa Clemente XIV, em 21 de julho de 1773. Após a expulsão dos jesuítas e supressão da Companhia de Jesus, a missão junto aos indígenas é assumida por padres Benedictinos, Franciscanos, Capuchinhos, Dominicanos, Salesianos e outros (Silva *et al.*, 2019). Após quatro décadas, o Papa Pio VII restaura a Companhia de Jesus no dia 7 de agosto de 1814.

Contudo, em Portugal, a Companhia de Jesus foi restaurada oficialmente como missão em 1863 após duas tentativas frustradas. Nesse período fundaram instituições de ensino e seminários, mas sofreram novo golpe com a implantação da república em 1910. Ocasão na qual “130 jesuítas capturados pelo Governo Provisório ficaram detidos nas prisões do Limoeiro e de Caxias onde permaneceram até o início de novembro de 1910”, quando, então, foram exilados para Espanha e Brasil. Aportaram em terras brasileiras cerca de 85 deles. (Romeiras, 2016, p. 12). Segundo Silva *et al* (2019, p. 280-81)

em 1925, a Missão Romana no Brasil aceitava assumir uma prelazia, como está descrito no documento “Jesuítas em Mato Grosso do sul, Rondônia e Mato Grosso”, escrito pelo Padre José de Moura e Silva. A formação da prelazia ocorreria precisamente com o objetivo de conter os índios, ou seja, impor o catolicismo de tal forma, que a mesma fosse considerada uma verdadeira missão entre pagãos.

Desse modo, o documento de Gestão Territorial e Ambiental Haliti-Paresi (2019) menciona que “A partir de 1930, esse espaço no Mato Grosso, aberto pela linha telegráfica, vai sendo ocupado cada vez mais pelos jesuítas da Missão Anchieta

(MIA)⁴, auxiliados pelas Irmãzinhas do Sagrado Coração de Jesus” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 22). Auxiliados diretamente pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição que enviaram 4 Irmãs que fizeram os primeiros votos e vieram para estarem com os jesuítas no Mangabal do Juruena em 1935 e mais tarde iniciaram juntos o trabalho em Utiariti, antiga escola do SPI. Segundo Canova (2019), os padres da Prelazia de Diamantino criam, em 1946, em Utiariti, “um centro educacional para crianças dos povos indígenas localizados na região” (Canova, 2019, p. 55). Bortoletto (1999) esclarece que eram crianças Haliti, Irantxe, Rikbaktsa, Apiaká e Nambikwára que intercalavam estudos e trabalhos na roça, sempre monitoradas pelos missionários, o que é confirmado no documento Haliti:

Sob o comando dos missionários e com a utilização intensiva da mão de obra indígena, as construções da Missão em Utiariti se ampliaram e os índios foram separados em grupos divididos por sexo e faixa etária, supervisionados por um mestre em todas as suas atividades. Eram proibidos de falar a própria língua e os casamentos interétnicos eram incentivados. (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 24).

Mesmo tendo a participação da etnia, o documento PGTA Haliti-Paresi (2019) não revela detalhes perversos desse processo ‘pacificador’ com as crianças indígenas em Utiariti. Em um artigo publicado no mesmo ano, os autores acrescentam detalhes que se assemelham às práticas australianas de internato para as crianças aborígenes:

crianças indígenas foram retiradas de seus pais para serem levadas para o internato. Embora essa prática tenha se iniciado com os Pareci, ela estendeu-se às outras aldeias, como os Rikbaktsa. Meninos e meninas foram arrancados do seu seio familiar como “bichos selvagens”, em meio a choros e gritos que ecoavam na selva. Havia crianças que não sabiam o que era outra língua, não sabiam o que era vestimenta, e muito menos que existia como alimento o arroz, e que tinham que tirar de seu corpo sua pintura, a qual identifica o seu clã (origem genealógica de cada grupo) e mais, o seu colar e ao anoitecer, se dariam conta que não dormiriam de acordo com o costume da aldeia (Silva *et al*, 2019, p. 285).

Além das missões jesuítas, havia a Inland South American Missionary Union (ISAMU), uma missão protestante, que rivalizou com os missionários católicos pelo controle sobre os índios que viviam na região. Uma família do ISAMU tinha sido massacrada pelos Nambikwara no Mangabal do Juruena, e os jesuítas ali iniciaram o

⁴ A Missão Anchieta (MIA) foi uma entidade instituída pela Prelazia de Diamantino, essa última criada pela Igreja Católica em 1929 para fins de “apostolado em terra pagã”, para desenvolver trabalhos ditos de caridade e formação junto às populações indígenas (Bortoletto, 1999, p. 29).

trabalho com os indígenas na Prelazia de Diamantino. O internato de Utiariti foi assumido pelos jesuítas e Irmãzinhas em 1946 e fechado em 1968. Neste mesmo período inicia o segundo ciclo da borracha em Mato Grosso, pois a Segunda Guerra Mundial aumentou a procura pelo material. A intensa migração para a região amazônica em busca do produto provoca mais violência contra os grupos indígenas:

Atingindo os territórios de grupos indígenas antes quase isolados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As matanças genocidas e a difusão de doenças promoveram a crescente depopulação indígena, acentuaram os conflitos intertribais, alguns pré-existentes, à medida em que as invasões tendiam a deslocar os grupos para os territórios de outros. (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 27).

A extração da borracha era realizada por indígenas e negociada pelo sistema de “troca” nos barracões da MIA. Segundo o Instituto Socioambiental - ISA (2014), o pagamento seria feito em espécie (mantimentos, calçados, roupas e medicamentos). O PGTA Haliti-Paresi (2019, p. 27) menciona que “esse sistema perdurou até o final da década de 1970 quando passou a ser feito autonomamente por parte da sociedade Haliti”, o documento Haliti também pontua que:

A partir dos anos 60, a ocupação regional se adensou, praticada agora por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitada pela abertura de estradas, sendo a principal delas a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, em 1961. Tornaram-se frequentes os conflitos com a população indígena, levando ao extermínio de aldeias inteiras, processo que foi acelerado nos anos 70 e 80 com o asfaltamento da BR-364, a abertura de novas estradas, implantação de núcleos de colonização, a ampliação da mineração e o desenvolvimento de grandes projetos, como o POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), transformando essa região extrativista em polo mineral e agropecuário. (*op. cit.* p. 27).

Segundo o ISA (2014, p. 03), “a história de algumas aldeias está estreitamente relacionada à Missão Jesuítica, uma vez que foram formadas somente após a desativação do internato de Utiariti” que aconteceu em 1968. O PGTA Haliti-Paresi (2019) esclarece que a Igreja Católica começou a rever criticamente seu papel histórico após o Concílio Vaticano II em 1964, assim o trabalho missionário começou a se preocupar com reformas sociais para combater a desigualdade e opressão no mundo. Na atuação indigenista, foi criada a “Operação Anchieta” (OPAN), fundada em 1969 por incentivo do padre Egydio Schwade, missionário da Missão Anchieta. Os trabalhos da OPAN tinham influência da Teologia da Libertação e princípios de

Antropologia, “voltados para a defesa da cultura e territórios dos povos com os quais trabalhavam. Desse mesmo movimento de renovação surgiu o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, criado em 23 de abril de 1972 no 3º Encontro de Estudos sobre a Pastoral Indígena promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, (Melo, 2019, p. 95). A autora detalha que “a missão deveria então considerar todas as faces da vida humana: espiritual, material, social e política. Fazendo uma reparação histórica junto aos povos indígenas. E seguindo esses preceitos teológicos o CIMI iniciou suas ações (Melo, 2019, p. 98).

A partir dessa nova visão missionária, o internato de Utiariti é desativado, contudo, muitos indígenas tiveram problemas para adaptar-se novamente às aldeias e migraram para as cidades, principalmente Cuiabá (Bortoletto, 1999). Contudo, o trabalho de Maria Fátima Roberto Machado, *Índios de Rondon* (1994), indica que a migração para Cuiabá e outras cidades estava embasado em Paresi que trabalhavam como telégrafos e que não tendo mais esse trabalho e salário, procuravam outras formas de vida nas cidades. Nas décadas seguintes, outras agências missionárias se estabeleceram no território Haliti, algumas missões protestantes como a South American Indian Mission (SAM) e Summer Institute of Linguistics, atualmente Sociedade Internacional de Linguística (SIL). Os missionários do SAM foram expulsos da aldeia do Rio Sacre, na qual tentaram obter registro de posse. Já os missionários do SIL permaneceram por muito tempo entre a etnia, aprendendo a língua Haliti para produzir a tradução de textos bíblicos (Bortoletto, 1999).

Os Haliti têm uma história de contato com a sociedade envolvente que data de três séculos e, por sua percepção política e histórica, não se vê como vítima desse processo. Estes indígenas explicam a iniciativa do contato com os *imuti* (não indígena) como fruto de sua própria vontade, portanto agentes do processo histórico (Canova, 2019). No próximo tópico, apresento os aspectos culturais e sociais do grupo étnico em foco.

1.2 DESCRIÇÕES DA CULTURA TRADICIONAL E DA SOCIEDADE HALITI A PARTIR DO TERRITÓRIO ORIGINAL

1.2.1 Morfologia social

O povo Haliti apresenta uma divisão social em subgrupos que é explicada no mito cosmogônico de sua origem, no qual *Wazare*, o herói civilizador, após a saída

pela fenda na rocha, faz uma divisão dos territórios deste mundo entre seus irmãos, alocando-os nas várias cabeceiras dos rios da região. A partir dessa divisão territorial, cada irmão dá origem a um dos subgrupos.

Assim, embora a autodenominação Haliti expresse uma unidade por significar “gente/povo”, originalmente se dividiam em subgrupos ligados a locais específicos: *Kazíniti*, *Wáimare*, *Warére*, *Kozárini* e *Káwali*, de forma que não havia casamento entre os pertencentes de cada um deles. Contudo, após o contato com a Comissão Rondon e a depopulação provocada pelas expropriações, conflitos e epidemias, passaram a realizar casamentos entre os subgrupos e, até mesmo, interétnicos (ISA, 2014).

Com a expropriação dos territórios originais, ao final de 1930, já não existiam mais os subgrupos ligados a espaços territoriais. Conforme aponta o ISA (2014):

De uma maneira geral, representantes de outros subgrupos são encontrados entre a população *Kozárini*, que compõe a maior parte dos grupos locais. Dentre os remanescentes dos demais subgrupos, somente aqueles que se identificam como *Waimaré* se reuniram formando grupos locais (aldeia Bacaval, Formoso e Sacre), onde são majoritários; esses grupos preferem trocar as mulheres entre si.

Atualmente, vivem nas aldeias espalhadas entre as nove terras indígenas, conforme já mencionado anteriormente.

1.2.2 A aldeia

Diferente de outras etnias, as aldeias Haliti não têm uma forma específica para a distribuição espacial (Silveira, 2011), contudo procuram um local próximo a uma fonte de água potável, geralmente cabeceira de córrego que permite banhar-se e são uma unidade social significativa, cujos habitantes mantêm um grupo específico com relações marcadas pela solidariedade (Canova, 2019). Assim,

Os animais e os peixes são distribuídos para todos os moradores da comunidade aldeada. O grupo social tem exclusividade sobre os recursos naturais do território ocupado, e os limites são demarcados por acidentes geográficos, entre eles as cabeceiras de rios. O local de morada dos Paresi é conhecido pelo termo *wénakalati*, “rios e campos são considerados de uso comum e, portanto, de todos os moradores da aldeia” (Canova, 2019, p. 43).

Ademais, Bortoletto (1999) menciona que as aldeias são constituídas por mais de uma casa ou unidade residencial⁵. A casa tradicional é chamada *hati* que tem forma elíptica, com duas portas (uma voltada para o nascente, outra para o poente), cujo material utilizado são troncos de aroeira cobertos com palha de guariroba do campo ou de buriti. Silveira (2011) acrescenta que as casas são construídas no local que o dono escolher e que as aldeias não costumam ser populosas, pois “o crescimento populacional de uma aldeia, da perspectiva Paresí, favorece o surgimento de ‘mexericos’ e ‘fofocas’, considerados elementos detonadores de conflitos sociais” (ISA, 2014, p. 09). Existem também aldeinhas que podem ser formadas por uma única família, a qual resolve se mudar por vários motivos como cisões no grupo, brigas, intrigas ou mortes (Silveira, 2011).

Conforme esclarece o ISA (2014, p. 09):

Cada casa (*hátí*) corresponde a um grupo doméstico constituído de indivíduos pertencentes a três gerações; um casal com filhos e filhas solteiros, suas filhas e/ou filhos casados e a terceira geração, formada pelos netos e netas. O plano ideal de uma aldeia consiste em duas *hátí* situadas na extremidade do pátio da aldeia (*watéko*), em relação de oposição.

A constituição pátio, casa e área posterior formam um todo social, num continuum do mais ao menos social. Neste, o pátio (*watéko*) é considerado uma antessala que revela a prosperidade do grupo e excelência do chefe pelo estado de conservação. “A zona contígua a casa é feminina por excelência. É aí que as mulheres iniciam o processo de transformação dos alimentos crus: a mandioca, o peixe e a carne de caça” (ISA, 2014, p. 06).

A *hati* (casa) é um centro social fundamental. Na qual é realizada parte das festas de chicha, “as meninas púberes ficam em reclusão, se prepara a comida, tem-se relações sexuais, nascem os filhos e enterram-se os mortos” (ISA, 2014, p. 06). Também é o local em que decisões são tomadas, nas quais os homens se encontram para conversar no período noturno.

1.2.3 Parentesco e casamento

⁵ Segundo a mesma autora, as casas podem ser tradicionais (*hati*), madeira, barreada, palha e alvenaria, seguindo o padrão regional (Bortoletto, 1999).

A organização social Haliti não se assenta em unidades sociais de linhagens ou grupos de idade, mas na dicotomização do universo social em “parentes” e “não parentes”. Nesse sentido, o ISA (2014) explica

Entre eles existe um termo que se aplica a todas as pessoas que um determinado ego pode identificar por meio da terminologia de parentesco: *itywasá*. O significado aproximado do termo é “nome de parente pra chamar”. Há também a expressão *katyawazá*, cuja tradução poderia ser “ter (ka) nome de parente pra chamar”. A essa se opõe a expressão *maíha katyawázere*, onde *maíha* é uma partícula de negação, indicando a impossibilidade de uma identificação com base na terminologia de parentesco. Utiliza-se essa expressão em referência a pessoas “desconhecidas”, em geral membros de subgrupos distintos, entre as quais inexistem relações que possibilitem nomeá-los. (*op. cit.* p. 10)

Nas relações dentro das aldeias as pessoas podem ser classificadas como *ihinaiharé kaisereharé*, a qual abrange indivíduos que conseguem apontar com exatidão seus laços genealógicos, ou como *ihinaiharé sékore*, aqueles cujas relações genealógicas são muito distantes para serem significativas.

O modelo ideal de casamento é entre os *ihinaiharé kaisereharé*, o qual se justifica pela facilidade de relacionamento entre a parentela. A união entre *ihinaiharé sékore* pode implicar em distanciamento. Vigora a uxorilocalidade temporária, ou seja, no primeiro ano de casamento vivem na casa dos pais da noiva, o que não é observado quando se trata do primogênito dos chefes locais (ISA, 2014, p. 12).

Não há cerimônia de casamento da forma como pensamos no ocidente, há o pedido do pretendente ao pai da noiva que responde com uma breve preleção, na qual são assinaladas as obrigações entre genro e sogro. Após o pedido aceito, o rapaz passa a residir com a esposa na casa dos pais, exceto o primogênito como supracitado. Segundo a tradição, ficariam noivos desde a infância (ISA, 2014).

Dessa forma, o genro se torna devedor diante da família da esposa, pagando com trabalhos como ajudar o sogro na roça, confeccionar artesanato e prover lenha para a família. “O respeito parece ser a base desse tipo de relação, manifestando-se na atitude cerimoniosa do genro na casa do sogro” (ISA, 2014, p. 08). Contudo, pode apresentar momentos de tensão quando o genro expressa o desejo de ter sua própria moradia.

A figura do pai é mais expressiva na família, sendo mulher e filhos identificados a ele. Dessa forma, os Haliti consideram que os filhos carregam a carga genética do pai, ou seja, assemelham-se a este. Algumas famílias estendem o cognome brasileiro

à mulher e filhos. Quando nasce o filho, pai e mãe ficam de resguardo, o qual é deixado pelo pai ao constatar a boa saúde do bebê (ISA, 2014).

1.2.4 Organização política e social

Quanto à organização política e social na atualidade, a característica marcante é a grande autonomia existente nos vários níveis de organização. No que concerne às lideranças tradicionais, as figuras do pajé, curador e cacique não surgem por escolha ou eleição, mas surgem pela “personalidade e o dom da pessoa para ser um líder de seu povo, que é legitimada pela comunidade mediante suas atitudes e reputação” (PGTA Haliti-Paresi, 2019). Não existe mais a liderança geral denominada *Zekohatseti*, que representava o grupo nas demandas externas e nos conflitos internos.

Desde os anos de 1990, as associações Halitinã, Waymare e outras representam os Haliti juridicamente. Estas medeiam conflitos internos e representam a etnia nas relações com a sociedade envolvente. É o caso da cobrança do direito de passagem na Rodovia MT-235, nas parcerias agrícolas (arrendamentos questionados pelo MPF), nas lutas políticas, nas negociações com empresas e prefeituras. Além destas associações, em

[...] 2016 foi criada a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da Cultura Mecanizada da Etnia Pareci (Coopermatsene), por grupos de comunidades Haliti, e em 2018 foi fundada a Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki (Coopihanama), conformada por comunidades desses povos. Ambas as instituições foram estabelecidas para fazer a gestão de projetos agrícolas nas terras indígenas (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 116).

No que tange à organização interna da comunidade, o trabalho do cacique é amparado pelas lideranças. O pajé é responsável pela espiritualidade e curadoria do grupo e a última categoria são os Haliti que se tornaram funcionários públicos (PGTA Haliti-Paresi, 2019).

As relações sociais são marcadas por generosidade e companheirismo. Há um reforço de tais relações nos rituais “roça nova” ou “rocinha”, “moça nova” e “batizado” (nominação), nos quais há a participação exclusiva da rede de *ihinaiharé kaisereharé* (amigos e parentes) que ajudam nos preparativos. Já entre os *ihinaiharé sékore* (conhecidos ou amigos distantes) o relacionamento é formal e distante, assim, “o

tratamento se expressa, em geral, mediante gracejos e brincadeiras. A troca de alimentos e a cooperação nos trabalhos são elementos ausentes nesse tipo de relação” (ISA, 2014, p. 11).

1.2.5 Categorias gerais

Conforme apontado no ISA (2014), a classificação social relaciona-se às atividades socioeconômicas (agrícolas, caça, construção de unidades residenciais, realização de rituais e trabalhos domésticos) exercidas pelo indivíduo:

As duas categorias principais dessa classificação são: *ezékwaharé* e os *ewakaneharé*. O primeiro termo é uma derivação da palavra *ezékane*, que significa “o que a gente dá”. *Ezékane* com sufixo *haré* (pessoa) pode ser traduzido por “pessoa que dá” ou “doador”. *Ewakaneharé* tem a conotação de “mandado”. A esta classificação corresponderiam dois grupos: o dos chefes e suas parentelas (*ezékwaharé*) e dos demais moradores de um grupo local, considerados como “povo” (*op. cit.* p. 15).

Tais categorias não implicam em valorização ou desvalorização, pois na cultura Haliti são consideradas complementares. Portanto, as categorias *ezékwaharé* (doador/patrão) e *ewakaneharé* (receptor/mandado) estão numa relação de interdependência, de troca não desigual (ISA, 2014). A terceira categoria são os *kahéte* – termo traduzido por “vaqueiro” – que são responsáveis pelo abastecimento de carne para os grupos locais. Estes carregam a fama de “gente braba” que é associada à atribuição de guerrear. Têm hábitos nômades diferente das demais categorias e, por isso, diziam que eles não tinham a “maneira de viver Haliti”. Em troca da caça fornecida à aldeia recebiam outros alimentos cultivados e abrigo.

1.2.6 Atividades econômicas tradicionais

As atividades econômicas tradicionais do povo Haliti são a roça, a caça, a pesca e a coleta. Nesse processo de provisão material, as famílias são as principais unidades produtivas. Dentre as atividades a que se destaca é o cultivo de mandioca brava. A etnia cultiva

vários tipos de mandioca brava; a mais comum é a *kéte*, produto básico para fazer o beiju (*zómore*), a farinha de mandioca (*tyoloéhe*), o polvilho (*éhe*) com o qual se faz um bolo denominado *kenáike* e um gênero específico de chicha

– *olóniti* – beberagem feita com o líquido extraído da raiz que, após um processo de fermentação, é consumida, de preferência, em momentos rituais. Outro tipo de mandioca – *kázalo* – é utilizado somente para o fabrico de bebida. Os Paresí se referem também a outros tipos de mandioca, como a *zaterehó*, *kotohokose*, *awaizoré*, *hatinoliró* (ISA, 2014, p. 15).

Embora alguns grupos tenham modificado a dieta por se dedicarem à extração de borracha e confecção/venda de artesanato, todos possuem suas roças. Estas ficam distantes das aldeias entre três e cinco quilômetros e são abertas anualmente, sendo abandonadas quando esgotam a produção (ISA, 2014).

No trabalho de abertura/reabertura de roças, a fase de preparação do solo, há cooperação entre os parentes (sogro, genro, cunhados) e entre grupos locais reconhecidos como *ihinaiharé kaisereharé*, conforme já explicado. Já a fase de plantio:

é precedida pela divisão do terreno em lotes simétricos, referentes a cada grupo doméstico. Neste momento manifesta-se a autonomia das famílias elementares, pois cada uma delas assumirá uma parte do terreno que é definido pelo chefe de cada grupo doméstico, considerando-se o tamanho da unidade familiar. No plantio, marido e mulher trabalham em conjunto, obedecendo à divisão sexual do trabalho: o homem corta as ramas da mandioca com o facão e cava a terra com a enxada, enquanto a mulher coloca as ramas nos buracos cobrindo-os com auxílio dos pés. Os instrumentos de trabalho utilizados são de propriedade coletiva do grupo doméstico, revezando-se as famílias na sua utilização. Os Paresí dizem que os homens são “donos” das roças e suas mulheres “donas” da safra, de tudo que for colhido. (ISA, 2014, p. 16)

Os principais produtos cultivados, além dos tipos de mandioca, são abóbora, cana-de-açúcar, batata doce, cará, banana, fumo e milho, muito utilizado para a produção de chicha e de diversos pratos (ISA, 2014). O PGTA Haliti-Paresi (2019, p.146-147) acrescenta feijão e arroz como produtos cultivados e descreve a atividade de caça:

A caça é uma atividade tradicional fundamental na sociedade Haliti. Antigamente cada aldeia tinha o seu *kahete* (caçador), que é uma categoria muito especial de pessoa, gozando de fama e prestígio. Um *kahete* podia enfrentar dias seguidos de caçada, sem alimentação, carregando apenas fumo e seus instrumentos de caça, entre eles o *zaiyakoti*, um escudo venatório que lhe permitia aproximar-se do animal sem ser visto, instrumento de caça necessário no extenso chapadão onde vivemos. As caçadas coletivas eram, e ainda são feitas por ocasião das grandes festas *Oloniti* (batismo, moça nova, curas). Nessas festas os parentes distantes se reúnem, comem, bebem chicha, dançam e jogam o *jikunahati*.

O ISA (2014) descreve a atividade de pesca como alternativa aos períodos em que há escassez de caça e envolve toda a comunidade (homens e mulheres), principalmente na pescaria de timbó (*ahó*): “os homens coletam e enfeixam o cipó. Os feixes são macerados pelas mulheres até que escorra o seu suco. Em seguida, os homens fazem o represamento do rio, fixando no local os feixes de timbó” (ISA, 2014, p. 17). O produto da pesca é consumido por toda a comunidade. No PGTA Haliti-Paresi (2019, p. 147) encontra-se uma descrição da atividade de coleta:

A coleta também continua como fonte complementar de alimentos e matéria prima para o artesanato, sendo comercializados internamente e nas cidades. O pequi é fonte de alimento e de renda para cada família. Seus frutos são abundantes e quase todas as famílias coletam para consumo e para comércio nas cidades vizinhas, principalmente em Campo Novo do Parecis, mas também em Brasnorte, Juína e Tangará da Serra.

Estas atividades tradicionais ainda têm seu lugar na cultura Haliti, contudo diversos fatores trouxeram a necessidade de adotar outras atividades econômicas baseadas na cultura *imuti*, estas estão descritas no tópico que trata dos aspectos contemporâneos.

1.2.7 As festas de chicha

As festas de chicha são eventos nos quais a comunidade Haliti se reúne para beber “*olóniti* (beberagem feita de polvilho torrado da mandioca brava), dançar e cantar seus mitos” (ISA, 2014), sendo realizadas por vários grupos locais. Tais festas acontecem para celebrar rituais de passagem individual, ou um ritual de calendário.

Além disso, costumam ser classificadas em grandes ou pequenas. As *olóniti kalóre* são festas grandes que reúnem várias aldeias. Estas ocorrem “na fase intermediária do período seco, de maio a setembro, quando a roça de mandioca brava atinge um ponto ótimo de maturação” (ISA, 2014, p. 19). Pequenas festas, ou “festinhas”, são organizadas pelos moradores de uma única aldeia para celebrar a passagem de um ciclo de trabalho agrícola. Estas festinhas acontecem na passagem da estação chuvosa para a estação seca, nos meses de março e abril.

Os *ihinaiharé kaisereharé* (amigos e parentes) dos moradores da aldeia anfitriã participam dos preparativos, já os *ihinaiharé sékore* (conhecidos, ou amigos distantes), moradores de outras aldeias, são apenas convidados para participar da festa. “Os convidados de uma festa são denominados “festeiros” (*olóniti hoaháre* –

aquele que bebe chicha), e aquele que promove a festa é designado “dono da festa” (*harékahare*)” (ISA, 2014). A realização da festa é assim descrita:

Ao chegarem à aldeia da festa os convidados são recebidos com chicha e cigarros e se dirigem a casa onde uma série de rituais será realizada, além de beberem olóniti e comer as carnes previamente preparadas. Ao escurecer os homens se reúnem no pátio e começam a tocar flautas e fazer discursos de oferendas dirigidos a todos os presentes e às *Yámakas*, as grandes flautas que representam os espíritos dos ancestrais. Dançam, cantam e bebem, enquanto as mulheres e crianças ficam reclusas em suas casas, impossibilitadas de ver o que se passa do lado de fora, pois a elas é proibida a visão da *Yámaka*. (ISA, 2014, p. 19)

As festas de chicha ainda fazem parte da cultura Haliti na contemporaneidade, pois, embora tenham adotado diversos conhecimentos dos *imuti*, procuram preservar a cultura tradicional.

1.2.8 Jogos tradicionais

De acordo com Canova (2019), os Haliti procuram banhar-se após a alimentação, para tanto procuram fazer reservatórios junto às cabeceiras dos rios. Portanto, desde muito jovens treinam natação e saltos. O PGTA Haliti-Paresi (2019) menciona que “Os Haliti têm cinco jogos tradicionais: o *jiconahati*, o *tidimore*, o *jakaakere*, o *matoiti* e o *kolidiho*.”

O *Jiconahati* (cabeça-bol) é um jogo masculino disputado com uma bola de mangaba, designada *igomaliró*, com cerca de 13 cm de diâmetro (ISA, 2014), sendo golpeada com a cabeça pelos jogadores de um time contra os outros de time oposto. “A pontuação é feita quando o adversário não consegue retornar a bola com a cabeça” (PGTA Haliti-Paresi, 2019). O jogo chamado *Tidimore* é assim descrito:

jogado por duas equipes ou apenas por duas pessoas. Estas devem arremessar com a mão uma bola de marmelo, visando atingir duas estacas de arame fincadas no chão, sobre as quais se espetam dois grãos de milho, que ficam a uma distância de cerca de 10 metros dos jogadores. A bola é feita com resina de marmelo. Este jogo é praticado por homens, mulheres e crianças. (*op. cit.* p. 132)

No *Jakaakere* (arco e flecha), os participantes devem acertar um alvo definido. Já o *Matoiti* (peteca) pode ser jogada por dois times, de qualquer número de jogadores. A pontuação se faz quando o adversário deixa cair a peteca no chão. Por

fim, o *Kolidiho* (jogo de bastão), os quais devem ser lançados para acertar um alvo definido (PGTA Haliti-Paresi, 2019).

1.2.9 Arte e cultura material

Na cultura tradicional, as mulheres usavam uma saia curta de algodão, enquanto os homens andavam sem roupa, mas vestidos com estojo peniano. Possuem muito talento com a arte plumária, confeccionando aventais e toucas femininas, além de cocares para os homens que simbolizam posições sociais e outros adornos (ISA, 2014, p. 22).

Figura 3 – Foto da aldeia Wazare em que continua a cultura da arte plumária



Fonte: PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 124.

Na imagem acima (figura 3), percebe-se que usam saias ou aventais de algodão, cuja técnica de tecelagem é de domínio da etnia, com adornos produzidos com penas, colares com dentes de animais e o corpo pintado com grafismos.

Além desses objetos, o ISA (2014, p. 22) menciona que:

Os Paresí fabricam, para o uso próprio, cestos de palha trançada e fiam e tecem algodão para fazer *zamata* (tipóia para carregar bebês), redes, bem como braçadeiras e cintos. Confeccionam diferentes instrumentos musicais, alguns deles considerados sagrados, como as grandes flautas (*Yámaka*) que ficam nas casas cerimoniais, proibidas ao olhar das mulheres.

A produção de artefatos étnicos se configurou como uma das atividades econômicas e, assim, passaram a produzir objetos que pudessem ser comercializados com os não indígenas tais como: bolas de mangaba coloridas, colares e pulseiras de contas do mato, leques, cocares, cestos, peneiras, arcos e flechas e espanadores (ISA, 2014, p. 22).

1.3 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS: OS HALITI E O ETNODESENVOLVIMENTO

1.3.1 Atividades econômicas contemporâneas

O conceito de etnodesenvolvimento surge na década de 1960 a partir de movimentos sociais internacionais que denunciaram as práticas etnocidas na América Latina comandadas por diversos governos militares. Dentre esses movimentos, a *Reunião de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocidio em América Latina* realizada em São José da Costa Rica em 1981 (Silveira, 2011). Esta última reunião teve como resultado a Declaração de São José, a qual denuncia o etnocídio indígena na América Latina e reivindica o “etnodesenvolvimento como um direito dos povos indígenas e um dever dos Estados nacionais” (Silveira, 2011, p. 103).

De acordo com seu idealizador, o mexicano Rodolfo Stavenhagen (1985), o etnodesenvolvimento é concebido como “desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas”, em contraposição à concepção de desenvolvimento linear evolucionista predominante entre 1950 e 1970 e muito presente na atualidade (Silveira, 2011).

No Brasil, o conceito de etnodesenvolvimento é introduzido por Roberto Cardoso de Oliveira que publicou a Declaração de São José em 1993 e o artigo *Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*, de Stavenhagen, em 1985. O antropólogo Paul Little esclarece que, atualmente,

[...] o conceito de etnodesenvolvimento é a segunda meta global da gestão territorial das Terras Indígenas. Esse conceito vem ganhando força na época pós Constituição de 1988 como a nova política que substitui a velha prática da tutela. Etnodesenvolvimento se refere a práticas econômicas e políticas, concebidas e executadas pelos próprios povos indígenas, que avançam os interesses e projetos do grupo enquanto povo e que garantam seu sustento alimentar, material e de saúde. Concebido assim, cada povo indígena teria seu próprio projeto de etnodesenvolvimento. (Little, 2006, p. 39).

Entre os Haliti, a busca pelo etnodesenvolvimento ocorreu por meio da OPAN e da Funai. Segundo Silveira (2011), os trabalhos da OPAN e MIA junto aos indígenas visionavam a “preservação cultural” e valorização das sociedades indígenas por meio da implementação de projetos de incremento das atividades econômicas. O primeiro projeto foi a abertura de um pequeno negócio às margens da BR-364, no qual vendiam gêneros alimentícios e artesanato. Contudo, alguns Haliti passaram a consumir

bebidas alcoólicas, o que levou o grupo MIA a abandonar o projeto. Para que os Haliti se afastassem das margens da BR, os opanistas criaram, nas aldeias Sacre (dos *Waimare*), postos de abastecimento, ou cooperativas, com recursos da produção da borracha.

Nesse contexto, agências de cooperação internacional (Organizações Não-Governamentais - ONG's) como a OXFAM⁶, criada na Inglaterra, ofereciam apoio financeiro para o desenvolvimento entre os grupos indígenas brasileiros. No centro-oeste a OXFAM agiu por meio da MIA e OPAN, “desenvolvendo projetos classificados como humanitários e emergenciais junto aos grupos indígenas durante o período de 1971 a 1992” (Silveira, 2011, p. 135). Entre os projetos estavam as Cooperativas Indígenas e projetos agrícolas a partir de culturas já conhecidas pelos indígenas. Este projeto da área de agricultura influenciou para o surgimento de “grandes projetos de lavouras mecanizadas para o plantio de arroz, entre os demais grupos da região, entre eles os nambiquara e paresi” (Silveira, 2011, p. 135).

Em 1975, inicia-se o projeto das lavouras mecanizadas devido o fracasso das cooperativas. A primeira safra de arroz não atingiu as expectativas dos opanistas, também foi decepcionante para os Haliti devido aos problemas para vender esta safra de arroz, pois o Banco do Brasil, principal comprador, embargou o negócio porque o plantio não foi realizado com financiamento da instituição. Neste contexto, a OPAN abandona o trabalho junto aos Haliti. Porém, o grupo decide continuar com o projeto das lavouras mecanizadas.

Agora com assistência da Funai, a primeira tentativa de implementar os arrendamentos para implantar as lavouras mecanizadas foi negada numa Audiência Pública, em 1996, com a participação da Funai, da Procuradoria Geral da República e produtores da região. No mesmo episódio, a solução para proporcionar entrada de recursos, proposta por órgãos públicos e aceita pelos Haliti, foi a cobrança pelo direito de passagem na rodovia Nova Fronteira (Silveira, 2011).

Somente em 2004 foi firmado o primeiro contrato de arrendamento para o plantio de soja com a duração de oito anos (2004 – 2012). Essa retomada da ideia de parceria foi ocasionada pela necessidade de recursos financeiros e pelo assédio dos produtores da região. Segundo Silveira (2011, p. 143):

⁶ A organização começou na Grã-Bretanha em 1942 como *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford para Alívio da Fome), um nome que mais tarde foi abreviado para Oxfam. (Fonte: <https://www.oxfam.org.br/>)

O acordo inicial previa que os indígenas entrassem com o capital – a terra, e a mão de obra. Da parte não indígena, os *imuti* (vários parceiros da região) entraram com o capital financeiro (para adquirir adubos, insumos, sementes, agrotóxico, maquinários, assistência técnica, entre outros). No final de cada safra, criaram uma forma de pagamento baseado num percentual de produção e os recursos são administrados, seguindo os próprios critérios.

Esta parceria abrangeu as terras indígenas (TIs) Paresi, Rio Formoso e Utiariti. Este contrato de arrendamento teve algumas repercussões negativas e sofreu embargos que só foram retirados em 2019. No capítulo 3 *Narrativa Haliti na multiterritorialidade contemporânea* apresento todo o histórico desse processo na contextualização da produção do documentário em análise. O próximo tópico traz informações sobre a língua materna deste povo, a Haliti, e sobre o uso do português como língua adicional.

1.4 ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E SOCIOLINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA HALITI

Neste tópico apresento algumas características da língua Haliti baseadas em Silva (2013), Brandão (2014) e Duarte (2016), pois o foco desta pesquisa não é a língua materna do povo Haliti, mas o léxico em português que é sua língua adicional – PLA (Lôpo Ramos, 2021). Segundo os autores pesquisados, o Haliti é uma língua da família Arawak (ou Aruák), ramo Arawak do Sul (sub-ramo Paresi-Saraveka). O povo Haliti se refere à sua língua materna como Haliti-Paresi ou Paresi-Haliti, a qual é falada por 90% da população (Brandão, 2014).

1.4.1 Afiliação Genética - Família Aruák

De acordo com estudos de Payne (1991), Aikhenvald (1999) e Ramirez (2001), a família linguística Aruák se constitui de um número aproximado de 40 línguas. Paine (1991) apresenta uma classificação em cinco grupos: ocidental, central, meridional, oriental e setentrional, a qual se baseia no critério de retenção lexical. O linguista Aikhenvald (1999) propõe uma classificação da família Aruák a partir da distribuição geográfica. Assim, ele “dividiu as línguas em catorze grupos, formando duas divisões principais: Aruák do Sul e Aruák do Norte. Paresi pertence ao grupo Aruák do Sul, formando um ramo chamado Paresi-Xingu” (Brandão, 2014, p. 05). Ramirez (2001) também se baseia no critério de retenção lexical, dividindo as línguas em Ocidental e

Terena; Kinikinau † ⁷ ; Guane/Layana †; Chane/Izoceno †; Baure; Moxo, ou Ignaciano; Moxo: Trinitario; Paiconeca †; Pauna †; Apolista †; Saluma
(2) Pareci-Xingu Xingu Waura; Mehinaku; Yawalapiti †; Kustenau † Pareci-Saraveca Pareci †; Saraveca †
3) Aruák do sudoeste Piro-Apuriná Piro; Chontaquiro; Apurina/Ipurina, Cangiti; Inapari †; Mashko-Piro
(4) Campa Ashaninca; Asheninca; Caquinte †; Machiguenga; Nomatsiguenga; Pajonal Campa
(5) Amuesha Amuesha
(6) Chamicuro Chamicuro †
ARUÁK DO NORTE
(7) Rio Branco Wapishana; Mawayana/Mapidian/Mawakwa †
(8) Palikur Palikur; Marawan †; Aruan/Aroa †
(9) Caribenho, ou Extremo Norte Island Carib (Ineri) †; Garifuna (Black Carib, Cariff) Subgrupo do Caribenho Lokono/Aruák; Guajiro/Wayyu; Anun/Parauhano; Taino †; Caquetio†; Shebayo †
(10) Norte-Amazônico Colombiano Resigaró †; Yucuna † (Guaru†); Achagua †; Piapoco; Cabiari †; Maipure † Alto Rio Negro Baniwa do Içana/Kurripaco; Tariana †; Guarequena †; Orinoco Bare †; Baniwa de Guainia †; Yavitero † (Baniwa do Yavita); Mandawak †; Yabaana † Médio Rio Negro Kaixana †; Manao †; Bahwana/Chiriana †

Fonte: produzido pela autora.

A partir do mapa (figura 4) e do quadro 3, percebe-se que a família linguística Aruák não se restringe ao Brasil, estando presente em outros países da América Latina. A apresentação do quadro não abrange todas as línguas pertencentes a essa família, representa uma das classificações que partiu do critério de distribuição geográfica. A partir do quadro 3, a língua Haliti aparece na classificação do ramo Paresi-Xingu, sub-ramo Paresi-Saraveca. Outros estudos mais recentes: Fabre (2005); Brandão & Facundes (2007) fazem uma classificação do Haliti junto com a língua Enawenê-Nawê.

1.4.2 A língua Haliti - Traços tipológicos

Brandão (2014, p. 03) apresenta os seguintes traços tipológicos da língua Haliti

⁷ O símbolo “†” ao lado das línguas no quadro 3, representa que são línguas mortas.

Paresi has 14 consonants and four vowels. Stress is generally not contrastive, and stress assignment depends on syllable weight and number. There are morphophonological processes such as palatalization, coronalization and vowel harmony occurring within morphemes and across morpheme boundaries. The syllable structure is (C)V(V).

Paresi morphology is polysynthetic, head-marking and agglutinative, like Other Arawak languages. Its morphology consists of several morphemes with clear-cut boundaries (i.e. there no fused formatives) and some allomorphic variation. Open word classes include nouns and verbs. Closed classes are pronouns, demonstratives, indefinites, numerals, quantifiers, postpositions, adjectives, adverbs, interjections, and ideophones. Verbs, nouns, and postpositions inflect for person. Person marking on the verb is generally determined by the semantic feature of control; agentive verbs take one set of personal clitics and non-agentive verbs take another.⁸

A língua apresenta categorias nominais de número (singular e plural), de classificadores, e de tempo nominal. Perdeu-se a distinção de gênero, restando apenas vestígios da marca de gênero nas nominalizações. A marca plural nos nomes ocorre por meio do sufixo *-nae*. Quanto aos verbos, a maioria da morfologia é composta de sufixos, podem ser intransitivos, transitivos e bitransitivos, possuindo três mecanismos de diminuição de valência e três de aumento de valência. Além disso, os verbos apresentam as categorias de tempo, aspecto e modalidade. A ordem dos constituintes segue o padrão SOV (Sujeito, objeto, verbo), contudo é flexível. As orações complexas possuem três tipos de estratégias de subordinação (BRANDÃO, 2014).

1.4.3 Situação sociolinguística: variação linguística e contato linguístico

De acordo com Brandão (2014), há duas variantes do Haliti: a variedade majoritária e a minoritária. Os Haliti se dividem em seis grupos sociais: *Waimaré*, *Kaxiniti*, *Kozarene*, *Enomaniere*, *Warere* e *Kawali*. A variedade majoritária é relacionada com o grupo Kozarene e a minoritária com o *Waimaré*. Porém, o casamento entre os vários

⁸ O Paresi possui 14 consoantes e quatro vogais. O acento geralmente não é contrastivo, e a atribuição do acento depende do peso e do número das sílabas. Há processos morfofonológicos, como palatalização, coronalização e harmonia vocálica, ocorrendo dentro de morfemas e através de fronteiras de morfemas. A estrutura silábica é (C)V(V).

A morfologia do Paresi é polissintética, de marcação na cabeça e aglutinativa, como outras línguas Aruák. Sua morfologia consiste em vários morfemas com limites bem definidos (ou seja, não há formativos fundidos) e alguma variação alomórfica. Classes de palavras abertas incluem substantivos e verbos. Classes fechadas são pronomes, demonstrativos, indefinidos, numerais, quantificadores, posposições, adjetivos, advérbios, interjeições e ideofones. Verbos, substantivos e posposições flexionam para pessoa. A marcação de pessoa no verbo é geralmente determinada pela característica semântica de controle; verbos agentivos tomam um conjunto de clíticos pessoais e verbos não-agentivos tomam outro. (Tradução nossa).

grupos dificulta uma separação desse tipo, pois a variação lexical e fonológica pode estar relacionada principalmente com a distribuição geográfica dos grupos. Brandão (2014, p. 09) também afirma que

Há poucos falantes Waimaré, a variedade minoritária, que vivem na aldeia Bacaval. Alguns falantes falam que pode haver uma terceira variedade, falada pelos Kaxiniti, que está quase extinta, com um ou dois falantes. Além disso, há um registro especial, com vocabulário especializado usado em eventos formais; essa variação pode estar relacionada com a idade dos falantes (variação geracional).

Segundo a linguista, a maioria da população Haliti é bilíngue, tendo o Haliti como língua materna (exceto na comunidade Bacaval, onde a primeira língua é o Português). Não há muitos casos de casamento interétnico, contudo número de casamentos com não-indígenas vem aumentando. Devido ao contato com o Português, o Haliti apresenta empréstimo de algumas palavras por razões culturais e funcionais.

1.4.4 Ameaça de extinção

Brandão (2014) considera que o Haliti não se encontra em alto risco de extinção se comparado com outras línguas amazônicas. Contudo, há ameaça pela falta de transmissão para futuras gerações e pelo baixo número de falantes. O uso do português como língua adicional (Lôpo Ramos, 2021) vem se intensificando nos últimos tempos, pois o povo Haliti estabelece diversos contatos com a sociedade envolvente.

Neste aspecto, desde a primeira década deste século, começaram a lutar pelo direito de continuar o projeto de lavouras mecanizadas em suas terras, que finalmente foi atendido em 2019. Além disso, entendem que a formação em nível de graduação pode melhorar a qualidade de vida do povo Haliti que passa a ter profissionais da própria etnia para atender às diversas demandas e projetos. Assim, iniciam os estudos de forma bilíngue na Aldeia e terminam a formação em faculdades e universidades não indígenas. Esta visão de crescimento e desenvolvimento a partir da educação e das relações comerciais tem intensificado o uso do português pela comunidade Haliti.

Os efeitos dessa intensificação no uso serão analisados nesta tese por meio de análise do léxico empregado na narrativa transcrita do documentário, considerado como uma amostra do uso contemporâneo. No próximo capítulo, apresento as bases

teóricas que me direcionaram ao estudo proposto e fundamentaram minhas escolhas metodológicas.

PPGEL/UFMT

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR: OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Língua, cultura, identidade e povo são quatro realidades indissociáveis, conforme aponta Antunes (2009). A autora esclarece que “o povo tem uma identidade, que resulta dos traços manifestados em sua cultura, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal” (Antunes, 2009, p. 19). Portanto, um estudo que tenta isolar qualquer uma dessas realidades não daria conta da real natureza da linguagem, a qual é concebida como interação social. Esta percepção é corroborada pelos apontamentos de Abbade (2011, p. 1332)

Língua e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. Essa língua é organizada por palavras que se organizam em frases para formar o discurso. Cada palavra selecionada nesse processo acusa as características sociais, econômicas, etárias, culturais... de quem a profere. Partindo dessa premissa, estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer a história social do povo que a utiliza.

Partindo desses princípios, entendi que a abordagem multidisciplinar, propiciada pela Linguística Aplicada Multidisciplinar, alinhada com a Onomasiologia seria um caminho mais profícuo para o presente estudo.

Neste capítulo, apresento as bases teóricas da Linguística Aplicada Multidisciplinar que me permitiram um estudo aprofundado do documentário, por meio do hibridismo teórico-metodológico. Embora o foco principal do estudo seja o léxico, o estudo multidisciplinar do documentário permitiu entender os aspectos socio-históricos, culturais e identitários do povo Haliti, bem como permitiu a compreensão das condições de produção e intenções comunicativas do documentário. Estes estudos vão ao encontro do estudo do léxico na perspectiva onomasiológica, pois, segundo esta perspectiva, a combinação de várias abordagens frequentemente ajuda os pesquisadores a obter uma compreensão mais abrangente de como os conceitos são expressos por meio da linguagem.

Dessa forma, as pesquisas em perspectiva onomasiológica exploram questões relacionadas à criação, mudança e uso de palavras com base em seus significados, o que pode envolver análises etimológicas, estudo de metáforas e metonímias, bem como considerações culturais e sociais associadas ao processo de nomeação. Ou

seja, essa perspectiva se coaduna com a abordagem multidisciplinar ao permitir diversas metodologias que promovem um estudo lexical aprofundado e contextualizado.

A seguir apresento o tópico a respeito da Linguística Aplicada Multidisciplinar que proporcionou os alicerces do presente estudo.

2.1 LINGUÍSTICA APLICADA MULTIDISCIPLINAR

Em seus primórdios a Linguística Aplicada (LA) era concebida apenas como a aplicação de teorias linguísticas ao ensino/aprendizagem de língua, à documentação ou à tradução. Contudo, nos últimos trinta anos, a LA se consolidou como área inter/transdisciplinar, estudando práticas de uso da linguagem dentro ou fora da escola (Cavalcanti 1986, 2004, 2006; Moita Lopes, 1996, 2006).

Nesse contexto, os autores Celani (2000), Fonseca (2002) e Soares (2008) apontam para o caráter multidisciplinar e que é notoriamente inerente a LA. Pois, nesse sentido, a LA envolve a integração de princípios e métodos de diversas disciplinas, como psicologia, sociologia, antropologia, educação, neurociência, tecnologia da informação, entre outras. Isso permite uma compreensão mais abrangente dos fenômenos linguísticos e sua relação com outros aspectos da sociedade. Assim, Sousa e Andrade (2016, p. 06) acrescentam que:

Para demonstrar tal natureza multidisciplinar, Cook (2008) faz um apanhado das áreas de concentração da LA e a divide em três grandes grupos gerais que ele classifica como: Linguagem e Educação; Linguagem, Trabalho e Direito; e Linguagem, Informação e Efeitos. Dentro da primeira área, encontram-se educação de primeira língua e de línguas adicionais (segunda língua e línguas estrangeiras), linguística clínica e teorias de avaliação; a segunda área inclui: comunicação no ambiente de trabalho, planejamento da linguagem e linguística forense; por fim, a terceira área abrange a estilística literária, análise crítica do discurso, tradução e interpretação, design de informação e lexicografia.

A divisão tripartite pertence aos estudos em LA fora do Brasil. Em nosso contexto, os estudos abrangem políticas linguísticas, estratégias de produção e compreensão escrita, crenças de ensino-aprendizagem de idiomas, tecnologias e ensino de línguas, dentre tantas outras. Além desses focos de pesquisa a LA brasileira, por seu caráter multidisciplinar, aponta para estudos mais abrangentes com o objetivo de analisar questões de uso da linguagem em todo e qualquer contexto,

seja a interação face-a-face ou à distância, as quais são mediadas pelo texto (Cavalcanti, 1986).

Por outro lado, Moita Lopes (2006) traz à baila questionamentos a respeito da disciplinaridade em LA, considerando o caráter multidisciplinar, pluridisciplinar e transdisciplinar como ultrapassados e propõe uma definição em termos de indisciplinaridade. Contudo, não considero que as abordagens mencionadas sejam ultrapassadas, acredito que a abordagem pode ser escolhida pelo pesquisador com base em seus objetivos de pesquisa. Assim, me filio, nesta pesquisa, à abordagem multidisciplinar da LA.

A linguística aplicada multidisciplinar, doravante LAM, é uma abordagem da linguística aplicada que se caracteriza pela integração de princípios e métodos de diversas disciplinas para abordar questões relacionadas à linguagem. Essa abordagem reconhece que a linguagem desempenha um papel central em muitos aspectos da vida humana e, portanto, exige uma perspectiva multidisciplinar para compreender e lidar com suas complexidades.

Dessa forma, a abordagem multidisciplinar é aplicada em uma ampla variedade de contextos. Isso inclui a pesquisa e prática em ensino de línguas, tradução, aquisição de linguagem, estudos de linguagem em contexto de negócios, análise de discurso, políticas linguísticas, entre outros.

Para os pesquisadores da LAM, a linguagem é intrinsecamente complexa e está envolvida em muitos aspectos da vida humana. Esta abordagem é profícua para o estudo de questões complexas, como o ensino de línguas a grupos específicos (por exemplo, minorias linguísticas), a influência da linguagem na formação de identidade e cultura, a comunicação intercultural e a análise de discurso político.

Além disso, a abordagem busca compreender os fenômenos linguísticos em seu contexto mais amplo, levando em consideração fatores sociais, culturais, cognitivos e tecnológicos. Portanto, trata-se de uma abordagem que reconhece a necessidade de combinar conhecimentos e métodos de diversas disciplinas para entender e abordar questões linguísticas em um contexto mais amplo. Essa abordagem é especialmente valiosa quando se lida com questões complexas que envolvem a linguagem em diversas áreas da vida humana.

Neste sentido, me insiro no campo de pesquisa práticas de linguagem em cenários sociolinguisticamente complexos que foi inaugurado por Marilda Cavalcanti (1999), em suas pesquisas e de suas orientandas, focalizando contextos de

bilinguismo ou multilinguismo de grupos minoritários ou minoritarizados e invisibilizados. Dentre esses grupos, a autora se dedicou ao estudo de comunidades indígenas, comunidades de imigrantes e comunidades de surdos. Seu trabalho serve de inspiração e ponto de partida teórico para as pesquisas atuais, haja vista que a autora foi responsável pela consolidação da LA no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa focaliza as práticas linguísticas do grupo minoritário Haliti, o qual apresenta um contexto de bilinguismo em que a língua materna é o Haliti e a língua adicional é o Português. Como já mencionado, o propósito da pesquisa é analisar o léxico onomasiológico em português presente na narrativa do documentário *Haliti Paresi - origem, história e ascensão*.

2.1.1 Contribuições da Linguística Aplicada para o estudo das línguas em uso pelos indígenas brasileiros

A consolidação da Linguística Aplicada como área (multi/inter/trans)disciplinar na investigação de questões de uso da linguagem dentro e fora da escola ampliou seu campo de pesquisa. Dessa forma, a LA contemporânea não se restringe ao ensino de línguas e abarca contextos complexos de uso da linguagem como o estudo das línguas em uso pelos indígenas brasileiros (Gorete Neto, 2022). Nesse aspecto, a principal contribuição da área diz respeito aos princípios éticos da pesquisa, os quais devem ser construídos a partir da percepção dos indígenas, pois o que pode ser ético para o não indígena pode não ser para o indígena. Como assinala Gorete Neto (2022, p. 05) “[...] não existe mais espaço para investigadores e assessores que tratam povos indígenas como pessoas tuteladas ou como objetos de investigação. O caminho a ser delineado deve ser o do diálogo e da construção conjunta de reflexões e ações”.

Nesse sentido, o pesquisador não indígena deve respeitar o protagonismo indígena e, como acrescenta (Cavalcanti, 1999), o pesquisador deve se comprometer com a causa dessas pessoas. Dentre as causas dos povos indígenas, a mais urgente é a demarcação de suas terras, pois “É a terra demarcada que garante sobrevivência, saúde, educação e, por conseguinte, vitalidade das línguas faladas pelos indígenas” (Gorete Neto, 2022, p. 05).

Além dos aspectos éticos apontados, a LA possui outras características que podem contribuir para os estudos das línguas em uso pelos indígenas:

1. não está encerrada a **nenhuma forma tradicional de organização do conhecimento** e **nem se advoga a prerrogativa da verdade absoluta**, única e imutável; 2. procura **criar inteligibilidades** para os complexos problemas que envolvem o uso da linguagem ou a linguagem em uso; 3. assume o viés da **transdisciplinaridade** o que leva à formulação de uma LA mestiça ou nômade que critica, por sua vez, a modernidade e contribui para a **construção de uma agenda anti-hegemônica no mundo globalizado**; 4. compreende o **sujeito social** como **heterogêneo, fragmentado, fluido, mutável, situado histórica e socialmente**; 5. contempla questões de poder e **responsabilidade ética no fazer pesquisa**; 6. busca trazer à tona **a voz dos sujeitos** envolvidos na pesquisa; 7. coloca-se como um lugar de **renarrativização dos sujeitos e redescrição da vida social**. (Gorete Neto, 2022, p. 07, grifo nosso).

Como apontado nas características acima, esta área de estudos não busca verdades absolutas, mas busca problematizar questões de uso da língua em contextos específicos ao se desvincular de visões hegemônicas, buscando ouvir a voz dos sujeitos envolvidos na pesquisa o que contribui para uma renarrativização na perspectiva das minorias. Tais características são profícuas ao estudo de contextos sociolinguísticos complexos (Cavalcanti, 1999) como os que se apresentam nos contextos dos povos indígenas brasileiros:

1. falantes de uma ou mais línguas ancestrais como primeira língua, com domínios variados do português como segunda língua; 2. falantes de língua portuguesa como primeira língua, em busca de reavivamento de suas línguas ancestrais; 3. falantes de línguas de sinais indígenas, com domínios variados das línguas ancestrais e da língua portuguesa. (Gorete Neto, 2022, p. 07)

Como se percebe são diversos cenários bi/multilíngues e bi/multidialectais (Cavalcanti, 1999) que podem ser encontrados, pois cada povo apresenta uma ou mais variedades do português, as quais podem ser alvo de preconceito por parte dos não indígenas. Além disso, Maher (2005) aponta para o bilinguismo compulsório devido o contato com o não indígena e o caráter hegemônico do português, todavia há que se problematizar a respeito dessa visão vitimista dos povos indígenas. Outras pesquisas apontam para a aprendizagem do português como ferramenta na luta pelos direitos dos povos indígenas, ou seja, apontam para o protagonismo indígena, como abordam Cavalcanti (1999) e Santos (2018) em suas pesquisas.

Assim, a Linguística Aplicada Multidisciplinar (LAM), uma das abordagens dessa área pode focalizar o uso das línguas pelos indígenas, sejam elas as ancestrais ou a majoritária, permitindo compreender como esses povos constroem significados por meio da linguagem em seus diversos contextos: construção de suas identidades étnicas (Maher, 1996), na transmissão de seus conhecimentos e saberes tradicionais,

ou na luta pelos seus direitos. Dessa forma, ao se investigar a língua em uso, o pesquisador se desvincula do contexto escolar e pode abarcar diversos contextos de uso como rituais, atividades coletivas ou materiais audiovisuais. Tal alcance propicia a participação e valorização de sábios, líderes e anciãos indígenas que porventura não dominam a escrita, ou seja, propicia a “valorização e promoção da oralidade nas línguas em uso pelos povos indígenas” (Gorete Neto, 2022, p. 8).

Outra contribuição da LAM no estudo das línguas em uso pelos indígenas é a problematização do próprio conceito de língua, haja vista que uma conceituação de língua tomada como “um sistema subjacente, que responde pela unidade nos diversos usos linguísticos” (César; Cavalcanti, 2007, p. 47) enfatiza o mito do monolinguismo e implica em diversos equívocos como:

2. Considerar como línguas indígenas somente as que menos sofreram o impacto da violência do contato com o não indígena; 3. Associar língua indígena a identidade indígena, prejudicando povos indígenas que tiveram suas línguas ancestrais silenciadas; 4. Invisibilizar as ações realizadas pelos próprios povos indígenas para o reavivamento de suas línguas ancestrais. 5. Desconsiderar a ação criativa dos povos indígenas em relação ao uso da língua portuguesa que culminam nas variedades indígenas do português. (Gorete Neto, 2022, p. 09)

Diante dessas problematizações César e Cavalcanti (2007) propõem a metáfora do caleidoscópio, o qual se constitui por diversos pedaços, cores, formas e combinações que possibilitam diversas combinações influenciadas pelo contexto e pela mistura dos elementos. Assim, propõem uma visão caleidoscópica de língua que reconhece os diversos contextos sociolinguísticos dos povos indígenas, concebendo a língua como ‘conjuntos de híbridos’ passíveis de diversas combinações.

Por fim, a LAM permite problematizar o próprio conceito de bilinguismo que muitas vezes preconiza uma língua alvo e um falante ideal e proficiente. Tal conceito desconsidera o uso real dos falantes. Portanto, o conceito de bilinguismo deve partir das situações de uso:

não significando, neste caso, o domínio pleno e ideal de duas ou mais línguas, mas, ao contrário, o uso que o falante faz dessas línguas. Este uso varia conforme a situação interacional (interlocutores, papéis sociais que ocupam, o que falam, para quem e por que). O enfoque no uso permite enxergar o papel e a função de cada uma das línguas não só para o indivíduo, mas também para a comunidade na qual este está inserido. (Gorete Neto, 2022, p. 10).

Esta concepção de bilinguismo destrona o paradigma de falante e língua ideal, suprimindo preconceitos contra variantes linguísticas como o português indígena (Gorete Neto, 2012), o qual se configura como um híbrido do português hegemônico e as línguas indígenas, o que se coaduna com a visão caleidoscópica de língua.

Todas as contribuições da LAM no estudo das línguas em uso pelos povos indígenas apontam para a necessidade de ouvir esses atores sociais, respeitando sua identidade, cultura e epistemologias, corroborando com o protagonismo indígena.

2.1.2 Problematicando a visão a respeito do português indígena

Dentro do contexto sociolinguístico dos povos indígenas, o português se configura como uma das línguas em uso e constitui os cenários bi/multilíngue como os descritos anteriormente. A denominação português indígena (Gorete Neto, 2012) refere-se às variantes do português que se configuram de diversas formas nos diferentes contextos de língua e cultura indígena. Como afirmam Lucchesi e Picanço (2021, p. 42), a hegemonia do português é fruto de um violento projeto de homogeneização linguística que se instituiu por meio de

extermínio de povos indígenas, da escravidão e de processos degradantes de aculturação forçada. [...] Dessa forma, o violento processo de homogeneização do país, continua em curso na atualidade. Como resultante linguística desse processo, emergem variedades do português que são faladas em muitos casos como segunda língua em comunidades indígenas bilíngues, configurando o que se denomina genericamente português indígena.

Embora eu não compactue com a visão de Lucchesi e Picanço (2021) de que o português seja uma ameaça à existência de línguas indígenas na atualidade, concordo com a definição de português indígena como uma das variedades do português. Como apontam César e Cavalcanti (2007), a língua portuguesa se torna um híbrido, funde-se com a língua materna do povo indígena, o que as autoras comparam com o movimento do caleidoscópio, ou seja, apresenta múltiplas possibilidades de uso e configuração que atendem aos mais diversos contextos e objetivos.

Além de Lucchesi e Picanço (2021), outros pesquisadores adotam a denominação português indígena em suas pesquisas. A designação português indígena é mencionada por Oliveira e Santos (2020) ao resenharem a mesa redonda

moderada por Mônica Savedra e debatida por Beatriz Protti Christino, Karen Pupp Spinissé e Silvana Silva de Farias Araujo, intitulada Estudos da Sociolinguística de Contato no Brasil, que ocorreu em 11 de julho de 2020, como parte da série de eventos online organizada pela Abralín ao vivo – linguistas online.

A designação também se configura em publicações de Gorete Neto (2012, 2022), no texto de 2012 a grafia aparece hifenizada: português-indígena e na publicação mais recente sem o hífen. A denominação também aparece como título do livro organizado por Ferreira, Amado e Cristino (2014): *Português Indígena: novas reflexões*. Por fim, se configura nos textos de Santos (2018, 2022), na primeira publicação encontrada a autora adota a designação português indígena, mas na segunda publicação, a autora deixa de adotá-lo. Santos (2022) menciona as dificuldades diante da complexidade do bilinguismo indígena, esclarecendo que já utilizou diversas categorias mas que na atualidade usa apenas o termo “português” para se referir à variedade do português utilizada pelos indígenas.

Dessa forma, nessa pesquisa, defendo o emprego da denominação português indígena para referenciar a variedade de português utilizada pelos povos indígenas. E, diante do histórico apresentado, no qual o artigo de Gorete Neto (2012) é o primeiro a mencionar a denominação, as menções da denominação português indígena estão acompanhadas da referência à autora.

Na perspectiva adotada para esta pesquisa, embora a língua portuguesa, como a língua do colonizador, traga o ranço da violência do contato e do silenciamento das línguas indígenas (Gorete Neto, 2012), no atual contexto o seu domínio representa empoderamento dos povos indígenas na luta por seus direitos e na consolidação do protagonismo indígena. Além disso, a língua portuguesa pode ser um instrumento na revitalização de línguas em risco de extinção, pois os próprios indígenas podem ter acesso, por meio dela, aos cursos de graduação e pós-graduação que os auxiliem no estudo da língua materna, provendo formas de estudo, descrição, registro e propondo projetos de revitalização a partir da perspectiva dos falantes de determinada língua indígena. Como aponta Cavalcanti (1999), as percepções e intenções de pesquisadores não indígenas podem estar assentadas em estereótipos que não correspondem às reais necessidades e expectativas de uma comunidade indígena.

Nesse sentido, Cavalcanti (1996) relata a situação enfrentada num curso de formação de professor indígena em uma comunidade indígena Guarani, no interior de São Paulo, no qual as pesquisadoras se depararam com o conflito entre o currículo

proposto e a real expectativa dos estudantes. Na situação, a turma de graduandos desejava o domínio do português padrão para que pudessem tornar-se líderes e lutarem pelos direitos de seu povo, ou seja, a formação como professor era uma ideia secundária para o grupo. Fato que ensejou uma mudança de foco no curso oferecido.

Ainda nessa perspectiva, Santos (2018, p. 276) acrescenta que:

Não se trata de dominar ou não a língua portuguesa, mas de ser de direito dos indígenas a possibilidade de expressão da memória de suas tradições nessa língua. [...] O português, na contemporaneidade, é legitimamente umas das muitas línguas do repertório de muitos indígenas brasileiros ao apresentarem exemplos em que a identidade indígena, ou os modos próprios de transmissão do conhecimento, emergem na expressão em língua portuguesa como recursos para a produção de sentido. Se, até a década de 1990, muitos textos ainda associavam o português com a língua do dominador e como uma língua cujo aprendizado é imposto, hoje não mais compartilhamos dessa visão, pelo menos não de modo exclusivo. Embora conscientes de que o português permanece invadindo os espaços das línguas indígenas e talvez esse seja o maior conflito para nós que trabalhamos com seu ensino, não me parece mais coerente com a realidade pós-colonial permanecer acreditando nessa relação dicotômica de imposição linguística.

Diante dessa problematização, e visto que ainda são poucos os indígenas que têm acessado a formação universitária e os espaços de pesquisa, é necessário que os pesquisadores não indígenas se disponham a conhecer as reais expectativas e anseios do povo indígena ao qual dedica seus estudos. Ademais, é necessário romper com as barreiras que têm impedido o acesso de estudantes indígenas ao ambiente acadêmico. Para tanto, deve-se repensar o ensino de português para os indígenas de forma que contemple as especificidades de cada comunidade e seus anseios quanto ao domínio da língua majoritária. Além disso, as ações afirmativas para o ingresso de indígenas nas universidades precisam ser ampliadas.

Tendo em vista essas reflexões, pretendo compreender, a partir dos itens lexicais em análise, as conceituações e representações do povo Haliti a respeito da língua portuguesa e seu processo de ensino/aprendizagem na comunidade. No capítulo de análise do léxico sob a perspectiva da onomasiologia serão produzidas inteligibilidades a esse respeito.

2.1.3 Problematizando os efeitos da globalização para os povos indígenas: da teoria do desalento para a prática do esperar

Nos anos 50 e 60 do século XX, os estudos antropológicos e etnográficos estavam carregados do chamado “pessimismo sentimental” ou teoria do desalento (Sahlins, 1997) que apregoava o desaparecimento das culturas de povos nativos em todo o mundo. Pois acreditavam que “a modernização levaria o processo de deculturação a uma solução final, visto que os costumes tradicionais eram considerados como um obstáculo ao desenvolvimento” (Sahlins, 1997, p. 51). Tal ceticismo apontava que a culminância da aniquilação cultural seria a destruição do Outro. Contudo, Sahlins (1997, p. 52) assevera que

O problema é que, ao negar qualquer autonomia cultural ou intencionalidade histórica à alteridade indígena, as antropologias do sistema mundial se tornaram muito semelhantes ao colonialismo que elas, justificadamente, condenavam. Nossas teorias acadêmicas pareciam perfazer, no registro da superestrutura, o mesmo tipo de dominação que o Ocidente há muito impusera no plano da prática econômica e política. Ao supor que as formas e os fins culturais das sociedades indígenas modernas haviam sido construídos exclusivamente pelo imperialismo — ou então como sua negação —, os críticos da hegemonia ocidental estavam criando uma antropologia dos povos neo-a-históricos.

O pesquisador indígena Daniel Munduruku (2012, p. 37) também denuncia essa postura em seu livro *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*:

A nova Constituição Federal do Brasil, prezados parentes, inaugurou uma nova concepção de política indigenista. E para que isso acontecesse, foi decisiva a participação das organizações sociais indígenas ou não, o que pôs fim a uma abordagem eurocêntrica da temática dos povos indígenas, por sua vez, caracterizada pela concepção de que se tratava de culturas inferiores, que desapareceriam em contato com a suposta superioridade da sociedade civil de matriz europeia. Assim, deu-se início a uma nova era de interação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, agora em situação de igualdade, de horizontalidade, norteadas pelo respeito à diversidade, por meio do reconhecimento da pluralidade de culturas e da garantia de proteção especial às minorias indígenas.

No excerto, Munduruku (2012) chama a atenção para o protagonismo indígena na conquista de uma nova política indigenista que se desvinculava da abordagem eurocêntrica que inferiorizava a cultura indígena e apregoava seu desaparecimento. Delgado (2019, p. 218) ratifica que esse reconhecimento jurídico na Constituição de 1988 “não se deu por bondade dos constituintes, mas foi o resultado de um processo de luta que vinha sendo construídos desde os anos de 1970. Isto mostra que a teoria

do desalento aqui no Brasil desconsiderou o Movimento Indígena que reuniu os diversos povos indígenas na luta por seus direitos.

Neste aspecto, Bruno Latour (1996) pontua que as culturas não estão desaparecendo, na verdade estão ativas e em constante renovação, reinvenção e ressignificação. Ao contrário do que os teóricos do desalento apregoavam, os povos indígenas protagonizam resistências e ressignificações das influências globalizantes, revertendo-as ao benefício de sua existência e resgate cultural.

Da mesma forma, muitos estudos no campo da etnolinguística apontam para as influências da sociedade não indígena e os efeitos da globalização como ameaças à sobrevivência das línguas e culturas indígenas no território brasileiro. Nessa perspectiva, pode-se mencionar os estudos de Ayrton Dall'Igna Rodrigues (1969, 1986, 2002); Márcia Maria Damaso Vieira (1999, 2008, 2014); Wilmar R. D'Angelis (2008, 2014); Vivian Wey Dantas (2005, 2011, 2019) e Ingrid Finger (2007, 2013, 2020).

Contudo, pesquisas como as de Marilda Cavalcanti apontam para “a crescente produção acadêmica envolvendo diversos campos, incluindo a linguística aplicada, sobre a esperança como afeto e razão práticos” (Silva; Bizon, 2022, p. 23). Essa percepção aponta para a esperança como uma prática que lida com o cotidiano aniquilador, reorganizando o conhecimento, a temporalidade e os recursos da linguagem. Essa prática dos povos indígenas na atualidade vem transformando influências culturais e linguísticas, que poderiam ser negativas, em benefícios, ou seja, essas influências se tornam instrumentos tanto no resgate linguístico e cultural, como também na luta por seus direitos.

Em perspectiva semelhante, Fonteles (2012) afirma que a globalização tem aspectos positivos e negativos para os povos indígenas, pois apresenta riscos e oportunidades. Dialeticamente, ao mesmo tempo em que as forças globalizantes põem em xeque culturas e modos de vida tradicionais, também são tomadas como impulso por alguns povos indígenas para o resgate cultural. Dessa forma,

ao invés de sofrerem consequências nocivas, ao contrário, se valem desse fenômeno para lograr ganhos políticos tanto na arena doméstica quanto nas arenas internacionais. Este fato cultural tem expressões jurídicas e políticas concretas, que vão desde o resgate de trajes tradicionais em aldeias ao reconhecimento, por parte de regimes internacionais, ao direito à oitava desses povos, em projetos e leis que os afetem. (Fonteles, 2012, p. 17).

Nesse contexto, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, o desenvolvimento econômico começou a ser pensado de forma sustentável, ou seja, de forma que preserve o meio ambiente. E assim, a comunidade internacional voltou a atenção aos povos indígenas por residirem em espaços ambicionados para projetos econômicos que podem afetar a natureza, além de observarem a relação harmoniosa dos povos indígenas com a natureza. Portanto, ao se tratar de exploração de recursos naturais, o papel das comunidades indígenas na preservação da natureza ganha destaque.

Esta visão, na virada do século XXI, coloca os povos indígenas no centro das discussões internacionais. Assim,

a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 13 de setembro de 2007 a Declaração de Direito dos Povos Indígenas, a fim de estabelecer parâmetros mínimos de respeito aos direitos das comunidades indígenas em todo o mundo, o que inclui o respeito à posse de terras, o acesso aos recursos naturais dos locais onde vivem, a preservação de suas culturas e a autodeterminação. Ainda no âmbito da ONU, criaram-se um Fórum permanente e um Grupo de Trabalho, voltados para as populações indígenas. Além disso, o Estado brasileiro reconheceu os direitos dos povos indígenas declarados pela comunidade internacional ao incorporar a seu ordenamento jurídico a Convenção da Organização Internacional do Trabalho número 169, do ano de 1989, por meio do decreto número 5.051 de 19 de abril de 2004. (Fonteles, 2012, p. 16-17).

Essa movimentação internacional passa a propiciar o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no cenário internacional e nacional, pois abre espaço para a articulação e movimentação política com o objetivo de conquistar e aplicar tais direitos. Portanto, ao invés de perigo, a globalização se tornou uma ferramenta de resgate cultural e de protagonismo indígena na ação política por seus direitos. Ao invés de vítimas, os povos indígenas são os atores nas conquistas políticas por seus direitos e no resgate linguístico e cultural.

Além do cenário descrito, diversos povos indígenas se apropriam da internet – um típico instrumento da globalização – como ferramenta para divulgarem suas culturas e comunicarem-se no âmbito nacional e internacional. “Assim, indígenas criam blogs, produzem vídeos e os lançam na rede mundial de computadores e trocam e-mails para o preparo de reuniões e de fóruns” (Fonteles, 2012, p. 17-18).

Ademais, a tecnologia propiciada pela globalização também impulsionou a produção audiovisual dos povos indígenas rompendo com os paradigmas que os representavam como sujeitos passivos e idealizados. Conforme aponta Delgado

(2018, p. 203), “a popularização das câmeras de vídeo [...] permitiu um maior acesso a equipamentos e à tecnologia que foi utilizada por produtores sensíveis às bandeiras de luta dos povos indígenas e interessados em apresentar de forma positiva a diversidade étnica e cultural brasileira”. Agora, os diferentes produtores têm registrado os povos indígenas como protagonistas.

Assim, também essas tecnologias se tornaram ferramenta de resgate cultural dos povos indígenas ao se apropriarem desses elementos e os adaptarem aos seus propósitos, o que confirma a tese defendida por Sahlins (1997) de que a cultura não está em extinção, pois se adapta, se apropria de outros elementos e os ressignifica no contexto local.

Segundo Delgado (2018, p. 204), as produções audiovisuais se dão de três formas distintas:

A primeira é aquela produção audiovisual realizada por diferentes produtores indígenas, a segunda diz respeito às produções sobre indígenas, produzidas por produtores não indígenas, e por fim, aquela produção realizada em parceria de indígenas e não indígenas. Cada uma dessas situações de produção possui especificidades, mas têm relação direta com o movimento indígena que se utilizou dessa produção áudio visual para divulgar suas memórias, mitos, cosmologias, rituais e sua versão da história sobre o contato com o não indígena, as trocas e os conflitos interétnicos e territoriais envolvidos nessa situação, bem como suas reivindicações em termos de direito à saúde, educação e ao reconhecimento de seus territórios.

Nessa perspectiva, Delgado (2018) defende que a consolidação do movimento indígena contemporâneo se valeu da produção audiovisual como uma forma de resistência. O autor pontua que até recentemente as produções audiovisuais e filmes etnográficos não contavam com a participação de pessoas integrantes dos povos indígenas, assim eram representados como exóticos ou selvagens que atingiriam graus de civilização por meio da ação do Estado⁹. Entretanto, na última década as produções audiovisuais têm representado os indígenas em novas perspectivas, o que Delgado (2018) considera como um dos resultados do movimento indígena contemporâneo que influenciou os indígenas a realizarem seus próprios audiovisuais no intuito de divulgar questões importantes.

Por meio da internet, a divulgação dos audiovisuais produzidos pelos próprios indígenas, ou por parcerias entre indígenas e não indígenas, se tornou uma

⁹ Essa perspectiva foi apregoada pelo evolucionismo cultural.

ferramenta estratégica para tornar públicas as lutas e reivindicações de direitos. Dentre os audiovisuais, os documentários têm se destacado por apresentarem

os povos indígenas no presente e mostram que o contato não produziu a “destruição da cultura”, ao mesmo tempo que não negam as situações de violência vivida durante e após esse contato com o não índio. O que essas produções mostram, na maioria, é que os povos indígenas tiveram acesso à outras formas de tecnologias e as incorporaram no cotidiano, assim como, na produção e registros de seus rituais. (Delgado, 2018, p. 220-221).

Trata-se de uma percepção que se difere do senso comum o qual considera essa incorporação como “perda cultural”. Todavia, as tecnologias foram incorporadas como estratégias para a potencialização e reafirmação das identidades e lutas políticas.

A partir destes apontamentos, considero o documentário do povo Haliti, produzido em parceria com não indígenas, o G 4 drone, como uma dessas ferramentas estratégicas na luta por seus direitos e reafirmação identitária. Assim, adoto nesta pesquisa a perspectiva da esperança como prática (esperançar) ao analisar os corpora retirados do documentário. Também faz parte desse ponto de vista a análise e compreensão dos corpora de pesquisa constituídos pelo léxico em português registrado na narrativa do documentário. Assim, busco compreender as lexias, locuções e expressões incorporadas ao português utilizado pelo povo Haliti como instrumentos estratégicos na luta por seus direitos.

O próximo subtópico apresenta a concepção de narrativa e suas respectivas estratégias de análise empregadas neste estudo. Para compreender as (re)significações e intenções comunicativas das lexias presentes na narrativa do povo Haliti é necessário estudar as características do gênero textual, seu contexto de produção e os aspectos culturais, sócio-históricos e políticos envolvidos.

2.2 NARRATIVAS: CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E TEORIAS ADOTADAS NESTE ESTUDO

Para introduzir este tópico sobre narrativas, recorro às palavras de Roland Barthes (2011, p. 19):

Inumeráveis são as narrativas do mundo. Há, em primeiro lugar, uma variedade prodigiosa de gêneros, distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse suas

narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. Além disto, sob estas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade [...].

A partir dos pressupostos de Barthes (2011) que considera a narrativa como inerente a todas as sociedades humanas, comecei a refletir sobre as diversas acepções e abordagens de narrativa que poderia adotar nesta pesquisa.

Primeiramente, aponto as definições propostas pela perspectiva discursiva de Gerard Genette (1979), em sua obra *Discurso da narrativa: ensaio de método*, que apresenta três concepções de narrativa. A primeira define narrativa como “o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (Genette, 1979, p. 23). Na segunda concepção, que advém da narratologia, “narrativa designa a sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objeto desse discurso, e as suas diversas relações de encadeamento, de oposição, de repetição etc.” (*op. cit.* p. 24). E na terceira concepção, a narrativa designa o acontecimento no qual alguém conte alguma coisa, ou seja, o próprio ato de narrar.

Com base nessas concepções distintas, é preciso admitir que há várias formas de abordagem no estudo de narrativas. Assim, concordo com Silva (2003, p. 23) ao afirmar que

O folclorista, o etnólogo, o antropólogo, o teólogo, o historiador, o arqueólogo, o linguista, o psicanalista, cada um destes pesquisadores (e outros) pode interessar-se pela análise deste “princípio enunciativo” com objetivos diferentes, utilizando-se de metodologias diversas na compilação das histórias e na forma de abordá-las.

Assim, a psicologia discursiva se interessa pelas histórias de vida produzidas em situação de entrevista, analisadas, sobretudo, para a compreensão do desenvolvimento e da construção da subjetividade dos entrevistados. Na perspectiva da teoria literária da narrativa foram construídos parâmetros importantes para o estudo da narrativa (enredo, tempo, personagens, narração etc.), além do estudo estruturalista de Todorov (2006) e Barthes (2011). As abordagens mais

contemporâneas estudam a narrativa ficcional de forma interdisciplinar e em diferentes mídias (Bastos; Biar, 2015, p. 100).

Segundo as autoras Bastos e Biar (2015)

No âmbito dos estudos da linguagem, as narrativas foram pioneiramente estudadas em termos de sua estrutura e características formais (Labov e Waletzky 1968, Labov 1972). Na abordagem laboviana, a narrativa é definida como forma de se recapitular discursivamente experiências passadas a partir de uma articulação sequencial de orações. Entende-se nessa empreitada a sequência como uma propriedade linguístico-discursiva representativa de uma ordem cronológica dos eventos passados em um postulado mundo real (p. 100).

Na perspectiva da pesquisa narrativa, esta pode ser definida como “o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (Bastos; Biar, 2015, p. 99). A presente pesquisa está inserida nesta concepção de narrativa, pois a primeira parte da análise se debruça sobre a narrativa que emerge no documentário sobre o povo Haliti, o qual contou com a participação dos líderes Haliti narrando a história do grupo a partir da memória coletiva.

2.3 A ANÁLISE DE NARRATIVA CONTEMPORÂNEA NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA APLICADA MULTIDISCIPLINAR

A análise de narrativa contemporânea advém das ciências humanas e sociais, sendo o foco desses estudos as narrativas que emergem de contextos espontâneos, institucionais e de pesquisa. Esta perspectiva de análise tem sido adotada nos estudos da Linguística Aplicada Multidisciplinar, LAM, ao reconhecer essa forma discursiva como um objeto privilegiado da pesquisa social, adotando a lente discursiva e interacional para o tratamento analítico das narrativas. Pois, segundo Bastos e Biar (2015, p. 98): “Contando histórias, os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos; analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social.”

No âmbito dos estudos da linguagem, os primeiros estudos das narrativas tinham uma abordagem estruturalista e formalista (Labov e Waletzky, 1968; Labov, 1972). Para Labov (1972), a narrativa é definida como forma de se recapitular discursivamente experiências passadas a partir de uma articulação sequencial de orações. Conforme postulam Bastos e Biar (2015, p. 100), essa perspectiva leva a

entender “a sequência como uma propriedade linguístico-discursiva representativa de uma ordem cronológica dos eventos passados em um postulado mundo real.” Ou seja, é uma percepção baseada na concepção representacional da língua.

Esta perspectiva foi questionada pelos estudiosos da LAM que concebem a língua como performativa, a língua não é a simples representação da realidade, ela é capaz de criar realidades. Destarte, os estudos contemporâneos de autores como Bruner (1990), Linde (1993) e Mishler (1999, 2002) questionam a visão realista/representacionista de narrativa presente nos trabalhos pioneiros:

Esses autores apresentam em comum a tomada da narrativa como uma forma de constituir uma realidade sempre revogável e a serviço de padrões culturais e interacionais. Se concordarmos que as histórias não servem fundamentalmente para informar um “real” que lhes antecede e sobrepõe, então, o que se está reivindicando para as narrativas são funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca. (Bastos; Biar, 2015, p. 101)

Sob essa perspectiva, as autoras entendem a análise de narrativa como um excelente campo para pesquisa ligadas à construção identitária e interação social na área de LA Contemporânea (Moita Lopes, 2006), ou na perspectiva epistemológica construcionista (Moita Lopes, 2002; Gergen, 1998). Esta concepção de análise de narrativa teve sua origem na “virada narrativa”, a partir da qual passou-se a entender que

os dados não falam por si, nem descrevem uma realidade; que o conhecimento produzido em campo é sempre produzido por um pesquisador, ele próprio um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva, e constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única. (Bastos; Biar, 2015, p. 101).

Dessa forma, concordo com Fabrício (2006, p. 50) ao afirmar que o mundo social se forma à medida que as pessoas o discutem, o escrevem e o contestam, ou seja, “no âmbito linguístico-semântico”. Assim, a pesquisa deixa de ser baseada em princípios universais e passa a abordar realidades locais, sendo validada por princípios éticos, ou seja, “que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas e com a transformação destas” (Bastos; Biar, 2015, p. 102).

Estas percepções são a base da LAC, proposta por Moita Lopes (2006), assim a análise de narrativa se torna uma ferramenta útil diante da epistemologia construcionista e do compromisso social, pois:

(i) promove diálogo entre múltiplas áreas do saber; (ii) se debruça sobre a fala dos mais diversos atores sociais, nos mais diversos contextos; (iii) reverbera entendimento do discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade; (iv) **nega a possibilidade de se delinear as identidades estereotipadamente, como instituições pré-formadas, atentando para os modos como os atores sociais se constroem para fins locais de performance** (Butler 1990) e avança no entendimento sobre os modos **como as práticas narrativas orientam, nos níveis situados de interação, os processos de resistência e reformulação identitária**. (Bastos; Biar, 2015, p. 103, grifo nosso).

As partes grifadas na citação acima representam minha visão neste trabalho ao me associar a este tipo de análise narrativa em LAM e adotar os procedimentos metodológicos desta área. Tais análises são de natureza qualitativa e interpretativa, interessadas no que acontece na vida social. Originalmente, as narrativas analisadas têm origem em entrevistas planejadas, de forma semiestruturada ou aberta, com o intuito de propiciar a emergência de narrativas. Estas são gravadas e transcritas a partir de princípios da Análise da Conversa e da Sociolinguística Interacional, passando por adaptações e simplificações e contemplando aspectos suprasegmentais e paralinguísticos (Bastos; Biar, 2015, p. 104). Contudo, eu não tinha como adotar esse procedimento de forma literal, visto que a pandemia de Covid-19 me impedia de ter contato com os Haliti.

Portanto, decidi utilizar os procedimentos metodológicos na análise da narrativa que emergiu num documentário produzido pelos Haliti em parceria com equipe do G-4 drone. O documentário intitulado *Haliti Paresi - Origem, História e Ascensão* é uma produção que apresenta líderes do povo Haliti narrando sua origem, sua história de contato com o não indígena e sua ascensão enquanto grupo étnico que conseguiu resistir às dificuldades enfrentadas e persistiram na luta pela sobrevivência, pelo território e pela manutenção de sua cultura. Embora adotem e ressignifiquem aspectos culturais, linguísticos e tecnológicos da sociedade não indígena, há claramente a preocupação em manter sua cultura tradicional e sua língua materna. Ao menos, é isso que se depreende após assistir ao documentário. A seguir apresento uma breve revisão dos procedimentos metodológicos concernentes à área e que adoto neste estudo.

2.3.1 Procedimentos metodológicos da Análise de narrativa na perspectiva da LAM

A partir das postulações propostas por Bastos e Biar (2015), o processo de análise de narrativas passa pela identificação estrutural da narrativa, pela análise da interação e finaliza com análise de narrativa e identidade. O primeiro procedimento de identificação formal é baseado nos estudos de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972), os quais concebem a narrativa como método de recapitular experiências passadas que combina sequências verbais e sequências de eventos. Estes autores estabeleceram um modelo canônico de narrativa descrito sintaticamente. Segundo os autores, na linearidade da fala as orações se concatenam e estabelecem sequências de eventos cronológicos passados.

Baseadas em Labov (1972), as autoras Bastos e Biar (2015, p. 106) apontam os elementos da narrativa canônica:

1. Sumário: resumo inicial do que virá a seguir, com introdução do assunto e da razão por que a história é contada.
2. Orientação: identificação de personagens, tempo e lugar e atividades narradas, necessárias à contextualização da sequência de eventos.
3. Ação complicadora: sequenciação temporal de orações narrativas, em que o narrador efetivamente deixa de contextualizar e passa a contar o que aconteceu. A ação complicadora é o elemento fundamental para a caracterização de um discurso narrativo. Labov afirma que, se pelo menos duas orações no passado estiverem sequencializadas, remetendo a um passado temporal, se está diante de uma narrativa mínima.
4. Avaliação: explicitação da postura do narrador em relação à narrativa de forma a enfatizar a relevância de algumas de suas partes em comparação a outras. A avaliação também deixa entrever a razão de ser – o ponto – da narrativa. Para Labov, toda narrativa tem um ponto, isto é, um motivo que justifique sua reportabilidade, condição que, segundo o autor, sustenta a relevância comunicativa do surgimento de uma história em um dado contexto interacional. Uma avaliação pode ser feita de pelo menos duas maneiras:
 - a) na avaliação externa, o narrador suspende o fluxo narrativo como um parêntese para observar o seu ponto.
 - b) na avaliação encaixada, o narrador, por meio de recursos expressivos, que não interrompem o fluxo de eventos narrados, insere dramaticidade ao relato, indiciando o sentido como os acontecimentos devem ser entendidos.
5. Resultado: revelação do desfecho da complicação narrativa.
6. Coda: síntese de encerramento que avalia os efeitos da história e/ou retoma o tempo presente da interlocução.

O documentário em análise é um material audiovisual protagonizado por indígenas Haliti, portanto o registro em vídeo é multimodal. Assim a narrativa presente se encontra na modalidade oral do português, sendo reforçada por imagens e outras linguagens. Dessa forma,

para realizar o registro da narrativa, foi necessário transcrever as falas adotando as convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989), conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Convenções de transcrição, segundo a Análise da Conversação

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>Sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[	início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso

Fonte: BASTOS e BIAR, 2025, p. 126.

As transcrições foram realizadas em documento Word, cujo formato facilita os procedimentos de análise e a conversão para outros formatos, caso necessário. Assim, o primeiro passo, após as transcrições, foi identificar e descrever a estrutura das narrativas, os movimentos retóricos, as relações de sequencialidade, causalidade e consequência (Biar; Orton; Bastos, 2021). O passo seguinte consistiu em analisar a interação no contexto em que a narrativa foi produzida, utilizando categorias de análise advindas da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversa. Na perspectiva das autoras Biar, Orton e Bastos (2021, p. 241) algumas questões podem direcionar esta análise:

quais são as demandas expressivas do encontro? Como as narrativas e a construção de si do narrador podem estar respondendo a essas demandas? Em meio a que sequência de ações interacionais a narrativa emergiu? Que ação ela mesma parece performar essa sequência? Como os(as) participantes cooperam na construção da história? Como eventuais desconfortos e constrangimentos interacionais são negociados?

O último passo da análise, nomeado como *Narrativa e identidade* (Bastos; Biar, 2015), articula a análise de narrativa com os estudos do discurso e das identidades sociais preconizados pela Linguística Aplicada Multidisciplinar. Na perspectiva de Bastos (2005, p. 81), a produção e a interpretação da narrativa constroem sentidos identitários, pois

as escolhas que fazemos ao nos introduzir como personagens em certos cenários, em meio a outros personagens e ações, se dão em função do modo como nos posicionamos em relação a esses elementos e nos afiliamos a certas categorias sociais, mesmo que contingencialmente, sendo parte de um processo de apresentação e interpretação de pelo menos algumas dimensões de quem somos: “ao contar estórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores, ou seja, ao contar estórias, estamos construindo identidades”

Assim, trata-se de uma análise “macro” que aponta os processos empregados para legitimar sentidos (Moita Lopes, 2001), dessa forma investiga-se vozes e cosmovisões que extrapolam o contexto de enunciação e o próprio enunciador. Devido às características descritas, adotou-se da análise tripartite, proposta pelas autoras Bastos e Biar (2015), somente os dois primeiros passos: a identificação da estrutura e a apresentação do contexto de produção da narrativa registrada no documentário, entendendo que estes procedimentos podem ajudar a refletir sobre o contexto de registro das lexias analisadas no capítulo quatro.

Assim, além da análise de narrativa, segundo a Linguística Aplicada Multidisciplinar, foi realizada uma análise do léxico extraído do corpus, sob a ótica da onomasiologia, com o intuito de identificar as influências interculturais na identidade, cultura, cosmologia e cosmovisão do grupo Haliti.

2.4 LEXICOLOGIA, ONOMASIOLOGIA E SEMASIOLOGIA

A lexicologia é uma ciência que tem o propósito de estudar o léxico em relação aos demais sistemas da língua e, principalmente, as relações internas do próprio léxico. Portanto, compreende a formação de palavras, a etimologia, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, de forma que se associa com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica (Abbade, 2011). Essa definição se completa com a afirmação de Xavier (2011, p. 2) “a Lexicologia se caracterizaria pela

formulação de teorias, tendo em vista a descrição e a análise do léxico, estando também entre suas funções analisar os processos de renovação lexical.”

Como assevera Abbade (2011), embora os estudos acerca das palavras tenham iniciado na Antiguidade Clássica¹⁰, os estudos lexicais não foram priorizados por muito tempo nos estudos linguísticos que se ocupavam dos estudos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Dessa forma, a lexicologia é uma ciência recente. Somente no final do século XIX, com o surgimento da geografia linguística e o desenvolvimento da onomasiologia, os estudos linguísticos deixam de focar a investigação fonética e passam a abranger os problemas lexicais.

A relação da onomasiologia com o início da lexicologia também é apontada por Castilho e Carratore (2001, p 129):

Como parte da Semântica, a Onomasiologia, assim como a Semasiologia, que lhe é o complemento, é o resultado de uma das tendências mais marcantes da evolução da Linguística na transição do séc. XIX ao séc. XX: a transferência do centro das investigações, que passa do som à palavra. Em outros termos, é o triunfo da Lexicologia sobre a Fonética.

A partir dessas considerações, passo a discorrer a respeito da lexicologia e onomasiologia, enquanto abordagem de estudo lexical, para que se possa compreender os procedimentos de análise.

2.4.1 Lexicologia

A lexicologia é definida por Takinami (2023) como o estudo das unidades lexicais em sua totalidade, partindo do significante ou do significado. Baseando-se nas ideias de Barreto (2014), para quem a pesquisa lexicológica compreende as relações das lexias no contexto social e cultural e tem a Semântica como ciência auxiliar, a autora assevera que nesta área de estudo, “a língua não é explorada de forma isolada, mas a partir do contexto em que foi utilizada/empregada, por isso a relação com a dimensão de significação da palavra é importante (Takinami, 2023, p. 99). Esta percepção justifica a escolha da abordagem multidisciplinar anteriormente

¹⁰ As pesquisas relacionadas ao léxico (palavra), a morfologia das lexias/dos signos linguísticos, tiveram início no século IV a.C. na Índia, com Panini, por meio dos estudos do sânscrito e a delimitação de elementos significativos da linguagem. Nesse mesmo século, os gregos começaram a refletir sobre o léxico e associá-lo ao conceito, sistematizando o estudo semântico associado à nomeação das palavras. Já do Renascimento ao século XVIII, com o advento da imprensa, foram desenvolvidas obras lexicográficas, isto é, a confecção de dicionários mono e plurilíngues (Takinami, 2023, p. 98).

apresentada, pois por meio dela investigou-se o contexto social, cultural e textual no qual surgiram as lexias que compõem os corpora em análise.

Nesse contexto, torna-se crucial para o estudo lexicológico a diferenciação dos termos *palavra*, *vocabulo* e *lexia*. Embora sejam sinônimas no senso comum, as acepções se diferem no campo da Lexicologia. Abbade (2011, p. 1333-1334) apresenta a seguinte definição desses termos:

Na verdade, todos sabem o que é uma palavra: é um termo genérico, tradicionalmente utilizado na língua, fazendo parte do vocabulário de todos os falantes. Mas, se a palavra é um termo que faz parte do vocabulário do falante, subtemde-se que palavra e vocabulário são conceitos distintos. Qual é essa distinção?

O vocabulário pode ser entendido como o subconjunto que se encontra em uso efetivo, por um determinado grupo de falantes, numa determinada situação, melhor dizendo, vocabulário é o conjunto de palavras utilizadas por determinado grupo. E a lexia?

Dizer que lexias são as palavras de uma língua, estaríamos tornando-a sinônimo da palavra. Então, qual a diferença entre esses termos? É que a lexia, diferente da palavra, é a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tenha significado social.

Dessa forma, diferencia-se as palavras gramaticais ou morfemáticas, como os artigos, as conjunções e preposições das palavras lexemáticas ou referenciais, como substantivos e adjetivos, por exemplo. Corroborando com essa acepção, Biderman (2001) afirma que o léxico de uma língua é constituído através de processos de nomeação e categorização dos seres, objetos etc., assim surgem os signos linguísticos, os quais registram o conhecimento de mundo de uma determinada comunidade.

Além disso, é importante diferenciar lexia de lexema. Com base em Biderman (2001), Paula (2006, p. 110) assim define os dois conceitos:

Lexemas são formas léxicas abstratas, livres ou dependentes e variáveis porque se realizam, no plano do discurso, nas lexias, e não estão presas a outras. As lexias, por sua vez, são formas concretas que, na fala, realizam os lexemas, de modo simples ou complexo. Nesta perspectiva, os lexemas constituem o léxico, o “vasto universo de limites imprecisos e indefinidos”, “o universo conceptual” da língua a que se refere a autora [...] e as lexias compõem o vocabulário do recorte linguístico em estudo.

Dessa forma, “todo o conhecimento do universo matiza-se no léxico de uma língua, porque cristaliza-se, ou materializa-se nos signos linguísticos, proporcionando, assim, o seu armazenamento mnemônico, isto é, sob a forma de memória” (Souza; Xavier, 2019, p. 137). Portanto, é por meio do léxico que os conhecimentos de mundo

são estruturados, o qual pode remeter para o linguístico, ou para o extralinguístico (Barbosa, 1991).

Tais características do léxico eram estudadas pela Onomasiologia que abriu caminho para o desenvolvimento da Lexicologia, como supracitado. Castilho e Carratore (2001, p. 130) afirmam que

A onomasiologia, que existia já em fins do séc. XIX, tomou impulso decisivo com o desenvolvimento da Geografia Lingüística, cujo grande representante foi J. Gilliéron, e com o movimento intimamente relacionado com esta, a chamada corrente das Palavras e Coisas ("Wörter und Sachen"). A motivação principal que levou a Geografia Lingüística a adotar e desenvolver a Onomasiologia foi o grande número de termos regionais recolhidos pelos inquéritos Lingüísticos e que reclamava dos dialetólogos um método capaz de avaliar-lhes a extensão e a profundidade, encarando-os de modo orgânico; somente assim se poderia compreender o homem regional em profundidade, através de seus meios de expressão (*sic*).

Com a consolidação da Lexicologia, a onomasiologia e a semasiologia se tornaram subáreas desta ciência, assim como a lexicografia, a terminologia, a semântica e a etimologia (Abbade, 2006).

Dessa forma, passei a considerar a Onomasiologia como uma abordagem profícua ao estudo lexical pretendido nessa pesquisa, pois permite um estudo abrangente e contextualizado do léxico em português de origem não indígena, revelando as motivações dessa incorporação lexical e as ressignificações empreendidas pelo povo Haliti.

2.4.2 Onomasiologia e Semasiologia

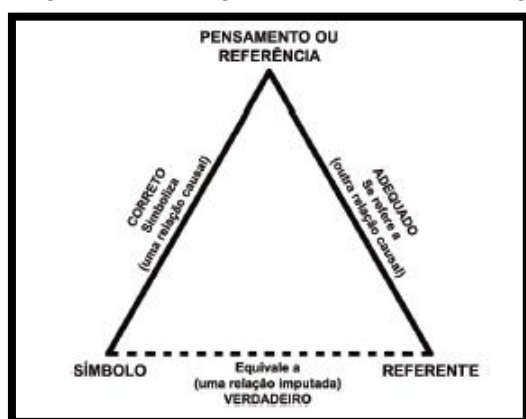
A onomasiologia é definida por Babini (2006) como o ramo da linguística que investiga os aspectos ligados ao processo de denominação que parte da ideia para o signo. Este ramo contrasta com a semasiologia que parte do signo para a ideia, sendo o modelo empregado na elaboração de dicionários tradicionais. Em outras palavras, a onomasiologia investiga como as comunidades procuram e atribuem nomes às ideias, conceitos ou objetos, enquanto a semasiologia trata de como as palavras adquirem significados.

Por outro lado, Castilho e Carratore (2001) definem a Onomasiologia como um método que, partindo da noção (conceito), busca atingir as diferentes designações com que aquela noção encontra expressão na língua, examinando diversas

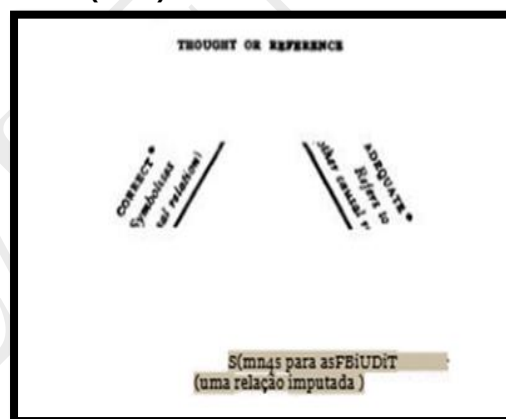
expressões que formam um conjunto. Enquanto método, a onomasiologia também pode subsidiar estudos na área da Terminologia, pois esta foca no conceito, buscando “uma univocidade, no sentido de estabelecer a exata delimitação dos conceitos, uma orientação prescritivista voltada para a normatização e a padronização dos termos” (Friedrich, 2021, p. 54).

Ademais, Castilho e Carratore (2001) afirmam que a Onomasiologia também se constitui numa das formas de abordagem do signo saussuriano, o qual associa a imagem acústica ao conceito, pois ela visa atingir o signo a partir do conceito. Tais princípios foram representados graficamente na obra de Ogden e Richards (1923), cujo capítulo intitulado *Pensamentos, palavras e coisas* (Thoughts, Words and Things) apresenta o triângulo da referência que foi adaptado e traduzido por Souza (2019):

Figura 5 – Triângulo da referência de Ogden e Richards (1923)



Fonte: Souza, 2019, p. 26 (tradução).



Fonte: Ogden e Richards, 1923 (original).

Conforme a figura 5, ao utilizar a linguagem, usamos símbolos (ou signos) motivados tanto pela referência que estamos realizando como por fatores de ordem social e psicológica (Ogden; Richards, 1932). Conforme os autores, dentre os fatores psicológicos e sociais, se configuram o propósito do emissor ao fazer a referência, o efeito que o símbolo promove nos receptores e a atitude do emissor. Dessa forma, Souza (2019, p. 26) conclui que “o uso de palavras e expressões e o significado que carregam dependem dos conceitos que fabricamos em nossa mente, levando em consideração aspectos exteriores à mente, como o meio social”.

A representação de Ogden e Richards (1932) fundamenta as relações com base em três níveis de relação semântica: o símbolo, o pensamento e o referente, o qual foi revisado por Ullmann (1964), Baldinger (1970) e Heger (1975). Como destaca Souza (2019, p. 25), as revisões do triângulo de referência realizada pelos outros

autores fazem novas adequações à lógica estabelecida e fomentam discussões no campo da onomasiologia, “sobre como conceitos e coisas no mundo se relacionam a palavras e a expressões da língua”.

Em sua revisão, Ullmann (1964) criticou o triângulo de Ogden e Richards (1923) por não haver relação direta entre as palavras e as coisas, assim, baseia-se nos estudos saussureanos e propõe um novo diagrama:

Figura 6 – Triângulo de Ullmann (1964)



Fonte: Ullmann, 1964.

A figura 6, proposta por Ullmann (1964), substitui o referente por coisa. Além disso, o autor destaca o fato de que o triângulo proposto por Ogden e Richards (1932) trata da palavra atuando no ouvinte, assim desconsiderando a perspectiva do falante. Para Ullmann (1964), nome e sentido possuem uma relação recíproca e reversível, ou seja, o nome se conecta à coisa por meio do sentido e vice-versa. O autor denomina essa relação como significação (Martins, 2013).

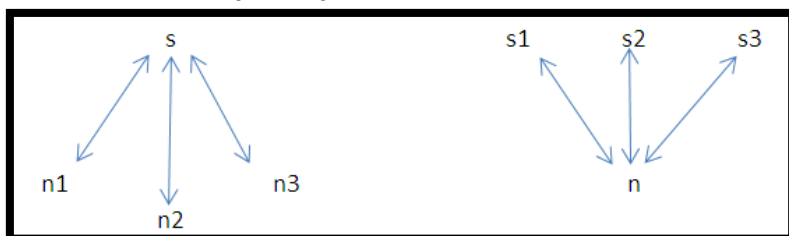
A partir do Triângulo de Ullmann (1964), Baldinger (1970) compreende a relação entre nome e sentido como campo das significações, a semasiologia, e campo das designações que corresponde à onomasiologia. A partir desta perspectiva, Baldinger (1970) aponta para a complementaridade das duas percepções como correspondentes à natureza dupla do signo linguístico, a saber, forma e conteúdo.

Dessa forma, a onomasiologia tem o propósito de nomear os conceitos (ou sentido), ou seja, designar. Assim, um conteúdo mental (ideia) encontra expressão por meio de diversos significantes (Souza, 2019).

Ademais, Martins (2013) chama a atenção para o fato de que nesse processo de significação a palavra não é considerada de forma isolada, admitindo que “vários

nomes podem estar ligados por meio de um único sentido, assim como um nome pode estar ligado a diversos sentidos”, como esclarece a figura a seguir:

Figura 7 – Vários nomes ligados por um significado (esquerda) e um único nome relacionado a diversos sentidos (direita)



Fonte: Martins, 2013, p. 74.

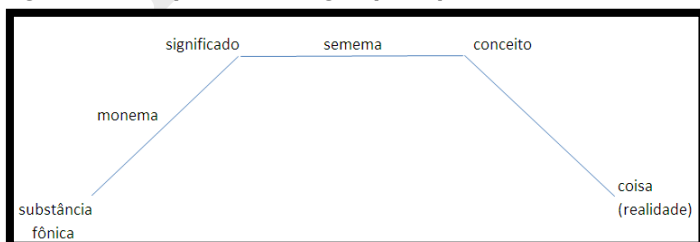
O modelo representado na figura 7 esclarece a relação interdependente e dicotômica entre a semasiologia e a onomasiologia. Conforme aponta Martins (2013, p. 74) “o significado pode ser analisado tanto a partir do nome, como fazem os dicionários alfabéticos, quanto do sentido, como fazem os dicionários dedicados às diversas áreas de conhecimento, ou seja, aqueles conceituais”.

Por outro lado, Heger (1975) discorda do triângulo de Ullmann (1964) ao propor um trapézio, no qual é possível analisar o conteúdo sem alterar a unidade do signo linguístico. O trapézio separa o significado do conceito. Nesta concepção

o significado é um conjunto de todos os sememas de um significante. O sema é uma unidade mínima distintiva da substância do conteúdo ou um traço semântico. O monema é uma unidade mínima de significado e é composto por uma forma de expressão e uma forma de conteúdo. (Martins, 2013, p. 75).

Assim, o novo modelo de signo linguístico proposto por Heger (1975) apresenta a seguinte forma:

Figura 8 – Trapézio de Heger (1975)



Fonte: Heger, 1975.

Como é possível notar, Heger (1975) desdobrou o ângulo superior da metáfora geométrica de Ullmann (1964) a qual desdobrou o “conceito” em: significado, semema e conceito. Assim, Martins (2013, p. 75-76) explica que

onomasiologia e semasiologia situam-se no plano do conteúdo: a semasiologia parte do significado para então examinar as diferentes significações; já a onomasiologia parte do conceito para encontrar as variadas designações, buscando os monemas que expressam o conceito referente. Por conseguinte, no campo semasiológico está representada a estrutura interna de apenas um significado, assim como no campo onomasiológico estão representados todos os sememas relacionados a diferentes significados, porém um mesmo conceito.

A partir das conceituações e características desta abordagem, entendi que seria o caminho para a compreensão e análise do léxico não indígena presente no português indígena (Gorete Neto, 2012) utilizado pelo povo Haliti e registrado na narrativa presente no documentário em estudo. A partir dessa perspectiva, torna-se possível refletir sobre a ressignificação atribuída ao léxico em português apropriado pelo grupo étnico, bem como suas intenções comunicativas na produção do documentário.

2.4.3 Metodologias de estudo do léxico na perspectiva onomasiológica: Hallig; Wartburg (1963) e Coseriu (1977)

Como demonstrado anteriormente, léxico refere-se ao conjunto de unidades lexicais (lexias) que fazem parte de uma língua. Envolve o estudo das lexias, seus significados, usos, formas gramaticais e relações semânticas entre elas.

Por outro lado, conforme detalhado anteriormente, a onomasiologia é um ramo da linguística que se dedica ao estudo dos conceitos e como encontram expressão na língua. Assim, essa abordagem investiga como os conceitos encontram expressão por meio das lexias, os fatores extralinguísticos que afetam esse processo, dos quais podemos mencionar contexto, cultura e necessidades comunicativas. Se constitui numa abordagem que procura entender o processo de seleção das palavras usadas para representar o pensamento humano e as diferentes significações que podem surgir.

Na presente pesquisa, procura-se compreender as ressignificações e intenções comunicativas do léxico de origem não indígena que foi incorporado ao português indígena (Gorete Neto, 2012) registrado no documentário, no qual evidencia-se o

protagonismo de líderes Haliti que narram a trajetória do povo Haliti desde sua origem mitológica até o ano de 2019, quando o documentário foi concluído. Para tanto, o estudo contou com procedimentos metodológicos multidisciplinares inspirados na Linguística Aplicada Multidisciplinar que apresentamos anteriormente. Como já destacado, a perspectiva multidisciplinar focou aspectos históricos, sociais, geográficos, econômicos e políticos do povo Haliti que influenciaram na produção do documentário, bem como as intenções comunicativas expressas na narrativa ou depreendidas pelo estudo do contexto de produção.

Para a análise do léxico na perspectiva onomasiológica foram adotadas as metodologias do Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963) e a teoria dos campos lexicais proposta por Eugenio Coseriu (1977).

Hallig e Wartburg (1963) defendem uma classificação com base nos conceitos expressos pelas palavras, abandonando-se o sistema alfabético dos dicionários. Assim, os autores propõem uma organização conceitual de uma língua fundada no seu caráter onomasiológico. Dessa forma, as lexias se organizam em uma língua por meio de relações conceituais, servindo para expressar o mundo exterior e o mundo criado pelas relações do homem, enquanto ser social e espiritual (Paula, 2011).

Nessa perspectiva, justifica-se o Sistema Racional de Conceitos (SRC) proposto pelos autores, pelo princípio básico de uma língua supracitado pelas relações conceituais entre as lexias desnuda a percepção de mundo expressa pela língua (Paula, 2011). Ou seja, o estudo das lexias classificadas a partir do SRC permite estudar os aspectos sociais e culturais da comunidade que utiliza a língua em estudo, pois esse sistema de classificação reflete as línguas como entendimento do mundo.

Os autores, Hallig e Wartburg (1963), salientam que o mundo não é um caos, mas um todo organizado e, portanto, a língua reflete essa organização. O que Paula (2011, p. 346) explica da seguinte forma:

as línguas expressam o modo como se apreende o universo que rodeia as pessoas e as relações que entretecem nele; é possível, então, estabelecer como o léxico que o representa se organiza, sem que o fundamento conceitual se configure caótico. Tal perspectiva toma as palavras como “signos de conceitos”.

Para os criadores do SRC, a classificação dos conceitos se baseia de forma “estritamente lógica”, ou seja, de maneira pré-científica e empírica de perceber,

organizar o mundo e se relacionar com ele (Paula, 2011). Nesse sentido, Hallig e Wartburg (1963) propõem um sistema de classificação tripartido em: *O universo, O homem, O homem e o universo*, os quais apresentam subdivisões que serão expostas no capítulo quatro. Como aponta Paula (2011, p. 346)

é importante entender que a noção de sistema adotada pelos autores do SRC concebe que, embora tripartido e subdividido ainda mais, o conjunto organizado não significa isolamento dos conceitos apreendidos no estudo da língua. É, sim, a demonstração de que um conceito advém do outro e se relaciona imediatamente com ele e com o que dele derivar.

O sistema proposto por Hallig e Wartburg apresenta cada parte que sucedendo à outra, conforme as relações em um sistema. Assim, os conceitos são apresentados em partes de forma gradativa e interdependente como os conhecimentos de mundo. Portanto, “depreende-se que o universo antecede a toda e qualquer forma de relação humana, o homem como ser físico e social se caracteriza isoladamente para, depois, serem dadas as suas relações com o universo” (Paula, 2011, p. 347). A partir dos pressupostos destes autores reuni os corpora em estudo por meio de um inventário das lexias baseado na classificação do SRC.

Para a descrição e análise das lexias, locuções e expressões selecionadas do inventário, as quais julguei evidenciar as influências do não indígena na cultura Haliti, recorri à teoria dos campos lexicais proposta por Eugenio Coseriu (1977), a qual se constitui numa abordagem linguística que busca compreender a organização e a interconexão das lexias em uma língua. Segundo essa teoria, o vocabulário de uma língua não é composto por palavras isoladas, mas sim por campos semânticos ou campos lexicais, que são conjuntos de lexias relacionadas conceitualmente.

Os campos lexicais são formados por itens lexicais que compartilham significados semelhantes ou opostos entre si. Esses campos não são organizados de forma aleatória, mas são estruturados de acordo com os princípios da semântica lexical e das relações de significado. Como assevera Paula (2011, p. 348)

As escolhas lexicais obedecem a paradigmas limitados e delimitáveis no conjunto lexical da língua. Realizam-se em função do saber que se tem das possibilidades significativas e das intenções comunicativas nas interações verbais. No entanto, no vasto mosaico de limites imprecisos que é o léxico, as escolhas feitas buscam nos paradigmas as unidades que convêm no ato discursivo. Arranjadas por identidades e oposições, as unidades léxicas constituem o que Coseriu denomina campos lexicais de uma língua, a sua estrutura paradigmática primeira.

Portanto, os campos lexicais são estabelecidos pelas *zonas de significação*. A partir do levantamento das lexias, é possível visualizar os múltiplos campos lexicais e os múltiplos lexemas da língua em estudo. Assim, os signos se entrelaçam nas significações e, concomitantemente, preservam sua identidade por meio de relações de oposição e identificação nos campos lexicais. Dessa forma, as lexias compõem zonas de significação contínua, pois o processo de significação não ocorre de forma isolada. No uso efetivo da língua, as lexias podem se agrupar em múltiplos campos lexicais.

Coseriu (1977) também enfatiza a importância do contexto linguístico e extralinguístico na determinação dos limites e da composição dos campos lexicais. Para suprir este critério do contexto linguístico e extralinguístico no processo de significação e ressignificação das lexias em estudo, procedeu-se ao estudo das características do gênero narrativa e do contexto de produção do documentário. O próximo capítulo, apresenta este estudo contextual que adotou os princípios da Linguística Aplicada Multidisciplinar e antecede o estudo lexical baseado nos métodos onomasiológicos expostos nesse último tópico.

CAPÍTULO 3

NARRATIVA HALITI NA MULTITERRITORIALIDADE CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, apresento a transcrição do documentário *Haliti Paresi: origem, história e ascensão* e a análise sob o viés da Linguística Aplicada Multidisciplinar. Eu começo com uma breve introdução, apresento uma descrição do documentário, seguida da apresentação dos entrevistados e, depois, apresento a transcrição das falas. Para a transcrição, adotei as convenções da Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989), os quais apresentei na metodologia. Após a transcrição, apresento o processo de análise da narrativa contemporânea.

O primeiro passo consiste na identificação da estrutura narrativa presente no documentário, seguindo os princípios de Estrutura Canônica propostos por Labov (1972). Nesta análise, verifico se os elementos estruturais propostos por Labov (1972) estão presentes nas falas transcritas. O segundo passo consiste na análise das condições de produção do documentário, a qual é denominada de “Análise da interação” pelas autoras Bastos e Biar (2015), para tanto sigo os processos sugeridos por elas. O terceiro e último passo, denominado de “Análise de narrativa e identidade” por Biar, Orton e Bastos (2021), consiste na análise de embates discursivos e construção de identidade durante as falas transcritas.

3.1 APRESENTANDO O DOCUMENTÁRIO E OS ENTREVISTADOS

Para representar uma das narrativas contemporâneas produzidas pelo povo Haliti, neste contexto de multiterritorialidade, escolhi o documentário *Haliti Paresi: Origem, História e Ascensão*, de domínio público, disponibilizado na multiplataforma do YouTube em 14 de janeiro de 2019. O documentário foi produzido por G4 DRONE, sob a direção de João Carlos Grisoste Santana Barbosa, apresentando o depoimento de lideranças Haliti. A gravação foi realizada no Chapadão dos Parecis localizado entre os municípios de Sapezal, Campo Novo do Parecis e Tangará da Serra, em Mato Grosso/Brasil. Segundo a própria descrição, o documentário mostra através da visão dos próprios indígenas a origem da etnia Haliti, acontecimentos das últimas décadas e como se deu a ascensão financeira, intelectual e cultural deles.

A escolha dessa produção se deve à intensa participação do povo Haliti desde a escrita do roteiro por Sonia Zoazokamaero Souza e o protagonismo de lideranças Haliti, os quais foram entrevistados para a composição da narrativa presente no longa-metragem. Os locais de gravação retratam diversas aldeias: Aldeia Bacaval, Aldeia Catiola, Cidade de Pedra, Ponte de Pedra, Aldeia Quatro Cachoeiras, Aldeia Rio Verde, Aldeia Sacre, Aldeia Salto da Mulher, Aldeia Utiariti, Aldeia Vale do Papagaio, Aldeia Wazare.

Na gravação, os turnos de fala são revezados pelos participantes e cada um parece dar continuidade no enredo “tecido” por meio de cada participação. As vozes parecem se unir numa única narrativa dividida em três partes, a primeira retrata a origem do povo Haliti, a segunda retrata a história de contato e resistência nas últimas décadas e a última parte conta a trajetória de ascensão vivenciada pelo grupo étnico. Agora, apresento, no quadro que se segue, cada um dos personagens reais que compõem a trama narrativa do documentário. Para facilitar a organização da transcrição em outros quadros, os entrevistados serão identificados pela inicial maiúscula e seguida de sequência numérica crescente conforme a ordem em que os entrevistados aparecem no documentário. Assim, utilizei as identificações E1, E2, E3 e assim por diante, o quadro de apresentação dos entrevistados traz o código de identificação de cada um deles.

Quadro 5 – Apresentação e identificação dos entrevistados no documentário

E1: Carmindo André Orozokie	E2: João Arezomae	E3: Vandemiro Yamore	E4: Narciso Kazoizese
 E1: Carmindo André Orozokie mora na TI Utiariti, na aldeia Salto da Mulher, comunidade responsável por uma área de 500 hectares de lavoura.	 E2: João Arezomae é cacique da aldeia Rio Verde, ancião chefe do povo Haliti, cacique-geral. Grande liderança Paresi, defensor da cultura, dos costumes, e das causas dos povos indígenas.	 E3: Vandemiro Yamore lutou pela demarcação de Terras Indígenas, dentre elas a TI Utiariti, no início da década de 1980. Também atuou como presidente da associação Waimare. O cacique morreu aos 71 anos em 2021, vítima da Covid19.	 E4: Narciso Kazoizese é cacique na aldeia Quatro Cachoeiras, um dos anciões mais respeitados do povo Haliti e uma das principais lideranças.

E5: Tarcilo Zomoizokae	E6: Acelino Alves Noizokiece	E7: Mirian Kazaikaero	E8: Ivone Morezokae
 E5: Tarcilo Zomoizokae é presidente da Associação Waymare, cacique da Aldeia Sacre II e vice-presidente da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint).	 E6: Acelino Alves Noizokiece é um dos anciãos e um importante líder do povo Haliti.	 E7: Mirian Kazaikaero é cacique da Aldeia Bacaval, possui graduação em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2004). Atualmente é Professora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campo Novo do Parecis.	 E8: Ivone Morezokae é professora aposentada e moradora da aldeia Sacre II.
E9: Roni Valter Azoinayce	E10: Hellen Cristina de Souza	E11: Arnaldo Zunizakae	E12: Lúcio Avelino Ozanazokaese
 E9: Roni Valter Azoinayce, cacique da aldeia Wazare, é uma das principais lideranças de Campo Novo do Parecis, no noroeste de Mato Grosso.	 E10: Hellen Cristina de Souza é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou pesquisas junto ao povo Haliti.	 E11: Arnaldo Zunizakae é uma das principais lideranças do Grupo de Agricultores Indígenas.	 E12: Lúcio Avelino Ozanazokaese, engenheiro agrônomo formado pela UNEMAT e presidente da COOIPARESI.
E13: Zéferino Koloizomai	E14: Valdeci Avelino Ozanazoikaese	E15: Ronaldo Zokezomaiake	E16: Nalva Maezokaero
 E13: Zéferino Koloizomai é ancião da etnia Haliti, morador da aldeia Bacaval.	 E14: Valdeci Avelino Ozanazoikaese trabalha em projetos de criação de animais de pequeno porte e plantação de árvores frutíferas.	 E15: Cacique Ronaldo Zokezomaiake, liderança Haliti Paresi, presidente da Copihanama (Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti-Parecis, Nambikwara e	 E16: Nalva Maezokaero, filha de Vandemiro Yamore, é a primeira médica indígena em Mato Grosso, desde 2021 atua no Distrito Sanitário Especial

		Manoki), criada em 2018 e responsável pelo plantio dentro dos territórios.	Indígena (DSEI) Cuiabá. Médica Clínica em Campo Novo do Parecis e em Sapezal.
E17: Tereza Cristina Kinenazokeiro	E18: Vilmar Kaezokemaeece	E19: Entrevistado não identificado	E20: Genilson Kezomae
 E17: Tereza Cristina Kinenazokeiro é professora da etnia Haliti e reside na aldeia Wazare.	 E18: Vilmar Kaezokemaeece, nascido em Tangará da Serra, estudou Engenharia de produção na UNIC e mora em Sapezal.	 E19: Pessoa da etnia Haliti sem identificação no documentário.	 E20: Genilson Kezomae é o diretor financeiro da Cooperativa Agropecuária do Povo Indígena Haliti Paresi (Coopiparesi), uma das quatro cooperativas que foram criadas para comandar o trabalho nas lavouras mecanizadas instaladas nas Terras Indígenas Utiariti e Paresi.

Fonte: Elaborado pela autora¹¹.

3.2 TRANSCRIÇÃO DAS FALAS DO DOCUMENTÁRIO

Como já mencionado, o documentário é dividido em três partes: Origem Haliti Paresi, História Haliti Paresi e Ascensão Haliti Paresi, as quais são demarcadas por transição de imagens que trazem esses subtítulos. Dessa forma, as transcrições seguirão as mesmas divisões e serão organizadas em três quadros diferentes com o número do turno de fala, identificação por código do falante (E1, E2, E3...) e conteúdo da interação. As transcrições a seguir foram realizadas manualmente pela autora, sem auxílio de tecnologia.

¹¹ O quadro 5 com imagem e minibiografia dos entrevistados foi organizado pela autora a partir do documentário Haliti Paresi – Origem, História e Ascensão (2019) e do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Haliti (2019).

Quadro 6 – Transcrição do documentário (Parte 1): Origem Haliti Paresi - [2:06-7:02]

Turno	Falante	Conteúdo da interação
-	-	[00:00-2:06] ((Abertura do documentário com um canto Haliti e diversas imagens das aldeias e do povo Haliti.))
01	E1	°Todo dia eles faziam festa lá embaixo, né.° Aquela festa danada. As criança VIVIA DOIS, único que existia nessa planeta. >Aí, as menina foi pegar água, ouviram aquele barulhão, né? Tava aquele barulhão, né?< Falou pro pai dele: “Papai tem um barulho estranho aí embaixo.” Aí ele falou: “Vamo lá”. A hora que foi lá, ele bateu o raio. >Abriu esse burquinho lá, que tá alí na pedra. Abriu com o raio.< Esse burquinho, aí? () Ninguém sabia que existia esse mundo que nós tamo, né? Então, aí, na volta né o urubuzinho, o passarinho tá deitado e ficou olhando. Viu aquele resto, né? O que que isso? E saiu, né? Saiu, aí que viu esse mundo aqui. Uma coisa MUITO LINDO, né. BUNITO, essa época, né, tinha muita flor, né, aí ele pegou, né, andou por aqui tudo. Aí, voltou né. Deitou e ficou muito triste. Aí o zotro tá dançando, cantando, eee. Aí, eu falei: “Você, meu tio. Você que era alegre, tá triste.” <Aí eu falei tô muito triste, tem outro planeta que nós nunca vimos.> Aí, os home. O:: Wazare, Zakalo falou: “Quem é você, moço pra descobrir que tem outro planeta? Nós que temos o poder, () Nós não sabe”. “Vocês estão duvidando?” Aí ele saiu de novo. Saiu. Saiu. Pegou as flor, pra amostra, né? Folhas. E voltou, né? Tá aqui. Aí::, todo mundo pegou, Uns cheiravam. Outro cheirava. E:: passavam no corpo, né. Aí ficaram perfumados. Aí, que o Wazare começou a falar: “Como é que dá pra nós sair? Como? Como é que nós vamos sair? Nós estamos embaixo da Pedra.” Aí, né? Ele pagava os bicos de Arara, que tinha bico pra roer a pedra, né. Mas não aguentava e quebrava, né? Pagava outro, o pica-pau, começava a bicar e quebrava o bico. Aí::, tinha um pica-pauzinho pequeno. Aí ele falou: Ah::, eu vou lá. Eu vou abrir esse buraco pra nós sair. Aí::, falaram: Mas será, gente. Aí que ele abriu. ABRI::U. Aíí, tinha essas duas ponte, aí. Tinha duas pontes. Essa que quebrou e essa outra é do Wazare. Era um vãozinho grande até. Aí que saiu, E que o povo foi saindo, né. Saíram com música e saíram muito alegre. Aquela coisa, né. Tudo achando bonito, estranho. Que coisa linda! Aí eles saíram correndo o mundo, Uns pra lá, outro pra cá pro morro dos Paresis, Lagoa Rasa, Rio Verde. ?. Ah, muitos lugares. Aí deram os nomes das cabeceiras depois. Aí, terminou todo o trabalho que ele fez e:: voltou, voltou pra esse lugar mesmo. Finada, mamãe. Conta que até poucos anos. Uns 30 ou 40 anos atrás, ainda via visão aí debaixo da ponte. Socado de pilão. Era o Wazare, né, que socava. Ainda tem... Ainda existe... Só que são invisíveis. Ainda existe gente aqui, mas são invisíveis. Só os pajé, só:: que podem ter contato com eles. Os antigos, os primeiros homens que saíram era tipo animal, tinha cauda, né. As mãos eram de pato, né. Aí foi comendo e transformou em gente bom... °Assim que foi o caso°
02	E2	((canto Haliti, em língua materna)).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 7 – Transcrição do documentário (Parte 2): História Haliti Paresi - [7:02-13:01]

Turno	Falante	Conteúdo da Interação
03	E3	As primeira parte de nosso povo Paresis começou na:: ipeca ((época)) chamada poaia, extração de poaia. Saiu <u>primeiro</u> .

04	E4	Então, a gente vivia de artesanato,< no tempo da poaia, vendia bola, frecha, até de miçanga que tá aí, né?> Marechal Rondon dava miçanga, né. Em troca de alguma coisa pra comunidade indígena Paresi, né? A gente vivia por isso, essas coisa, né? O financeiro das coisa, de poaia, né?
05	E5	A gente passou uma situação bastante difícil naquela época, MUITO DIFÍCIL, né -
06	E4	Você vê. Em 54, eu já morava aqui, mas não era aldeia, né:: Mas, TRABALHANDO tirando a seringa pro homem branco, né:: O látex, né. Nessa região de Utiariti,:: tirava látex e entregava pra missão, o padre (?) que era vivo ainda, né.
07	E6	<Seringueiro indígena tem uma dificuldade muito grande para transportar a borracha... para o posto indígena Paresi.>
08	E7	E:: Naquele tempo a gente:: NÃO TINHA estradas. A gente:: NÃO TINHA recurso.
09	E4	Onde está a cidade do Campo Novo, era só cerrado, só chapadão...
10	E6	<E os produtores rurais de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o índio pode deixar... essa abertura de estrada pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de insumos e:: e:: produção deles.>
11	E3	Os produtores da época precisava desse:: dessa estrada >que facilitava, ficar mais perto e precisava fazer acordo com os índios<. Tudo, né.
12	E6	>Aí, nós deixamos abrir, fizemos a negociação para facilitar também transporte de borracha pra indígena. E nós continuamos trabalhamos, produzindo para nossa comunidade.<
13	E3	>Tirá borracha pra sobrevivência<, né. <Pra:: suprir as necessidades, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.>
14	E4	>Aí da seringa já veio surgiu os alimentos seus<, né. A gente já, já comprou óleo, já comprou o leite, arma, alimento como o arroz. >Então, no produto da seringa a gente já conseguia as coisas, né.<
15	E3	Até que:: acabou a borracha. Então, nós começamos... do que nós ia viver, né.
16	E5	<Então, assim, teve uma época que esse local aqui::, ele quase terminou, quase. Porque não tinha mais gente>...
17	E7	<Ah:: a nossa luta foi grande. Por caso que a gente tinha que sair da aldeia.>
18	E5	A gente saiu trabalhou fora daqui, trabalhava na fazenda, que não tinha como que a gente ia sobreviver na época, né. <A gente vivia aqui de seringa, a gente tirava seringa, vendia artesanato, né.>
19	E3	Depois que acabou o látex. Aí, nós voltamos a trabalhar de MÃO DE OBRA >para os fazendeiros, né. Nas fazendas de produtor rural,< <fomos catar pau preto, fomos catar raiz, fomos ajudar plantar, fomos matar formiga na:: no campo. Esse daí foi o nosso serviço.> >Nós NÃO TINHA AONDE achar dinheiro, né::<. Entã::o, era uma vida sofrida. Até que... também acabou. Aí já era só máquina, né. Toda as máquina já sofisticada, já não era mais cbt, né.
20	E2	PARESES não tem mais aonde, não tem mais fazendeiro, não tem mais aonde trabalhar. NÃO TEM MAIS AONDE TRABALHAR...
21	E3	E:: não tinha:: mais acordo, né. >Até acordo de Nova Fronteira acabou.. Nós tivemos um etapa do acordo, né:: com a fronteira<....
22	E6	<Aí o que aconteceu lá na frente... O próprio.. procurador geral de Cuiabá Dr Cavalcante::>...
23	E3	Quando chegou, foi o Dr Roberto Cavalcante, o procurador geral da república, né. Aí:: encontrou um fato, né.> Ele veio para uma coisa e encontrou outra coisa, né.< Aí:: Foi lá uma coisa, toda só numa voz. Todos os índios... puseram ele num couro de onça, né. Sentado. Aí nos reunimos com ele e falamos pra ele.
24	E6	Ele:: autorizou fazer a cobrança... Fazer pedágio. Fazer a cobrança pra sustentar, pra manter a nossa necessidade.
25	E3	Ahh, vai fazer o pedágio, né. Ah, é boa a ideia.
26	E8	<De primeiro... Quando não tinha esse jogo. Que nem o pedágio não tinha, era:: na nossa::> >força mesmo, né<. Quem era professora tenha o seu pão de cada dia. Então, tenha ma::is a gente ajudava quem não tinha.

27	E6	<Concordamos com a ideia do procurador Cavalcante:: e até hoje estamos cobrando>.
28	E5	Aí:: a gente:: sempre vinha pessoal de fora. Passear, olhar a cachoeira,né. (([12:52] aparece imagem de transição)) E:: sempre falava a questão da:: de um dia, ter uma usina aí, né. No início, a minha preocupação foi:: (([13:01] sai a imagem de transição e volta a imagem de Tarcilo)) <assim, destruir a cachoeira.>

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre os momentos [12:52] e [13:01], é demarcado o início da terceira parte do documentário, por meio de uma imagem de transição entre os turnos de fala de E5, dessa forma, considere um turno de fala do mesmo entrevistado na segunda parte e o outro turno na terceira parte, após a imagem de transição. A seguir a transcrição da terceira parte do documentário.

Quadro 8 – Transcrição do documentário (Parte 3): Ascensão Haliti Paresi – [13:01-52:39]

Turno	Falante	Conteúdo da interação
29	E5	<Então, a gente tinha medo. Só que:: Esse medo que a gente tinha... Eu procurei tirar ele:: Tirar aquelas dúvidas com o empresário, se realmente, isso não vinha futuramente prejudicar, né. Por exemplo: questão da água, questão de estragar a beira do rio>... Entã::o de lá pra cá, é:: aconteceu essa:: o estudo dessa hidrelétrica da PCH, tudo. Nós tivemos mais de doze reuniões para discutir com todo o povo Paresis, e logo recém, naquela época. Criou também é:: questão do pedágio, é:: Criou o pedágios. Aí:: o que que a Funai sempre falou: “Não! Mas, vocês vão, vocês vão perder seus costumes porque isso vai:: vai diferenciar, né.” Não! Não vai não! Então, assim, depois do empreendimento, quando aconteceu e com essas negociação que tive pela empresa... Então, começou melhorar é:: questão aqui de alimentação, por exemplo, questão de saúde, educação, né. As criança que andava aí, com problema de saúde. Hoje já não tem mais né. Hoje tão tudo com saúde, né. Por exemplo, hoje nós temos internet, internet. É:: esse recurso aí dessa torre, ele é com dinheiro do:: do empreendimento, né. Temos máquina. É:: recurso que a gente investiu no:: recurso do empreendimento, né. Eu cheguei já de colocar aqui dentro, já 300, trezentas e poucas cabeça de gado aqui dentro. Então, assim, nós enfrentava, na época muita coisa seríssima, mas questão da alimentação também, né. Mas, hoje não! Hoje, você vê aqui::, hoje você encontra a criançadinha tudo forte, né::bem de saúde né...
30	E8	Então hoje, a gente, a gente tem, né:: pessoal todo com saúde.
31	E5	<É defendido muito essa:: esse PCH aqui, né. Até porque a níve::l não só de Estado, mas, acho que de Brasil, esse aqui é o primeira:: primeiro usina e que ele foi criado aí, do jeito que tá aí, né:: que gera, sem problemas, sem trazer impacto pra comunidades. Mas, assim, até agradecer a:: é:: a empresa também, né. Que:: eu acho que fo::i a primeira empresa que foi muito sério com a comunidade indígena, né. Principalmente, o Ralfe, né:: Ele tem feito uma coisa que hoje ele tem esse crédito no meio do povo Paresis, né:: É:: eu sempre falo pra ele, né:: continua trabalhando da mesma forma que sempre cê tem é:: bastante respeitado e uma pessoa que a gente conheceu e achou que naquele momento ele virava as costas. Mas ele sempre continuou co::m um:: do jeito que ele é apesar de ser um empreendedor, né:: Mas ele nunca vira as costas, assim, pra ninguém. É:: questão da cachoeira ele está no mesmo lugar, num faltou água, tá trabalhando bem.
32	E8	Ah:: a cachoeira ela tá aí:: funcionan::do como:: se::mpre, normal e nós pensamos que ia estragar. Nunca, um dia pensar, se um dia nós ia até ter isso né pra nos sustentar. Nunca, né. Ninguém pensava. Mas todo mundo da:: até dos outros estados já vieram aqui e olhou e foi bem feito, bem pensado mesmo pra fazer essa usina e tá bom, funcionando como sempre, desde quando Deus fez... hh

33	E5	É:: com a ajuda do empreendimento ajudou bastante, depois veio aí:: a questão do pedágio, né:: Aí:: passou a melhorar mais um pouco. A questão da lavoura mecanizada também mudou bastante, né::
34	E9	>Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma boa alimentação, também tem uma condições também econômica.<
35	E10	No Brasil, a produção do algodão está associada aos povos indígenas, né:: E:: neste momento em que os Paresis estão gravando este documentário, é:: importante, eu penso, a gente se lembrar que:: na nossa região, os primeiros cultivadores, né, do algodão foram eles. Há milênios, os Paresis estão associados a:: a cultivar algodão, a colheita do algodão, a tingir e:: a tecer as fibras que utilizavam no seu próprio cotidiano.
36	E11	Aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande escala na terra indígena Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão. Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA ESCALA MAIOR E COM OUTRAS FINALIDADES. Não apenas naquelas finalidades tradicionais, como já foi dito. Além disso, também, no sentido comercial para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para sanar outras necessidades do povo indígena Paresi.
37	E12	<Sou da etnia Paresis, certo? A:: região médio norte de Mato Grosso. É:: tenho como formação é:: agronomia, sou formado em engenharia agrônoma pela Universidade Estadual de Mato Grosso. Há:: há três anos, eu venho trabalhando com as comunidades Paresis, no projeto agrícola:: da:: lavoura mecanizada. Hoje, é:: a gente vem trabalhando entre as principais culturas plantadas no estado do Mato Grosso. Não só beneficia as comunidades, mas como também, traz um rendimento econômico porque:: o:: projeto agrícola ele financia outras atividades produtivas, assim como criação de peixe, criação de animais, de gado, de:: de suínos e:: de aves que:: posteriormente serve, também, como uma renda pra essa comunidade. A gente trabalha com os projeto agrícola focando sempre o aprendizado da:: daquele indígena, ou daquela comunidade que está interessado a trabalhar determinada atividade>...
38	E11	E:: essa atividade, hoje, aqui::, ela ve::m de encontro com a necessidade, hoje de ocupação da mão de obra indígena dentro do próprio território Paresi. Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território.
39	E12	<A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do maquinário é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. O:: solo adequado pra cada tipo de cultura. É::, enfim, então a gente vê que o indígena hoje está interessado, ele está buscando conhecimento. Tá adquirindo conhecimento, adquirindo tecnologia e inserindo dentro da:: sua comunidade::>
40	E9	() >um momento em que a:: juventude é:: ela tem que aprender a lidar como que:: que é:: que como que opera a máquina, essa:: como que opera isso, como que solda, () mecânico. Então, acaba sendo um campo de aula lá na própria atividade.<
41	E7	<Hoje, pra:: trabalhar na lavoura, nós temos essa:: esse projeto de:: as crianças estudarem, fazerem cursos de máquina, né... Pra:: pra eles entender as máquinas e como plantar, como tratar a semente, ele já tivé:: tem esses curso.>
42	E12	<E também fazendo com que esse indígena, ele não só fique aqui dentro, assim, a:: aprender somente aqui. Mas também pra fora, buscar outros cursos, buscar um seminário, buscar um dia de campo, que é muito importante. Onde são apresentadas tecnologias novas, né::>

43	E11	>Um projeto polêmico. Mas, porém, ele tem muitos pontos positivos. Eu acho assim, o primeiro critério, é você determinar a quantidade de território a ser ocupado.<
44	E2	<Não pode fazer:: derrubar muito do que gente pensa, né:: daqui uns dia Paresi vai aumentar, né. Vai aumentar Paresi. Hoje, Paresi, já tem Paresi, agora, acho que dois, três mil já é Paresi.>
45	E11	Segundo, diversificar o tipo de cultura que você vai desenvolver e produzir dentro desse território, valorizando as culturas que podem ser utilizadas como alimento pelas própria comunidade indígena. Com isso, você agrega valores, você traz alimentos de qualidade para sua comunidade. E:: um dos pontos importante também, é que você consegue, foi o que aconteceu com o povo Paresi, nós conseguimos segurar a nossa juventude, as famílias dentro do próprio território indígena. Então, esse pontos são os pontos positivos da lavoura.
46	E13	<HOJE, nós::s queremos mostrar:: para os otoridade>, porque ele sempre cobra de nós que “aonde nós tá colocando esse recurso da:: da lavoura?” Nós tá colocando dentro da:: da uma cultura que nós temos.
47	E9	Hoje, se eu falar que nós plantamos 17.500 hectare. Tem pessoas que:: né:: acaba assustando. “Nossa, é muita área. O povo Paresi tá destruindo a natureza, tá acabando. O povo Paresi quer ser fazendeiro”. Então, acaba muitas pessoas tendo esse olhar. Mas, o projetos agrícola que tem. Ela vem com princípio de você gera renda, de você gera emprego, de você dar melhores condições que têm...
48	E14	<Bom, o projeto agrícola trouxe vários benefícios pra aldeia, né:: A comunidade é:: com o recurso do projeto agrícola, a gente, né:: conseguiu fazer os projeto pequenos que é investido na aldeia... na criação de galinha, de porco, né:: gado. A gente também consome, né, o que a gente produz aqui dentro. Com esse recurso a gente tem plantado é muitos frutíferos como coco, né:: de manga, é:: caju>...
49	E9	E também trabalhar o projeto de horticultura, piscicultura, criação de galinha caipira:: é:: também de pecuária.
50	E15	Então, a parte desse recurso tá sendo investido na piscicultura, é:: visando também a questão de um aumento da potência na alimentação, como com a piscicultura que é escasso aqui na região. E também, visando também, a questão é:: da:: da expansão do comércio para:: para outras regiões também, né. Iniciamos aqui um projeto de três tanques, é:: e pra esse ano, agora, vamos ampliar com mais seis tanques. E, aí::, assim, aumentando a maior quantidade e a potencialidade da piscicultura aqui na nossa região. A ideia, também, é mostrar para as demais etnias que é possível, hoje em dia, é:: trabalhar com o sistema de piscicultura em tanques, né:: Então, é:: não é tão difícil. É uma coisa simples de se trabalhar. Temos que aproveitar é:: os nossos meios naturais para desenvolver os nosso projeto. Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra instituição. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber explorar os meios naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria subsistência.
51	E14	<E:: se não fosse, esse recurso desse projeto, eu acho que, seria muito difícil hoje pra gente aqui, se manter aqui dentro. Porque:: como você vai trabalhar aqui na aldeia pra você ganhar um::, como posso falar, um salário, né... O sonho do meu pai, ele sempre é:: ele quer os filhos dele, né:: queria formar os filhos dele pra trabalhar aqui dentro:: Porque o sonho dele era trabalhar na lavoura... Ele:: Ele sempre quis que os filhos desse:: queria o melhor pros filhos dele::, entendeu? No entanto, ele num conseguiu chegar, né:: ver todo mundo formado. Mas, sempre ele lutou, né, investiu na educação. Entendeu? Que até hoje, ele teve, né:: o:: o irmão que trabalha hoje, né, na lavoura, como agrônomo. Ele conseguiu formar, é:: uma farmacêutica, um odontólogo e uma veterinária, né, que tá, assim, formando, daqui dois anos.>
52	E16	<O meu nome é Nalva Maezokairo:: Eu sou da etnia Paresi e, atualmente, eu tô graduando em medicina, termino daqui sete semanas... O povo Paresi, eles sempre foram aquele povo que:: teve uma:: observação muito além, né:: do que:: havia ali naquele momento. E eles tinham um conhecimento de que para ter uma saúde boa, perfeita, eles tinham que ter uma alimentação adequada. E:: desde

		então:: criaram-se vários projetos com o intuito de:: de:: abranger o conhecimento é:: da população indígena é:: através dos estudos é:: Eles sempre auxiliaram financeiramente um indígena que saiu de dentro da aldeia e foi pra cidade, pra estudar. Eles sempre ajudaram com aluguéis, compra de alimento. Ou seja, auxiliaram como a manutenção do estudante fora, né, da aldeia. Paralelo a isso, eles também sempre preocuparam com a saúde. Ou seja, a visão deles eram os próprios indígenas se tornarem profissionais na área de saúde para poderem atuar dentro da reserva. Uma vez, né que os brancos, né, eles... os profissionais brancos é de que eles passavam ali temporariamente, né.>
53	E7	Hoje, nós temos... crianças já formadas, quarenta... crianças formadas. Tudo isso, vem com... apoio de quem? Primeiro, foi a facilidade de ter a estrada pra:: pra criança sair da aldeia, né. E, hoje, nós:: nós temos os recursos também. O recurso de nossos projeto. Tem o projeto agrícola que nos ajuda, que ajuda essas criança, mantém essas criança. E:: dá condições pra elas continuar... Projetos da PCH.
54	E14	A gente vem investindo, nos:: nas crianças que vem vindo agora a gente sempre vem procurando investir mais na educação. E:: essas pessoas que formaram, a gente,né. () A gente espera que elas voltam, né para trabalhar com a gente aqui. Porque, na verdade, o projeto:: é isso que ele busca, né. Formar as pessoas e voltar a trabalhar com a gente, na aldeia.
55	E16	Tanto o projeto de direito de passagem, quanto projeto agrícola e demais projetos:: como as próprias PCHs, né:: Eles contribuíram muito pra que:: muitas acadêmicos indígenas conseguisse, não só é:: entrar na universidade, mas como se manter até o final do curso, né:: Então, a contribuição deles foi essencial porque tivemos acesso a materiais didáticos. Coisas que nós não iríamos ter acesso se nós não tivéssemos esse complemento, né:: Então, foi algo assim que auxiliou muito, que:: ajudou no nosso desempenho acadêmico:: Fez com que tornássemos profissionais bons para poder atuar dentro da nossa própria comunidade.
56	E7	E, se nós já temos quarenta formados e, temos mais, eu acho que mais uns quarenta ainda que estão estudando. Então, o índio não está parado. Nós estamos usando esse recurso para formar as nossas crianças. Pra quê? Não é pra elas saí da:: estudar e sair da aldeia e morar na cidade. A gente exige que a criança estude e volte a trabalhar na aldeia. Por quê? A gente tem que preparar a criança para ela trabalhar com o próprio índio. Todas as crianças que estudaram, a gente vê que ela voltou pra aldeia, está voltando. Porque nós temos odontólogo que formou e hoje está trabalhando daí na aldeia Paresí, atendendo as crianças Paresi. Tem professores e:: já formaram outra turma e está formando mais outra turma na:: em nível de faculdade. Estão todos trabalhando na á::rea. Tem escola de Ensino Médio com professores indígenas que se formaram na faculdade, na:: UNEMAT.
57	E17	A escola não é só de Beabá de um mais um, mas a escola em si é pra sair de lá um aluno com conhecimento dos dois lado, a cultura dele e a cultura do não índio.
58	E7	Estamos desenvolvendo pra enfrentar o mundo do branco, sem deixar a nossa cultura.
59	E17	Porque ele conhece o lado do não índio, mas ele segue e conhece o lado cultural dele.
60	E7	Então o índio tem que saber, tem que conhecer a sua cultura e pra isso que as escolas trabalham pra fortalecer a cultura. Hoje, a nossa educação depois disso não parou veio a estrada Nova Fronteira, isso daí que facilitou para nossas crianças continu:: continuar o estudo delas. Então, elas começaram sair porque já tinha uma estrada pra:: pro índio sair da aldeia. Então, com o apoio da:: da:: da renda, né::, a renda da:: da agricultura, então a gente busca aperfeiçoar as criança.
61	E9	>Pra você manter os seus filhos na universidade, na escola, ou qualquer tipo de curso de formação, você também tem que ter recurso pra poder pagar<...

62	E17	Mas hoje, com essas mudanças que veio acontecendo, essa transformação, principalmente a tecnologia, hoje é:: fez com que nós tivemos, nós também como Haliti acompanhasse essa mudança. Mas, sem perder a nossa essência, que é a nossa cultura. Em um canto, a dança, principalmente, a língua materna nossa...
63	E18	((Frase em língua materna do povo Haliti))
64	E17	É:: ali que ela fortalece, porque tudo o que é feito na cultura. É:: na dança, na reza, tudinho quando o pajé benze, quando, quando fala com os espírito:: tudo é:: língua materna.
65	E8	O sentido melhor é:: assim né:: a gente sendo índia:: a gente tem que manter o que a gente tem que aprender o que é:: de povo da gente, eu acho, né::
66	E5	Mas assim, a cultura:: nunca deixou de lado, sempre continua, né:: sempre continua.
67	E13	Nós tá aplicando para dentro de a nossa cultura é:: resgatá o tudo o que já passou. Nós tamo, hoje, se unino cada vez mais porque:: união faz força. Nada faz as coisa sozinho::
68	E17	Eu vejo a importância da tecnologia, dentro da cultura, porque ao invés de eu ouvir no meu celular o canto do:: do não indígena. Por que eu não tenho canto indígena e ouvi, pra mim poder aprender, pra mim poder aperfeiçoar o meu canto? Eu tenho um grupo de dança, nós temos esse grupo de dança que é:: composta por alunos, pessoas da comunidade, a:: anciãos, né:: E:: isso quando eu envolvi o grupo de alunos junto com a comunidade em si e os anciãos, isso foi o feito um casamento que eu:: eu pensei assim que nunca fosse dar certo.
69	E19	>A nossa cultura tem sobressaído cada vez mais ainda com o fortalecimento, né:: Então cada ações que o projeto vem desenvolvendo, uma delas também é o fortalecimento da cultura, é:: do povo Paresis <
70	E14	<Ma::s, nem por isso a gente deixou a nossa cultura de lado sempre, né:: usando ela>...
71	E15	Nós, Haliti Paresi, é:: quando dá a primeira chuva:: primeira chuva do ano, assim, a gente sempre costuma ter o banho. E:: nesse banho aqui tem que ser madrugada, né:: nesse horário de quatro horas, pra:: lavar tudo o corpo e aí:: todas as doença, a preguiça, as depressão, as doença:: Tudo isso aí afasta, né:: Então, nesse banho aqui, hoje, todas as aldeia que choveu, hoje tão tomando banho de madrugada. E aí:: quando a gente chega lá na casa, não pode mais deitar, né:: Aí:: cada as pessoas, mulheres vão fazer suas atividades, os homens... Então, isso aí é a nossa cultura...
72	E9	De manter a questão da arquitetura:: tradicional da questão é:: toda a questão logística da aldeia, buscando a tradicionalidade. Que:: a Wazare ela tem o projeto de trabalhar, principalmente, a questão do turismo cultural. Então, hoje, nós trabalhamos com o turismo em uma experiência, assim:: muito enriquecedora para todos nós. Onde que todos nós passamos a aprender e ver que através da nossa cultura, nós conseguimos também trazer uma geração de renda econômica. Nós mantemos a essência da cultura, independente de outras questões que nós estamos acolhendo. Ela levanta a autoestima das criança, as criança passa a aprender mais. Ela passa a adquirir:: a poder fazer uma flecha, fazer artesanatos, cocares, se pintar, tecer. É:: tudo isso que ela vê que a cultura, hoje, através do turismo:: a cultura tem muito valor. E essa mensagem que, hoje, nós, povo Paresi, estamos levando para o mundo. Pra dizer que, hoje, é possível conviver de forma harmoniosa com todas as sociedades do entorno e, também, de forma respeitosa com todas as culturas que tem. Porque, hoje uma cultura, ela só sobrevive, se ela tiver geração de renda, geração econômica. Porque, até então, nós, como povo Paresi, passamos a entender e perceber que nenhuma cultura, hoje sobrevive, se não tiver uma questão de () econômica, até pode, mas sempre vai ser uma cultura, vai ser um povo submisso a muitas questões. Hoje, nós como Paresis temos mais de trezentos anos de contato. E hoje, na atualidade, nós temos vários projetos que acaba sendo polêmico. Acaba sendo, às vezes, até mal interpretado pela alguma ONG, para alguma instituição de governo, até mesmo, para alguns parentes, acaba tendo um olhar é:: distorcido com relação a isso. E:: muito desse recurso que são gerados na lavoura mecanizada, não só da mecanizada, mas, vale ressaltar, dos royalties que nós temos dos empreendimentos das PCH, também sobre o direito de passagem

		popularmente conhecido como pedágio. E:: também há vários outros é:: meios que nós buscamos também em parceria, sempre mantendo a cultura, a cultura essencial. Vários desses recursos que também tem as aldeias hoje desenvolve pequenos projetos nas aldeias como:: exemplo, a::algumas aldeias desenvolve a pecuária. É o dom que ela tem. Então, gera carne, gera leite, gera renda, tem aldeias que também faz o trabalho de piscicultura, tem aldeias que faz criação de galinha caipira. É:: tem aldeias que também trabalha a questão de mel, tem aldeias que trabalha com horticultura, tem aldeias que trabalha com outras criações como é:: o suínos. E nós, como Wazare, aqui na aldeia desenvolvemos o projeto de turismo, e:: com esse princípio de divulgação que conseguimos (abrir) com essas parcerias, chega, hoje de receber doze países na aldeia Wazare. Ou seja, nós estamos desenvolvendo, buscando desenvolver economicamente, mas não com o princípio de quere ser fazendeiro, não de ser grande empresário. Mas sim, para atender as necessidades essenciais do povo.
73	E20	<Então, o nosso trabalho:: é voltado em defesa dos direitos indígenas, a questão do fortalecimento de políticas públicas para chegar de uma forma... qualificada dentro das aldeias. O fortalecimento das nossas associações para poder defender os interesses coletivos de nossas comunidades. E:: de uma certa forma um colaborador pela:: pela minha geração, porque pra eu ter isso hoje, a oportunidade de trabalhar, a oportunidade se expressar, a oportunidade de eu tá junto com outras lideranças, é sinal que alguém lutou antes, que foi as gerações passadas, as antigas lideranças, os antepassados. Então, cada um fez a sua parte na história. Dizemos que:: temos mil e quinhentos e quinze anos de contato, então a partir desse contato, já houve a interferência dos não índios. Aonde essa interferência, infelizmente trouxe as coisas mais ruins do que boas para nossas comunidades para nossos povos e para nossa história. Poré::m, cada geração lutou para poder manter a resistência. Foi uma geração de oitenta anos que lutou para poder garantir mais uma geração de oitenta anos, noventa anos, outra geração até nós conseguir chegar nessa geração que nós estamos. A geração que vai vir futuramente, com certeza, ele depende da nossa luta, é por isso que nós estamos aqui. Poré::m, o povo Paresi (que) ele é um povo de resistência, um povo de sabedoria, é um povo de conhecimento, é um povo da diplomacia e um povo do diálogo. Por isso, que ela conseguiu né:: trazer todos os seus trabalhos, toda a sua história, muito forte até nos dias de hoje. Foi dessa forma que ela conseguiu criar as suas associações e, de certa forma, essas associações se fortaleceu e com o fortalecimento dela, fortaleceu o trabalho do povo:: tanto em termos de preservação cultural, quantos em termo de preservação territorial, quantos em termo de preservação da sua religião e, principalmente hoje, a desenvolver os seus projetos econômicos para poder ter a garantia da qualidade de vida de todas as aldeias de uma forma:: bastante digna. Dessa forma, o povo Paresi no ano passado, no ano de 2016, decidiram se agregar a uma política nacional que é a política é:: nacional é:: de plano de gestão ambiental e territorial das terras indígenas, um projeto novo, que foi instituído no governo, porém não foi uma oferta do governo, mas ele foi uma luta do movimento indígena a nível de Brasil, que cobrou isso do Estado brasileiro que possa ser criado um instrumento, aonde eles possam fazer uma avaliação de todo o contexto e de todo o cenário que hoje eles vivem: território, meio ambiente, cultura, língua, tradição, história, luta, movimento, água, o ar que nós respiramos e, principalmente, no meio de tudo isso a oportunidade de desenvolver economicamente, respeitando todos esses itens que eu falei anteriormente. E:: esse plano de gestão, ele foi muito importante, por quê? Porque é uma oportunidade que que todos os setores dentro da comunidade, dentro do território, eles estão dialogando, a saúde, a educação, a cultura e os projetos econômicos. Então, eles estão fazendo uma junção de todo essa construção, mas fazendo um rumo só. Que hoje podemos dizer que o povo Paresi está construindo o seu projeto de vida. Aonde ele:: traz no seu plano de gestão a origem que é a mitologia, o processo histórico que foi o contato e a resistência, né:: a situação contemporânea, o que nós estamos organizando hoje, que é o trabalho das associações, do setor da saúde, do setor das escolas, né:: as lideranças tradicionais, a juventude. E:: agora, nós estamos discutindo

		como que nós vamos pegar e rumar para o futuro, né:: Como que vai ser o futuro. Então, esse trabalho, né, a gente começamos a fazer ele e estamos já na primeira etapa da obra concluída, a etapa do etnomapeamento. O que seria o etnomapeamento? O mapa feito pelo próprio povo. Isso é etnomapa, aonde a sabedoria do povo é colocado dentro desse mapa através de dados é:: da história, né. Os nosso rios no nome da língua, as cabeceira no nome da língua, locais sagrados, né, antigos, aldeias antigas e, principalmente, parte de nosso território que ficou fora da demarcação, e::, principalmente territórios onde nosso povo foram expulsos e dizimados que, hoje, já não temos mais como território indígena devido esse processo histórico que aconteceu, né:: E pra nós ter a oportunidade de nós hoje, juventude, conhecer o que os nossos antigos conheceram e, principalmente, pra nossa futura geração, eles ter os dados dessa história. Se não, o que pode acontecer? Se não futuramente, eles vão conhecer a nossa geografia tradicional, apenas na geografia do não índio. Que são os territórios, que são os estados, que são os países. Só através dessa geografia, né:: Então é por isso que a gente vemos que esse trabalho do etnomapa é importante. E o etnozoneamento é o povo, ele tem a oportunidade de registrar publicamente, porque registrar publicamente? Porque ele já sabe como que usa ele não está aprendendo. E:: também vai registrar publicamente, como que ele usa seu território A área de caçada, a área onde ele pega material é para confeccionar material sagrado. Os locais onde você faz né:: rituais sagrado. As localidades aonde você busca materiais para fazer a casa tradicional que é a Hati, o local onde você faz as coleta de frutos, O local aonde se busca, né as raízes pra se fazer a medicina tradicional, os locais das aldeias antigas e no meio desse conjunto, aonde eles vão escolher o local que eles vão utilizar para desenvolver atividade econômica, de uma forma equilibrada com todo esse contexto, preservando e respeitando o meio ambiente e preservando e respeitando o local sagrado, preservando e respeitando o local de moradia atual. Aonde eles desenvolvem uma atividade, aonde não pode interferir nesse conjunto que traz a qualidade de vida da comunidade, principalmente a paz e a harmonia. O plano de gestão que, ele é um trabalho que nós estamos fazendo em parceria do governo federal, através da Funai e:: junto conosco, nós temos entidades não governamental, uma indigenista e uma ambiental, é:: internacional. E as duas associações, a Waymaré e a Halitinã, as duas entidades que representa o povo Paresis, são as proponentes, elas que estão conduzindo o processo através das suas lideranças que trabalham dentro da associação. E::, nós conseguimos desenvolver uma parceria conjunta, onde a gente estamos trazendo a saúde, o setor da educação, a Funai, né:: E, também, a juventude pra gente tenta trabalhando de uma forma bastante ampla, né, o plano de gestão.> Há uma preocupação muito grande >com as águas< porque grande parte das nossas cabeceiras, nascem e fora das reservas indígenas e grande parte dos nossos rios ele faz divisa com as fazendas. Então, nós sabemos que não adianta o índio cuidar, se o outro que está do lado ou naquela área que a cabeceira nasceu fora, não tá cuidando. Então, esse é um item que nós vamos discutir na segunda etapa do plano de gestão. Uma outra preocupação são de nossos (dilemas) tradicionais, principalmente os anciãos. Então, eles acham que a gente tem que trabalhar um programa pra fortalecer o nosso tradicional nessa geração mais nova. Uma outra questão que identificamos, né, dessa primeira fase do trabalho foi em relação a questão do fortalecimento das nossas associações indígenas. Então, nós vamos fazer um seminário pra discutir, projetos que possa fortalecer a nossa identidade, principalmente, fortalecendo tecnicamente na parte de administração os nossos gestores. E:: por último, uma questão que:: é o maior dilema hoje, não só dos Paresis, mas dos povos indígenas do Brasil, é referente aos nossos projetos econômicos, né. Nós vamos realizar um seminário pra discutir a questão da economia, o que que falta melhorar tecnicamente? Administrativamente? É melhorar a parte do investimento, né:: É melhorar a parte do planejamento? Então, a gente vamos criar um trabalho dentro do seminário, que a gente possa juntar todos os projetos e poder potencializar ele, mas tudo através das duas associação indígena e desta forma que a gente entende, que o bem não vai ser só pro povo Paresi. Mas, a partir do momento que o povo
--	--	--

		Paresi ficar forte, ele pode ajudar outras etnias, outros povos indígenas numa situação, infelizmente, pior do que a gente, né:: Então dessa forma que o plano de gestão, ele vem de uma certa forma, organizando, né, os nossos trabalhos, os nossos pensamentos, né. E principalmente, o planejamento pro futuro do povo indígena Paresi Haliti.
74	E9	Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa identidade, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa globalização estamos aqui com nossa identidade autêntica.
		[52:40-55:06] ((Canto indígena Haliti, com imagens das aldeias e do povo, enquanto passam os créditos da produção do documentário.))

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme as transcrições, percebe-se que os entrevistados alternam seus turnos de fala, dando continuidade no conteúdo da interação anterior. Importante notar que a mensagem de cada conteúdo não se refere a histórias autobiográficas, mas apontam para a memória e história coletiva do povo Haliti. Dessa forma, procurei identificar a estrutura da narrativa, classificando os turnos de fala em cada um dos elementos da estrutura canônica (Labov, 1972). O próximo tópico apresenta os resultados e análise dessa classificação.

3.3 IDENTIFICANDO A ESTRUTURA NARRATIVA

Segundo os princípios da LAM, o primeiro passo da análise é a identificação da estrutura a partir da estrutura canônica proposta por Labov (1972). Dessa forma, após a transcrição das falas e organização em quadros, constando o número do turno de fala, código do indivíduo falante e conteúdo da interação, sistematizei um quadro com os elementos da estrutura canônica de narrativa e registrei os turnos de fala correspondentes a cada um dos elementos de modo que obtive o seguinte resultado:

Quadro 9 – Identificação da Estrutura Narrativa do documentário

1. Sumário: Não há.
2. Orientação: turnos 1, 2, 3, 4,5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.
3. Ação complicadora: turnos 15, 16, 17, 18, 19,20, 21.
4. Avaliação: - Externa: 35. - Encaixada: turnos 30, 31, 32, 44, 46, 47, 52, 55, 57, 61, 65, 70.
5. Resultado: turnos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33.
6. Coda: turnos 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o quadro 9, o primeiro elemento da estrutura canônica “sumário” não se faz presente no documentário, pois não identifiquei entre os turnos de fala conteúdos que consistissem em resumo da narrativa com introdução e razão motivadora da narrativa (Labov; Waletzky, 1968; Labov, 1972).

Contudo, ao voltar para o quadro 9, no segundo elemento “orientação”, identifiquei 14 turnos de fala que trazem a identificação dos personagens, tempo e lugar, além da contextualização da sequência de eventos. Assim, no turno de fala 1, o conteúdo da interação trata-se de uma versão do mito de origem do povo Haliti narrado por um ancião. O mito de origem é a principal referência da identidade Haliti e, neste contexto, demarca os personagens da narrativa e seu local de origem, o qual é referenciado por meio das imagens de drone presentes nesta parte do documentário. O local de origem é a formação rochosa Ponte de Pedra que está localizada na divisa dos municípios de Diamantino e Nova Maringá - MT, a qual pertence à terra indígena Ponte de Pedra que abriga uma parte do povo Haliti atualmente (ISA, 2014). Além do local de origem, as imagens remetem às diversas aldeias que aparecem nos próximos turnos de fala.

Quanto à referência de tempo, inicialmente aponta-se para o tempo mítico da narrativa de origem e, depois, passa-se à narrativa dos acontecimentos históricos a partir da segunda metade do século XIX. A primeira referência desse período ocorre no turno de fala 03: “As primeira parte de nosso povo Paresis começou na:: ipeca ((época)) chamada poaia, extração de poaia. [...]”, depois “no tempo da poaia” mencionado no turno 04 e retomado do turno 06 pela expressão “naquela época”. O conteúdo do turno 06, também aponta para este período: “Você vê. Em 54, eu já morava aqui, mas não era aldeia, né:: Mas, TRABALHANDO tirando a seringa pro homem branco, né:: [...]”. E nos turnos posteriores ocorre o processo de coesão lexical que sempre retoma o período histórico: “naquele tempo” (turno 08), “Os produtores da época” (turno 11).

Além das referências de tempo, os turnos de fala, classificados como elemento de orientação na estrutura narrativa, trazem referências de locais onde se passam as sequências de eventos que trazem a contextualização da narrativa. Tais referências de locais ocorrem no turno de fala 06 “aqui [...] Nessa região de Utariti [...]”; no turno 07 “[...] o posto indígena Paresi”; no turno 09 “Onde está a cidade do Campo Novo, era só cerrado, só chapadão” e turno 10 “[...] A::lto Juruena [...]”.

Por último, tem-se as sequências de eventos que contextualizam a narrativa do documentário. A contextualização se inicia na segunda parte do documentário intitulada “História Haliti Paresi”, abrange os turnos de fala do 03 ao 14, e apresenta eventos relacionados às atividades econômicas do povo Haliti no período referido anteriormente. Assim tem-se referência à extração de poaia nos turnos de fala 03, 04; ao artesanato no turno 04; à extração de borracha por meio dos termos: seringa nos turnos de fala 06 e 14, borracha nos turnos 07, 12 e 13, por fim, látex no turno 06.

As sequências também apontam para eventos de dificuldade vivenciados no período: no turno 05 “A gente passou uma situação bastante difícil naquela época, MUITO DIFÍCIL, né”; no turno 07 “<Seringueiro indígena tem uma dificuldade muito grande para transportar a borracha... para o posto indígena Paresi.>”; no turno 08 “E:: naquele tempo a gente:: NÃO TINHA estradas. A gente:: NÃO TINHA recurso” e no turno 13 “>Tirá borracha pra sobrevivência<, né. <Pra:: suprir as necessidades, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.>”.

A contextualização histórica presente na orientação remete ao período de tempo em que os Haliti já estavam passando pelo contato com não indígenas e já demonstra a interferência nas atividades econômicas, pois estavam passando por um período de expropriação de suas terras, exploração da mão de obra indígena, interferência do trabalho missionário e da comissão de Rondon. Dessa forma, aponta para um processo de início de atividade econômica, problemas e dificuldades enfrentados, início de outra atividade econômica. No caso, tem-se a extração de poaia e artesanato, dificuldade, extração de borracha nesses elementos classificados como orientação.

Este ciclo de início-dificuldade-início tem continuidade em outro elemento da estrutura classificado como “ação complicadora”, que abrange os turnos de fala do 15 ao 28. As sequências de eventos trazem agravantes para os problemas enfrentados, numa ordem crescente de problemas: no turno 15 “[...] acabou a borracha [...] do que nós ia viver?”; no turno 16 “[...] esse local aqui::, ele quase terminou, quase. Porque não tinha mais gente>”; no turno 17 “<Ah:: a nossa luta foi grande. Por caso que a gente tinha que sair da aldeia.>”; no turno 18 “[...] trabalhava na fazenda, que não tinha como que a gente ia sobreviver na época, né”; no turno 19 “[...] nós voltamos a trabalhar de MÃO DE OBRA >para os fazendeiros, né. [...] >Nós NÃO TINHA AONDE achar dinheiro, né::<. Entã::o, era uma vida sofrida. Até que... também acabou. Aí já

era só máquina, né. [...]” e no turno 20 “PAREISIS não tem mais aonde, não tem mais fazendeiro, não tem mais aonde trabalhar. NÃO TEM MAIS AONDE TRABALHAR...”

Considero que a sequência de eventos mencionada encaminhou para um clímax, no qual o povo Haliti enfrentou um período que apontava para falta de perspectivas. Pois, o fim da extração de borracha levou-os ao trabalho nas fazendas que acabou sendo substituído por máquinas equipadas para preparar a terra, plantar e colher. Dessa forma, o povo Haliti se encontrou privado dessa fonte de renda e já não podia contar com a biodiversidade do território original, do qual estavam sendo expropriados, para sua sobrevivência conforme os padrões tradicionais de outrora. A “ação complicadora se encerra no turno de fala 21 que retoma a finalização de acordos feitos com produtores rurais “E:: não tinha:: mais acordo, né. >Até acordo de Nova Fronteira acabou... Nós tivemos um etapa do acordo, né:: com a fronteira<....”

A partir do turno de fala 22, inicia a parte da estrutura que classifiquei como “resultado”, pois começa a se encaminhar uma sequência de eventos que apontam para as soluções (desfecho) das complicações mencionadas anteriormente. O elemento “resultado” compreende os turnos de fala do 22 ao 33. O primeiro evento de solução apresentado trata-se da cobrança de pedágio, ou direito de passagem que foi instituído pela pactuação de um Termo de Acordo e Compromisso assinado em 25 de julho de 1984 com a consolidação da estrada denominada “Nova Fronteira”. Segundo o PGTA Haliti-Paresi (2019), em meados de 2009, o tráfego da estrada Nova Fronteira foi transferido para uma nova rodovia, a MT-235. O trecho desta rodovia que atravessa 45 quilômetros dentro da Terra Indígena Utariti foi denominado “Rodovia João Arrezomae”, nessa época o Cacique Geral. A instituição desse pedágio na Rodovia João Arrezomae é contada nos turnos de fala 22, 23, 24, 25, 26 e 27. De forma resumida, as sequências mencionam a visita do procurador geral de Cuiabá Dr. Roberto Cavalcante, sua reunião com os indígenas Haliti, autorização da cobrança de pedágio e aprovação do povo Haliti que efetua a cobrança até os dias atuais.

O outro evento de solução para tais problemas que se apresenta é o acordo com uma empresa que constrói uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na aldeia Sacre II que, segundo consta no PGTA Haliti-Paresi (2019), é reconstruída a cerca de 500 metros do antigo local. A sequência de eventos quanto à construção da PCH se encontra nos turnos de fala 28 “sempre vinha pessoal de fora. Passear, olhar a cachoeira, né” e, no turno 29, “[...] sempre falava a questão da:: de um dia, ter uma usina aí, né [...] a gente tinha medo [...], se realmente, isso não vinha futuramente

prejudicar, né. Por exemplo: questão da água, questão de estragar a beira do rio. [...] o estudo dessa hidrelétrica da PCH, tudo. Nós tivemos mais de doze reuniões para discutir com todo o povo Paresis [...]”. O turno 29 finaliza com o relato de vários benefícios à comunidade Haliti advindos do empreendimento da PCH, principalmente na área da saúde.

Os benefícios na área da saúde são ratificados por outro entrevistado no turno 30, o qual eu classifiquei como avaliação encaixada juntamente com os turnos 31 e 32. Nestes turnos, os narradores trazem seus pontos de vista sem quebrar o fluxo narrativo, os quais consistem em argumentações de aprovação ao projeto de construção da PCH. Por exemplo, no turno 31 “É defendido muito essa:: esse PCH aqui, né. Até porque a nível::l não só de Estado, mas, acho que de Brasil, esse aqui é o primeira:: primeiro usina e que ele foi criado aí, do jeito que tá aí, né:: que gera, sem problemas, sem trazer impacto pra comunidades [...]”. Ainda nesse turno, segue-se uma sequência que manifesta gratidão a um dos representantes da empresa que construiu a PCH. O turno de fala 32 continua apresentando sequências de argumentação favorável à construção da PCH, desta vez pronunciadas por outro falante que aponta para a preservação da cachoeira e para a renda propiciada pelo empreendimento: “Ah:: a cachoeira ela tá aí:: funcionan::do como:: se::mpre, normal e nós pensamos que ia estragar. Nunca, um dia pensar, se um dia nós ia até ter isso né pra nos sustentar [...]”.

Após estas avaliações encaixadas, o elemento estrutural classificado como resultado se encerra com o turno de fala 33 “É:: com a ajuda do empreendimento ajudou bastante, depois veio aí:: a questão do pedágio, né:: Aí:: passou a melhorar mais um pouco. A questão da lavoura mecanizada também mudou bastante, né.” Como se percebe, o conteúdo da interação traz um resumo das duas soluções já apresentadas e menciona a terceira solução que se trata do projeto de lavoura mecanizada, a diferença é que este projeto foi consolidado na contemporaneidade, portanto apontando para o próximo elemento estrutural a “coda” que passo a analisar em seguida.

Este último elemento da estrutura tem início no turno de fala 34 e se encerra no turno 74. Este se constitui no elemento estrutural mais extenso, pois a “coda” tem um total de quarenta turnos de fala, dos quais onze são avaliações encaixadas. Trata-se da parte mais densa da narrativa, pois, na atualidade, este projeto de lavoura

mecanizada é considerado polêmico e sofreu vários reveses até sua consolidação atual.

O turno 34 apresenta o seguinte conteúdo: “Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma boa alimentação, também tem uma condições também econômica.” Este primeiro turno está no limite entre sequência pertencente à coda e avaliação encaixada, pois apresenta os tipos de cultura que têm sido privilegiados no projeto da lavoura mecanizada e termina com a motivação do projeto.

O turno 35 é o único que tem uma falante não pertencente ao povo Haliti, trata-se da Dr.^a Hellen Cristina de Souza que já realizou pesquisas entre o povo Haliti. Este turno foi classificado como avaliação externa dentro da coda, pois apresenta um parêntese com o ponto de vista de uma pesquisadora, cujo conteúdo da interação traz uma argumentação que aponta a agricultura como atividade tradicional do povo Haliti. Este turno traz o seguinte conteúdo: “No Brasil, a produção do algodão está associada aos povos indígenas, né:: E:: neste momento em que os Paresis estão gravando este documentário, é:: importante, eu penso, a gente se lembrar que:: na nossa região, os primeiros cultivadores, né, do algodão foram eles. Há milênios, os Paresis estão associados a:: a cultivar algodão, a colheita do algodão, a tingir e:: a tecer as fibras que utilizavam no seu próprio cotidiano.”

Após essa avaliação externa, o próximo turno de fala aponta que essa agricultura que tem suas bases na tradição do povo Haliti, agora é realizada em grande escala e com outros objetivos diferentes do que tinham no território original. O turno de número 36 apresenta como conteúdo “Aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande escala na terra indígena Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão. Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA ESCALA MAIOR E COM OUTRAS FINALIDADES. Não apenas naquelas finalidades tradicionais, como já foi dito. Além disso, também, no sentido comercial para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para sanar outras necessidades do povo indígena Paresi”.

A partir desse turno de fala, as próximas sequências que vão até o turno de fala 71 trazem diversos falantes com turnos de fala alternados, o que simboliza a coesão

do grupo, trazendo conteúdos de interação que apresentam os objetivos do projeto da lavoura mecanizada, a diversificação de culturas plantadas nesse projeto, o envolvimento das pessoas pertencentes ao povo Haliti, os benefícios atingidos com os recursos da lavoura mecanizada, os pequenos projetos realizados dentro das aldeias (criação de animais de pequeno porte, pecuária, cultivo de hortaliças e plantas frutíferas, piscicultura), a visão do povo Haliti de valorização dos estudos, a valorização da cultura tradicional, o projeto de turismo cultural da aldeia Wazare e o incentivo da permanência dos indígenas na aldeia, o que é propiciado pelos recursos advindos dos diversos projetos (pedágio, PCH, lavoura mecanizada e turismo cultural).

Dentre esses turnos de fala, alguns são avaliações encaixadas pois apresentam argumentação favorável aos projetos de atividades econômicas atuais e à visão de educação que valoriza a cultura tradicional sem desprezar o conhecimento não indígena, são os turnos 44, 46, 47, 52, 55, 57, 61, 65, 70.

O turno de fala 72 traz um resumo de tudo o que foi falado nos turnos anteriores, acrescentando argumentação que justifica os projetos de atividades econômicas da atualidade, ressaltando a necessidade de geração de renda para a sobrevivência do povo e da cultura.

O turno de fala 73 apresenta uma argumentação baseada numa reflexão do processo de contato do povo Haliti com os não indígenas ressaltando o aspecto negativo e danoso das interferências sofridas e, a consequente, necessidade de resistência por meio da diplomacia que é característica desse povo. Também traz informações sobre a organização do povo Haliti para a produção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA Haliti-Paresi) que estava em curso quando o documentário estava sendo gravado e produzido. Interessante notar que as duas produções foram finalizadas no ano de 2019.

Boa parte da fala é destinada a dar informações do processo de produção do PGTA Haliti-Paresi: a decisão do povo Haliti de se agregar a essa política pública, a qual foi instituída pelo governo, mas é resultado de uma intensa luta dos povos indígenas do Brasil. A partir desse esclarecimento, passa a detalhar todos os aspectos abrangidos pelo documento em produção. Os detalhes dessa fala serão discutidos no próximo tópico, pois apontam para o contexto de produção do documentário. O falante E20 encerra apontando o PGTA Haliti-Paresi como o projeto de vida do povo Haliti

que tem, neste documento, a oportunidade de organizar os trabalhos e os pensamentos para planejar o futuro.

A coda se encerra no turno de fala 74 com o seguinte conteúdo: “Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa identidade, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa globalização estamos aqui com nossa identidade autêntica.” Essa afirmação final apresenta uma intertextualidade com a frase preconizada nos movimentos indígenas de 1980 e lembrada por Daniel Munduruku numa entrevista de 2022¹²: “Posso ser quem você é, sem deixar de ser quem eu sou.” Com esta frase revelava o desejo de mostrar à sociedade brasileira as competências e potenciais dos povos indígenas que sempre sofreram com o preconceito da sociedade não indígena.

3.4 ANÁLISE DA INTERAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO A PRODUÇÃO

A produção do documentário *Haliti Paresi - Origem, História e Ascensão* está inserida num contexto contemporâneo no qual o povo Haliti enfrentava dificuldades com o projeto da lavoura mecanizada, devido à várias polêmicas em torno da prática. Para entender, é preciso voltar um pouco no tempo e apontar o início de tais polêmicas.

Os imbróglios têm início em 2009, na quinta safra referente ao contrato de arrendamento entre os Haliti e produtores de soja, cuja duração se estendia de 2004 a 2012. Naquele ano, a mídia começou a destacar as polêmicas em torno dessa prática. Como esclarece uma das reportagens veiculada no site Repórter Brasil¹³:

As terras indígenas são bens da União, de usufruto exclusivo de seus moradores tradicionais. Por isso, o Estatuto do Índio (de 1973) não permite que elas sejam arrendadas, proibição reforçada pela Instrução Normativa no. 3 de 2006 da Fundação Nacional do Índio (Funai). Organizações não-governamentais (ONGs) e o movimento indígena temem que os contratos de parceria representem uma forma de driblar a lei. (Brianezi, 2009)

¹² A entrevista foi originalmente publicada por Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 04-05-2022. Disponível no site: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/618239-lutamos-para-que-o-brasil-nos-perceba-como-nunca-nos-percebeu-como-parte-da-sua-memoria-da-sua-historia-da-sua-identidade-entrevista-especial-com-daniel-munduruku>. Acesso em: 25 jun. 2023.

¹³ BRIANEZI, Thaís. Povo Paresi: os indígenas sojicultores do Mato Grosso. Reportagem publicada no site Repórter Brasil, 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/03/povo-paresi-os-indigenas-sojicultores-do-mato-grosso/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

O mesmo site também afirma que no caso dos Haliti, não se resume ao simples arrendamento, pois os indígenas trabalham na lavoura operando as máquinas, pois têm experiência com o trabalho em fazendas e formação em cursos promovidos pelo SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Dessa forma, o parceiro não indígena fica responsável pelo pagamento dessa mão de obra, assim como o fornecimento de adubo, semente, veneno, combustível e aluguel das máquinas agrícolas. A partir desse contexto, se inicia um período de luta pelo direito de continuidade das lavouras mecanizadas em terras Haliti.

Segundo o site Portal Agronotícias, em 2013, as comunidades indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki protocolaram ofício junto ao Ibama solicitando orientações para realizar o licenciamento ambiental da área plantada. Quando então, foi aberto o processo de registro das Terras Indígenas Rio Formoso, Paresi, Utiariti, Tirecatinga e Manoki no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A Funai se posiciona a favor da regularização ambiental diante do Ibama, por meio de um ofício em 2015. Desse modo, o Instituto Ambiental sugeriu a formalização de um TAC seguido de um requerimento de licenciamento ambiental. No mesmo ano, durante a Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em Brasília, é aprovada, em plenária, uma moção de apoio referente ao projeto das lavouras mecanizadas das etnias Haliti, Nambikwara e Manoki.

No ano seguinte, 2016, o povo Haliti adere a uma política pública do governo federal, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, 2012), cujo objetivo é

garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (Decreto nº 7.747, 2012, Art. 1º).

Para tanto, iniciam a produção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Haliti-Paresi (PGTA Haliti-Paresi), um dos instrumentos para a implementação do PNGATI (2012). Segundo o site Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia, Ecoamazônia, o processo de produção do documento foi facilitado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) e financiado pela *The Nature Conservancy* (TNC). A cacica da aldeia Bacaval, Miriam Kazaezokaero, relata que tudo começou em 2016 por meio

de reuniões de sensibilização e de consulta comunitária, no ano seguinte as aldeias foram visitadas para serem informadas sobre o processo, garantindo assim a participação dos indígenas (Ecoamazônia, 2018).

Ao longo do processo de produção foram realizados registros escritos, fotográficos e em vídeo, além de mapas (etnomapeamento) que serviram como fonte para criar o PGTA Haliti-Paresi. Embora as nove terras indígenas sejam descontínuas, houve a participação das lideranças das diferentes terras e aldeias nas reuniões e oficinas coordenadas por uma equipe técnica. Dessa forma, a professora Teresa Cristina Kezonazokero enfatiza que “foi escrito com a fala de nossos anciãos, nossos jovens, nossas lideranças”, contemplando as demandas do povo e registrando “nosso sonho de vida, porque nele se fala sobre nossa organização, nossa lavoura, nossa governança” (Ecoamazônia, 2018).

O documento é considerado pela Funai como “um instrumento de planejamento para o território e o patrimônio material e imaterial, que busca sua valorização, a recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando as condições para a reprodução da cultura e vida indígena” (Ecoamazônia, 2018). Por outro lado, o povo Haliti o considera como um registro da história, economia, modo de vida e cultura da etnia, o qual relata desde sua origem até os dias atuais.

Observando o documento, constata-se a presença das duas perspectivas, pois inicia com a identificação da etnia, seguida dos registros da origem cosmológica, do histórico de contato com os não indígenas, da descrição de aspectos territoriais, sociais, políticos, econômicos, culturais, sanitários e educacionais. Depois, apresenta as metas estabelecidas para todos os aspectos supracitados, trazendo uma mensagem bilíngue (haliti e português) direcionada aos jovens da etnia e, finaliza, com as referências consultadas. A validação do PGTA Haliti-Paresi ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, na aldeia Bacaval, Terra Indígena (TI) Utariti.

Concomitante à produção do PGTA Haliti-Paresi, em 2017, a polêmica em torno do projeto de lavoura mecanizada toma maiores proporções, pois lideranças Haliti se reúnem em Brasília com a bancada ruralista da Câmara a fim de debater sobre a lavoura mecanizada em terras indígenas. Segundo o site de notícias Uol:

O encontro ocorreu na audiência pública convocada por deputados ligados ao agronegócio e realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, presidida à época por Nilson Leitão (PSDB-MT), conhecido por suas posições anti-indígenas.

Do lado de fora, indígenas contrários à audiência protestaram e foram impedidos de entrar no prédio para acompanhar a sessão.¹⁴

A partir do conteúdo da interação apresentado no turno de fala 73, conforme o quadro de transcrição que apresentei anteriormente, identifico que o documentário estava sendo produzido neste ano de 2017. O falante com código E20 mencionado no quadro 8 como o autor do conteúdo do turno 73 é Genilson Kezomae, diretor financeiro da Cooperativa Agropecuária do Povo Indígena Haliti Paresi (Coopiparesi), uma das quatro cooperativas que foram criadas para comandar o trabalho nas lavouras mecanizadas instaladas nas Terras Indígenas Utariti e Paresi. Na sua fala, ele afirma que “o povo Paresi no ano passado, no ano de 2016, decidiram se agregar a uma política nacional que é a política é:: nacional é:: de plano de gestão ambiental e territorial das terras indígenas, um projeto novo, que foi instituído no governo, porém não foi uma oferta do governo, mas ele foi uma luta do movimento indígena a nível de Brasil [...]”.

Portanto, a produção do documentário fez parte da luta pela legalização das lavouras mecanizadas que, em 2018, foram cadastradas pelo Instituto de Defesa Agropecuária em Mato Grosso (Indea/MT) para efeito de vigilância sanitária. No mesmo ano, finda o prazo de um Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado anteriormente apenas entre os indígenas e a Funai, isso provoca o encerramento dos contratos de arrendamento e/ou parcerias agrícolas nas TIs. Além disso, os Haliti foram multados e sofreram embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) devido ao plantio de grãos transgênicos, o que é proibido pela legislação brasileira em áreas protegidas.

Isso gerou um período de dificuldades, pois ficaram impedidos de plantar e comercializar a produção, além da falta de acesso a linhas de crédito que viabilizassem a autonomia no projeto de lavoura mecanizada.

Devido a insistência do povo Haliti em manter as lavouras mecanizadas respeitando a legislação ambiental e o usufruto exclusivo, o Ministério Público Federal (MPF) tomou a iniciativa de buscar, junto ao Ibama e à Funai, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para desembargar das áreas. Além disso, o MPF tem trabalhado pela implantação de um projeto a ser elaborado pela Empresa

¹⁴ ANJOS, Anna Beatriz. **Índio quer soja**: Etnia busca apoio dos ruralistas do Congresso para manter lavouras em Mato Grosso. Reportagem publicada no site de notícias UOL, abril de 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/indio-quer-soja.htm#indio-quer-soja>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Funai para dar assistência e crédito aos indígenas.

As negociações do TAC ocorreram entre setembro de 2018 e outubro de 2019, quando o texto foi finalmente fechado com as procuradorias federais do Ibama e da Funai, desembargando as áreas. De forma concomitante, a validação do PGTA Haliti-Paresi ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, na aldeia Bacaval, Terra Indígena Utiariti. Nesse contexto, o povo Haliti se comprometeu a respeitar a posse e o uso coletivo do solo das TIs, sendo utilizado para o plantio de lavoura ou outras atividades agropecuárias, por meio de consulta e decisão coletiva da comunidade, seguindo as diretrizes, ferramentas e tecnologias sustentáveis, buscando parcerias e convênios com órgãos de pesquisa e assistência rural, conforme apontado na reportagem de Anjos (2018).

Além disso, os Haliti se comprometeram a desenvolver programas de incentivos às roças tradicionais, elaborar e implementar um sistema de repartição justa de benefícios, um plano de aplicação dos lucros a respeitar a legislação ambiental e não utilizar sementes nem plantas geneticamente modificadas, assim como não realizar a ampliação da área de plantio, conforme consta do documento.

Assim, a reportagem salienta que a exploração da terra e o desenvolvimento da atividade agrícola na TI deverá respeitar o usufruto exclusivo previsto no art. 231 da Constituição Federal, ou seja, deverá ser feita exclusivamente por indígenas, não celebrando contratos que possam caracterizar arrendamento ou parceria com não-índios, sob pena de rescisão do TAC e retorno dos embargos anteriormente impostos pelo Ibama.

Portanto, entendo que a publicação do PGTA Haliti-Paresi e a disponibilização do documentário na multiplataforma do YouTube ocorridas em 2019 deve-se a toda essa situação de luta descrita acima, pois as produções tiveram início em 2016 e 2017 respectivamente. Dessa forma, o processo de produção e finalização se prolongou entre tantos reveses na luta pela legalização da lavoura mecanizada. Ademais, é nítido que tais documentos foram verdadeiros instrumentos de resistência e luta em todo esse processo.

CAPÍTULO 4

A (DES/RE)TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO POVO HALITI: ANÁLISE DO LÉXICO EM PORTUGUÊS

Neste capítulo apresento os corpora formados pelo léxico em português que demonstram a (des/re)territorialização linguística do povo Haliti. Os corpora são compostos pelas lexias de origem não indígena identificadas e reunidas a partir da narrativa presente no documentário, a qual foi transcrita e analisada em seus aspectos estruturais e contexto de produção no capítulo anterior. As lexias refletem as influências dos não indígenas na cosmologia, cosmopercepção, epistemologia, cultura e identidade, contudo tais influências foram ressignificadas pelo povo Haliti que se apropriou dos conhecimentos, da língua portuguesa e das tecnologias para lutarem por seus direitos e ideais. Para propiciar a análise e reflexão, o capítulo apresenta as lexias classificadas de acordo com os princípios de Hallig e Wartburg (1963) e, em seguida, a análise de como essas lexias foram apropriadas e ressignificadas pelo grupo étnico. Para a compreensão da classificação das lexias, o próximo tópico apresenta os princípios teóricos de Hallig e Wartburg (1963).

4.1 O SISTEMA RACIONAL DE CONCEITOS DE HALLIG E WARTBURG (1963)

Segundo Queiroz (2006), os linguistas Rudolf Hallig e Walter Von Wartburg apresentaram no Sétimo Congresso Internacional de Linguística, realizado em Londres no ano de 1952, o Sistema Racional de Conceitos (SRC) de base estruturalista. Tal sistema consiste num método de estudo do léxico com abordagem onomasiológica, ou seja, classificação do léxico de uma língua a partir dos conceitos. Os dois linguistas afirmavam que a organização dos signos em uma língua ocorre pelas relações conceituais estabelecidas para expressar o mundo exterior e o mundo criado pelas relações do homem enquanto ser social e espiritual. Portanto, Hallig e Wartburg defendiam que uma organização do léxico em ordem alfabética, como a dos dicionários convencionais, não reflete a percepção de mundo expressa pela língua e nem o sistema da língua (Paula, 2011).

Para responder às críticas recebidas, o SRC proposto pelos linguistas em 1952 passa por revisões na segunda edição do *Begriffssystem als Grundlage für die*

lexikographie, que foi publicado em 1963. Nesta edição, os autores respondem a questionamentos como:

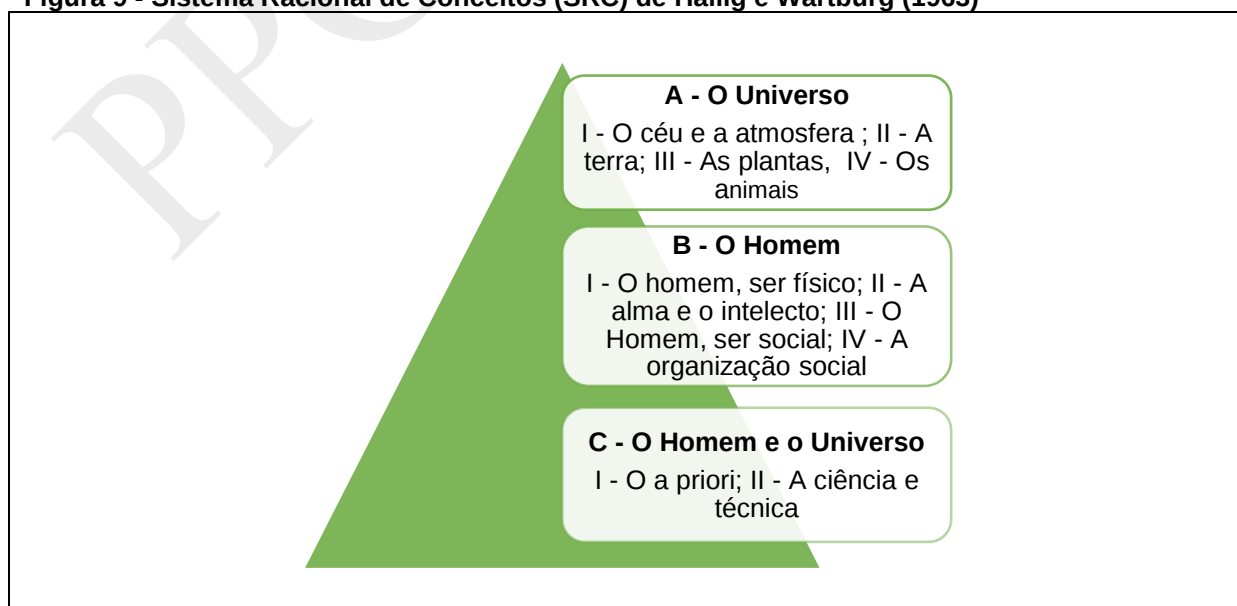
se um dicionário deve ser ordenado alfabeticamente ou não; se o conceito deve servir de base a um sistema de classificação; como se dá a classificação dos signos e como escolhê-los para fazerem parte nesta classificação e qual o valor universal e as possibilidades de emprego do Sistema de Conceitos e sua utilidade (Paula, 2011, p. 114).

Assim, Hallig e Wartburg (1963) ratificam nessa obra que são contrários à organização alfabética dos dicionários e adeptos da abordagem onomasiológica, a qual permite compreender os aspectos culturais expressos pela língua e a percepção de mundo de uma determinada comunidade. Conforme aponta Barreto (2016, p. 136):

Esta teoria trata do estudo de qualquer língua natural partindo, primordialmente, de conceitos pré-científicos, que abarcam os conhecimentos de mundo adquiridos a partir de experiências cristalizadas nas palavras, a fim de estabelecer uma classificação lexical centrada no significado, ou seja, parte-se, a priori, do conhecimento que se tem sobre determinado objeto para se chegar ao seu significante.

Dessa forma, o SRC apresenta uma classificação das lexias que parte dos significados e não dos significantes. Para a classificação o sistema propõe uma organização tripartite, semelhante a uma pirâmide, composta por três esferas conceituais: *o universo*, *o homem*, e *o homem e o universo*, as quais apresentam subdivisões conforme representado na figura a seguir.

Figura 9 - Sistema Racional de Conceitos (SRC) de Hallig e Wartburg (1963)



Fonte: Hallig e Wartburg, 1963, p. 89).

A primeira parte da pirâmide apresenta a esfera conceitual *O Universo* que classifica os conceitos a partir do universal para as especificidades, com referência à natureza orgânica e inorgânica. Esta esfera compõe-se de quatro subpartes: I - O céu e a atmosfera; II - A terra; III - As plantas; IV - Os animais.

Na segunda parte da figura 9, encontra-se a esfera conceitual *O Homem* que apresenta os conceitos referentes ao ser humano em sua integralidade e consciência de si mesmo. Esta esfera também é constituída de quatro subpartes: I - O homem, ser físico; II - A alma e o intelecto; III - O Homem, ser social; IV - A organização social. Barreto (2016, p. 137) descreve cada subparte da seguinte forma:

Na primeira parte – o homem, ser físico – são tratados conceitos referentes ao homem, enquanto ser que tem um corpo com funções, órgãos e forma. São abordadas também a vida, a morte, a saúde e a reprodução.

Na segunda parte – a alma e o intelecto – são abordados conceitos concernentes à alma e ao intelecto, como, por exemplo, a memória, a consciência, a imaginação, os sentimentos, as vontades, a moral e as sensações.

Na terceira parte – o homem, ser social – os autores destacam os fatos sociais do ponto de vista das relações estabelecidas a partir do convívio social, tais como: as relações trabalhistas, as atividades práticas, as relações de parentesco e de amizade, casamento e diversão e lazer.

Na quarta parte – a organização social – são apontados os conceitos relacionados com a vida em sociedade, como, por exemplo, as crenças e a religião, o Estado, o ensino e a instrução, a organização judiciária e as guerras/conflitos sociais.

A terceira esfera, que se encontra na última parte da pirâmide, traz os conceitos relativos ao homem em face de si mesmo e do mundo. Esta esfera recebe o título *O homem e o universo* e está subdividida em: I - O a priori; II - A ciência e técnica.

A subparte I) a priori delimita conceitos a respeito dos objetos, abarcando as características: estado, forma, dimensão, matéria, qualidade, quantidade, valor, causalidade, tempo e movimento. Por outro lado, a subparte II) a ciência e a técnica apresenta conceitos referentes à ciência e à técnica e à ciência e indústria. (Queiroz, 2006; Paula, 2007; Barreto, 2016). É importante salientar que as subdivisões das esferas conceituais também podem apresentar outras subdivisões conforme a necessidade. Além disso, a classificação não pressupõe isolamento das lexias, elas estabelecem relações umas com as outras de modo que o contexto evidencia os significados ou ideias que representam. Como ressalta Friedrich (2021, p. 73), “no

estudo de itens lexicais, não basta analisar apenas o item lexical propriamente dito. O significado do item emerge a partir da relação que este possui com o seu entorno”.

Dessa forma o sistema de Hallig e Wartburg (1963) classifica os conceitos de forma sucessiva em cada subdivisão, evidenciando as relações em um sistema e a interdependência dos conceitos. Como pontua Paula (2007, p. 121) “depreende-se que o universo antecede a toda e qualquer forma de relação humana, o homem como ser físico e social se caracteriza isoladamente para, depois, serem dadas as suas relações com o universo”. Portanto, no estudo do léxico de uma língua, deve-se compreender, em primeiro plano, como ela recorta o mundo físico, em seguida entender como ela conceitua o homem para, finalmente, compreender as relações do homem com o mundo (Paula, 2007).

No presente trabalho, ao adotar o SRC de Hallig e Wartburg (1963), as lexias não serão apresentadas em ordem alfabética, pois a classificação obedecerá às divisões e subdivisões do sistema, as quais partem dos conceitos. Além disso, serão discutidas as ressignificações das lexias no contexto de uso do povo Haliti e os propósitos comunicativos que envolvem a narrativa presente no documentário. Tal discussão ocorrerá em tópico subsequente, adotando os princípios de Cosériu (1977). Também serão apontados os aspectos culturais evidenciados pelas lexias. O próximo tópico apresenta o inventário das lexias organizadas e classificadas conforme o sistema adotado.

4.2 REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DO LÉXICO A PARTIR DO SRC

Os corpora registrados e classificados segundo o SRC de Hallig e Wartburg (1963) foram extraídos do corpus em estudo que se constitui na narrativa presente no documentário produzido por meio de parceria de líderes do povo Haliti com não indígenas. Para a formação dos corpora realizei a transcrição da narrativa segundo os princípios da Análise da Conversação de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989) os quais foram apresentados anteriormente. A partir da transcrição, selecionei as lexias, as locuções e expressões que demonstram a (des/re)territorialização linguística do povo Haliti, ou seja, as que evocam conceitos de origem não indígena que foram incorporadas ao vocabulário em uso devido aos propósitos e anseios deste povo.

As lexias, locuções e expressões foram, inicialmente, listadas na ordem em que apareciam na narrativa e depois pesquisei no *Dicionário Paresi-Português* de Rowan (2001) se havia a presença delas ou sinônimos. Permaneceram na listagem somente as lexias, locuções e expressões que não encontraram correspondência no *Dicionário Paresi-Português* (Rowan, 2001). A seguir, apresento o inventário das lexias, locuções e expressões selecionadas e classificadas segundo os conceitos que representam, ou seja, estão classificadas a partir dos significados e não dos significantes. Assim, as lexias, locuções e expressões foram organizadas conforme a hierarquia proposta no SRC de Hallig e Wartburg (1963), fazendo algumas adaptações, seguidas da definição e do contexto em que aparecem na narrativa transcrita.

4.2.1 Critérios para a organização das lexias, locuções e expressões

Adotei e, quando necessário, adaptei as divisões e subdivisões do sistema racional de conceitos, atendendo aos seguintes critérios:

- Para as entradas das lexias, locuções ou expressões, estas foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;
- As entradas dos substantivos e adjetivos foram feitas pelo masculino ou feminino singular ou plural, conforme foram registradas na narrativa;
- Os verbos estão no infinitivo, seguidos da classificação da transitividade;
- Locuções e expressões estão identificadas entre parênteses;
- Após a entrada e a classificação, apresento a significação (a partir de dicionários da língua portuguesa, geradas por Inteligência Artificial¹⁵), seguida do contexto no qual aparece na transcrição da narrativa.
- As entradas que apresentarem o mesmo contexto serão registradas sem espaçamento.
- Os contextos apresentados estão com a lexia, locução ou expressão destacadas em negrito (Barreto, 2016).

A - O UNIVERSO

¹⁵ OpenAI. 2023. ChatGPT (GPT-4). San Francisco: OpenAI. Disponível em: <https://www.openai.com/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

II – A terra

TERRA INDÍGENA (s.f.): Área de posse e uso tradicionalmente ocupada por povos indígenas, reconhecida e protegida por lei como parte de seu patrimônio cultural, ambiental e territorial. As terras indígenas são fundamentais para a preservação da identidade, cultura, modos de vida e sustento das comunidades indígenas, garantindo-lhes o direito à autodeterminação, à proteção de seus recursos naturais e à continuidade de suas práticas ancestrais.

Contexto: “[...] aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande escala na **terra indígena** Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão[...].” (Turno 36, E11).

TERRITÓRIO (s.m.): Espaço geográfico delimitado e organizado por fronteiras naturais ou políticas, que abrange uma área específica com características físicas, sociais, econômicas e culturais distintas. O território pode ser definido por critérios administrativos, étnicos, históricos ou geopolíticos, e é objeto de apropriação, gestão e ordenamento por parte de grupos humanos, comunidades, governos ou entidades territoriais.

Contexto: “E:: essa atividade, hoje, aqui::, ela ve::m de encontro com a necessidade, hoje de ocupação da mão de obra indígena dentro do próprio **território** Paresi. Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do **território**.” (Turno 38, E11).

III – Plantas

a) Plantas

Para alimentação

COCO (s.m.): fruto do coqueiro, de casca dura e fibrosa, contendo uma polpa branca e um líquido doce no seu interior.

MANGA (s.f.): fruto da mangueira, de casca fina e cor variada, polpa suculenta e sabor adocicado.

Contexto: “<[...] A gente também consome, né, o que a gente produz aqui dentro. Com esse recurso a gente tem plantado é muitos frutífera como **coco**, né:: de **manga**, é:: caju>[...]” (Turno 48, E14).

Parte da planta extraída para comércio/indústria

LÁTEX (s.m.): seiva leitosa extraída de diversas plantas, especialmente da seringueira, utilizada na produção de borracha e outros produtos.

Contexto: “[...] Você vê. Em 54, eu já morava aqui, mas não era aldeia, né:: Mas, TRABALHANDO tirando a seringa pro homem branco, né:: O **látex**, né. Nessa região de Utiariti,:: tirava látex e entregava pra missão, o padre (?) que era vivo ainda, né [...]” (Turno 06, E4).

BORRACHA (s.f.): substância elástica e resistente proveniente da coagulação do látex de várias plantas tropicais, utilizada na fabricação de diversos artigos industriais e domésticos.

Contexto: “[...] >Tirá **borracha** pra sobrevivência<, né. <Pra:: suprir as necessidades, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.> [...]” (Turno 13, E3).

b) Plantações

Culturas plantadas

SOJA (s.f.): planta leguminosa originária da Ásia, cultivada para a produção de grãos ricos em proteínas, usados na alimentação humana e animal, além de na fabricação de óleo e outros produtos derivados.

Contexto: “[...] >Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta **soja**, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: [...]” (Turno 34, E9).

IV – Animais

GALINHA CAIPIRA (loc.): galinha criada de forma tradicional, solta no campo e alimentada de maneira natural, geralmente com grãos e vegetação.

Contexto: “[...] E também trabalhar o projeto de horticultura, piscicultura, criação de **galinha caipira**:: é:: também de pecuária [...]” (Turno 49, E9).

B - O HOMEM

I - O homem, ser físico

b) Raça

HOMEM BRANCO (lexia composta): Indivíduo do sexo masculino pertencente ao grupo étnico com pele de tonalidade clara, geralmente de origem europeia.

Contexto: “[...] Você vê. Em 54, eu já morava aqui, mas não era aldeia, né:: Mas, TRABALHANDO tirando a seringa pro **homem branco**, né:: O látex, né [...]” (Turno 06, E4).

ÍNDIGENA (adj. e s.m./s.f.): Aquele que é natural da região em que habita; membro de um povo que habitava originalmente uma região antes da chegada dos europeus.
= Aborígene, autóctone, nativo.

Contexto: “[...] Marechal Rondon dava miçanga, né. Em troco de alguma coisa pra comunidade **indígena** Paresi, né? A gente vivia por isso, essas coisa, né? [...]” (Turno 04, E4).

ÍNDIO (s.m.): Pessoa pertencente aos povos indígenas das Américas, frequentemente substituído por “indígena” para evitar conotações pejorativas.

Contexto: “[...] <E os produtores rurais de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o **índio** pode deixar... essa abertura de estrada pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de insumos e:: e:: produção deles.> [...]” (Turno 10, E6).

NÃO ÍNDIOS (loc.): Pessoas que não são indígenas, ou seja, que não pertencem aos povos nativos ou originários de um território antes da colonização, geralmente de origem europeia, africana ou asiática.

Contexto: “[...] Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os **não índios** aonde existe a transferência de tecnologia dos **não índio** para os indígenas e:: com o intuito

de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território [...]” (Turno 38, E11).

ETNIA (s.f.): Grupo de pessoas que compartilham a mesma origem, cultura, idioma e, frequentemente, características físicas.

Contexto: “[...]<Sou da **etnia** Paresis, certo? [...]” (Turno 37, E12).

i) Saúde e doença

Doenças

DEPRESSÃO (s.f.): transtorno de humor caracterizado por tristeza persistente, perda de interesse em atividades e diversas alterações físicas e emocionais.

PREGUIÇA (s.f.): falta de disposição ou vontade para realizar atividades, geralmente associada a um estado de inatividade e lentidão.

Contexto: “[...] Nós, Haliti Paresi, é:: quando dá a primeira chuva:: primeira chuva do ano, assim, a gente sempre costuma ter o banho. E:: nesse banho aqui tem que ser madrugada, né:: nesse horário de quatro horas, pra:: lavar tudo o corpo e aí:: todas as doença, a **preguiça**, as **depressão**, as doença:: Tudo isso aí afasta, né:: [...]” (Turno 71, E15).

j) Vida humana em geral

Idades da vida

JUVENTUDE (s.f.): período da vida humana que vai da adolescência ao início da idade adulta, caracterizado pelo vigor físico e mental, além de um processo contínuo de formação e desenvolvimento pessoal.

Contexto: “[...] Aonde ele:: traz no seu plano de gestão a origem que é a mitologia, o processo histórico que foi o contato e a resistência, né:: a situação contemporânea, o que nós estamos organizando hoje, que é o trabalho das associações, do setor da saúde, do setor das escolas, né:: as lideranças tradicionais, a **juventude**. E:: agora, nós estamos discutindo como que nós vamos pegar e rumar para o futuro [...]” (Turno 73, E20).

ANCIÃOS (s.m.pl.): pessoas de idade avançada, frequentemente respeitadas pela sabedoria acumulada ao longo dos anos.

Contexto: “[...] Uma outra preocupação são de nossos (dilemas) tradicionais, principalmente os **anciãos**. Então, eles acham que a gente tem que trabalhar um programa pra fortalecer o nosso tradicional nessa geração mais nova [...]” (Turno 73, E20).

Morte

DIZIMADOS (adj.): Destruído; que se dizimou, sendo completamente aniquilado, arrasado. Exterminado; que foi algo de extermínio, assassinado, em massa.

Contexto: “[...] principalmente territórios onde nosso povo foram expulsos e **dizimados** que, hoje, já não temos mais como território indígena devido esse processo histórico que aconteceu [...]” (Turno 73, E20).

k) Necessidade do ser humano

SOBREVIVÊNCIA (s.f.): Ato ou efeito de sobreviver; aquilo que subsiste após uma perda ou desaparecimento. Pode se referir à continuidade de ideias, religiões ou políticas.

Contexto: “[...] >Tirá borracha pra **sobrevivência**<, né. <Pra:: suprir as necessidades, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.> [...]” (Turno 13, E3).

SOBREVIVER (v.i.): Continuar vivo após um evento perigoso ou adverso; manter-se em existência.

Contexto: “[...] A gente saiu trabalhou fora daqui, trabalhava na fazenda, que não tinha como que a gente ia **sobreviver** na época, né. <A gente vivia aqui de seringa, a gente tirava seringa, vendia artesanato, né.> [...]” (Turno 18, E5).

SUPRIR (v.t.): Fornecer o necessário para suprir uma carência ou necessidade; substituir algo que está faltando.

NECESSIDADES (s.f. pl.): Aquilo que é necessário; condições ou coisas indispensáveis para a vida e bem-estar.

Contexto: “[...] <Pra:: **suprir** as **necessidades**, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.> [...]” (Turno 13, E3).

MELHORES CONDIÇÕES (DE VIDA) (loc.): Situações ou circunstâncias que proporcionam uma vida mais confortável, segura e saudável.

Contexto: “[...] Mas, o projetos agrícola que tem. Ela vem com princípio de você gera renda, de você gera emprego, de você dar **melhores condições** que têm [...]” (Turno 47, E9).

QUALIDADE DE VIDA (loc.): Nível de bem-estar e satisfação que uma pessoa ou grupo experimenta, geralmente medido em termos de saúde, conforto e felicidade.

Contexto: “[...] desenvolver os seus projetos econômicos para poder ter a garantia da **qualidade de vida** de todas as aldeias de uma forma:: bastante digna [...]” (Turno 73, E20).

SUBSISTÊNCIA (s.f.): Ação ou efeito de subsistir; o mínimo necessário para manter a vida.

Contexto: “[...] Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra instituição. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber explorar os meios naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria **subsistência** [...]” (Turno 50, E15).

SE MANTER (MANTER-SE) (loc.): Continuar em um determinado estado ou condição; sustentar-se.

Contexto: “[...] E:: se não fosse, esse recurso desse projeto, eu acho que, seria muito difícil hoje pra gente aqui, **se manter** aqui dentro [...]” (Turno 51, E14).

Alimentação

PÃO DE CADA DIA (loc.): alimento essencial para a subsistência diária; refere-se às necessidades básicas de sustento.

Contexto: “[...] <De primeiro... Quando não tinha esse jogo. Que nem o pedágio não tinha, era:: na nossa::> >força mesmo, né<. Quem era professora tenha o seu **pão de cada dia**. Então, tenha ma::is a gente ajudava quem não tinha. [...]” (Turno 26, E8).

BOA ALIMENTAÇÃO (loc.): consumo equilibrado e variado de nutrientes necessários para manter a saúde e o bem-estar.

Contexto: “[...] >Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma **boa alimentação**, também tem uma condições também econômica.< [...]” (Turno 34, E9).

CONSUMIR (v.t.): “[...] ingerir alimentos ou bebidas; utilizar recursos ou produtos.

Contexto: “[...] A gente também **consome**, né, o que a gente produz aqui dentro [...]” (Turno 48, E14).

POTÊNCIA NA ALIMENTAÇÃO (loc.): capacidade de um alimento fornecer a energia e os nutrientes necessários para sustentar as funções vitais do organismo.

Contexto: “[...] Então, a parte desse recurso tá sendo investido na piscicultura, é:: visando também a questão de um aumento da potência na alimentação, como com a piscicultura que é escasso aqui na região [...]” (Turno 50, E15).

ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (loc.): dieta que atende às necessidades nutricionais específicas de um indivíduo, promovendo saúde e prevenindo doenças.

Contexto: “[...] E eles tinham um conhecimento de que para ter uma saúde boa, perfeita, eles tinham que ter uma **alimentação adequada**. E:: desde então:: criaram-se vários projetos com o intuito de:: de:: abranger o conhecimento é:: da população indígena é:: através dos estudos [...]” (Turno 52, E16).

II – A alma e o intelecto

a) Atitudes

SANAR (v.t.): corrigir ou remediar um problema; restabelecer a normalidade.

Contexto: “[...] Além disso, também, no sentido comercial para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para **sanar** outras necessidades do povo indígena Paresi [...]” (Turno 36, E11).

b) Percepção, sensação

PONTOS POSITIVOS (loc.): aspectos favoráveis ou benéficos em uma situação, pessoa ou coisa (br.psicologia-online.com).

Contexto: “[...] >Um projeto polêmico. Mas, porém, ele tem muitos **pontos positivos**. Eu acho assim, o primeiro critério, é você determinar a quantidade de território a ser ocupado.< [...]” (Turno 43, E11).

PONTOS IMPORTANTES (loc.): aspectos essenciais ou de grande relevância em uma determinada situação ou contexto.

Contexto: “[...] E:: um dos **pontos importante** também, é que você consegue, foi o que aconteceu com o povo Paresi, nós conseguimos segurar a nossa juventude, as famílias dentro do próprio território indígena. Então, esse **pontos** são os **pontos positivos** da lavoura. [...]” (Turno 45, E11).

POTENCIALIDADE (s.f.): capacidade de algo ou alguém para se desenvolver ou alcançar um determinado resultado.

Contexto: “[...] E também, visando também, a questão é:: da:: da expansão do comércio pra:: pra outras regiões também, né. Iniciamos aqui um projeto de três tanques, é:: e pra esse ano, agora, vamos ampliar com mais seis tanques. E, aí::, assim, aumentando a maior quantidade e a **potencialidade** da piscicultura aqui na nossa região [...]” (Turno 50, E15).

OBSERVAÇÃO MUITO ALÉM (loc.): análise ou exame detalhado que vai além das aparências superficiais.

Contexto: “[...] O povo Paresi, eles sempre foram aquele povo que:: teve uma:: **observação muito além**, né:: do que:: havia ali naquele momento [...]” (Turno 52, E16).

MUNDO DO BRANCO (loc.): contexto ou esfera dominada por pessoas brancas e suas culturas.

Contexto: “[...] Estamos desenvolvendo pra enfrentar o **mundo do branco**, sem deixar a nossa cultura [...]” (Turno 58, E7).

AUTOESTIMA (s.f.): avaliação positiva ou negativa que uma pessoa faz de si mesma.

MUITO VALOR (loc.): grande importância ou relevância atribuída a algo ou alguém.

Contexto: “[...] Nós mantemos a essência da cultura, independente de outras questões que nós estamos acolhendo. Ela levanta a **autoestima** das criança, as criança passa a aprender mais. Ela passa a adquirir:: a poder fazer uma flecha, fazer artesanatos, cocares, se pintar, tecer. É:: tudo isso que ela vê que a cultura, hoje, através do turismo:: a cultura tem **muito valor**. [...]” (Turno 72, E9).

POLÊMICO (adj.): que gera ou é capaz de gerar controvérsias e debates acalorados.

MAL INTERPRETADO (adj.): compreendido de forma incorreta ou distorcida.

DISTORCIDO (adj.): alterado de forma a perder a conformidade com a realidade original (br.psicologia-online.com).

Contexto: “[...] E hoje, na atualidade, nós temos vários projetos que acaba sendo **polêmico**. Acaba sendo, às vezes, até **mal interpretado** pela alguma ONG, para alguma instituição de governo, até mesmo, para alguns parentes, acaba tendo um olhar é:: **distorcido** com relação a isso. [...]” (Turno 72, E9).

c) Consciência, representação

IDENTIDADE (s.f.): Conjunto de características que definem e distinguem um indivíduo, grupo ou coisa, incluindo traços físicos, psicológicos, culturais e sociais.

Contexto: “[...] Então, nós vamos fazer um seminário pra discutir, projetos que possa fortalecer a nossa **identidade**, principalmente, fortalecendo tecnicamente na parte de administração os nossos gestores. [...]” (Turno 73, E20).

IDENTIDADE AUTÊNTICA (s.f.): Expressão genuína e verdadeira do eu interior de uma pessoa, alinhada com seus valores, crenças e experiências pessoais, sem influências externas que distorçam ou mascarem essa essência.

Contexto: “[...] Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa identidade, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa globalização estamos aqui com nossa **identidade autêntica**. [...]” (Turno 74, E9).

FORTALECER (v.): Agir de maneira a aumentar a força, a resistência ou a eficácia de algo ou alguém, seja física, emocional, mental ou espiritualmente, visando aprimorar suas capacidades e recursos.

Contexto: “[...] projetos que possa **fortalecer** a nossa identidade, principalmente, **fortalecendo** tecnicamente na parte de administração os nossos gestores. (Turno 73, E20).

TRADICIONAL (adj.): Relativo a valores, costumes, crenças ou práticas que são transmitidos de geração em geração, mantendo-se ao longo do tempo como parte da herança cultural de um grupo, comunidade ou sociedade.

Contexto: “[...] Uma outra preocupação são de nossos (dilemas) **tradicionais**, principalmente os anciãos. Então, eles acham que a gente tem que trabalhar um programa pra fortalecer o nosso **tradicional** nessa geração mais nova. [...]” (Turno 62, E17).

ESSÊNCIA (s.f.): A característica fundamental e distintiva de algo ou alguém, que constitui sua natureza mais profunda e permanente, independentemente de mudanças externas ou superficiais.

Contexto: “[...] Mas, sem perder a nossa **essência**, que é a nossa cultura. Em um canto, a dança, principalmente, a língua materna nossa [...]” (Turno 62, E17).

d) Memória

NOSSA CULTURA (s.f.): Conjunto de valores, tradições, costumes, crenças e práticas compartilhadas por um grupo de pessoas dentro de uma sociedade ou

comunidade específica. Refere-se à identidade cultural coletiva de um grupo, incluindo suas expressões artísticas, instituições sociais, linguagem e história compartilhada.

Contexto: “[...] Nós tá aplicando para dentro de a **nossa cultura** é:: resgatá o tudo o que já passou [...]” (Turno 67, E13).

CULTURAL (adj.): Relativo à cultura, incluindo tudo o que se relaciona com as artes, costumes, tradições e modos de vida de uma sociedade ou grupo específico. Pode referir-se também aos produtos e manifestações culturais produzidos ou influenciados por uma sociedade em particular.

Contexto: “[...] Que:: a Wazare ela tem o projeto de trabalhar, principalmente, a questão do turismo **cultural**. [...]” (Turno 72, E9).

RESGATAR (v.t.): Recuperar ou restaurar algo que estava perdido, negligenciado ou esquecido. No contexto cultural, pode significar trazer de volta à relevância ou reconhecimento aspectos, tradições, valores ou práticas culturais que foram subestimados, suprimidos ou esquecidos ao longo do tempo. Isso pode envolver esforços para preservar ou revitalizar elementos da cultura que estão em declínio ou ameaçados de extinção.

Contexto: “[...] Nós tá aplicando para dentro de a nossa cultura é:: **resgatá** o tudo o que já passou. Nós tamo, hoje, se unino cada vez mais porque:: união faz força. Nada faz as coisa sozinho:: [...]” (Turno 67, E13).

f) Moral

CRÉDITO (moral) (s.m.): Confiança ou prestígio adquirido por uma pessoa devido ao seu comportamento ético, honestidade, integridade ou bom caráter. Refere-se à reputação positiva que uma pessoa possui no que diz respeito ao seu caráter moral e à confiança que os outros têm em suas ações e palavras.

Contexto: “[...] Principalmente, o Ralfe, né:: Ele tem feito uma coisa que hoje ele tem esse **crédito** no meio do povo Paresis, [...]” (Turno 31, E5).

g) Pensamento

FINALIDADES (s.f.): Objetivos, propósitos ou metas que se pretende alcançar por meio de uma ação específica ou de um conjunto de ações. Indica as razões ou

motivações por trás de uma atividade, projeto ou plano, destacando os resultados desejados que se espera alcançar.

Contexto: “[...] Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA ESCALA MAIOR E COM OUTRAS **FINALIDADES**. Não apenas naquelas **finalidades** tradicionais, como já foi dito. [...]” (Turno 36, E11).

III – O homem, ser social

a) Vida da sociedade

e - Relações entre classes sociais

SUBMISSO (adj.): Que se submete facilmente à autoridade, controle ou influência de outra pessoa. Refere-se a alguém que é dócil, obediente ou passivo em relação às ordens, diretrizes ou expectativas de um superior, líder ou autoridade.

Contexto: “[...] Porque, hoje uma cultura, ela só sobrevive, se ela tiver geração de renda, geração econômica. Porque, até então, nós, como povo Paresi, passamos a entender e perceber que nenhuma cultura, hoje sobrevive, se não tiver uma questão de () econômica, até pode, mas sempre vai ser uma cultura, vai ser um povo **submisso** a muitas questões. Hoje, nós como Paresis temos mais de trezentos anos de contato. [...]” (Turno 72, E9).

f - Origem/identidade

PARESI (etnia) (s.f.): Grupo étnico indígena originário do Brasil, com presença principalmente no estado do Mato Grosso. Os Paresi têm sua própria língua e cultura distintas, com tradições ancestrais que incluem práticas agrícolas, rituais religiosos e formas de organização social. São reconhecidos como parte da diversidade étnica e cultural do país, contribuindo para a riqueza e a pluralidade da sociedade brasileira.

Contexto: “[...] Porque, até então, nós, como povo **Paresi**, passamos a entender e perceber que nenhuma cultura, hoje sobrevive, se não tiver uma questão de () econômica [...]” (Turno 72, E9).

b) Homem no trabalho

Profissões e ocupações diversas

SERINGUEIRO (s.m.): Pessoa que extrai látex de seringueiras na floresta, geralmente na região amazônica. Os seringueiros desempenham um papel importante na produção de borracha natural, utilizando técnicas tradicionais de extração e contribuindo para a economia local e para a conservação da floresta.

Contexto: “[...] <**Seringueiro** indígena tem uma dificuldade muito grande para transportar a borracha... para o posto indígena Paresi.> [...]” (Turno 07, E6).

PRODUTORES RURAIS (s.m./s.f.): Indivíduos envolvidos na produção agrícola ou pecuária em áreas rurais. Os produtores rurais cultivam alimentos, criam animais ou produzem matérias-primas agrícolas, desempenhando um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico das regiões rurais.

Contexto: “[...] <E os **produtores rurais** de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o índio pode deixar... essa abertura de estrada pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de insumos e:: e:: produção deles.> [...]” (Turno 10, E6).

FAZENDEIRO (s.m./s.f.): Proprietário ou administrador de uma fazenda, geralmente envolvido na produção agrícola em larga escala. Os fazendeiros gerenciam operações agrícolas, cultivando culturas comerciais, criando gado ou realizando outras atividades agrícolas para o comércio ou subsistência.

Contexto: “[...] Depois que acabou o látex. Aí, nós voltamos a trabalhar de MÃO DE OBRA >para os **fazendeiros**, né. [...]” (Turno 19, E3).

EMPRESÁRIO (s.m./s.f.): Indivíduo que possui, gerencia ou lidera um negócio ou empresa com o objetivo de obter lucro. Os empresários são responsáveis por tomar decisões estratégicas, mobilizar recursos e assumir riscos para desenvolver e operar negócios bem-sucedidos em diversos setores da economia.

Contexto: “[...] <Então, a gente tinha medo. Só que:: Esse medo que a gente tinha... Eu procurei tirar ele:: Tirar aquelas dúvidas com o **empresário**, se realmente, isso não vinha futuramente prejudicar, né. Por exemplo: questão da água, questão de estragar a beira do rio> [...]” (Turno 29, E5).

EMPREENDEDOR (s.m./s.f.): Pessoa que identifica oportunidades, desenvolve ideias inovadoras e cria novos empreendimentos ou negócios. Os empreendedores são visionários e assumem riscos calculados para transformar suas ideias em realidade, contribuindo para o crescimento econômico, a criação de empregos e a inovação.

Contexto: “[...] Mas ele sempre continuou co::m um:: do jeito que ele é apesar de ser um **empreendedor**, né:: Mas ele nunca vira as costas, assim, pra ninguém. É:: questão da cachoeira ele está no mesmo lugar, num faltou água, tá trabalhando bem [...]” (Turno 31, E5).

MECÂNICO (s.m.): Profissional especializado em reparar, manter e instalar máquinas, equipamentos e veículos. Os mecânicos possuem habilidades técnicas para diagnosticar e solucionar problemas mecânicos em diversos tipos de motores e sistemas mecânicos, desempenhando um papel crucial na manutenção da infraestrutura e no funcionamento de máquinas em diferentes setores.

Contexto: “[...] >um momento em que a:: juventude é:: ela tem que aprender a lidar como que:: que é:: que como que opera a máquina, essa:: como que opera isso, como que solda, () **mecânico**. Então, acaba sendo um campo de aula lá na própria atividade.< [...]” (Turno 40, E9).

AGRÔNOMO (s.m./s.f.): Profissional especializado em ciências agrárias, responsável por estudar e aplicar conhecimentos técnicos e científicos na produção agrícola. Os agrônomos trabalham com agricultores para otimizar o cultivo de plantas, melhorar a produtividade e a qualidade dos alimentos, e promover práticas sustentáveis de manejo do solo e dos recursos naturais.

FARMACÊUTICA (s.f.): Profissional da área da saúde que atua na produção, controle, dispensação e orientação sobre medicamentos e produtos farmacêuticos. As farmacêuticas desempenham um papel essencial na promoção da saúde pública, garantindo o acesso seguro e eficaz a medicamentos e contribuindo para o cuidado e o bem-estar dos pacientes.

ODONTÓLOGO (s.m./s.f.): Profissional da área da saúde especializado no diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e condições relacionadas à saúde bucal. Os odontólogos realizam procedimentos odontológicos, como limpeza, restauração, extração e tratamento de problemas dentários, promovendo a saúde oral e a qualidade de vida dos pacientes.

VETERINÁRIA (s.f.): Profissional da área da saúde especializado no diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e lesões em animais. As veterinárias cuidam da saúde e do bem-estar de animais domésticos, de produção e selvagens, trabalhando em clínicas, hospitais, fazendas, zoológicos, entre outros ambientes.

Contexto: “[...] Mas, sempre ele lutou, né, investiu na educação. Etendeu? Que até hoje, ele teve, né:: o:: o irmão que trabalha hoje, né, na lavoura, como **agrônomo**. Ele conseguiu formar, é:: uma **farmacêutica**, um **odontólogo** e uma **veterinária**, né, que tá, assim, formando, daqui dois anos.> [...]” (Turno 51, E14).

PROFISSIONAIS (s.m./s.f.): Indivíduos qualificados e especializados em uma determinada área de conhecimento, habilidade ou ofício. Os profissionais dedicam-se a uma carreira ou profissão específica, adquirindo educação, treinamento e experiência para exercer suas funções com competência e ética, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento da sociedade.

Contexto: “[...] Ou seja, a visão deles eram os próprios indígenas se tornarem **profissionais** na área de saúde para poderem atuar dentro da reserva. Uma vez, né que os brancos, né, eles... os **profissionais** brancos é de que eles passavam ali temporariamente, né.> [...]” (Turno 52, E16).

COLABORADOR (s.m./s.f.): Pessoa que contribui ativamente para uma organização, projeto ou equipe, oferecendo seu trabalho, habilidades e conhecimentos para alcançar objetivos comuns. Os colaboradores trabalham em conjunto, compartilhando responsabilidades e recursos para realizar tarefas e alcançar resultados, promovendo a cooperação e o sucesso coletivo.

Contexto: “[...] O fortalecimento das nossas associações para poder defender os interesses coletivos de nossas comunidades. E:: de uma certa forma um **colaborador** pela:: pela minha geração, porque pra eu ter isso hoje, a oportunidade de trabalhar, a oportunidade se expressar, a oportunidade de eu tá junto com outras lideranças, é sinal que alguém lutou antes [...]” (Turno 73, E20).

LIDERANÇAS (s.f.): Indivíduos com habilidades e qualidades para influenciar, inspirar e guiar outras pessoas em direção a metas ou objetivos compartilhados. As lideranças

exercem autoridade e responsabilidade para tomar decisões, resolver conflitos e motivar equipes, contribuindo para o desenvolvimento e o sucesso de organizações, comunidades ou sociedades.

Contexto: “[...] a situação contemporânea, o que nós estamos organizando hoje, que é o trabalho das associações, do setor da saúde, do setor das escolas, né:: as **lideranças** tradicionais, a juventude [...]” (Turno 73, E20).

Relações de trabalho

COMERCIAL (adj.): Relacionado a atividades de compra, venda ou troca de bens ou serviços visando o lucro. Refere-se às transações comerciais realizadas entre empresas ou entre empresas e consumidores, envolvendo a produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços.

Contexto: “[...] Aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande escala na terra indígena Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão. Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA ESCALA MAIOR E COM OUTRAS FINALIDADES. Não apenas naquelas finalidades tradicionais, como já foi dito. Além disso, também, no sentido **comercial** para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para sanar outras necessidades do povo indígena Paresi. [...]” (Turno 36, E11).

EMPRESA (s.f.): Organização econômica, comercial ou industrial, constituída por um ou mais indivíduos ou entidades, com o objetivo de realizar atividades produtivas, comerciais ou de prestação de serviços visando ao lucro. As empresas podem variar em tamanho, estrutura e natureza jurídica, podendo ser pequenas, médias ou grandes, e atuam em diversos setores da economia, contribuindo para a geração de empregos, riqueza e desenvolvimento. Negócio, sociedade comercial; todo estabelecimento que vende, compra produtos ou oferece algum tipo de serviço.

Contexto: “[...] a **empresa** também, né. Que:: eu acho que fo::i a primeira empresa que foi muito sério com a comunidade indígena, né. [...]” (Turno 31, E5).

OCUPAÇÃO (s.f.): Atividade ou trabalho que uma pessoa realiza para sustento ou subsistência. Refere-se ao conjunto de tarefas, responsabilidades e funções desempenhadas por um indivíduo em um determinado emprego, profissão ou campo de trabalho.

Contexto: “[...] E:: essa atividade, hoje, aqui::, ela ve::m de encontro com a necessidade, hoje de **ocupação** da mão de obra indígena dentro do próprio território Paresi. Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território. [...]” (Turno 38, E11).

MÃO DE OBRA (s.f.): Conjunto de trabalhadores disponíveis para realizar atividades produtivas ou serviços em uma economia. Refere-se às pessoas que fornecem seu trabalho físico ou intelectual em troca de salário ou remuneração, contribuindo para a produção de bens e serviços em diversos setores da economia.

Contexto: “[...] E:: essa atividade, hoje, aqui::, ela ve::m de encontro com a necessidade, hoje de ocupação da **mão de obra** indígena dentro do próprio território Paresi. Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território. [...]” (Turno 38, E11).

ASSOCIAÇÕES (s.f.): Organizações formadas por indivíduos, empresas ou instituições com interesses comuns, objetivos compartilhados ou propósitos específicos. As associações podem ter diversos formatos e finalidades, como promover interesses profissionais, sociais, culturais, esportivos ou políticos de seus membros.

Contexto: “[...] Foi dessa forma que ela conseguiu criar as suas associações e, de certa forma, essas **associações** se fortaleceu e com o fortalecimento dela, fortaleceu o trabalho do povo:: tanto em termos de preservação cultural, quantos em termo de preservação territorial, quantos em termo de preservação da sua religião [...]” (Turno 73, E20).

ATIVIDADE (s.f.): Ação ou conjunto de ações realizadas por uma pessoa, grupo ou organização com um propósito específico. Refere-se a qualquer tipo de trabalho, tarefa, operação ou prática realizada como parte de um processo ou procedimento para alcançar um objetivo determinado.

Contexto: “[...] O local aonde se busca, né as raízes pra se fazer a medicina tradicional, os locais das aldeias antigas e no meio desse conjunto, aonde eles vão escolher o local que eles vão utilizar para desenvolver **atividade** econômica, de uma forma equilibrada com todo esse contexto, preservando e respeitando o meio ambiente [...]” (Turno 73, E20).

INSERIR DENTRO DA SUA COMUNIDADE (loc.): Integrar-se ou fazer parte ativamente de uma comunidade local, participando de suas atividades, projetos ou eventos e contribuindo para seu desenvolvimento e bem-estar.

Contexto: “[...] <A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do maquinário é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. O:: solo adequado pra cada tipo de cultura. É::, enfim, então a gente vê que o indígena hoje está interessado, ele está buscando conhecimento. Tá adquirindo conhecimento, adquirindo tecnologia e **inserindo dentro da:: sua comunidade::**> [...]” (Turno 39, E12).

GERAR EMPREGO (loc.): Criar oportunidades de trabalho ou ocupação para indivíduos dentro de uma economia ou comunidade. Refere-se ao processo de criar novos postos de trabalho ou aumentar a demanda por mão de obra, contribuindo para reduzir o desemprego e melhorar as condições econômicas e sociais.

Contexto: “[...] O povo Paresi quer ser fazendeiro’. Então, caba muitas pessoas tendo esse olhar. Mas, o projetos agrícola que tem. Ela vem com princípio de você gera renda, de você **gera emprego**, de você dar melhores condições que têm [...]” (Turno 47, E9).

SALÁRIO (s.m.): Remuneração ou pagamento recebido por um trabalhador em troca de seu trabalho ou serviços prestados a um empregador. O salário é geralmente expresso como uma quantia de dinheiro paga regularmente em intervalos de tempo definidos, como por hora, por dia, por semana ou por mês.

Contexto: “[...] <E:: se não fosse, esse recurso desse projeto, eu acho que, seria muito difícil hoje pra gente aqui, se manter aqui dentro. Porque:: como você vai trabalhar aqui na aldeia pra você ganhar um::, como posso falar, um **salário**, né [...]” (Turno 51, E14).

FORMA QUALIFICADA (lexia composta): Modalidade de emprego ou ocupação que requer conhecimentos, habilidades ou qualificações específicas para ser exercida. Refere-se a trabalhos ou profissões que exigem treinamento, educação ou experiência especializada para desempenhar as funções atribuídas com eficácia e competência.

Contexto: “[...] <Então, o nosso trabalho:: é voltado em defesa dos direitos indígenas, a questão do fortalecimento de políticas públicas para chegar de uma **forma... qualificada** dentro das aldeias [...]” (Turno 73, E20).

OPORTUNIDADE (s.f.): Situação ou momento favorável que oferece a possibilidade de realizar algo desejado ou alcançar um objetivo específico. Refere-se a circunstâncias propícias ou condições favoráveis que permitem aproveitar uma chance ou alternativa para avançar, progredir ou alcançar sucesso em alguma área da vida pessoal, profissional ou social.

Contexto: “[...] O fortalecimento das nossas associações para poder defender os interesses coletivos de nossas comunidades. E:: de uma certa forma um colaborador pela:: pela minha geração, porque pra eu ter isso hoje, a **oportunidade** de trabalhar, a oportunidade se expressar, a oportunidade de eu tá junto com outras lideranças, é sinal que alguém lutou antes, que foi as gerações passadas, as antigas lideranças, os antepassados. [...]” (Turno 73, E20).

Práticas trabalhistas

ARTESANATO (s.m.): Produção de objetos decorativos, utilitários ou artísticos feitos à mão, geralmente com técnicas tradicionais e materiais naturais ou reciclados. O artesanato é valorizado pelo seu caráter único, qualidade artística e valor cultural, muitas vezes representando a identidade e os costumes de uma determinada comunidade ou região.

Contexto: “[...] Ela levanta a autoestima das criança, as criança passa a aprender mais. Ela passa a adquirir:: a poder fazer uma flecha, fazer **artesanatos**, cocares, se pintar, tecer. [...]” (Turno 72, E9).

TIRAR A SERINGA: Remover a agulha de uma seringa, geralmente após a aplicação de uma injeção ou coleta de sangue, de forma segura e adequada, visando evitar acidentes e garantir a correta descarte do material contaminado.

Contexto: “[...] A gente saiu trabalhou fora daqui, trabalhava na fazenda, que não tinha como que a gente ia sobreviver na época, né. <A gente vivia aqui de seringa, a gente **tirava seringa**, vendia artesanato, né.> [...]” (Turno18, E5).

TRANSPORTAR (v.t.): Deslocar pessoas, objetos ou mercadorias de um lugar para outro, utilizando meios de transporte como veículos, navios, aviões ou outros meios de locomoção. O transporte é essencial para o comércio, turismo, logística e mobilidade das pessoas, contribuindo para a conectividade e o desenvolvimento socioeconômico.

Contexto: “[...] <Seringueiro indígena tem uma dificuldade muito grande para **transportar** a borracha... para o posto indígena Paresi.> [...]” (Turno 07, E6).

ABERTURA DE ESTRADA: Processo de construção ou ampliação de vias terrestres, como estradas, rodovias ou caminhos, para facilitar o acesso e a circulação de pessoas, veículos e mercadorias entre diferentes regiões. A abertura de estradas é fundamental para o desenvolvimento regional, o transporte de cargas e passageiros, e o acesso a serviços e recursos.

Contexto: “[...] <E os produtores rurais de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o índio pode deixar... essa **abertura de estrada** pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de insumos e:: e:: produção deles.> [...]” (Turno 10, E6).

PRODUÇÃO (s.f.): Processo de fabricação, criação ou obtenção de bens ou serviços mediante a utilização de recursos materiais, humanos e tecnológicos. A produção é uma atividade econômica fundamental que transforma matérias-primas em produtos acabados, atendendo às necessidades e demandas da sociedade.

Contexto: “[...] <E os produtores rurais de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o índio pode deixar... essa abertura de estrada pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de insumos e:: e:: **produção** deles.> [...]” (Turno 10, E6).

SERVIÇO (s.m.): Atividade realizada por uma pessoa ou empresa para atender às necessidades, demandas ou interesses de outras pessoas, empresas ou organizações. Os serviços podem ser tangíveis, como reparos ou manutenção, ou intangíveis, como consultoria, educação ou entretenimento, contribuindo para a economia e o bem-estar social.

Contexto: “[...] Nas fazendas de produtor rural,< <fomos catar pau preto, fomos catar raiz, fomos ajudar plantar, fomos matar formiga na:: no campo. Esse daí foi o nosso **serviço**.> >Nós NÃO TINHA AONDE achar dinheiro, né [...]” (Turno 19, E3).

ETAPA (s.f.): Fase ou momento específico em um processo, projeto ou atividade, que marca um ponto de progresso ou avanço em direção a um objetivo final. As etapas são partes componentes de um todo, organizadas sequencialmente para alcançar um resultado desejado, permitindo o acompanhamento e controle do desenvolvimento do processo.

Contexto: “[...] E:: não tinha:: mais acordo, né. >Até acordo de Nova Fronteira acabou.. Nós tivemos um **etapa** do acordo, né:: com a fronteira< [...]” (Turno 21, E3).

EMPREENDIMENTO (s.m.): Iniciativa para criar, desenvolver ou administrar um novo negócio, projeto ou empreendimento, com o objetivo de gerar lucro, impacto social ou outros resultados específicos. Os empreendimentos envolvem planejamento, investimento de recursos e gestão de riscos para alcançar seus objetivos.

Contexto: “[...] Então, assim, depois do **empreendimento**, quando aconteceu e com essas negociação que tive pela empresa... Então, começou melhorar é:: questão aqui de alimentação, por exemplo, questão de saúde, educação, né. As criança que andava aí, com problema de saúde. Hoje já não tem mais né. Hoje tão tudo com saúde, né. Por exemplo, hoje nós temos internet, internet. É:: esse recurso aí dessa torre, ele é com dinheiro do:: do **empreendimento**,

né. Temos máquina. É:: recurso que a gente investiu no:: recurso do empreendimento, né [...]" (Turno 29, E5).

ATIVIDADES PRODUTIVAS: Ações ou processos realizados para produzir bens ou serviços que geram valor econômico, social ou ambiental. As atividades produtivas incluem atividades agrícolas, industriais, comerciais, de serviços e outras, que contribuem para o desenvolvimento e sustentabilidade das economias locais e globais.

Contexto: "[...] Não só beneficia as comunidades, mas como também, traz um rendimento econômico porque:: o:: projeto agrícola ele financia outras **atividades produtivas**, assim como criação de peixe, criação de animais, de gado, de:: de suínos e:: de aves que:: posteriormente serve, também, como uma renda pra essa comunidade. [...]" (Turno 37, E12).

OPERAR A MÁQUINA (loc.): Utilizar corretamente uma máquina, equipamento ou ferramenta para realizar tarefas específicas, seguindo procedimentos de operação seguros e eficientes. Operar máquinas envolve conhecimento técnico, habilidades práticas e atenção aos detalhes para garantir a qualidade e a segurança do trabalho realizado.

SOLDAR (v.t.): Unir ou fundir materiais metálicos, como ferro ou aço, por meio de calor e pressão, utilizando um processo de soldagem. A soldagem é utilizada na fabricação e reparação de estruturas metálicas, equipamentos industriais, veículos automotores e outros produtos que requerem união permanente de peças metálicas.

Contexto: "[...] >um momento em que a:: juventude é:: ela tem que aprender a lidar como que:: que é:: que como que **opera a máquina**, essa:: como que opera isso, como que **solda**, () mecânico. Então, acaba sendo um campo de aula lá na própria atividade.< [...]" (Turno 40, E9).

AGREGAR VALORES: Acrescentar características, benefícios ou qualidades a um produto, serviço ou processo para aumentar seu valor percebido pelos clientes, consumidores ou usuários. Agregar valor envolve identificar e atender às necessidades e expectativas do mercado, oferecendo diferenciais competitivos que justifiquem um preço mais elevado ou uma preferência em relação a outras opções disponíveis.

Contexto: “[...] Segundo, diversificar o tipo de cultura que você vai desenvolver e produzir dentro desse território, valorizando as culturas que podem ser utilizadas como alimento pelas própria comunidade indígena. Com isso, você **agrega valores**, você traz alimentos de qualidade para sua comunidade. É: um dos pontos importante também, é que você consegue, foi o que aconteceu com o povo Paresi, nós conseguimos segurar a nossa juventude, as famílias dentro do próprio território indígena. Então, esse pontos são os pontos positivos da lavoura. [...]” (Turno 45, E11).

CRIAÇÃO: DE PEIXE, DE GALINHA, DE PORCO, DE GADO: Atividade de reprodução e cultivo de animais para fins comerciais ou de subsistência, visando a produção de carne, ovos, leite ou outros produtos de origem animal. A criação de animais envolve cuidados com alimentação, manejo sanitário, reprodução e bem-estar animal, contribuindo para o abastecimento de alimentos e o desenvolvimento rural.

Contexto: “[...] o: projeto agrícola ele financia outras atividades produtivas, assim como criação de peixe, criação de animais, de gado, de: de suínos e: de aves que: posteriormente serve, também, como uma renda pra essa comunidade. [...]” (Turno 37, E12).

EXPANSÃO DO COMÉRCIO: Ampliação das atividades comerciais, aumentando o alcance geográfico, a diversidade de produtos ou os mercados atendidos por uma empresa, setor ou economia. A expansão do comércio pode ocorrer por meio da abertura de novas lojas, filiais, canais de distribuição ou parcerias comerciais, impulsionando o crescimento econômico e a competitividade.

Contexto: “[...] Então, a parte desse recurso tá sendo investido na piscicultura, é: visando também a questão de um aumento da potência na alimentação, como com a piscicultura que é escasso aqui na região. E também, visando também, a questão é: da: da **expansão do comércio** pra: pra outras regiões também, né. Iniciamos aqui um projeto de três tanques, é: e pra esse ano, agora, vamos ampliar com mais seis tanques. [...]” (Turno 50, E15).

APROVEITAR (v.t.): Utilizar ou tirar proveito de algo de forma positiva e eficaz, fazendo uso adequado de recursos, oportunidades ou circunstâncias disponíveis.

Aproveitar envolve reconhecer e explorar as vantagens ou benefícios oferecidos por uma situação ou condição para alcançar um objetivo específico.

DESENVOLVER (v.t.): Promover o crescimento, progresso ou aprimoramento de algo, tornando-o mais avançado, eficiente, completo ou sofisticado. Desenvolver envolve ações planejadas e contínuas para expandir capacidades, melhorar processos ou alcançar resultados específicos em áreas como tecnologia, economia, educação ou bem-estar social.

Contexto: “[...] Temos que **aproveitar** é:: os nossos meios naturais para **desenvolver** os nosso projeto. Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra instituição. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber explorar os meios naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria subsistência. [...]” (Turno 50, E15).

ATUAR (v.i.): Exercer uma função, papel ou atividade em determinado contexto, desempenhando responsabilidades e tarefas específicas. A atuação pode ocorrer em diversos campos, como profissional, social, político, cultural ou artístico, contribuindo para o funcionamento e a dinâmica de uma sociedade ou comunidade.

Contexto: “[...] Ou seja, a visão deles eram os próprios indígenas se tornarem profissionais na área de saúde para poderem **atuar** dentro da reserva. Uma vez, né que os brancos, né, eles... os profissionais brancos é de que eles passavam ali temporariamente, né.> [...]” (Turno 52, E16)

ATIVIDADES (s.f.): Ações ou tarefas realizadas por indivíduos, grupos ou organizações como parte de suas operações, projetos ou iniciativas. As atividades podem ser variadas e incluir desde tarefas simples e rotineiras até processos complexos e estratégicos. Podem ser realizadas em diversos contextos, como trabalho, educação, lazer, recreação ou produção, contribuindo para o funcionamento e a dinâmica de uma sociedade ou comunidade.

Contexto: “[...] Então, nesse banho aqui, hoje, todas as aldeia que choveu, hoje tão tomando banho de madrugada. E aí:: quando a gente chega lá na casa, não pode mais deitar, né:: Aí:: cada as pessoas, mulheres vão fazer suas **atividades**, os homens... Então, isso aí é a nossa cultura [...]” (Turno 71, E15). “[...]Aonde eles desenvolvem uma **atividade**, aonde não pode interferir nesse conjunto que traz a qualidade de vida da comunidade [...]” (Turno73, E20).

TURISMO CULTURAL: Modalidade de turismo que se concentra na exploração e apreciação de aspectos culturais, históricos e artísticos de uma região ou localidade. Envolve visitas a museus, monumentos, sítios arqueológicos, festivais, exposições e outras manifestações culturais, proporcionando aos visitantes uma experiência enriquecedora e educativa.

Contexto: “[...] Que:: a Wazare ela tem o projeto de trabalhar, principalmente, a questão do **turismo cultural**. Então, hoje, nós trabalhamos com o turismo em uma experiência, assim:: muito enriquecedora para todos nós. [...]” (Turno 72, E9).

PARCERIA (s.f.): Relação colaborativa estabelecida entre duas ou mais partes com interesses comuns, visando atingir objetivos compartilhados por meio da cooperação mútua. As parcerias podem ocorrer entre empresas, organizações, instituições governamentais ou indivíduos, envolvendo o compartilhamento de recursos, conhecimentos e esforços para alcançar resultados conjuntos.

Contexto: “[...] E:: também há vários outros é:: meios que nós buscamos também em **parceria**, sempre mantendo a cultura, a cultura essencial. [...]” (Turno 72, E9).

DOM (s.m.): Habilidade natural ou talento inato de uma pessoa para realizar determinadas atividades ou desempenhar certas funções com facilidade e excelência. Um dom pode se manifestar em diversas áreas, como música, arte, esportes, comunicação, entre outras, e geralmente é desenvolvido e aprimorado ao longo da vida.

Contexto: “[...] algumas aldeias desenvolve a pecuária. É o **dom** que ela tem. Então, gera carne, gera leite, gera renda, tem aldeias que também faz o trabalho de piscicultura, tem aldeias que faz criação de galinha caipira. [...]” (Turno 72, E9).

DESENVOLVER ECONOMICAMENTE: Processo de crescimento e fortalecimento de uma economia, visando melhorar os indicadores de produção, renda, emprego, distribuição de riqueza e qualidade de vida da população. O desenvolvimento econômico envolve políticas e estratégias que estimulam o investimento, a inovação,

o comércio, a infraestrutura e o empreendedorismo, promovendo o progresso sustentável e equitativo.

Contexto: “[...] Ou seja, nós estamos desenvolvendo, buscando **desenvolver economicamente**, mas não com o princípio de quere ser fazendeiro, não de ser grande empresário. Mas sim, para atender as necessidades essenciais do povo. [...]” (Turno 72, E9).

CONFECIONAR (v.t.): Produzir ou fabricar algo, especialmente roupas, objetos ou produtos manufaturados, por meio de técnicas de costura, montagem ou construção. Confeccionar envolve o uso de materiais, ferramentas e habilidades específicas para criar itens de acordo com determinadas especificações ou padrões de qualidade.

Contexto: “[...] E:: também vai registrar publicamente, como que ele usa seu território A área de caçada, a área onde ele pega material é para **confeccionar** material sagrado. [...]” (Turno 73, E20).

EXPLORAR (OS MEIOS NATURAIS): Utilizar os recursos naturais disponíveis em determinada região ou ambiente para diversos fins, como alimentação, energia, matéria-prima, recreação ou conservação. A exploração dos recursos naturais deve ser feita de forma sustentável e responsável, considerando os impactos ambientais e sociais, e buscando o equilíbrio entre as necessidades presentes e futuras.

Contexto: “[...] Temos que aproveitar é:: os nossos meios naturais para desenvolver os nosso projeto. Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra instituição. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber **explorar** os meios naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria subsistência. [...]” (Turno 50, E15).

VENDER (v.t.): Trocar produtos ou serviços por dinheiro ou outros bens, em uma transação comercial entre vendedor e comprador. Vender envolve oferecer produtos ou serviços a clientes potenciais, negociar preços e condições de pagamento, e concluir a transação de forma satisfatória para ambas as partes envolvidas.

Contexto: “[...] Então, a gente vivia de artesanato,< no tempo da poaia, **vendia** bola, frecha, até de miçanga que tá aí, né?> Marechal Rondon dava miçanga, né. Em troco de alguma coisa pra comunidade indígena Paresi, né? A gente

vivia por isso, essas coisa, né? O financeiro das coisa, de poaia, né? [...]” (Turno 04, E4).

Instrumentos e ferramentas de trabalho

INSUMOS (s.m.pl.): Matérias-primas, materiais ou recursos utilizados na produção de bens ou serviços. Os insumos são elementos essenciais para a fabricação de produtos ou execução de atividades, podendo incluir matérias-primas naturais, componentes manufaturados, energia, mão de obra e outros recursos necessários para o processo produtivo.

Contexto: “[...] <E os produtores rurais de A::lto Juruena pediram pra nós... nós indígenas da:: da:: essa região, se o índio pode deixar... essa abertura de estrada pra encurtar, mais perto pra eles fazerem transporte de **insumos** e:: e:: produção deles.> [...]” (Turno 10, E6).

PRODUTO (s.m.): Bem tangível ou serviço intangível resultante de um processo de produção ou atividade humana, destinado a satisfazer uma necessidade ou desejo do mercado. Os produtos podem ser materiais, como alimentos, roupas, eletrônicos, ou imateriais, como serviços de transporte, educação, saúde, entre outros, e são comercializados em troca de dinheiro ou outros bens.

Contexto: “[...] >Aí da seringá já veio surgiu os alimentos seus<, né. A gente já, já comprou óleo, já comprou o leite, arma, alimento como o arroz. >Então, no **produto** da seringá a gente já conseguia as coisas, né.< [...]” (Turno 14, E4).

MEIOS NATURAIS (s.m.pl.): Recursos provenientes da natureza, como água, ar, solo, minerais, flora e fauna, que são utilizados pelos seres humanos para diversos fins, como alimentação, abrigo, energia, recreação e produção de bens. Os meios naturais são fundamentais para a vida e o desenvolvimento humano, sendo necessário preservá-los e utilizar de forma sustentável para garantir sua disponibilidade futura.

Contexto: “[...] Temos que aproveitar é:: os nossos **meios naturais** para desenvolver os nosso projeto. Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra instituição. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber explorar

os meios naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria subsistência. [...]” (Turno 50, E15).

MEIO (MEIOS) (s.m.): Ambiente ou contexto no qual algo acontece ou se desenvolve. Pode se referir ao ambiente físico, social, econômico, cultural ou tecnológico no qual as atividades humanas ocorrem. Os meios influenciam e são influenciados pelas ações e interações dos indivíduos e grupos, desempenhando um papel significativo na determinação de resultados e impactos.

Contexto: “[...] E:: também há vários outros é:: **meios** que nós buscamos também em parceria, sempre mantendo a cultura, a cultura essencial. [...]” (Turno 72, E9).

IV- A organização social

a) Estado

POSTO INDÍGENA (s.m.): Estrutura administrativa localizada em áreas habitadas por comunidades indígenas, destinada a promover a proteção, assistência e desenvolvimento dessas comunidades, bem como a preservação de sua cultura, costumes e territórios. Os postos indígenas podem ser geridos por órgãos governamentais, ONGs ou entidades ligadas à defesa dos direitos dos povos indígenas.

Contexto: “[...] <Seringueiro indígena tem uma dificuldade muito grande para transportar a borracha... para o **posto indígena** Paresi.> [...]” (Turno 07, E6).

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA (s.m.): Autoridade máxima do Ministério Público Federal em um país, responsável por representar o Ministério Público nos mais altos níveis judiciais e administrativos, defendendo os interesses da sociedade e promovendo a aplicação da lei. O Procurador Geral da República geralmente é indicado pelo chefe do poder executivo e deve atuar de forma independente e imparcial na defesa dos direitos e interesses públicos.

Contexto: “[...] <Aí o que aconteceu lá na frente... O próprio.. **procurador geral** de Cuiabá Dr Cavalcante::> [...]” (Turno 22, E6).

“[...] Quando chegou, foi o Dr Roberto Cavalcante, o **procurador geral da república**, né. Aí:: encontrou um fato, né.> Ele veio para uma coisa e encontrou

outra coisa, né.< Aí:: Foi lá uma coisa, toda só numa voz. Todos os índios... puseram ele num couro de onça, né. Sentado. Aí nos reunimos com ele e falamos pra ele. [...]” (Turno 23, E3).

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (s.f.): Órgão governamental responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção, promoção e desenvolvimento socioeconômico e cultural dos povos indígenas de um país. A Funai desempenha um papel crucial na defesa dos direitos territoriais, na preservação das tradições e na promoção do bem-estar das comunidades indígenas, atuando em parceria com outras instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

Contexto: “[...] Aí:: o que que a **Funai** sempre falou: “Não! Mas, vocês vão, vocês vão perder seus costumes porque isso vai:: vai diferenciar, né.” Não! Não vai não! [...]” (Turno 29, E5).

COMUNIDADE (s.f.): Grupo de pessoas que compartilham interesses, valores, cultura, território ou identidade em comum e interação entre si de forma regular. As comunidades podem ser formadas por laços familiares, étnicos, religiosos, profissionais, entre outros, e podem variar em tamanho e complexidade. A coesão e colaboração são características fundamentais das comunidades, que muitas vezes se organizam para alcançar objetivos comuns e resolver problemas compartilhados.

Contexto: “[...] O fortalecimento das nossas associações para poder defender os interesses coletivos de nossas **comunidades**. (Turno 73, E20).

INSTITUIÇÃO (s.f.): Organização ou entidade estabelecida com propósitos específicos e reconhecida pela sociedade como uma entidade legítima e autorizada a desempenhar certas funções ou serviços. As instituições podem ser públicas ou privadas e têm diferentes formas e estruturas, incluindo governamentais, educacionais, religiosas, culturais, de saúde, entre outras. Elas desempenham um papel importante na organização da vida em sociedade, na promoção do desenvolvimento e na garantia do funcionamento das instituições democráticas.

Contexto: “[...] Muitas vezes, se aguardam muito do governo, né, de outra **instituição**. Mas, nós temos meio, né. Temos que saber explorar os meios

naturais que nós temos para fazer isso em benefício da nossa é:: a própria subsistência. [...]” (Turno 50, E15).

INSTITUIÇÃO DE GOVERNO (s.f.): Entidade ou órgão estabelecido dentro da estrutura do governo, com a finalidade de desempenhar funções específicas relacionadas à administração pública, elaboração e implementação de políticas, regulação de atividades e prestação de serviços públicos. As instituições de governo podem incluir ministérios, secretarias, agências reguladoras, autarquias e outras entidades governamentais responsáveis por áreas como saúde, educação, segurança, meio ambiente, entre outras.

Contexto: “[...] Acaba sendo, às vezes, até mal interpretado pela alguma ONG, para alguma **instituição de governo**, até mesmo, para alguns parentes, acaba tendo um olhar é:: distorcido com relação a isso. [...]” (Turno72, E9).

POPULAÇÃO (s.f.): Conjunto de pessoas que habitam uma determinada área geográfica, seja uma cidade, região, país ou o mundo como um todo. A população é caracterizada por sua diversidade em termos de idade, sexo, etnia, religião, ocupação e outros aspectos sociodemográficos. O estudo da população inclui análises demográficas, estudos de migração, crescimento populacional, distribuição espacial e características sociais e econômicas dos grupos humanos.

Contexto: “[...] E:: desde então:: criaram-se vários projetos com o intuito de:: de:: abranger o conhecimento é:: da **população** indígena é:: através dos estudos é:: [...]” (Turno 52, E16).

CIDADE (s.f.): Aglomeração urbana com uma concentração significativa de habitantes, caracterizada pela presença de infraestrutura urbana, serviços públicos, atividades econômicas diversificadas e vida social intensa. As cidades são centros de interação humana, cultura, comércio, educação e inovação, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de uma região ou país.

Contexto: “[...] Eles sempre auxiliaram financeiramente um indígena que saiu de dentro da aldeia e foi pra **cidade**, pra estudar. [...]” (Turno52, E16)

SOCIEDADES (s.f.): Conjuntos organizados de pessoas que compartilham normas, valores, instituições e práticas culturais em comum, interagindo entre si de acordo com

padrões estabelecidos. As sociedades podem variar em tamanho e complexidade, desde grupos familiares e comunidades locais até nações e civilizações inteiras. Elas são moldadas por uma série de fatores, incluindo história, geografia, política, economia, religião e tecnologia.

Contexto: Pra dizer que, hoje, é possível conviver de forma harmoniosa com todas as **sociedades** do entorno e, também, de forma respeitosa com todas as culturas que tem. [...]” (Turno 72, E9).

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL (s.f.): Entidade privada, sem fins lucrativos, dedicada à promoção de causas sociais, ambientais, culturais, educacionais ou de saúde, e que atua de forma independente do governo e do setor privado. As ONGs desempenham um papel importante na defesa dos direitos humanos, no combate à pobreza, na proteção do meio ambiente, no desenvolvimento comunitário e em outras áreas de interesse público, mobilizando recursos e promovendo a participação cívica e a solidariedade.

Contexto: “[...] Acaba sendo, às vezes, até mal interpretado pela alguma ONG, para alguma instituição de governo, até mesmo, para alguns parentes, acaba tendo um olhar é:: distorcido com relação a isso. [...]” (Turno72, E9).

ESTADOS (s.m.pl.): Subdivisões político-administrativas de um país, caracterizadas por uma estrutura de governo própria, território delimitado e autonomia relativa em relação ao governo central. Os estados podem ser unidades federativas ou provinciais, dependendo do sistema político adotado, e possuem competências legislativas, executivas e judiciárias para gerir seus assuntos internos e representar seus interesses junto ao governo federal.

PAÍSES (s.m.pl.): Entidades político-territoriais soberanas e independentes, reconhecidas internacionalmente como detentoras de autoridade suprema sobre um território delimitado e uma população, organizadas sob um governo próprio e regidas por um sistema de leis e instituições nacionais. Os países são membros da comunidade internacional e exercem direitos e deveres no âmbito das relações internacionais, incluindo o estabelecimento de acordos, tratados e políticas com outros países.

Contexto: Se não, o que pode acontecer? Se não futuramente, eles vão conhecer a nossa geografia tradicional, apenas na geografia do não índio. Que são os territórios, que são os **estados**, que são os **países** (Turno 73, E20).

POLÍTICAS PÚBLICAS (s.f.pl.): Conjunto de medidas, ações e programas implementados pelo governo com o objetivo de solucionar problemas sociais, econômicos, ambientais ou políticos, atendendo às necessidades da população e promovendo o bem-estar coletivo. As políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas por meio de processos políticos e administrativos, envolvendo diversos atores e instituições governamentais, sociais e econômicas.

Contexto: “[...] <Então, o nosso trabalho:: é voltado em defesa dos direitos indígenas, a questão do fortalecimento de **políticas públicas** para chegar de uma forma... qualificada dentro das aldeias. [...]” (Turno 73, E20).

CONTATO (s.m.): Ato ou efeito de estabelecer comunicação, interação ou relação com alguém ou algo. O contato pode ocorrer de diversas formas, incluindo conversas pessoais, telefonemas, e-mails, mensagens, reuniões, visitas presenciais, entre outros meios de comunicação. Ele é fundamental para a construção de relações interpessoais, sociais, profissionais e comerciais, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e recursos entre indivíduos, grupos e organizações.

INTERFERÊNCIA DOS NÃO ÍNDIOS (s.f.): Intervenção, influência ou impacto exercido por pessoas ou grupos não pertencentes às comunidades indígenas sobre suas terras, recursos naturais, cultura, modo de vida e direitos. A interferência dos não índios pode ocorrer de diversas formas, incluindo invasões territoriais, desmatamento, exploração de recursos naturais, imposição de modelos de desenvolvimento, assimilação cultural forçada e violações dos direitos humanos dos povos indígenas.

Contexto: “[...] Dizemos que:: temos mil e quinhentos e quinze anos de **contato**, então a partir desse contato, já houve a **interferência dos não índios**. [...]” (Turno 72, E9).

RESISTÊNCIA (s.f.): Ato de se opor, lutar ou defender-se contra uma força, influência ou sistema que ameaça à integridade, os direitos ou os interesses de um grupo ou indivíduo. A resistência pode assumir diversas formas, como protestos, mobilizações

sociais, manifestações culturais, estratégias de organização comunitária, ações legais e outras formas de enfrentamento pacífico ou confrontação direta.

Contexto: “[...]A geração que vai vir futuramente, com certeza, ele depende da nossa luta, é por isso que nós estamos aqui. Poré::m, o povo Paresi (que) ele é um povo de **resistência**, um povo de sabedoria, é um povo de conhecimento [...]” (Turno 73, E20).

POLÍTICA NACIONAL (s.f.): Conjunto de diretrizes, planos, programas e ações adotados pelo governo central de um país para orientar sua atuação em diversas áreas, como economia, educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outras. A política nacional reflete as prioridades, objetivos e interesses do Estado e da sociedade, buscando promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a integração nacional.

Contexto: “[...] Dessa forma, o povo Paresi no ano passado, no ano de 2016, decidiram se agregar a uma **política nacional** que é a política é:: nacional é:: de plano de gestão ambiental e territorial das terras indígenas [...]” (Turno 73, E20).

GOVERNO (s.m.): Estrutura política e administrativa responsável pela gestão dos assuntos públicos e pela tomada de decisões em nome de uma nação, estado ou município. O governo exerce autoridade sobre o território e a população, estabelecendo e implementando políticas, leis e regulamentos que afetam diversos aspectos da vida social, econômica e política. Ele é composto por diversos órgãos e poderes, como o executivo, legislativo e judiciário, que atuam de forma coordenada para governar o país.

INSTITUÍDO (adj.): Aquilo que é estabelecido, constituído ou instituído por meio de normas, leis, acordos ou convenções, tornando-se parte integrante da ordem social, política ou jurídica de uma sociedade. O instituído refere-se a padrões, práticas, instituições e valores que são reconhecidos e aceitos como legítimos e normais dentro de uma determinada cultura ou sistema.

Contexto: “[...] um projeto novo, que foi **instituído** no **governo**, porém não foi uma oferta do **governo**, mas ele foi uma luta do movimento indígena a nível de Brasil [...]” (Turno 73, E20).

GOVERNO FEDERAL (s.m.): O nível central do governo de um país federativo, responsável por coordenar e executar políticas, programas e ações de alcance nacional, abrangendo diversas áreas como segurança, educação, saúde, infraestrutura, entre outras. No caso do Brasil, o Governo Federal é composto pelo presidente, ministros de Estado e outros órgãos e entidades da administração pública federal, e possui competências definidas pela Constituição Federal.

Contexto: “[...] O plano de gestão que, ele é um trabalho que nós estamos fazendo em parceria do **governo federal**, através da Funai [...]” (Turno 73, E20).

ESTADO BRASILEIRO (s.m.): Entidade política soberana que compreende o território, a população, o governo e a soberania do Brasil. O Estado brasileiro é constituído por três poderes independentes e harmônicos entre si – Executivo, Legislativo e Judiciário – e exerce autoridade sobre seu território, povo e recursos naturais, promovendo o bem-estar social, a justiça, o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.

Contexto: “[...] que cobrou isso do **Estado brasileiro** que possa ser criado um instrumento [...]” (Turno 73, E20).

SETORES DENTRO DA COMUNIDADE: A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, A CULTURA E OS PROJETOS ECONÔMICOS (s.m.pl.): Áreas ou segmentos específicos de atuação e organização dentro de uma comunidade, dedicados a oferecer serviços, promover atividades e desenvolver iniciativas relacionadas à saúde, educação, cultura e economia local. Estes setores desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida de seus membros.

Contexto: “[...] Porque é uma oportunidade que que todos os **setores dentro da comunidade**, dentro do território, eles estão dialogando, a saúde, a educação, a cultura e os projetos econômicos. [...]” (Turno 73, E20).

ENTIDADE: NÃO GOVERNAMENTAL, INDIGENISTA, AMBIENTAL, INTERNACIONAL (s.f.): Organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à defesa, promoção e desenvolvimento de causas específicas relacionadas às questões indígenas, ambientais e internacionais, atuando de forma independente do governo e

do setor privado. Essas entidades podem incluir ONGs, associações, fundações e institutos que mobilizam recursos, realizam pesquisas, desenvolvem projetos e advocam por políticas públicas em prol de seus objetivos.

Contexto: “[...] junto conosco, nós temos **entidades não governamental**, uma **indigenista** e uma **ambiental**, é:: **internacional**. [...]” (Turno 73, E20).

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (s.m.pl.): Conjunto de grupos étnicos e culturais originários do território brasileiro, com características próprias de língua, costumes, tradições e organização social, que habitam há milhares de anos as diversas regiões do país. Os povos indígenas do Brasil possuem direitos territoriais, culturais e sociais reconhecidos pela Constituição Federal, incluindo o direito à terra, à cultura, à autodeterminação e à consulta prévia em processos que afetem seus territórios e direitos.

Contexto: “[...] E:: por último, uma questão que:: é o maior dilema hoje, não só dos Paresis, mas dos **povos indígenas do Brasil** [...]” (Turno 73, E20).

b) Organização judiciária

ACORDO (s.m.): Pacto ou entendimento formal alcançado entre duas ou mais partes que concordam em relação a determinadas questões, comprometendo-se a cumprir certas obrigações ou alcançar objetivos comuns. Os acordos podem ser celebrados por meio de contratos, tratados, convenções, protocolos ou outros instrumentos jurídicos, e visam resolver conflitos, regular relações, promover cooperação ou alcançar soluções mutuamente benéficas.

Contexto: “[...] E:: não tinha:: mais **acordo**, né. >Até acordo de Nova Fronteira acabou.. Nós tivemos um etapa do **acordo**, né:: com a fronteira< [...]” (Turno 21, E3)

NEGOCIAÇÃO (s.f.): Processo de comunicação e interação entre partes interessadas que buscam alcançar um acordo ou resolver um conflito por meio do diálogo, da troca de propostas e da busca por soluções que atendam aos interesses de ambas as partes. As negociações podem envolver diferentes temas, como contratos comerciais, acordos diplomáticos, disputas trabalhistas, questões familiares, entre outros, e exigem habilidades de comunicação, negociação e compromisso.

Contexto: “[...] Então, assim, depois do empreendimento, quando aconteceu e com essas **negociação** que tive pela empresa [...]” (Turno 29, E5).

DIREITOS (s.m.pl.): Prerrogativas ou liberdades reconhecidas a uma pessoa ou grupo, asseguradas por normas legais, tratados internacionais, constituições ou declarações de direitos humanos. Os direitos podem ser de natureza civil, política, social, econômica, cultural ou ambiental, e incluem direitos individuais e coletivos, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à saúde, à educação, à participação política, entre outros.

Contexto: “[...] <Então, o nosso trabalho:: é voltado em defesa dos **direitos** indígenas, a questão do fortalecimento de políticas públicas [...]” (Turno 73, E20).

INTERESSES COLETIVOS (s.m.pl.): Necessidades, demandas, aspirações ou objetivos compartilhados por um grupo de pessoas que buscam alcançar benefícios coletivos ou promover o bem comum. Os interesses coletivos podem abranger diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente, segurança, justiça social, entre outros, e são frequentemente defendidos por meio de ações coletivas, mobilizações sociais, associações e movimentos organizados.

Contexto: “[...] O fortalecimento das nossas associações para poder defender os **interesses coletivos** de nossas comunidades. [...]” (Turno 73, E20).

GERAÇÃO DE OITENTA ANOS (MOVIMENTO INDÍGENA): Expressão que se refere aos líderes e membros mais velhos das comunidades indígenas, que possuem um papel de destaque e influência dentro de seus grupos, devido à sua experiência, sabedoria e conhecimento tradicional acumulado ao longo de suas vidas. A "geração de oitenta anos" representa uma fonte de autoridade moral e cultural nas comunidades indígenas, contribuindo para a preservação da identidade, dos valores e das tradições ancestrais.

Contexto: “[...] Foi uma **geração de oitenta anos** que lutou para poder garantir mais uma geração de oitenta anos, noventa anos, outra geração até nós conseguir chegar nessa geração que nós estamos. [...]” (Turno 73, E20).

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL (s.m.): Conjunto de diretrizes, estratégias e ações estabelecidas para a administração sustentável dos recursos

naturais e do território de uma determinada área, visando conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a proteção dos direitos das comunidades locais. Os planos de gestão ambiental e territorial são elaborados com a participação de diversos atores, incluindo governos, comunidades indígenas, organizações da sociedade civil e setor privado.

Contexto: “[...] no ano de 2016, decidiram se agregar a uma política nacional que é a política é:: nacional é:: de **plano de gestão ambiental e territorial** das terras indígenas, um projeto novo, que foi instituído no governo [...]” (Turno 73, E20).

PRESERVAÇÃO: CULTURAL, TERRITORIAL, DA SUA RELIGIÃO (s.f.): Ação de proteger, manter e valorizar aspectos importantes da identidade, da história e da herança cultural de um povo ou comunidade, incluindo sua língua, costumes, tradições, conhecimentos, território e práticas religiosas. A preservação cultural, territorial e religiosa é fundamental para garantir a continuidade e a vitalidade das culturas indígenas, promovendo o respeito à diversidade e a valorização do patrimônio cultural humano.

Contexto: “[...] fortaleceu o trabalho do povo:: tanto em termos de **preservação cultural**, quantos em termo de **preservação territorial**, quantos em termo de **preservação** da sua **religião** [...]” (Turno 73, E20).

PROJETOS ECONÔMICOS (s.m.pl.): Iniciativas ou empreendimentos destinados a gerar riqueza, emprego e desenvolvimento econômico em uma determinada área ou comunidade, por meio da exploração de recursos naturais, investimentos produtivos, prestação de serviços ou outras atividades econômicas. Os projetos econômicos podem variar em escala e natureza, abrangendo setores como agricultura, indústria, turismo, energia, infraestrutura, entre outros, e devem ser planejados e implementados de forma sustentável, levando em consideração os impactos sociais, ambientais e culturais.

Contexto: “[...] principalmente hoje, a desenvolver os seus **projetos econômicos** para poder ter a garantia da qualidade de vida de todas as aldeias de uma forma:: bastante digna. [...]” (Turno 73, E20).

FORMA DIGNA (DIGNIDADE) (s.f.): Respeito pela integridade, autonomia e valor intrínseco de cada ser humano, independentemente de sua origem, condição social, identidade, capacidade ou status. A forma digna refere-se ao reconhecimento da dignidade inerente a todas as pessoas, que deve ser protegida, promovida e respeitada em todas as circunstâncias, assegurando tratamento justo, igualdade de oportunidades e garantia de direitos fundamentais.

Contexto: “[...] desenvolver os seus projetos econômicos para poder ter a garantia da qualidade de vida de todas as aldeias de uma **forma**:: bastante **digna**. [...]” (Turno 73, E20).

MOVIMENTO INDÍGENA (s.m.): Conjunto de ações, organizações, lideranças e mobilizações realizadas pelos povos indígenas em busca do reconhecimento, proteção e promoção de seus direitos territoriais, culturais, sociais, econômicos e políticos. O movimento indígena envolve uma ampla gama de atividades, como protestos, manifestações, negociações, litígios judiciais, participação em instâncias governamentais e internacionais, além de iniciativas de fortalecimento da identidade e da autonomia dos povos indígenas.

Contexto: “[...] mas ele foi uma luta do **movimento indígena** a nível de Brasil[...]” (Turno 73, E20).

PROPONENTES (s.m.pl.): Indivíduos, grupos, organizações ou entidades que propõem ou defendem uma ideia, projeto, política ou iniciativa, buscando seu apoio, aprovação ou implementação por parte de outras partes interessadas ou autoridades. Os proponentes podem ser indivíduos, como líderes comunitários, pesquisadores, ativistas, políticos, ou entidades, como ONGs, empresas, instituições governamentais, que buscam promover determinados objetivos ou interesses.

CONDUZIR O PROCESSO (s.m.): Responsabilidade de liderar, coordenar ou gerenciar um processo, projeto, negociação ou atividade, assegurando sua organização, eficiência, transparência e cumprimento dos objetivos estabelecidos. Conduzir o processo envolve tomar decisões, estabelecer diretrizes, mobilizar recursos, facilitar o diálogo entre as partes envolvidas, resolver conflitos e garantir o avanço progressivo em direção aos resultados desejados.

Contexto: “[...]as duas associações, a Waymaré e a Halitinã, as duas entidades que representa o povo Paresis, são as **proponentes**, elas que estão **conduzindo o processo** [...]” (Turno 73, E20).

RESERVAS INDÍGENAS (s.f.pl.): Áreas de terras designadas e protegidas legalmente para o uso, posse e ocupação exclusiva de comunidades indígenas, reconhecendo seus direitos ancestrais sobre seus territórios tradicionais. As reservas indígenas são espaços essenciais para a reprodução física, cultural e espiritual dos povos indígenas, garantindo-lhes autonomia, soberania e controle sobre seus recursos naturais, além de promover a preservação de suas culturas e modos de vida.

Contexto: “[...] Há uma preocupação muito grande >com as águas< porque grande parte das nossas cabeceiras, nascem fora das **reservas indígenas** e grande parte dos nossos rios ele faz divisa com as fazendas [...]” (Turno 73, E20).

DILEMAS (s.m.pl.): Situações complexas, delicadas ou conflituosas que envolvem a necessidade de fazer escolhas difíceis entre duas ou mais alternativas, cada uma com seus próprios custos, benefícios, riscos e consequências. Os dilemas podem surgir em diferentes contextos, como ética, moral, política, economia, relações interpessoais, e exigem reflexão, análise e ponderação para encontrar soluções satisfatórias ou equilibradas.

Contexto: “[...] Uma outra preocupação são de nossos (**dilemas**) tradicionais, principalmente os anciãos [...]” (Turno 73, E20).

c) Ensino e instrução pública

EDUCAÇÃO (s.f.): Processo sistemático de transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e cultura, realizado por meio de práticas pedagógicas formais e informais, com o objetivo de promover o desenvolvimento intelectual, emocional, social e moral dos indivíduos e da sociedade como um todo. A educação abrange diversos níveis e modalidades, desde a educação infantil até a educação superior, e desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos e responsáveis.

Contexto: “[...] E::, nós conseguimos desenvolver uma parceria conjunta, onde a gente estamos trazendo a saúde, o setor da **educação**, a Funai, né:: [...]” (Turno 73, E20).

FORMAÇÃO: formar, formado (s.f.): Processo de adquirir conhecimentos, habilidades, competências e experiências em uma determinada área de estudo, trabalho ou atividade, por meio de cursos, treinamentos, práticas e experiências educativas. A formação pode ocorrer em diversos contextos, como escolas, universidades, empresas, organizações da sociedade civil, e visa preparar os indivíduos para desempenhar papéis específicos na sociedade, no mercado de trabalho e na vida em geral.

Contexto: “[...] >Pra você manter os seus filhos na universidade, na escola, ou qualquer tipo de curso de **formação**, você também tem que ter recurso pra poder pagar< [...]” (Turno 61, E9).

AGRONOMIA (s.f.): Ciência e profissão que se dedica ao estudo e à prática da agricultura, incluindo o manejo do solo, das plantas, dos animais, dos recursos naturais e das técnicas de produção agrícola. A agronomia abrange áreas como agronomia geral, zootecnia, engenharia agrícola, fitotecnia, agroecologia, entre outras, e desempenha um papel fundamental na promoção da segurança alimentar, na conservação ambiental e no desenvolvimento rural sustentável.

ENGENHARIA AGRONÔMICA (s.f.): Campo específico da engenharia que se dedica ao planejamento, projeto, implementação e gestão de sistemas agrícolas e agroindustriais, visando aumentar a eficiência, a produtividade e a sustentabilidade da produção agrícola. A engenharia agrônômica combina conhecimentos das ciências agrárias, biológicas, ambientais e tecnológicas para desenvolver soluções inovadoras e adaptadas às necessidades do setor agropecuário.

UNIVERSIDADE (s.f.): Instituição de ensino superior que oferece cursos de graduação, pós-graduação e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como ciências humanas, exatas, biológicas, saúde, tecnologia, entre outras. As universidades são centros de excelência acadêmica, produção de conhecimento científico e cultural, e desempenham um papel fundamental na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento da sociedade e na promoção do progresso científico e tecnológico.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (s.f.): Instituição de ensino superior pública localizada no estado de Mato Grosso, Brasil, que oferece cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento educacional, científico, cultural e socioeconômico da região. A Universidade Estadual de Mato Grosso tem como missão promover a formação integral de seus estudantes, a produção de conhecimento e a prestação de serviços à comunidade.

Contexto: “[...] >Pra você manter os seus filhos na **universidade**, na escola, ou qualquer tipo de curso de formação, você também tem que ter recurso pra poder pagar< [...]” (Turno 61, E9).

“[...] É:: tenho como **formação** é:: **agronomia**, sou formado em **engenharia agrônômica** pela **Universidade Estadual de Mato Grosso** [...]” (Turno 37, E12)

APRENDIZADO: aprender (s.m.): Processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes por meio da experiência, da observação, da instrução e da prática, que resulta em mudanças cognitivas, comportamentais e emocionais nos indivíduos. O aprendizado pode ocorrer de maneira formal, em ambientes educacionais estruturados, como escolas e universidades, ou de maneira informal, no cotidiano, por meio da interação com o ambiente e com outras pessoas.

Contexto: “[...] A gente trabalha com os projeto agrícola focando sempre o **aprendizado** da:: daquele indígena, ou daquela comunidade que está interessado a trabalhar determinada atividade> [...]” (Turno 37, E12).

CONHECIMENTO (s.m.): Conjunto de informações, conceitos, princípios, experiências e habilidades adquiridas por meio do estudo, da prática, da observação e da reflexão, que permitem aos indivíduos compreender o mundo, tomar decisões, resolver problemas e agir de forma eficaz em diferentes contextos. O conhecimento pode ser de natureza factual, conceitual, procedimental ou metacognitiva, e é fundamental para o desenvolvimento humano, a inovação e o progresso da sociedade.

Contexto: “[...] <A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do maquinário é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. O:: solo adequado pra cada tipo de

cultura. É::, enfim, então a gente vê que o indígena hoje está interessado, ele está buscando **conhecimento**. Tá adquirindo **conhecimento**, adquirindo tecnologia e inserindo dentro da:: sua comunidade::> [...]” (Turno 39, E12).

CAMPO DE AULA (s.m.): Espaço físico ou virtual destinado ao ensino e aprendizagem, onde ocorrem as atividades educativas entre professores e estudantes, envolvendo a apresentação de conteúdos, a realização de exercícios, a discussão de ideias, a interação social e o desenvolvimento de habilidades e competências. O campo de aula pode variar em formato e recursos, incluindo salas de aula tradicionais, laboratórios, bibliotecas, plataformas online, entre outros ambientes de aprendizagem.

Contexto: “[...] >um momento em que a:: juventude é:: ela tem que aprender a lidar como que:: que é:: que como que opera a máquina, essa:: como que opera isso, como que solda, () mecânico. Então, acaba sendo um **campo de aula** lá na própria atividade.< [...]” (Turno 40 E9).

ESTUDAR (v.t.): Atividade de dedicar tempo e esforço para adquirir conhecimentos, compreender conceitos, assimilar informações e desenvolver habilidades em uma determinada área de estudo, disciplina ou tema. Estudar envolve realizar leituras, fazer pesquisas, resolver exercícios, participar de aulas, revisar conteúdos, praticar atividades e aplicar os conhecimentos adquiridos, com o objetivo de aprofundar a compreensão e alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Contexto: “[...] <Hoje, pra:: trabalhar na lavoura, nós temos essa:: esse projeto de:: as crianças **estudarem**, fazerem cursos de máquina, né... Pra:: pra eles entender as máquinas e como plantar, como tratar a semente, ele já tivé:: tem esses curso.> [...]” (Turno 41, E7).

[...] Eles sempre auxiliaram financeiramente um indígena que saiu de dentro da aldeia e foi pra cidade, pra **estudar**. [...]” (Turno 52, E16).

CURSO (s.m.): Programa educacional estruturado que abrange um conjunto de disciplinas, atividades e recursos de aprendizagem destinados a fornecer conhecimentos, habilidades e competências em uma área específica de estudo. Os cursos podem variar em duração, modalidade (presencial ou a distância), nível de

ensino (básico, técnico, superior), e são oferecidos por escolas, universidades, instituições de ensino profissionalizante e outras organizações educacionais.

Contexto: “[...] Tanto o projeto de direito de passagem, quanto projeto agrícola e demais projetos:: como as próprias PCHs, né:: Eles contribuíram muito pra que:: muitas acadêmicos indígenas conseguisse, não só é:: entrar na universidade, mas como se manter até o final do **curso** [...]” (Turno 55, E16).

SEMINÁRIO (s.m.): Atividade acadêmica que envolve apresentações, debates e discussões sobre temas específicos de interesse, realizada por um grupo de participantes, como estudantes, pesquisadores, profissionais ou especialistas em uma determinada área. Os seminários permitem a troca de ideias, o compartilhamento de conhecimentos e a análise crítica de questões relevantes, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e o aprofundamento do entendimento sobre determinado assunto.

Contexto: “[...] <E também fazendo com que esse indígena, ele não só fique aqui dentro, assim, a:: aprender somente aqui. Mas também pra fora, buscar outros cursos, buscar um **seminário**, buscar um dia de campo, que é muito importante. Onde são apresentadas tecnologias novas, né::> [...]” (Turno 42, E12).

“[...]E:: por último, uma questão que:: é o maior dilema hoje, não só dos Paresis, mas dos povos indígenas do Brasil, é referente aos nossos projetos econômicos, né. Nós vamos realizar um **seminário** pra discutir a questão da economia, o que que falta melhorar tecnicamente? Administrativamente? É melhorar a parte do investimento, né:: É melhorar a parte do planejamento? Então, a gente vamos criar um trabalho dentro do seminário, que a gente possa juntar todos os projetos e poder potencializar ele [...]” (Turno 73, E20).

DIA DE CAMPO (aula de campo) (s.m.): Atividade educacional realizada fora do ambiente escolar ou universitário, que permite aos estudantes explorar diretamente um determinado tema, conceito ou fenômeno na prática, em situações reais ou simuladas. O dia de campo envolve visitas a locais específicos, como fazendas, empresas, reservas naturais, laboratórios, museus, onde os participantes têm a oportunidade de observar, coletar dados, realizar experimentos e interagir com profissionais especializados.

Contexto: “[...] <E também fazendo com que esse indígena, ele não só fique aqui dentro, assim, a:: aprender somente aqui. Mas também pra fora, buscar outros cursos, buscar um seminário, buscar um **dia de campo**, que é muito importante. Onde são apresentadas tecnologias novas, né::> [...]” (Turno 42, E12).

MEDICINA (s.f.): Ciência e arte dedicada ao estudo, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças e condições de saúde, visando a promoção do bem-estar físico, mental e social dos indivíduos e da comunidade. A medicina abrange diversas especialidades e áreas de atuação, como clínica médica, cirurgia, pediatria, ginecologia, psiquiatria, entre outras, e é praticada por médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e outros profissionais de saúde.

Contexto: “[...] <O meu nome é Nalva Maezokairo:: Eu sou da etnia Paresi e, atualmente, eu tô graduando em **medicina**, termino daqui sete semanas [...]” (Turno 52, E16).

ACADÊMICOS (s.m.pl.): Estudantes matriculados em uma instituição de ensino superior, que estão cursando uma graduação, pós-graduação ou outro programa acadêmico. Os acadêmicos estão envolvidos em atividades de estudo, pesquisa, participação em eventos acadêmicos, estágios e outras experiências educacionais, com o objetivo de obter formação acadêmica e desenvolver competências profissionais em sua área de interesse.

MATERIAIS DIDÁTICOS (s.m.pl.): Recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para facilitar a compreensão e assimilação de conceitos, conteúdos e habilidades por parte dos estudantes. Os materiais didáticos podem incluir livros, apostilas, vídeos, áudios, slides, jogos educativos, recursos digitais, experimentos práticos, entre outros recursos, adaptados às necessidades, características e objetivos educacionais de cada disciplina ou curso.

COMPLEMENTO (s.m.): Elemento adicional que serve para enriquecer, aprimorar ou completar algo. No contexto educacional, o complemento pode se referir a materiais, atividades, recursos ou experiências adicionais que complementam o currículo oficial de um curso ou disciplina, fornecendo uma perspectiva mais ampla, aprofundando o entendimento ou explorando aspectos específicos do conteúdo abordado.

DESEMPENHO ACADÊMICO (s.m.): Avaliação da qualidade e eficácia do desempenho de um estudante ou grupo de estudantes em relação aos objetivos, critérios e padrões estabelecidos pelo programa educacional, curso ou instituição de ensino. O desempenho acadêmico pode ser avaliado por meio de notas, conceitos, trabalhos, projetos, participação em atividades acadêmicas e outras formas de avaliação, e é utilizado para medir o progresso, o aproveitamento e o sucesso dos estudantes ao longo do tempo.

Contexto: “[...] Eles contribuíram muito pra que:: muitas **acadêmicos** indígenas conseguisse, não só é:: entrar na universidade, mas como se manter até o final do curso, né:: Então, a contribuição deles foi essencial porque tivemos acesso a **materiais didáticos**. Coisas que nós não iríamos ter acesso se nós não tivéssemos esse **complemento**, né:: Então, foi algo assim que auxiliou muito, que:: ajudou no nosso **desempenho acadêmico**:: [...]” (Turno 55, E16).

PREPARAR (v.t.): Ação de se organizar, planejar e adotar medidas antecipadas para enfrentar uma situação futura, alcançar um objetivo ou desempenhar uma tarefa de forma eficaz. No contexto educacional, preparar pode se referir a atividades como estudar, revisar conteúdos, fazer exercícios, praticar habilidades, revisar materiais didáticos e participar de atividades de reforço, com o objetivo de se preparar para provas, exames, apresentações ou outras demandas acadêmicas.

Contexto: A gente exige que a criança estude e volte a trabalhar na aldeia. Por quê? A gente tem que **preparar** a criança para ela trabalhar com o próprio índio. [...]” (Turno 56, E7).

PROFESSORES (s.m.pl.): Profissionais responsáveis por planejar, organizar, ministrar e avaliar atividades educacionais em escolas, universidades, cursos técnicos e outras instituições de ensino. Os professores são especialistas em suas áreas de conhecimento e desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades, na orientação dos estudantes e no estímulo ao aprendizado, contribuindo para a formação integral dos indivíduos e o progresso da sociedade.

Contexto: “[...] Tem **professores** e:: já formaram outra turma e está formando mais outra turma na:: em nível de faculdade. Estão todos trabalhando na á::rea.

Tem escola de Ensino Médio com **professores** indígenas que se formaram na faculdade, na:: UNEMAT. [...]” (Turno 56, E7).

ENSINO MÉDIO (s.m.): Etapa final da educação básica, compreendida entre o ensino fundamental e o ensino superior, destinada a jovens com faixa etária aproximada entre 15 e 17 anos. O Ensino Médio tem como objetivo oferecer uma formação geral e ampla, preparando os estudantes para o exercício da cidadania, o mercado de trabalho e a continuidade dos estudos em nível superior. Nesta etapa, são oferecidas disciplinas obrigatórias e optativas, buscando o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos.

FACULDADE (s.f.): Instituição de ensino superior que oferece cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento, como ciências humanas, exatas, biológicas, saúde, tecnologia, entre outras. A faculdade é responsável por promover a formação acadêmica e profissional dos estudantes, capacitando-os para exercerem atividades especializadas em suas respectivas áreas de estudo.

Contexto: “[...] Tem escola de **Ensino Médio** com professores indígenas que se formaram na **faculdade**, na:: UNEMAT. [...]” (Turno 56, E7).

ESCOLA (s.f.): Instituição educacional destinada ao ensino e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens, que oferece cursos de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e, em alguns casos, ensino técnico e profissionalizante. As escolas são espaços onde ocorrem atividades de ensino, pesquisa, cultura, socialização e formação cidadã, e desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento pessoal, social e intelectual.

BEABÁ (s.m.): Expressão popular que remete ao aprendizado dos conceitos fundamentais ou básicos de uma determinada área de conhecimento ou atividade. O “beabá” representa os princípios essenciais que servem de base para a compreensão e o domínio de assuntos mais complexos, sendo utilizado principalmente em contextos educacionais para indicar o início ou os fundamentos de algo.

UM MAIS UM (s.m.): Expressão que representa uma operação matemática simples de adição, na qual dois números unitários são somados para obter um resultado. A expressão “um mais um” é frequentemente utilizada para ilustrar conceitos

matemáticos básicos e para ensinar a adição a crianças em idade escolar, sendo um dos primeiros passos no aprendizado da aritmética.

ALUNO (s.m.): Pessoa matriculada em uma instituição de ensino, que está frequentando regularmente as aulas e participando das atividades educacionais de um curso, disciplina ou programa específico. O aluno é responsável por seu próprio aprendizado, dedicando-se aos estudos, realizando atividades propostas pelo professor, interagindo com colegas e buscando alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

CULTURA DELE (INDÍGENA), DO NÃO ÍNDIO (s.f.): Conjunto de valores, crenças, costumes, tradições, práticas sociais, manifestações artísticas e formas de organização característicos de um grupo humano, comunidade ou sociedade. A cultura é transmitida de geração em geração e influencia o modo de vida, a identidade e a visão de mundo das pessoas, sendo expressa através da língua, da religião, da alimentação, das festas, da música, das danças, entre outros aspectos da vida cotidiana.

Contexto: “[...] A **escola** não é só de **Beabá** de **um mais um**, mas a **escola** em si é pra sair de lá um **aluno** com conhecimento dos dois lado, a **cultura dele** e a **cultura do não índio** [...]” (Turno 57, E17).

DESENVOLVER (v.t.): Ação de promover o crescimento, o progresso ou a evolução de algo ou alguém, visando melhorar suas condições, capacidades ou qualidades. No contexto educacional, desenvolver refere-se ao processo de estimular o potencial cognitivo, emocional, social e físico dos estudantes, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado, desafios e experiências que contribuam para seu crescimento e amadurecimento pessoal.

Contexto: “[...] >Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, **desenvolver** a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma boa alimentação, também tem uma condições também econômica.< [...]” (Turno 34, E9).

ESTUDOS (s.m.): Atividade sistemática e intencional de adquirir conhecimentos, compreender conceitos, praticar habilidades e desenvolver competências em uma

determinada área de estudo, disciplina ou tema. O estudo envolve a leitura, a reflexão, a pesquisa, a prática e a análise crítica de informações, visando ampliar o entendimento sobre um assunto e aprimorar o próprio conhecimento.

Contexto: “[...] E:: desde então:: criaram-se vários projetos com o intuito de:: de:: abranger o conhecimento é:: da população indígena é:: através dos **estudos** é:: Eles sempre auxiliaram financeiramente um indígena que saiu de dentro da aldeia e foi pra cidade, pra estudar. [...]” (Turno 52, E16).

APERFEIÇOAR (v.t.): Ação de tornar algo ou alguém melhor, mais eficiente, mais competente ou mais refinado por meio de práticas, treinamentos, estudos ou experiências adicionais. Aperfeiçoar-se envolve o processo contínuo de aprimoramento pessoal, profissional ou acadêmico, buscando a excelência, o domínio de habilidades específicas e a melhoria constante em áreas de interesse ou atuação.

Contexto: “[...] Então, com o apoio da:: da:: da renda, né::, a renda da:: da agricultura, então a gente busca **aperfeiçoar** as criança. [...]” (Turno 60, E7).

d) Guerras/paz

FORMA HARMONIOSA (s.f.): Maneira de agir, relacionar-se ou se expressar de modo equilibrado, pacífico e conciliador, buscando promover a integração, a cooperação e o entendimento entre indivíduos, grupos ou elementos diversos. Uma forma harmoniosa de interação ou convivência é aquela que favorece o bem-estar, o respeito mútuo e a construção de relações saudáveis e positivas.

Contexto: “[...] Pra dizer que, hoje, é possível conviver de **forma harmoniosa** com todas as sociedades do entorno e, também, de forma respeitosa com todas as culturas que tem. [...]” (Turno 72, E9).

AGREGAR (v.t.): Ação de reunir, unir ou incorporar elementos, pessoas ou recursos de forma a compor um conjunto maior, mais completo ou mais diversificado. Agregar implica em fortalecer a coesão, a colaboração e a sinergia entre os componentes envolvidos, ampliando as possibilidades de atuação, aprendizado ou realização de objetivos comuns.

Contexto: “[...] Dessa forma, o povo Paresi no ano passado, no ano de 2016, decidiram se **agregar** a uma política nacional [...]” (Turno 73, E20).

DIPLOMACIA (s.f.): Arte ou prática de conduzir relações internacionais ou intergrupais de forma a promover o entendimento, prevenir conflitos e alcançar acordos por meio do diálogo, da negociação e do respeito mútuo entre as partes envolvidas. A diplomacia envolve o uso habilidoso da comunicação, da persuasão e do compromisso para resolver divergências, manter a paz e promover interesses comuns.

DIÁLOGO (s.m.): Interação verbal entre duas ou mais pessoas que buscam trocar informações, ideias, opiniões ou sentimentos de maneira aberta, respeitosa e construtiva. O diálogo é uma ferramenta essencial para a comunicação eficaz, a resolução de conflitos e a construção de entendimento mútuo, permitindo o esclarecimento de mal-entendidos, o fortalecimento de vínculos e a construção de consensos.

Contexto: “[...] o povo Paresi (que) ele é um povo de resistência, um povo de sabedoria, é um povo de conhecimento, é um povo da **diplomacia** e um povo do **diálogo**. [...]” (Turno 73, E20).

LUTA (s.f.): Esforço persistente e determinado para superar obstáculos, adversidades ou injustiças, visando alcançar objetivos, defender direitos ou promover mudanças significativas. A luta pode assumir diferentes formas, como ações políticas, manifestações sociais, mobilizações coletivas, ativismo, entre outras, e é frequentemente associada à busca por justiça, igualdade e dignidade.

Contexto: “[...] mas ele foi uma luta do movimento indígena a nível de Brasil, que cobrou isso do Estado brasileiro que possa ser criado um instrumento, aonde eles possam fazer uma avaliação de todo o contexto e de todo o cenário que hoje eles vivem: território, meio ambiente, cultura, língua, tradição, história, **luta**, movimento, água, o ar que nós respiramos [...]” (Turno 73, E20).

HARMONIA (s.f.): Estado de equilíbrio, concordância ou compatibilidade entre elementos ou partes distintas, que convivem de forma pacífica, complementar e integrada. A harmonia implica na ausência de conflitos, na presença de entendimento

mútuo e na cooperação entre os elementos envolvidos, resultando em um ambiente propício ao bem-estar, à criatividade e ao florescimento pessoal e coletivo.

Contexto: “[...] Aonde eles desenvolvem uma atividade, aonde não pode interferir nesse conjunto que traz a qualidade de vida da comunidade, principalmente a paz e a **harmonia**. [...]” (Turno 73, E20).

PARCERIA (s.f.): Relacionamento colaborativo entre duas ou mais partes que compartilham interesses, objetivos ou recursos comuns, buscando alcançar resultados que beneficiem a todos os envolvidos. A parceria é pautada pela cooperação, confiança e reciprocidade, envolvendo o compartilhamento de responsabilidades, esforços e benefícios para atingir metas compartilhadas de maneira mais eficaz e sustentável.

Contexto: “[...] um trabalho que nós estamos fazendo em **parceria** do governo federal [...]” (Turno 73, E20).

CONVIVER DE FORMA HARMONIOSA (loc.): Manter relações interpessoais caracterizadas por equilíbrio, respeito mútuo e cooperação, criando um ambiente de paz e entendimento entre os indivíduos.

Contexto: “[...] Pra dizer que, hoje, é possível **conviver de forma harmoniosa** com todas as sociedades do entorno e, também, de forma respeitosa com todas as culturas que tem. [...]” (Turno Turno 72, E9).

e) Crenças e religião

MISSÃO (s.f.): Propósito ou objetivo central que guia as ações, atividades e direcionamentos de uma organização, instituição, grupo ou indivíduo. A missão define a razão de existir e o que se busca alcançar, refletindo os valores, princípios e metas fundamentais que norteiam o trabalho e as decisões. É uma declaração que sintetiza o compromisso e a identidade da entidade ou pessoa em relação ao seu papel na sociedade ou no mundo.

PADRE (s.m.): Na tradição católica, um sacerdote ordenado responsável pela administração dos sacramentos, especialmente da Eucaristia e da Penitência, e pela orientação espiritual dos fiéis. Os padres desempenham um papel central na vida religiosa das comunidades católicas, exercendo funções de liderança espiritual,

pastoral e comunitária, além de promoverem ações sociais, educativas e caritativas em suas paróquias.

Contexto: “[...] Você vê. Em 54, eu já morava aqui, mas não era aldeia, né:: Mas, TRABALHANDO tirando a seringa pro homem branco, né:: O látex, né. Nessa região de Utiariti,:: tirava látex e entregava pra **missão**, o **padre** (?) que era vivo ainda, né. [...]” (Turno 06, E4).

MANUTENÇÃO DA CULTURA (s.f.): Processo de preservação, valorização e transmissão dos elementos culturais de uma sociedade, comunidade ou grupo étnico ao longo do tempo, garantindo a continuidade e a identidade cultural das gerações presentes e futuras. A manutenção da cultura envolve a preservação de práticas, tradições, conhecimentos, línguas, rituais, mitos e expressões artísticas que fazem parte do patrimônio cultural de um povo.

Contexto: “[...] Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a **manutenção da cultura** aqui dentro do território. [...]” (Turno 38, E11).

MITOLOGIA (s.f.): Conjunto de mitos, lendas, narrativas e crenças religiosas que constituem o sistema de significados e símbolos de uma cultura ou civilização, explicando a origem, natureza e destino dos seres humanos, dos deuses, do mundo natural e do universo. A mitologia desempenha um papel importante na construção da identidade cultural, na transmissão de valores e na compreensão do mundo, influenciando a arte, a literatura, a religião e outras esferas da vida humana.

Contexto: “[...] Aonde ele:: traz no seu plano de gestão a origem que é a **mitologia**, o processo histórico que foi o contato e a resistência, né:: a situação contemporânea [...]” (Turno 73, E20).

C - O HOMEM E O UNIVERSO

I – A priori

c) Relação, ordem, valor

a – Medidas

CABEÇA DE GADO (s.f.): Unidade de medida utilizada para contar o número de animais bovinos em uma determinada criação, propriedade rural ou região. Uma cabeça de gado corresponde a um único animal bovino, como uma vaca, um touro, um novilho ou uma novilha. A contagem de cabeças de gado é uma prática comum na pecuária para avaliar o tamanho e a produção de um rebanho.

Contexto: “[...] Eu cheguei já de colocar aqui dentro, já 300, trezentas e poucas **cabeça de gado** aqui dentro. [...]” (Turno 29, E5).

HECTARE (s.m.): Unidade de medida de área equivalente a 10.000 metros quadrados ou 100 metros por 100 metros. O hectare é comumente utilizado para medir extensões de terra, especialmente em atividades agrícolas, florestais e de planejamento urbano. É uma medida padrão de superfície que facilita a comparação e o cálculo de áreas de terrenos, campos, pastagens, plantações e propriedades rurais.

Contexto: “[...] Hoje, se eu falar que nós plantamos 17.500 **hectare**. Tem pessoas que:: né:: acaba assustando. [...]” (Turno 47, E9).

c – moeda

DINHEIRO (s.m.): Meio de troca amplamente aceito em uma economia para facilitar transações comerciais, pagamentos e o armazenamento de valor. O dinheiro pode se apresentar na forma de cédulas, moedas ou valores digitais, e possui valor intrínseco reconhecido pela sociedade, permitindo a compra e venda de bens e serviços.

Contexto: “[...] Aí, nós voltamos a trabalhar de MÃO DE OBRA >para os fazendeiros, né. Nas fazendas de produtor rural,< <fomos catar pau preto, fomos catar raiz, fomos ajudar plantar, fomos matar formiga na:: no campo. Esse daí foi o nosso serviço.> >Nós NÃO TINHA AONDE achar **dinheiro**, né::<. [...]” (Turno 19, E3).

RECURSO (s.m.): Qualquer ativo, meio ou instrumento utilizado para alcançar um objetivo específico. Em um contexto mais amplo, recursos podem incluir materiais, equipamentos, habilidades, conhecimento, tempo, energia, dinheiro e outros elementos disponíveis para serem utilizados de forma produtiva ou estratégica.

Contexto: “[...] É:: esse recurso aí dessa torre, ele é com dinheiro do:: do empreendimento, né. Temos máquina. É:: **recurso** que a gente investiu no:: recurso do empreendimento, né. [...]” (Turno 29, E5).

FINANCEIRO (adj.): Relativo a finanças, que envolve o gerenciamento, controle e alocação de recursos monetários, bem como o estudo das instituições, mercados e processos relacionados ao dinheiro e ao capital. Aspectos financeiros abrangem questões como investimentos, crédito, orçamento, planejamento financeiro, análise de risco e gestão de ativos.

Contexto: “[...] Então, a gente vivia de artesanato,< no tempo da poaia, vendia bola, frecha, até de miçanga que tá aí, né?> Marechal Rondon dava miçanga, né. Em troca de alguma coisa pra comunidade indígena Paresi, né? A gente vivia por isso, essas coisa, né? O **financeiro** das coisa, de poaia, né? [...]” (Turno 04, E4).

COBRANÇA (s.f.): Ato ou processo de exigir o pagamento de uma dívida, conta ou obrigação financeira. A cobrança pode ser realizada por meio de diversos meios, como faturas, boletos, cartas, telefonemas ou notificações legais, visando garantir que os devedores cumpram com seus compromissos financeiros dentro dos prazos estabelecidos.

PEDÁGIO (s.m.): Tarifa ou taxa cobrada pelo uso de uma infraestrutura pública ou privada, como estradas, pontes, túneis ou vias expressas. O pedágio é frequentemente utilizado para financiar a construção, manutenção e operação dessas infraestruturas, sendo cobrado dos usuários que as utilizam, geralmente em forma de pagamento no local ou por meio de sistemas eletrônicos.

Contexto: “[...] Ele:: autorizou fazer a **cobrança**... Fazer **pedágio**. Fazer a cobrança pra sustentar, pra manter a nossa necessidade. [...]” (Turno 24, E6).

ECONÔMICA (adj.): Relativo a economia, que envolve a produção, distribuição e consumo de bens e serviços em uma sociedade ou país. Questões econômicas abrangem temas como oferta e demanda, mercado de trabalho, inflação, políticas monetárias, desenvolvimento econômico, entre outros aspectos que influenciam a atividade econômica de uma nação.

Contexto: “[...] >Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: lavoura mecanizada agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma boa alimentação, também tem uma condições também **econômica**.< [...]” (Turno 34, E9).

FINANCIA (v.t.): Ação de fornecer recursos financeiros, como dinheiro, crédito ou investimento, para viabilizar uma atividade, projeto ou empreendimento. Financiar pode envolver instituições financeiras, investidores, governos ou outras entidades que fornecem capital para impulsionar o crescimento econômico, a inovação ou o desenvolvimento de negócios.

Contexto: “[...] o:: projeto agrícola ele **financia** outras atividades produtivas, assim como criação de peixe, criação de animais, de gado, de:: de suínos e:: de aves [...]” (Turno 37, E12).

RENDA (s.f.): Montante de dinheiro ou ganho obtido por uma pessoa, família ou empresa, geralmente em forma de salários, lucros, aluguéis, dividendos ou outras fontes de rendimento. A renda é uma medida do poder de compra e do padrão de vida de um indivíduo ou grupo e pode variar ao longo do tempo e conforme as circunstâncias econômicas.

Contexto: “[...] posteriormente serve, também, como uma **renda** pra essa comunidade. [...]” (Turno 37, E12).

GERAR RENDA (expressão): Processo de obter ou criar fontes de rendimento por meio de atividades produtivas, investimentos, negócios ou outras formas de geração de recursos financeiros. Gerar renda envolve ações destinadas a aumentar os ganhos pessoais ou empresariais, visando melhorar a qualidade de vida, alcançar objetivos financeiros ou expandir os negócios.

Contexto: “[...] Hoje, se eu falar que nós plantamos 17.500 hectare. Tem pessoas que:: né:: acaba assustando. “Nossa, é muita área. O povo Paresi tá destruindo a natureza, tá acabando. O povo Paresi quer ser fazendeiro”. Então, caba muitas pessoas tendo esse olhar. Mas, o projetos agrícola que tem. Ela

vem com princípio de você **gera renda**, de você gera emprego, de você dar melhores condições que têm [...]" (Turno 47, E9).

GERAÇÃO ECONÔMICA (expressão): Atividades e processos que contribuem para a criação de valor econômico em uma região, país ou comunidade, incluindo a produção de bens, serviços, empregos, investimentos, inovação e comércio. A geração econômica é essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Contexto: "[...] Porque, hoje uma cultura, ela só sobrevive, se ela tiver geração de renda, **geração econômica**. [...]" (Turno 72, E9).

COBRAR (v.t.): Exigir o pagamento de uma dívida, taxa, tarifa ou valor devido por alguém em relação a um serviço, produto ou obrigação financeira. Cobrar também pode se referir a demandar uma explicação, justificativa ou ação de alguém em relação a uma responsabilidade ou compromisso assumido.

Contexto: "[...] <Concordamos com a ideia do procurador Cavalcante:: e até hoje estamos **cobrando**>. [...]" (Turno 27, E6).

INVESTIR na educação (expressão): Destinar recursos financeiros, humanos ou materiais para promover o desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional, seja por meio de financiamento público ou privado, visando melhorar a qualidade do ensino, expandir o acesso à educação, fomentar a pesquisa e a inovação, e contribuir para o crescimento e desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Contexto: "[...] A gente vem investindo, nos:: nas crianças que vem vindo agora a gente sempre vem procurando **investir** mais na educação. E:: essas pessoas que formaram, a gente,né. () A gente espera que elas voltam, né para trabalhar com a gente aqui. Porque, na verdade, o projeto:: é isso que ele busca, né. Formar as pessoas e voltar a trabalhar com a gente, na aldeia. [...]" (Turno 54, E14).

AUXILIARAM FINANCEIRAMENTE (expressão): Prestaram ajuda ou suporte por meio de recursos monetários para alguém ou alguma instituição, contribuindo para o financiamento de despesas, projetos, necessidades ou objetivos específicos. O auxílio financeiro pode assumir diferentes formas, como doações, empréstimos,

investimentos ou patrocínios, e tem o propósito de proporcionar alívio, suporte ou incentivo financeiro.

Contexto: “[...] Eles sempre **auxiliaram financeiramente** um indígena que saiu de dentro da aldeia e foi pra cidade, pra estudar. [...]” (Turno 52, E16).

ALUGUÉIS (s.m.pl.): Pagamentos periódicos realizados por um locatário a um locador em troca do uso temporário de um bem, como imóveis, veículos, equipamentos ou outros ativos. Os aluguéis são uma forma de contraprestação financeira pelo direito de uso e gozo de um bem, e são estabelecidos mediante um contrato de locação que define as condições, prazos e valores envolvidos.

Contexto: “[...] Eles sempre ajudaram com **aluguéis**, compra de alimento. [...]” (Turno 52, E16).

MANUTENÇÃO (s.f.): Ação ou conjunto de atividades realizadas para preservar, conservar, reparar ou garantir o funcionamento adequado de um bem, equipamento, infraestrutura ou sistema ao longo do tempo. A manutenção inclui inspeções regulares, limpeza, lubrificação, ajustes, substituição de peças, reparos e outras intervenções necessárias para prevenir falhas, prolongar a vida útil e assegurar a segurança e eficiência do objeto ou sistema.

Contexto: “[...] Ou seja, auxiliaram como a manutenção do estudante fora [...]” (Turno 52, E16).

APOIO (s.m.): Assistência, suporte ou ajuda prestada a alguém, grupo ou causa por meio de recursos, orientação, incentivo ou solidariedade, visando promover o bem-estar, o desenvolvimento ou a realização de objetivos específicos. O apoio pode ser oferecido de diversas formas, como financeira, emocional, logística, técnica, moral, entre outras, e pode ser temporário ou contínuo, conforme a necessidade e disponibilidade.

Contexto: “[...] Então, elas começaram sair porque já tinha uma estrada pra:: pro índio sair da aldeia. Então, com o **apoio** da:: da:: da renda, né::, a renda da:: da agricultura, então a gente busca aperfeiçoar as criança. [...]” (Turno 60, E7).

DIREITO DE PASSAGEM (s.m.): Permissão legal ou acordo que garante a uma pessoa ou entidade o direito de atravessar ou transitar por uma propriedade privada ou pública, terreno, via ou área restrita. O direito de passagem pode ser concedido mediante pagamento de uma taxa, conforme estabelecido em contrato ou legislação específica, e é fundamental para garantir a mobilidade e o acesso a determinados locais ou recursos.

Contexto: “[...] também sobre o direito de passagem popularmente conhecido como pedágio. [...]” (Turno 72, E9).

CONTRIBUIR (v.t.): Participar ou colaborar com algo, seja com recursos financeiros, conhecimentos, esforços ou outros meios, com o objetivo de contribuir para um propósito comum, alcançar objetivos compartilhados ou promover o bem-estar coletivo. Contribuir implica em oferecer uma contribuição positiva, significativa e voluntária para causas, projetos ou iniciativas que agreguem valor ou impacto positivo em determinado contexto.

Contexto: “[...] Então, a contribuição deles foi essencial porque tivemos acesso a materiais didáticos. [...]” (Turno 55, E16).

PAGAR (v.t.): Realizar o pagamento de uma dívida, conta, despesa ou obrigação financeira, mediante a entrega de dinheiro, cheque, cartão de crédito ou outro meio de pagamento aceito. Pagar também pode se referir ao ato de compensar alguém por um serviço prestado, um produto adquirido ou um direito exercido, garantindo a quitação e o cumprimento de compromissos financeiros estabelecidos.

Contexto: “[...] >Pra você manter os seus filhos na universidade, na escola, ou qualquer tipo de curso de formação, você também tem que ter recurso pra poder **pagar**< [...]” (Turno 61, E9).

ROYALTIES (s.m.pl.): Pagamento ou compensação financeira realizada por um indivíduo, empresa ou entidade para o uso ou exploração de propriedade intelectual, direitos autorais, patentes, recursos naturais, ou outras formas de propriedade ou ativos protegidos por lei. Os royalties são frequentemente pagos como uma porcentagem dos lucros gerados pela utilização dos referidos ativos, e são estabelecidos mediante contrato ou acordo entre as partes envolvidas. Essa forma de

pagamento é comum em indústrias como música, cinema, petróleo, mineração, tecnologia e publicações, entre outras.

Contexto: “[...] E:: muito desse recurso que são gerados na lavoura mecanizada, não só da mecanizada, mas, vale ressaltar, dos **royalties** que nós temos dos empreendimentos das PCH [...]” (Turno 72, E9).

d - Número e quantidade

ESCALA (s.f.): Medida proporcional que indica a relação entre as dimensões reais de um objeto, área ou fenômeno e suas representações em um sistema de referência, como mapas, gráficos, modelos ou desenhos. A escala é expressa como uma relação numérica ou gráfica que permite estimar as distâncias, tamanhos ou proporções de elementos no mundo real a partir de suas representações em uma escala menor. A escala é amplamente utilizada em diversas áreas, como cartografia, arquitetura, engenharia, design e estatística, para facilitar a compreensão, comunicação e análise de informações espaciais ou quantitativas.

Contexto: “[...] Aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande **escala** na terra indígena Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão. Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA **ESCALA** MAIOR E COM OUTRAS FINALIDADES. Não apenas naquelas finalidades tradicionais, como já foi dito. Além disso, também, no sentido comercial para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para sanar outras necessidades do povo indígena Paresi. [...]” (Turno 36, E11).

e – Espaço

FAZENDA (s.f.): Propriedade rural destinada à atividade agropecuária, caracterizada pela produção de alimentos, criação de animais, cultivo de plantas ou outras atividades agrícolas e pecuárias. As fazendas podem variar em tamanho e escopo, indo desde pequenas propriedades familiares até grandes empreendimentos agroindustriais, e desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, na economia rural e no desenvolvimento socioeconômico de regiões agrícolas.

Contexto: “[...] grande parte das nossas cabeceiras, nascem fora das reservas indígenas e grande parte dos nossos rios ele faz divisa com as **fazendas**. [...]” (Turno 73, E20).

COMUNIDADE (s.f.): Grupo de pessoas que compartilham interesses, valores, identidade ou território comuns, interagindo e se relacionando de maneira significativa em contextos sociais, culturais, econômicos ou geográficos específicos. As comunidades podem ser formadas por laços familiares, vínculos étnicos, afinidades religiosas, interesses profissionais, localidades geográficas ou outros critérios de associação, e desempenham um papel importante na coesão social, na solidariedade e no apoio mútuo.

Contexto: “[...] a empresa também, né. Que:: eu acho que fo::i a primeira empresa que foi muito sério com a **comunidade** indígena, né. [...]” (Turno 31, E5).

REGIÃO MÉDIO NORTE DE MATO GROSSO (s.f.): Área geográfica localizada no estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, que compreende diversos municípios e possui características naturais, econômicas, sociais e culturais específicas. A Região Médio Norte de Mato Grosso é conhecida por sua atividade agropecuária intensiva, com destaque para a produção de grãos, como soja e milho, e para a pecuária, contribuindo significativamente para a economia do estado e do país.

Contexto: “[...] <Sou da etnia Paresis, certo? A:: **Região Médio Norte de Mato Grosso**. É:: tenho como formação é:: agronomia, sou formado em engenharia agrônoma pela Universidade Estadual de Mato Grosso. [...]” (Turno 37, E12).

TANQUES (s.m.pl.): Estruturas ou reservatórios construídos para armazenar líquidos, geralmente água, combustíveis, produtos químicos ou substâncias industriais. Os tanques podem variar em tamanho, forma e material de construção, e são utilizados em diversas aplicações, como abastecimento de água, armazenamento de combustíveis, processos industriais, armazenamento de produtos agrícolas, entre outros.

Contexto: “[...] Então, a parte desse recurso tá sendo investido na piscicultura, é:: visando também a questão de um aumento da potência na alimentação,

como com a piscicultura que é escasso aqui na região. E também, visando também, a questão é:: da:: da expansão do comércio pra:: pra outras regiões também, né. Iniciamos aqui um projeto de três **tanques**, é:: e pra esse ano, agora, vamos ampliar com mais seis **tanques**. E, aí::, assim, aumentando a maior quantidade e a potencialidade da piscicultura aqui na nossa região. A ideia, também, é mostrar para as demais etnias que é possível, hoje em dia, é:: trabalhar com o sistema de piscicultura em **tanques**, né:: Então, é:: não é tão difícil. É uma coisa simples de se trabalhar. [...]” (Turno 50, E15).

CENÁRIO (s.m.): Ambiente físico ou social onde ocorrem eventos, situações ou acontecimentos, caracterizado por elementos como espaço geográfico, tempo, condições naturais, estruturas sociais, culturais e econômicas. O cenário pode ser real ou imaginário e é fundamental para a compreensão e contextualização de narrativas, análises ou representações de eventos e fenômenos em diferentes contextos, como teatro, cinema, literatura, pesquisa científica, entre outros.

Contexto: “[...] uma avaliação de todo o contexto e de todo o **cenário** que hoje eles vivem: território, meio ambiente, cultura, língua, tradição, história, luta, movimento mas ele foi uma luta do movimento indígena a nível de Brasil, que cobrou isso do Estado brasileiro que possa ser criado um instrumento, aonde eles possam fazer, água [...]” (Turno 73, E20).

ETNOMAPEAMENTO (s.m.): Processo de elaboração de mapas que representam informações sobre as características étnicas, culturais, sociais e territoriais de grupos humanos ou comunidades, como povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos étnicos minoritários, entre outros. O etnomapeamento pode incluir informações sobre territórios tradicionais, modos de vida, línguas, práticas culturais, recursos naturais, e é utilizado para subsidiar políticas públicas, gestão territorial e reconhecimento de direitos coletivos.

MAPA (s.m.): Representação gráfica e simplificada de uma área geográfica, que utiliza símbolos, cores, escalas e outras convenções cartográficas para representar elementos físicos, sociais, políticos, culturais ou ambientais do espaço representado. Os mapas são utilizados para fins de orientação, análise, planejamento, comunicação e visualização de informações espaciais em diversas áreas, como geografia, cartografia, urbanismo, planejamento territorial, entre outros.

ETNOMAPA (s.m.): Tipo de mapa que representa informações específicas sobre territórios, culturas, práticas e modos de vida de grupos étnicos, comunidades tradicionais ou povos indígenas. O etnomapa inclui elementos como limites territoriais, assentamentos, recursos naturais, sítios sagrados, rotas de deslocamento, entre outros aspectos relevantes para a compreensão e gestão do território e da cultura dos grupos representados.

Contexto: “[...] Então, esse trabalho, né, a gente começamos a fazer ele e estamos já na primeira etapa da obra concluída, a etapa do **etnomapeamento**. O que seria o **etnomapeamento**? O **mapa** feito pelo próprio povo. Isso é **etnomapa**, aonde a sabedoria do povo é colocado dentro desse mapa através de dados é:: da história, né. Os nosso rios no nome da língua, as cabeceira no nome da língua [...]” (Turno 73, E20).

DEMARCAÇÃO (s.f.): Ato ou processo de delimitar e definir os limites territoriais de uma área, propriedade, território ou zona, geralmente por meio de marcos físicos, coordenadas geográficas, fronteiras naturais ou acordos legais. A demarcação é fundamental para estabelecer direitos de posse, uso e gestão do território, garantindo a segurança jurídica, a soberania e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Contexto: “[...] principalmente, parte de nosso território que ficou fora da **demarcação** [...]” (Turno 73, E20).

GEOGRAFIA: TRADICIONAL, DO NÃO ÍNDIO (S.F.): Campo de estudo e prática da geografia que se concentra na análise, descrição e interpretação das características físicas, sociais, econômicas e culturais dos espaços geográficos habitados por populações não indígenas, ou seja, aqueles que não pertencem aos povos originários de determinada região. A geografia tradicional, do não índio, aborda temas como relevo, clima, recursos naturais, demografia, urbanização, economia, cultura e geopolítica, entre outros aspectos, com foco nas interações entre sociedade e ambiente em contextos não indígenas.

Contexto: “[...] Se não, o que pode acontecer? Se não futuramente, eles vão conhecer a nossa **geografia tradicional**, apenas na **geografia do não índio**. Que são os territórios, que são os estados, que são os países. Só através dessa geografia, né:: [...]” (Turno 73, E20).

ETNOZONEAMENTO (s.m.): Processo de ordenamento territorial que visa identificar, delimitar e definir áreas de uso, ocupação ou gestão específicas de acordo com critérios étnicos, culturais, tradicionais ou de pertencimento de grupos humanos, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros. O etnozoneamento é utilizado para promover a gestão participativa e sustentável do território, reconhecendo e garantindo os direitos territoriais, culturais e ambientais das comunidades tradicionais.

Contexto: “[...] E o **etnozoneamento** é o povo, ele tem a oportunidade de registrar publicamente, porque registrar publicamente? [...]” (Turno 73, E20).

g – Causalidade

IMPACTO (s.m.): Efeito ou consequência resultante de uma ação, evento ou fenômeno sobre algo ou alguém. O impacto pode ser positivo, quando traz benefícios, melhorias ou avanços, ou negativo, quando causa danos, prejuízos ou desvantagens. O termo é frequentemente utilizado em diversas áreas, como meio ambiente, economia, saúde, social e tecnologia, para avaliar e compreender as repercussões das atividades humanas ou naturais sobre o ambiente, as comunidades, a economia e outros sistemas.

Contexto: “[...] o primeira:: primeiro usina e que ele foi criado aí, do jeito que tá aí, né:: que gera, sem problemas, sem trazer **impacto** pra comunidades. [...]” (Turno 31, E5).

PRINCÍPIO (s.m.): Fundamento, norma, regra ou conceito fundamental que serve de base para ações, decisões, comportamentos ou sistemas em uma determinada área, disciplina, filosofia ou sistema de valores. Os princípios orientam o pensamento e a conduta das pessoas e organizações, refletindo seus valores, crenças e objetivos. Podem ser éticos, morais, científicos, legais, políticos, religiosos ou culturais, e são fundamentais para estabelecer diretrizes, padrões e critérios de ação.

Contexto: “[...] Ou seja, nós estamos desenvolvendo, buscando desenvolver economicamente, mas não com o **princípio** de quere ser fazendeiro, não de ser grande empresário. Mas sim, para atender as necessidades essenciais do povo. [...]” (Turno 72, E9).

BENEFÍCIOS (s.m.pl.): Vantagens, ganhos ou resultados positivos obtidos a partir de uma ação, decisão, investimento ou esforço realizado por uma pessoa, organização ou sistema. Os benefícios podem assumir diversas formas, como melhorias na qualidade de vida, aumento da produtividade, redução de custos, ampliação de oportunidades, promoção da saúde, bem-estar social, entre outros aspectos positivos. São avaliados em termos de valor agregado, impacto positivo e contribuição para os objetivos e interesses dos envolvidos.

Contexto: “[...] <Bom, o projeto agrícola trouxe vários **benefícios** pra aldeia, né:: A comunidade é:: com o recurso do projeto agrícola, a gente, né:: conseguiu fazer os projeto pequenos que é investido na aldeia [...]” (Turno 48, E14).

h – Movimento

FUNCIONANDO (CACHOEIRA) (expressão): Descreve o estado operacional de uma cachoeira, indicando que está em atividade, com a água fluindo de forma constante ou intermitente, descendo pelo curso d'água e produzindo os efeitos visuais e sonoros característicos desse fenômeno natural. Quando uma cachoeira está funcionando, isso significa que o fluxo de água está ocorrendo conforme o usual, seja devido às condições climáticas, ao relevo ou a outros fatores que influenciam o ciclo hidrológico da região.

Contexto: “[...] Ah:: a cachoeira ela tá aí:: **funcionan::do** como:: se::mpre, normal e nós pensamos que ia estragar. Nunca, um dia pensar, se um dia nós ia até ter isso né pra nos sustentar. Nunca, né. [...]” (Turno 32, E8).

TRANSFERÊNCIA (s.f.): Ato ou processo de mover algo ou alguém de um lugar, posição, estado ou propriedade para outro. A transferência envolve a movimentação de recursos, informações, direitos, responsabilidades, autoridade ou controle de um local ou pessoa para outro, podendo ocorrer em diversos contextos, como transferência de propriedade, transferência de conhecimento, transferência de energia, transferência de tecnologia, entre outros.

Contexto: “[...] Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe a **transferência** de tecnologia dos não índio para os indígenas e:: com o intuito

de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território. [...]” (Turno 38, E11).

MUDANÇAS (s.f.pl.): Alterações, modificações ou variações que ocorrem em um sistema, objeto, ambiente ou situação ao longo do tempo, resultando em diferenças perceptíveis em relação ao estado anterior. As mudanças podem ser de natureza física, social, ambiental, política, tecnológica ou econômica, e podem ocorrer de maneira gradual ou abrupta, planejada ou espontânea, gerando impactos e consequências que afetam os sistemas e indivíduos envolvidos.

TRANSFORMAÇÃO (s.f.): Processo ou resultado de converter, modificar ou alterar profundamente a natureza, forma, estrutura ou função de algo, gerando uma mudança significativa em sua essência ou características fundamentais. A transformação implica em uma reconfiguração substancial que leva a uma nova condição, estado ou configuração, muitas vezes irreversível, que pode afetar aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais ou ambientais de um sistema ou entidade.

Contexto: “[...] Mas hoje, com essas **mudanças** que veio acontecendo, essa **transformação**, principalmente a tecnologia, hoje é:: fez com que nós tivemos, nós também como Haliti acompanhasse essa **mudança**. Mas, sem perder a nossa essência, que é a nossa cultura. Em um canto, a dança, principalmente, a língua materna nossa [...]” (Turno 62, E17).

II – A ciência e a técnica

PRESERVAR (v.t.): garantir a continuidade ou sobrevivência de; conservar, proteger, resguardar.

Contexto: “[...] O local aonde se busca, né as raízes pra se fazer a medicina tradicional, os locais das aldeias antigas e no meio desse conjunto, aonde eles vão escolher o local que eles vão utilizar para desenvolver atividade econômica, de uma forma equilibrada com todo esse contexto, **preservando** e respeitando o meio ambiente e **preservando** e respeitando o local sagrado, **preservando** e respeitando o local de moradia atual. [...]” (Turno 73, E20).

INTERFERIR (v.i.): interpor-se em algo, causar impacto ou influenciar em alguma situação de maneira a alterar seu curso natural.

Contexto: “[...] preservando e respeitando o meio ambiente e preservando e respeitando o local sagrado, preservando e respeitando o local de moradia atual. Aonde eles desenvolvem uma atividade, aonde não pode **interferir** nesse conjunto que traz a qualidade de vida da comunidade [...]” (Turno 73, E20).

MÁQUINA (s.f.): Dispositivo mecânico, elétrico, eletrônico ou hidráulico projetado para realizar uma ou mais tarefas específicas de forma automatizada, eficiente e repetitiva. As máquinas podem variar em tamanho, complexidade e função, e são amplamente utilizadas em diversos setores, como indústria, agricultura, transporte, saúde, entre outros, para aumentar a produtividade, reduzir o esforço humano e melhorar a precisão das operações.

Contexto: “[...] Temos **máquina**. É:: recurso que a gente investiu no:: recurso do empreendimento [...]” (Turno 29, E5).

MÁQUINA SOFISTICADA (s.f.): Equipamento avançado e complexo, geralmente dotado de tecnologia de ponta e alto grau de automação, projetado para executar tarefas específicas com eficiência e precisão em diversos setores, como indústria, agricultura, medicina, entre outros. Máquinas sofisticadas podem incluir robôs industriais, equipamentos de diagnóstico médico de alta tecnologia, sistemas de inteligência artificial e dispositivos de alta precisão, entre outros.

Contexto: “[...] Depois que acabou o látex. Aí, nós voltamos a trabalhar de MÃO DE OBRA >para os fazendeiros, né. Nas fazendas de produtor rural,< <fomos catar pau preto, fomos catar raiz, fomos ajudar plantar, fomos matar formiga na:: no campo. Esse daí foi o nosso serviço.> >Nós NÃO TINHA AONDE achar dinheiro, né::<. Entã::o, era uma vida sofrida. Até que... também acabou. Aí já era só máquina, né. Toda as **máquina** já **sofisticada**, já não era mais cbt, né. [...]” (Turno 19, 03).

MAQUINÁRIO (s.m.): Conjunto de máquinas, equipamentos, ferramentas e dispositivos utilizados na realização de atividades produtivas, como agricultura, indústria, construção civil, entre outros. O maquinário agrícola inclui tratores, colheitadeiras, semeadoras, pulverizadores, entre outros equipamentos utilizados no preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e pós-colheita das culturas agrícolas.

Contexto: “[...] <A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do **maquinário** é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. [...]” (Turno 39, E12).

USINA (s.f.): Instalação industrial destinada à produção de energia, geralmente a partir de fontes naturais como água, vento, sol, biomassa ou combustíveis fósseis. As usinas podem incluir termelétricas, hidrelétricas, eólicas, solares, nucleares, entre outras, e desempenham um papel crucial na geração e distribuição de eletricidade para abastecer residências, indústrias e serviços.

Contexto: “[...] Aí:: a gente:: sempre vinha pessoal de fora. Passear, olhar a cachoeira,né. (([12:52] aparece imagem de transição)) E:: sempre falava a questão da:: de um dia, ter uma **usina** aí, né. No início, a minha preocupação foi:: (([13:01] sai a imagem de transição e volta a imagem de Tarcilo)) <assim, destruir a cachoeira.> [...]” (Turno 28, E5).

HIDRELÉTRICA DA PCH (PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA) (s.f.): Tipo de usina hidrelétrica de pequeno porte, que utiliza a energia cinética da água para gerar eletricidade em uma escala menor em comparação com as grandes hidrelétricas. As PCHs são projetadas para aproveitar o potencial hidrelétrico de rios de pequeno e médio porte, com menor impacto ambiental e social, contribuindo para a diversificação da matriz energética e o desenvolvimento regional.

Contexto: “[...] Entã::o de lá pra cá, é:: aconteceu essa:: o estudo dessa **hidrelétrica da PCH**, tudo. Nós tivemos mais de doze reuniões para discutir com todo o povo Paresis, e logo recém, naquela época [...]” (Turno 29, E5).

TORRE (s.f.): Estrutura vertical elevada, geralmente construída em concreto, metal ou outro material resistente, que se destaca no ambiente circundante e é utilizada para diversos fins, como comunicação, observação, iluminação, sustentação de antenas, sinalização, defesa ou estética. As torres podem ter diferentes formas e tamanhos, como torres de telecomunicações, torres de transmissão de energia, torres de controle de tráfego aéreo, entre outras.

INTERNET (s.f.): Rede global de comunicação que interconecta milhões de dispositivos eletrônicos em todo o mundo, permitindo a troca de dados, informações e recursos entre usuários e sistemas em tempo real. A internet é composta por uma

vasta infraestrutura de redes de computadores, servidores, cabos de fibra óptica, satélites e dispositivos de comunicação, e desempenha um papel fundamental na comunicação, informação, comércio, entretenimento e colaboração em escala global.

Contexto: “[...] Por exemplo, hoje nós temos **internet**, **internet**. É:: esse recurso aí dessa **torre**, ele é com dinheiro do:: do empreendimento, né. [...]” (Turno 29, E5).

LAVOURA MECANIZADA (s.f.): Sistema de produção agrícola que utiliza máquinas e equipamentos para realizar as principais etapas do cultivo de plantas, como preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e pós-colheita, substituindo em grande parte o trabalho manual. A lavoura mecanizada permite aumentar a eficiência, reduzir custos, melhorar a qualidade e aumentar a escala da produção agrícola, contribuindo para o desenvolvimento do setor.

Contexto: “[...] É:: com a ajuda do empreendimento ajudou bastante, depois veio aí:: a questão do pedágio, né:: Aí:: passou a melhorar mais um pouco. A questão da **lavoura mecanizada** também mudou bastante, né:: [...]” (Turno 33, E5).

“[...] >Que nós temos os nosso projeto hoje, por exemplo, desenvolver a:: **lavoura mecanizada** agricultura:: pontual de hoje< pra planta soja, pra planta milho, pra planta algodão, pra planta cana e:: >então pra planta pipoca< e:: até feijão, então isso nós pensamos da seguinte forma:: >atender a nossa comunidade com a questão de ter uma boa alimentação, também tem uma condições também econômica.< [...]” (Turno 34, E9).

PROJETO: AGRÍCOLA, PEQUENOS, POLÊMICO, DE HORTICULTURA, DE PISCICULTURA, DE PECUÁRIA, ECONÔMICOS, DE VIDA. (s.m.): Plano ou conjunto de ações planejadas e coordenadas com um propósito específico, visando alcançar objetivos pré-definidos em áreas como agricultura, pecuária, horticultura, piscicultura, entre outras. Os projetos agrícolas podem variar em escopo, tamanho, complexidade e impacto, podendo ser pequenos ou grandes, tradicionais ou inovadores, controversos ou consensuais, com foco em aspectos econômicos, sociais, ambientais ou de qualidade de vida.

Contexto: “[...] Não só beneficia as comunidades, mas como também, traz um rendimento econômico porque:: o:: **projeto agrícola** ele financia outras

atividades produtivas, assim como criação de peixe, criação de animais, de gado, de:: de suínos e:: de aves que:: posteriormente serve, também, como uma renda pra essa comunidade. A gente trabalha com os **projeto agrícola** focando sempre o aprendizado da:: daquele indígena, ou daquela comunidade que está interessado a trabalhar determinada atividade> [...]" (Turno 37, E12).

"[...] >Um **projeto polêmico**. Mas, porém, ele tem muitos pontos positivos. Eu acho assim, o primeiro critério, é você determinar a quantidade de território a ser ocupado.< [...]" (Turno 43, E11).

"[...] <Bom, o projeto agrícola trouxe vários benefícios pra aldeia, né:: A comunidade é:: com o recurso do **projeto agrícola**, a gente, né:: conseguiu fazer os **projeto pequenos** que é investido na aldeia... na criação de galinha, de porco, né:: gado. A gente também consome, né, o que a gente produz aqui dentro. Com esse recurso a gente tem plantado é muitos frutífera como coco, né:: de manga, é:: caju> [...]" (Turno 48, E14).

"[...] E também trabalhar o **projeto de horticultura, piscicultura, criação de galinha caipira**:: é:: também de pecuária. [...]" (Turno 49, E9).

AGRICULTURA (s.f.): Atividade econômica que envolve o cultivo de plantas, criação de animais e produção de alimentos, fibras, energia e outros produtos de origem vegetal e animal. A agricultura desempenha um papel fundamental na produção de alimentos para a população humana e na geração de renda em áreas rurais, utilizando técnicas e práticas que variam de acordo com as condições climáticas, geográficas, socioeconômicas e culturais de cada região.

Contexto: "[...] Então, com o apoio da:: da:: da renda, né::, a renda da:: da **agricultura**, então a gente busca aperfeiçoar as criança. [...]" (Turno 60, E7).

TECNOLOGIA (s.f.): Conjunto de conhecimentos, técnicas, métodos, processos e dispositivos utilizados para desenvolver produtos, sistemas ou serviços que visam resolver problemas, satisfazer necessidades ou alcançar objetivos específicos. A tecnologia pode ser aplicada em diversas áreas, como indústria, saúde, comunicação, agricultura, entre outras, e é fundamental para o progresso e desenvolvimento da sociedade.

Contexto: "[...] Mas hoje, com essas mudanças que veio acontecendo, essa transformação, principalmente a **tecnologia**, hoje é:: fez com que nós tivemos,

nós também como Haliti acompanhasse essa mudança. Mas, sem perder a nossa essência [...]” (Turno 62, E17).

TECNOLOGIAS NOVAS (s.f.pl.): Inovações, avanços ou desenvolvimentos recentes no campo da tecnologia que oferecem novas soluções, oportunidades ou vantagens em relação às tecnologias existentes. As tecnologias novas podem incluir avanços em áreas como inteligência artificial, biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, internet das coisas, entre outras, e têm o potencial de impactar diversos setores da economia e da sociedade.

Contexto: “[...] <E também fazendo com que esse indígena, ele não só fique aqui dentro, assim, a:: aprender somente aqui. Mas também pra fora, buscar outros cursos, buscar um seminário, buscar um dia de campo, que é muito importante. Onde são apresentadas **tecnologias novas**, né::> [...]” (Turno 42, E12).

SOLO ADEQUADO (s.m.): Solo que apresenta características físicas, químicas e biológicas adequadas para o cultivo de plantas e o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis. O solo adequado deve possuir boa estrutura, fertilidade, capacidade de retenção de água, aeração e drenagem adequadas, pH equilibrado, ausência de contaminações e outros fatores que favoreçam o crescimento saudável das plantas e a produtividade agrícola.

Contexto: “[...] <A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do maquinário é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. O:: **solo adequado** pra cada tipo de cultura. É::, enfim, então a gente vê que o indígena hoje está interessado, ele está buscando conhecimento. Tá adquirindo conhecimento, adquirindo tecnologia e inserindo dentro da:: sua comunidade::> [...]” (Turno E12, turno 39).

CRITÉRIO (s.m.): Padrão, norma, princípio ou critério utilizado como base para julgar, avaliar, selecionar ou tomar decisões em relação a algo. Os critérios podem ser objetivos ou subjetivos e são utilizados para definir padrões de qualidade, eficiência, relevância, adequação ou desempenho em diversos contextos, como avaliação de projetos, seleção de produtos, tomada de decisões, entre outros.

Contexto: “[...] >Um projeto polêmico. Mas, porém, ele tem muitos pontos positivos. Eu acho assim, o primeiro **critério**, é você determinar a quantidade de território a ser ocupado.< [...]” (Turno 43, E11).

NATUREZA (s.f.): Conjunto de elementos, processos, fenômenos e organismos que compõem o universo físico e biológico, incluindo todos os seres vivos, o meio ambiente, os recursos naturais, as paisagens, os ecossistemas e os ciclos naturais. A natureza desempenha um papel fundamental na sustentação da vida no planeta e fornece recursos essenciais para o sustento e bem-estar da humanidade.

Contexto: “[...] Hoje, se eu falar que nós plantamos 17.500 hectare. Tem pessoas que:: né:: acaba assustando. “Nossa, é muita área. O povo Paresi tá destruindo a **natureza**, tá acabando. O povo Paresi quer ser fazendeiro”. Então, caba muitas pessoas tendo esse olhar. [...]” (Turno 47, E9).

SISTEMA (s.m.): Conjunto de elementos interconectados e interdependentes que funcionam juntos para alcançar um objetivo ou realizar uma função específica. Os sistemas podem ser naturais ou artificiais e estão presentes em diversos contextos, como sistemas biológicos, sistemas sociais, sistemas econômicos, sistemas tecnológicos, entre outros, caracterizados por relações e interações complexas entre seus componentes.

Contexto: “[...] A ideia, também, é mostrar para as demais etnias que é possível, hoje em dia, é:: trabalhar com o **sistema** de piscicultura em tanques, né:: Então, é:: não é tão difícil [...]” (Turno 50, E15).

CELULAR (s.m.): Dispositivo de comunicação móvel que permite realizar chamadas telefônicas, enviar mensagens de texto, acessar a internet, entre outras funcionalidades, por meio de uma rede de telecomunicações sem fio. Os celulares são amplamente utilizados em todo o mundo como ferramenta de comunicação pessoal e profissional, oferecendo mobilidade, praticidade e conectividade em diferentes contextos e situações.

Contexto: “[...] Eu vejo a importância da tecnologia, dentro da cultura, porque ao invés de eu ouvir no meu **celular** o canto do:: do não indígena. Por que eu não tenho canto indígena e ouvi, pra mim poder aprender, pra mim poder aperfeiçoar o meu canto? [...]” (Turno 68, E17).

ARQUITETURA (TRADICIONAL) (s.f.): Estilo arquitetônico que reflete as características culturais, históricas e tradicionais de uma determinada região, povo ou período de tempo. A arquitetura tradicional é marcada pela utilização de materiais, técnicas e formas de construção típicas da cultura local, adaptadas às condições climáticas, geográficas e sociais do ambiente em que se insere. Essa forma de arquitetura valoriza a identidade e a memória coletiva de uma comunidade, preservando suas tradições e modos de vida.

LOGÍSTICA (s.f.): Processo de planejamento, execução e controle de atividades relacionadas ao transporte, armazenamento, distribuição e gerenciamento de recursos, materiais e informações ao longo de uma cadeia de suprimentos. A logística tem como objetivo otimizar o fluxo de produtos e serviços, garantindo sua disponibilidade, qualidade e entrega no momento e local adequados, com o menor custo e tempo possível.

Contexto: “[...] De manter a questão da **arquitetura:: tradicional** da questão é:: toda a questão **logística** da aldeia, buscando a tradicionalidade. Que:: a Wazare ela tem o projeto [...]” (Turno 72, E9).

CONTEXTO: TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, LÍNGUA, TRADIÇÃO, HISTÓRIA, LUTA, MOVIMENTO, ÁGUA. (s.m.): Conjunto de circunstâncias, condições e elementos que envolvem e influenciam uma situação, evento, fenômeno ou objeto, incluindo aspectos como localização geográfica, características ambientais, herança cultural, língua falada, costumes, narrativas históricas, conflitos sociais, movimentos sociais e recursos naturais, como a água. O contexto fornece o cenário e os elementos de referência que moldam e dão significado às ações e decisões das pessoas e comunidades.

Contexto: “[...] uma avaliação de todo o **contexto** e de todo o cenário que hoje eles vivem: **território, meio ambiente, cultura, língua, tradição, história, luta, movimento, água**, o ar que nós respiramos e, principalmente, no meio de tudo isso a oportunidade de desenvolver economicamente, respeitando todos esses itens que eu falei anteriormente. [...]” (Turno 73, E20).

PROGRAMA (s.m.): Conjunto de ações, atividades ou tarefas organizadas de forma sistemática e planejada para atingir um objetivo específico. O programa pode ser elaborado para diversas finalidades, como educacionais, culturais, sociais,

econômicas ou ambientais, e envolve a definição de metas, recursos, prazos e responsabilidades para sua implementação e avaliação.

Contexto: “[...] Então, eles acham que a gente tem que trabalhar um **programa** pra fortalecer o nosso tradicional nessa geração mais nova. Uma outra questão que identificamos [...]” (Turno 73, E20).

TECNICAMENTE (adv.): De acordo com princípios, métodos ou procedimentos técnicos específicos, seguindo normas, padrões ou diretrizes estabelecidas. O termo é usado para descrever uma abordagem baseada em conhecimento técnico e científico, com precisão, eficiência e rigor técnico na realização de uma atividade, processo ou operação.

ADMINISTRAÇÃO (s.f.): Processo de planejamento, organização, direção e controle de recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais dentro de uma organização ou empresa, visando alcançar seus objetivos de forma eficiente e eficaz. A administração envolve atividades como tomada de decisões, coordenação de atividades, alocação de recursos, resolução de problemas e gestão de pessoas, e é fundamental para o funcionamento e sucesso de qualquer empreendimento.

Contexto: “[...] principalmente, fortalecendo **tecnicamente** na parte de **administração** os nossos gestores. E:: por último, uma questão que:: é o maior dilema hoje, não só dos Paresis, mas dos povos indígenas do Brasil, é referente aos nossos projetos econômicos, né. Nós vamos realizar um seminário pra discutir a questão da economia, o que que falta melhorar **tecnicamente**? [...]” (Turno 73, E20).

GESTORES (s.m.pl.): Indivíduos responsáveis pela administração, direção e coordenação de uma organização, empresa ou projeto, sendo encarregados de tomar decisões estratégicas, definir metas, alocar recursos e liderar equipes para alcançar os objetivos estabelecidos. Os gestores podem ocupar cargos de liderança em diversos níveis hierárquicos, como diretores, gerentes, supervisores ou coordenadores, e desempenham um papel fundamental na condução e no sucesso das atividades da organização.

Contexto: “[...] fortalecendo tecnicamente na parte de administração os nossos **gestores**. [...]” (Turno 73, E20).

ECONOMIA (s.f.): Ciência social que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços em uma sociedade, analisando como indivíduos, empresas e governos tomam decisões sobre alocação de recursos escassos para satisfazer suas necessidades e desejos. A economia abrange uma ampla gama de tópicos, como oferta e demanda, mercado, preços, inflação, emprego, renda, investimentos, política fiscal, monetária e internacional, e tem como objetivo entender os padrões e processos que regem a atividade econômica.

Contexto: “[...] Nós vamos realizar um seminário pra discutir a questão da **economia**, o que que falta melhorar tecnicamente? [...]” (Turno 73, E20).

ADMINISTRATIVAMENTE (adv.): Relativo à administração, gestão ou direção de uma organização, empresa, projeto ou atividade, envolvendo o planejamento, organização, coordenação, controle e tomada de decisões para alcançar objetivos específicos de forma eficiente e eficaz. O termo é usado para descrever ações, processos ou procedimentos realizados no âmbito da administração, em conformidade com princípios, normas e práticas estabelecidas.

PLANEJAMENTO (s.m.): Processo de estabelecer objetivos, identificar recursos, definir estratégias e elaborar planos de ação para alcançar metas específicas em uma organização, projeto ou atividade. O planejamento envolve a análise de cenários, a previsão de tendências, a alocação de recursos e a definição de medidas para minimizar riscos e maximizar oportunidades, contribuindo para a eficácia e eficiência das ações realizadas.

Contexto: “[...] Nós vamos realizar um seminário pra discutir a questão da economia, o que que falta melhorar tecnicamente? **Administrativamente?** É melhorar a parte do investimento, né:: É melhorar a parte do **planejamento?** [...]” (Turno 73, E20).

POTENCIALIZAR (v.tr.): Aumentar ou maximizar o potencial, capacidade ou eficácia de algo ou alguém, permitindo que atinja seu máximo desempenho ou aproveite ao máximo suas habilidades, recursos ou oportunidades disponíveis. Potencializar envolve identificar e aproveitar os pontos fortes e oportunidades existentes, promovendo o crescimento, desenvolvimento ou melhoria de um indivíduo, organização ou sistema.

Contexto: “[...] É melhorar a parte do planejamento? Então, a gente vamos criar um trabalho dentro do seminário, que a gente possa juntar todos os projetos e poder **potencializar** ele, mas tudo através das duas associação indígena e desta forma que a gente entende, que o bem não vai ser só pro povo Paresi. [...]” (Turno 73, E20).

GLOBALIZAÇÃO (s.f.): Processo de integração e interdependência econômica, política, social e cultural entre países e regiões do mundo, caracterizado pela intensificação dos fluxos de comércio, investimento, informação, tecnologia, cultura e pessoas em escala global. A globalização tem impacto significativo em diversos aspectos da vida humana, incluindo economia, política, cultura, sociedade e meio ambiente, gerando oportunidades e desafios para indivíduos, empresas e governos em todo o mundo.

Contexto: “[...] Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa identidade, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa **globalização** estamos aqui com nossa identidade autêntica. [...]” (Turno 74, E9).

O inventário das lexias, classificadas segundo o Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963), permitiu vislumbrar quais as lexias de origem não indígena foram incorporadas às formas de conceituar as percepções de mundo do povo Haliti. Entretanto, as significações e ressignificações das lexias para o povo Haliti carecem de uma descrição que evidencie seus propósitos comunicativos na narrativa do documentário em análise. Para tanto, foi necessário adotar a teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977) que passo a apresentar no próximo tópico.

4.3 A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS DE COSERIU (1977)

O campo lexical, proposto por Coseriu (1977), pode ser definido como um conjunto de lexias “que participam de um mesmo grupo conceitual, ou seja, compreende unidades lexicais, as quais estão envolvidas em uma mesma zona de significação” (Takinami, 2023, p. 102). Nas palavras de Cosériu (1977, p. 210):

O campo léxico é uma estrutura paradigmática primária do léxico; mais ainda: é, neste domínio, a estrutura paradigmática por excelência. Pode definir-se como paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (“lexemas”) que se distribuem em uma zona de significação contínua comum e se encontram em oposição imediata umas com as outras (tradução nossa).

A partir dos campos lexicais de Coseriu (1977), o processo de descrição e análise pode sistematizar as relações conceituais evidenciadas na classificação das lexias a partir do SRC, pois no sistema “os signos que o constituem se associam de modo a significar práticas de cultura e memória, inscritas historicamente na língua” (Paula, 2007, p. 192).

Em sua teoria, Coseriu (1977) demonstra que as lexias pertencentes a uma zona de significação comum estabelecem relações semânticas recíprocas de identificações e oposições binárias que determinam e condicionam o significado. Dessa forma, é possível isolar grupos de unidades lexicais por meio desse aporte metodológico (Takinami, 2023).

A tese de Paula (2007), *intituladas Rastros de velhos falares – Léxico e cultura no vernáculo catalano*, propõe uma organização de campos lexicais que une a perspectiva de Coseriu (1977) à perspectiva do Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963). Paula (2007) propõe uma organização de campos lexicais a partir da organização dos conceitos do SRC, para, então, analisar as relações de oposições lexicais dentro desses campos.

Para sistematizar os macrocampos e microcampos propostos por Paula (2007), organizei-os no quadro que se segue.

Quadro 10 – Macrocâmpos e microcampos lexicais (Paula, 2007)

Macrocampo I – O UNIVERSO	Macrocampo II – O HOMEM	Macrocampo III – O HOMEM E O UNIVERSO
Microcampo 1: clima	Microcampo 1: o homem como ser físico Microcampos: <i>sexo, idade, raça, corpo, membros, órgãos, sentidos, movimentos, posições, sono, saúde, doença, nascimento, morte, alimentação, vestimenta, higiene, moradia, locomoção.</i>	Microcampo 1: o estado das coisas Microcampos: <i>forma, dimensão, matéria, estado químico, qualidades, quantidade (ordem, valor, medida, peso, tamanho), espaço, tempo, causa, movimento.</i>
Microcampo 2: atmosfera	Microcampo 2: alma e intelecto	Microcampo 2: ciência e técnica

	Microcampos: <i>atitudes (punitivas/não-punitivas), percepção, sensação, consciência, representação, memória, imaginação, moral, pensamento, sentimento, vontade.</i>	Microcampos: <i>medicina, automóveis, indústrias, fábricas, armas, eletricidade.</i>
Microcampo 3: terra	Microcampo 3: o homem como ser social Microcampos: <i>parentesco, casamento, amizade, compadrio, classes sociais, diversão e lazer, trabalho.</i>	
Microcampo 4: plantas Microcampos: <i>plantas, plantações, de fins alimentares, de fins medicinais</i>	Microcampo 4: o homem na organização social Microcampos: <i>estado, justiça, ensino e instrução pública, guerras, crenças religiosas</i>	
Microcampo 5: animais Microcampos: <i>domésticos (criação), não domésticos, de fins alimentares, de fins medicinais, pássaros, mamíferos, répteis, peixes, insetos.</i>		

Fonte: Paula, 2007, p. 195-197.

O quadro 10 apresenta uma visão geral da sistematização das lexias em macrocampos que se subdividem em microcampos, os quais também possuem subdivisões que vão especificando relações conceituais entre as lexias. Esta sistematização proposta por Paula (2007), unindo os campos lexicais de Coseriu (1977) aos conceitos do SRC de Hallig e Wartburg (1963), permitiu a descrição e análise das relações conceituais entre as lexias que evidenciam a percepção de mundo do povo Haliti. As lexias que foram sistematizadas e descritas nos campos lexicais são as de origem não indígena que foram inventariadas anteriormente, portanto, evidenciaram no próximo tópico as significações e ressignificações destas lexias que foram incorporadas ao português indígena (Gorete Neto, 2012) usado pelo povo Haliti. Além disso, a análise do próximo tópico evidenciou os propósitos comunicativos de tais lexias no contexto da narrativa produzida e registrada no documentário.

4.4 DESCRIÇÃO DAS LEXIAS A PARTIR DA SISTEMATIZAÇÃO PROPOSTA POR PAULA (2007)

A partir do inventário das lexias, locuções e expressões classificadas conforme o SRC, selecionei as que evidenciaram as influências não indígenas de forma mais contundente, as quais serviram aos propósitos comunicativos do povo Haliti na busca por seus direitos e por melhores condições de vida. Nesse recorte, sobressaem os macrocampos II - O HOMEM e III - O HOMEM E O UNIVERSO, destes selecionei os Microcampos que mais evidenciavam as influências não indígenas e o propósito comunicativo da narrativa. No macrocampo I - O UNIVERSO, não foram encontradas lexias que corroborassem com os propósitos deste estudo e, por esse motivo, não foram selecionadas.

4.4.1 As lexias do Macrocampo II – O HOMEM

Neste macrocampo se encontram as lexias inventariadas e selecionadas que representam a percepção de ser humano de forma integral, partindo dos conceitos relacionados ao corpo físico e suas necessidades, segue-se para os conceitos relacionados ao intelecto, depois as relações sociais e, por fim, a organização social. Ressalto que o esboço dos campos lexicais de Coseriu (1977) apresenta outras subdivisões de microcampos pertencentes a essa categoria macro O HOMEM, contudo não houve a necessidade de incluí-los nessa descrição e análise por não serem relevantes ao objetivo do estudo, qual seja investigar as influências não indígenas no léxico e na cultura. A seguir, apresento a descrição das lexias nos referidos campos lexicais e as reflexões concernentes ao uso, (re)significação e intenções comunicativas.

4.4.1.1 Microcampo 1: o homem como ser físico

Microcampo: Raça

As lexias, locuções e expressões registradas na narrativa e classificadas nesse microcampo são: *homem branco, indígena, índio, não índios, etnias, povos indígenas do Brasil*.

As lexias representativas do conceito de raça indicam uma percepção dicotômica entre indígena e não indígena que se funda no processo de contato desde o período colonial. Vale lembrar que a autodenominação *Haliti* carrega o

conceito/significação de ser humano ou ser humano verdadeiro em oposição aos animais (Canova, 2019). Dessa forma, a autodenominação não apresenta o conceito/significação referente à raça ou cor de pele que os coloque em oposição a outro ser humano.

Além disso, a lexia *índio* se constitui historicamente numa das primeiras influências dos não indígenas, pois foi a forma como o colonizador se referiu aos povos originários de acordo com o Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha (Pereira, 1964). Para o povo Haliti, essa influência ocorreu por volta de 1720, quando teve início a exploração de ouro nos sertões do oeste brasileiro (Canova, 2019), pois nesse contexto se iniciou o contato com os colonizadores. Tanto para o povo Haliti como para outros povos a lexia *índio* não era bem aceita, como ressalta Munduruku (2012) “até o final da década de 1950, o termo índio era desprezado pelos povos indígenas brasileiros”. Isso acontecia devido à visão distorcida que a sociedade envolvente sustentava a respeito do “índio”. Os povos originários eram vistos como estorvo ao desenvolvimento do país pela simples presença no território.

Nesse período, as comunidades indígenas se viam de forma isolada, defendendo seus interesses sem a percepção de que outros povos enfrentavam problemas semelhantes. Contudo, a partir de 1970, alguns líderes passam a ter uma visão pan-indígena ao adotar os códigos impostos numa afirmação de diferença e luta pelos interesses de todos os povos indígenas brasileiros. Assim, os líderes passam a fazer um uso político do conceito de *índio* estabelecendo uma nova relação com a sociedade brasileira (Munduruku, 2012). A partir dessa nova perspectiva, a lexia *índio* passa a ser adotada pelos diversos povos indígenas que ganham força política para lutar por seus direitos, tendo início na década de 1970 a organização do Movimento Indígena brasileiro. Como se sabe, o resultado dessa força política foi o reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988.

Este histórico da incorporação do conceito, e consequentemente, da lexia *índio* na língua e na cultura de diversos povos indígenas, dentre eles o povo Haliti, demonstra claramente uma ressignificação da influência de uma lexia não indígena. Como visto, passou por um período de rejeição ante a imposição da língua e cultura hegemônica, mas pela necessidade de estabelecer uma identidade com força política para representar os vários povos indígenas diante da sociedade brasileira, passou por um processo de apropriação. Na apropriação da lexia, os povos indígenas se despojaram dos conceitos pejorativos que a sociedade brasileira imprimia, passando

a ressignificar *índio* numa conceituação identitária unificadora que os diferenciava dos demais brasileiros e os investia de força política para lutar por seus direitos. Contudo, a lexia não tem um efeito homogeneizante dos povos indígenas, ela foi incorporada como uma forma de representação jurídica.

Contemporaneamente, a lexia *índio*, por sua origem na visão colonizadora, está sendo substituída pela lexia *indígena* que tem o sentido de originário, aquele que está ali antes dos outros (Munduruku, 2022¹⁶). A maioria dos povos indígenas prefere ser referenciada pela sua autodenominação, mas acabam utilizando as lexias *índio*, *indígena*, *povos indígenas* para serem compreendidos pela sociedade envolvente, pois muitos desconhecem os etnônimos.

Diante do contexto apresentado, compreende-se que as lexias presentes nesse Microcampo assumem um propósito comunicativo de identificação perante a sociedade brasileira (não indígena), a fim de que o grupo seja reconhecido como um dos povos originários e se inscreve no uso político dessas lexias para serem ouvidos na luta por seus direitos e ideais.

Microcampo: Vida (necessidades vitais) *

As lexias, locuções e expressões encontradas na narrativa e que pertencem a este campo são: *sobrevivência*, *sobreviver*, *suprir*, *necessidades*, *melhores condições (de vida)*, *subsistência*, *se manter (manter-se)*, *qualidade de vida*.

Este microcampo foi inserido por uma necessidade de compreender estas lexias numa conceituação representativa da vida como inerente ao ser humano e não numa relação de oposição com a morte. Pois, há um Microcampo para nascimento e outro para morte não havendo um campo que abarque conceitos representativos do período entre esses dois eventos. Assim, julguei a classificação necessária.

No contexto, registrado por meio da transcrição, percebe-se que as lexias deste campo carregam um sentido de bem-estar no viver, principalmente as locuções *melhores condições (de vida)* e *qualidade de vida*. As lexias do campo revelam conceitos relacionados à forma como se vive e não se fundamentam apenas em traços opositivos entre viver e morrer. Vejamos o contexto textual registrado:

¹⁶ Fonte: SANTOS, E. Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos (Reportagem). Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2024.

>Tirá borracha pra **sobrevivência**<, né. <Pra:: suprir as necessidades, porque:: já não vivia mais de arco e flecha, né.> (E3, turno 13)

A gente saiu trabalhou fora daqui, trabalhava na fazenda, que não tinha como que a gente ia **sobreviver** na época, né. <A gente vivia aqui de seringa, a gente tirava seringa, vendia artesanato, né.> (E5, turno 18)

Mas, o projetos agrícola que tem. Ela vem com princípio de você gera renda, de você gera emprego, de você dar **melhores condições** que têm... (E9, turno 47)

[...] desenvolver os seus projetos econômicos para poder ter a garantia da **qualidade de vida** de todas as aldeias de uma forma:: bastante digna. (E20, turno 73)

No primeiro excerto, a lexia *sobrevivência* denota uma vida desprovida do bem-estar desejado como poderia ter sido no território tradicional com os recursos naturais disponíveis. Quando o entrevistado E3 menciona que já não viviam mais “de arco e flecha”, claramente está se referindo ao modo de vida propiciado pelos recursos naturais a que tinham acesso no território original, pois as atividades econômicas tradicionais do povo Haliti são a roça, a caça, a pesca e a coleta, as quais supriam suas necessidades materiais. Este sentido está reforçado pelas lexias *suprir* e *necessidade* que também se encontram no excerto.

Já o segundo excerto traz a lexia *sobreviver* destacando a negação de bem-estar devido às dificuldades enfrentadas em meio ao declínio de extração do látex. Os dois excertos foram extraídos da parte 2 do documentário na qual os entrevistados narram seu histórico de contato com os não indígenas a partir do início do século XIX. A perspectiva narrada destaca as atividades de exploração da borracha e da poaia no Estado de Mato Grosso realizada pelos não indígenas. Os narradores destacam as atividades econômicas realizadas pelo povo Haliti nesse contexto, bem como as dificuldades enfrentadas pela falta de acesso aos bens naturais devido a perda de território. Assim, justificam a necessidade de contato com o não indígena nas relações de trabalho para suprir as necessidades materiais.

Portanto, devido ao contexto apresentado, as lexias *sobrevivência* e *sobreviver* denotam um sentido de perda de bem-estar, ou como mencionado por outras etnias *bem viver*. De forma implícita as falas desnudam a situação de diáspora, de migração forçada pela perda de partes do território. Essa situação os forçou a deixar suas práticas tradicionais e se envolverem em atividades de extração, mão de obra em

fazendas entre outras atividades diferentes de suas práticas tradicionais em busca de sobrevivência, em sentido literal, e de bem-estar.

As locuções *melhores condições* e *qualidade de vida* remetem a uma vida de bem-estar, com necessidades supridas, contrapondo com o sentido anterior das lexias *sobrevivência* e *sobreviver*. As duas locuções estão registradas na parte 3 que sucede o momento histórico inicial que apresenta dificuldades e situações de escassez. Na parte 3, os narradores apresentam o contexto contemporâneo em que o povo Haliti se apropriou de técnicas e tecnologias do não indígena para realizar atividades produtivas como a lavoura mecanizada, que por sua vez financia e viabiliza atividades em menor escala como criação de gado, piscicultura, horticultura entre outros, os quais asseguram não somente a provisão de alimentos, como também o acesso à saúde, aquisição de outras tecnologias e investimento em educação.

A lexia *subsistência* e *se manter* empregam o sentido necessidades essenciais para a manutenção da vida. Nesse caso, há uma significação da vida em oposição à morte. De fato, também foi uma questão de manter a existência do grupo que passou pelo processo de depopulação decorrente dos confrontos com não indígenas e epidemias. Portanto, essas lexias remetem à preocupação com a existência do povo Haliti.

Microcampo: Alimentação

Este microcampo apresenta as lexias, locuções e expressões: *pão de cada dia*, *consumir*, *potência na alimentação*, os quais se encontram nos seguintes contextos textuais:

Quem era professora tenha o seu **pão de cada dia**. (E8, turno 26)

A gente também **consume**, né, o que a gente produz aqui dentro. (E14, turno 48)

Então, a parte desse recurso tá sendo investido na piscicultura, é:: visando também a questão de um aumento da **potência na alimentação**, como com a piscicultura que é escasso aqui na região. (E15, turno 50)

Neste a locução *pão de cada dia* tem origem na cultura cristã que foi introduzida entre o povo Haliti por meio das missões católicas e protestantes que atuaram ente

eles. A locução traz o conceito de sustento ou provisão diária de alimentos que continua presente no uso discursivo do português.

Já a locução *potência na alimentação* foi empregada com o sentido de poder diversificar os tipos de alimentos, conforme o contexto mencionado no turno 50. No contexto, a locução está relacionada com a piscicultura e com a escassez de peixe no ambiente natural, pois o povo Haliti precisou recorrer à criação de peixes em tanques. Tal escassez pode ter sido provocada por falta de acesso aos rios do território original, ou pela poluição de rios aos quais têm acesso.

A lexia *consumir (consumo)* permaneceu entre as selecionadas por não apresentar esse conceito no dicionário Haliti-Português. Contudo, seu significado no contexto está relacionado à ingestão de alimentos e não carrega o sentido de gastar, ou qualquer sentido capitalista que possa estar relacionado à lexia.

4.4.1.2 Microcampo 2: alma e intelecto

Microcampo: Percepção/sensação

Neste microcampo foram identificadas as lexias, locuções e expressões: *pontos (positivos, importantes), potencialidade, observação muito além, mundo do branco, autoestima, muito valor, polêmico, mal interpretado, distorcido* que estão registradas nos seguintes contextos textuais:

>Um projeto **polêmico**. Mas, porém, ele tem muitos **pontos positivos**. (E11, turno 43)

E:: um dos **pontos importante** também, é que você consegue, foi o que aconteceu com o povo Paresi, nós conseguimos segurar a nossa juventude, as famílias dentro do próprio território indígena. Então, esse **pontos** são os **pontos positivos** da lavoura. (E11, turno 45)

E, aí::, assim, aumentando a maior quantidade e a **potencialidade** da piscicultura aqui na nossa região. (E15, turno 50)

O povo Paresi, eles sempre foram aquele povo que:: teve uma:: **observação muito além**, né:: do que:: havia ali naquele momento. (E16, turno 52)

Estamos desenvolvendo pra enfrentar o **mundo do branco**, sem deixar a nossa cultura. (E7, turno 58)

Nós mantemos a essência da cultura, independente de outras questões que nós estamos acolhendo. Ela levanta a **autoestima** das criança, as criança

passa a aprender mais. Ela passa a adquirir:: a poder fazer uma flecha, fazer artesanatos, cocares, se pintar, tecer. É:: tudo isso que ela vê que a cultura, hoje, através do turismo:: a cultura tem **muito valor**.

E hoje, na atualidade, nós temos vários projetos que acaba sendo **polêmico**. Acaba sendo, às vezes, até **mal interpretado** pela alguma ONG, para alguma instituição de governo, até mesmo, para alguns parentes, acaba tendo um olhar é:: **distorcido** com relação a isso. (E9, turno 72)

Neste microcampo, estão presentes algumas lexias que se ligam à principal atividade econômica adotada pelo povo Haliti na contemporaneidade que se trata da cultura de soja por meio da técnica de lavoura mecanizada. Este tipo de cultura e o modo de produção foram adotados da cultura não indígena, como foi apresentado no capítulo 1. Teve início pela técnica de lavoura mecanizada que foi introduzida em 1975 entre o povo Haliti em um dos projetos agrícolas realizados pela OPAN no plantio de arroz. Por outro lado, a cultura de soja foi introduzida em 2004 por meio de parcerias com os produtores rurais da região, os quais propuseram o arrendamento de terras do povo Haliti localizadas nas TIs Paresi, Rio Formoso e Utiariti.

O arrendamento teve repercussões negativas e ocasionou embargos para o povo Haliti que só foram retirados em 2019, após intensas lutas e adequações. Assim, um dos propósitos da narrativa foi demonstrar a importância dessa atividade econômica para o povo Haliti, apontando os benefícios proporcionados pela renda obtida, os investimentos em melhores condições de vida para a comunidade e a preservação linguística e cultural.

Este contexto explica o uso das lexias *pontos* (*positivos, importantes*), *potencialidade*, que foram empregadas para efetivamente apresentar na narrativa os benefícios da lavoura mecanizada para a comunidade. Na transcrição, observa-se que além de apresentar benefícios como a aquisição de alimentos de qualidade que proporcionam a permanência da comunidade nas aldeias com necessidades supridas, o interlocutor menciona os critérios de sustentabilidade do projeto agrícola. Assim, a narrativa cumpre o propósito de defesa ante os embargos enfrentados, destacando as controvérsias por meio da lexia *polêmico* que, na visão do povo haliti, foram provocadas por erros de interpretação das reais intenções com o projeto agrícola. Os problemas de interpretação e julgamento são apontados por meio da locução *mal interpretado* e da lexia *distorcido*.

A expressão *observação muito além* cumpre a função de destacar a projeção de futuro que é característica do povo Haliti e que esteve presente no projeto ora

desenvolvido. Dessa forma revela a intenção de promover melhores condições de vida para toda a comunidade, inclusive a entrevistada é uma das beneficiadas com os investimentos em educação a partir da renda gerada pela lavoura mecanizada e outros de menor extensão. A interlocutora é uma graduanda que já está finalizando o curso de medicina para trabalhar na aldeia, promovendo melhor acesso à saúde para a comunidade.

Corroborando com a intenção comunicativa da narrativa de demonstrar a preocupação com a preservação da língua e cultura Haliti, a lexia *autoestima*, e as locuções *mundo do branco* e *muito valor* estão relacionadas à valorização e preservação da cultura tradicional Haliti.

Microcampo: Consciência/representação

Neste campo se encontram as lexias, locuções e expressões: *identidade*, *identidade autêntica*, *fortalecer*, *tradicional*, *essência* registradas nos contextos:

Então, nós vamos fazer um seminário pra discutir, projetos que possa fortalecer a nossa **identidade**, principalmente, fortalecendo tecnicamente na parte de administração os nossos gestores. (E20, turno 73)

Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa **identidade**, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa **globalização** estamos aqui com nossa **identidade autêntica**. (E9, turno 74)

Uma outra preocupação são de nossos (dilemas) tradicionais, principalmente os anciãos. Então, eles acham que a gente tem que trabalhar um programa pra fortalecer o nosso **tradicional** nessa geração mais nova.

Mas, sem perder a nossa **essência**, que é a nossa cultura. Em um canto, a dança, principalmente, a língua materna nossa... (E17, Turno 62)

Este campo apresenta a representação identitária por meio da lexia *identidade* que aparece ligada ao verbo fortalecer no primeiro excerto, depois ligada ao verbo *manter*, seguida de uma nova menção na qual é caracterizada como *autêntica* no segundo excerto. Como apontado por Maldí (1998) a identidade se relaciona ao território por meio da memória coletiva quando este foi perdido, ou na sua ausência. Como mencionado no capítulo 1, o povo Haliti viveu uma situação de diáspora devido à expropriação de seu território que foi sendo diminuído e se configura, na atualidade, em nove terras indígenas (TIs). Nesse caso, a narrativa foi realizada por diversos

líderes e anciãos do povo Haliti com base na memória coletiva, como observado, cada sujeito entrevistado narrava uma parte da história do povo Haliti, assim as referências territoriais vão se configurando através da memória coletiva.

Dessa forma, o povo Haliti se posiciona diante dos esforços globalizantes que tentam homogeneizar identidades. No segundo excerto, os conceitos de manutenção da identidade e identidade autêntica aparecem numa relação de oposição com a lexia globalização que pertence ao campo da ciência e da técnica. Isso demonstra o quanto os campos são interdependentes e se relacionam na produção de sentidos (Coseriu, 1977). Nesse caso, a lexia *identidade* está imbuída de autoafirmação da identidade própria e negação da homogeneização de identidades que poderia advir do processo de globalização.

A postura do povo Haliti como protagonistas na luta por manutenção, preservação e fortalecimento de sua identidade derruba a perspectiva da teoria do desalento (Sahlins, 1997) e corrobora com a perspectiva que adoto e defendo: a esperança como uma prática que lida com o cotidiano aniquilador, reorganizando o conhecimento, a temporalidade e os recursos da linguagem (Cavalcanti, 1999; Silva; Bizon, 2022). Ou seja, o povo Haliti não se vitimiza diante das interferências não indígenas como a globalização, pelo contrário, têm incorporado técnicas, conhecimentos e linguagens à identidade e cultura com o propósito de atingir objetivos que visam a conquista ou manutenção de direitos que garantam a qualidade de vida da comunidade.

As lexias *tradicional* e *essência* estão relacionadas com a lexia *cultura* pertencente ao próximo campo que é o da memória. No contexto apresentado acima, a lexia *tradicional* se liga ao verbo fortalecer, assim promove uma significação de necessidade de fortalecimento da cultura, pois todos os conceitos relacionados a tradicional como hábitos, atividades, mitos são elementos integrantes da cultura. Já a lexia *essência* que originalmente assume o sentido de identidade ou natureza de um ser, aparece no contexto como sinônimo de cultura. Isso ocorre porque na perspectiva dos povos indígenas a identidade étnica não tem sentido individualista, mas se fundamenta na conexão holística com a terra, a cultura, a língua, a história e as tradições ancestrais (Oliveira, 1998). Dessa forma, observa-se que o povo Haliti ressignificou a lexia incorporada no uso do português indígena (Gorete Neto, 2012).

O campo memória, constituído pela locução *nossa cultura* e pelas lexias *cultural* e *resgatar*, está relacionado com as lexias descritas no campo anterior como se pôde verificar na análise. Os contextos textuais das lexias desse campo são:

Nós tá aplicando para dentro de a **nossa cultura** é:: **resgatá** o tudo o que já passou. (E13, turno 67).

Que:: a Wazare ela tem o projeto de trabalhar, principalmente, a questão do turismo **cultural**. (E9, turno 72)

[...] fortaleceu o trabalho do povo:: tanto em termos de preservação **cultural**, quantos em termo de preservação territorial. (E20, turno 73)

Nesta seção, apresenta-se o conceito de cultura por meio de duas lexias de classes gramaticais diferentes, o substantivo *cultura* e o adjetivo *cultural*. O substantivo está associado ao pronome possessivo *nossa* e ao verbo *resgatar*, enquanto o adjetivo está caracterizando o substantivo *preservação*. Nos dois contextos, a significação atribuída às lexias remete a ações de preservação e resgate da cultura tradicional, algo que não era necessário no território original, mas que se tornou extremamente necessário após expropriação do território original, principalmente no contexto de multiterritórios da atualidade. No atual contexto, o povo Haliti se encontra dividido entre as nove terras indígenas o que pode afetar a manutenção e preservação da cultura tradicional. Contudo, mais uma vez, se nota a esperança como prática na luta do povo Haliti para preservar, manter e revitalizar a sua cultura, se necessário. O que também confirma a tese defendida por Sahlins (1997), e adotada nesta pesquisa, de que a cultura não está em extinção, pois se adapta, se apropria de outros elementos e os ressignifica no contexto local.

Além disso, o adjetivo *cultural* também aparece associado a turismo no segundo excerto desse campo. Nesse caso, não se trata do sentido anterior de preservação, mas da atividade econômica que também é praticada pelo povo Haliti, mais especificamente na aldeia *Wazare*.

Os microcampos percepção/sensação, consciência/representação e memória estão interligados na produção de sentido na perspectiva que intencionam demonstrar para a audiência que as apropriações linguísticas, culturais e tecnológicas dos não indígenas não estão destruindo a identidade, a língua e a cultura. Pelo contrário as apropriações e influências se tornaram ferramentas na busca pelo bem-estar e pelo

resgate cultural e linguístico, o que também corrobora com a teoria defendida por Sahlins (1997) de que a cultura não está em extinção. Ademais, isso demonstra a relação dos campos lexicais na produção de sentidos, ou seja, é possível isolá-los para uma reflexão a respeito dos conceitos ligados às lexias, contudo, estes campos se relacionam para a efetiva atribuição de sentidos no uso natural da língua.

4.4.1.3 Microcampo 3: o homem como ser social

O microcampo Homem no trabalho é constituído pelas subdivisões de profissões (ou ocupações), de relações de trabalho e práticas trabalhistas. Em cada uma das subdivisões foram identificadas e classificadas diversas lexias, locuções e expressões que estão elencadas a seguir:

- Profissões e ocupações diversas: *seringueiro, produtores rurais, fazendeiro, empresário, empreendedor, mecânico, agrônomo, farmacêutica, odontólogo, veterinária, profissionais, colaborador, lideranças.*
- Relações de trabalho: *comercial, ocupação, mão de obra, associar (associações), atividade, inserir dentro da sua comunidade, gerar emprego, salário, forma qualificada, oportunidade (de trabalho).*
- Práticas trabalhistas: *artesanato, tirar a seringa, transportar, abertura de estradas, produção, serviço, etapa, empreendimento (empreender), atividades produtivas, operar a máquina, soldar, agregar valores, criação (de peixe, de galinha, de porco, de gado), expansão do comércio, aproveitar, desenvolver (atividades econômicas e trabalhistas), atuar, atividades, turismo cultural, parceria, dom, confeccionar, explorar (os meios naturais).*

As lexias, locuções e expressões destas subdivisões embora sejam distintas em sua natureza estão interrelacionadas em seus sentidos, pois as profissões (ou ocupações) existem dentro das relações de trabalho e se relacionam a práticas de trabalho específicas. Por exemplo, a profissão *seringueiro* existe dentro da relação de trabalho *mão de obra* e está relacionada à prática de trabalho *tirar a seringa* que é específica dessa profissão.

Todas estas lexias são de origem não indígena e foram incorporadas ao léxico do português indígena (Gorete Neto, 2012) do povo Haliti. Como mencionado anteriormente, as atividades econômicas tradicionais eram a roça, a caça, a pesca e a coleta, tais atividades eram possibilitadas pelos recursos naturais do território original. A roça consistia no cultivo em menor escala de produtos como a mandioca, a abóbora, a cana-de-açúcar, a batata doce, o cará, a banana, o fumo e o milho, com o objetivo de suprir as necessidades alimentares da comunidade local e as técnicas empregadas eram tradicionais. A narrativa do documentário menciona a lavoura em grande escala para fins comerciais, com o objetivo de gerar renda para o povo Haliti. Além disso, a tecnologia empregada é de lavoura mecanizada. Essa incorporação de novas culturas e tecnologias deve-se, principalmente pela falta de acesso aos recursos naturais do território original, o que tinha levado o povo Haliti a passar por momentos de escassez e falta de perspectiva.

Com efeito, houve a influência não indígena que ocorreu por meio das ações da OPAN a qual introduziu a tecnologia da lavoura mecanizada com o cultivo do arroz, contudo, o povo Haliti decidiu dar continuidade no uso dessa tecnologia, mesmo após o encerramento das atividades da OPAN junto à comunidade. Eles viram nessa tecnologia a oportunidade de saírem da situação de escassez enfrentada e lutar por melhores condições de vida. Por esse motivo, encontramos as lexias, locuções e expressões nesse microcampo que se relacionam à atividade econômica da lavoura mecanizada, quais sejam as profissões *produtores rurais, fazendeiro, mecânico, agrônomo*; as relações de trabalho *mão de obra, associar (associações), atividade, inserir dentro da sua comunidade, gerar emprego, salário, forma qualificada, oportunidade (de trabalho)* e as práticas trabalhistas *produção, serviço, etapa, atividades produtivas, operar a máquina, soldar, agregar valores*.

As outras lexias também foram incorporadas ao longo do histórico de contato pelos mesmos motivos já expostos de incorporação de técnicas e tecnologias relacionadas às atividades econômicas, com o objetivo de buscar melhores condições de vida.

4.4.1.4 Microcampo 4: o homem na organização social

O microcampo o homem na organização social apresenta quatro subdivisões: Estado; Justiça; Ensino e instrução pública; e Guerras (conflitos). Os dois primeiros

estão estreitamente relacionados por serem constituídos por lexias que se incorporaram ao léxico do português indígena (Gorete Neto, 2012) utilizado pelo povo Haliti como instrumentos de luta por seus direitos perante a sociedade brasileira. As lexias de cada subdivisão estão elencadas a seguir:

- No microcampo Estado foram identificadas as lexias, locuções e expressões: *Posto Indígena, Procurador Geral da República, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), comunidade, governo, instituição, instituição de governo, população, cidade. Sociedades, Organização Não-governamental (ONG), países, políticas públicas, contato, interferência dos não índios, resistência, política nacional, instituído, Estado brasileiro, setores dentro da comunidade (a saúde, a educação, a cultura e os projetos econômicos), Governo Federal, entidade (não governamental, indigenista, ambiental, internacional, povos indígenas do Brasil.*
- No microcampo Justiça foram encontradas as lexias e locuções: *acordo, negociação, direitos, interesses coletivos, geração de oitenta anos (movimento indígena), plano de gestão ambiental e territorial, preservação (cultural, territorial, da sua religião), projetos econômicos, garantia da qualidade de vida, forma digna (dignidade), proponentes, conduzir o processo, reservas indígenas, dilemas.*

Como defendido por Fonteles (2012) e adotado nesta pesquisa, os povos indígenas não são vítimas no processo de contato e globalização, pelo contrário são os atores nas conquistas políticas por seus direitos e no resgate linguístico e cultural. Pelas lexias elencadas nesses dois campos e pelo histórico já apresentado, constata-se que o povo Haliti também se caracteriza como protagonista na luta por seus direitos e no resgate linguístico e cultural.

- A subdivisão desse microcampo designada por Ensino e instrução pública abarca as seguintes lexias, locuções e expressões: *educação, formação (formar, formado), agronomia, engenharia agrônoma, Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), aprendizado (aprender), conhecimento, campo de aula, estudar, curso (de formação), seminário, dia*

de campo (aula de campo), graduando, medicina, acadêmicos, universidade, materiais didáticos, complemento, desempenho acadêmico, preparar, professores, escola, Ensino Médio, faculdade, beabá (alfabetização e letramento), um mais um (letramento matemático), aluno, cultura (dele - indígena, do não índio, cultural), desenvolver (cognitivamente), o estudo, aperfeiçoar.

Esta subdivisão apresenta a perspectiva do povo Haliti quanto à educação e instrução. Esta área é considerada como um pilar para o desenvolvimento de toda a comunidade e para o alcance de melhores condições de vida. Podemos observar essa perspectiva em alguns excertos da narrativa como o que segue:

E, se nós já temos quarenta formados e, temos mais, eu acho que mais uns quarenta ainda que estão estudando. Então, o índio não está parado. Nós estamos usando esse recurso para formar as nossas crianças. Pra quê? Não é pra elas saí da:: estudar e sair da aldeia e morar na cidade. A gente exige que a criança estude e volte a trabalhar na aldeia. Por quê? A gente tem que preparar a criança para ela trabalhar com o próprio índio. Todas as crianças que estudaram, a gente vê que ela voltou pra aldeia, está voltando. Porque nós temos odontólogo que formou e hoje está trabalhando daí na aldeia Paresí, atendendo as crianças Paresí. Tem professores e:: já formaram outra turma e está formando mais outra turma na:: em nível de faculdade. Estão todos trabalhando na á::rea. Tem escola de Ensino Médio com professores indígenas que se formaram na faculdade, na:: UNEMAT. (E7, turno 56)

Como se nota no excerto, a visão defendida é de que os estudantes possam se formar em diversas profissões proporcionadas pelas faculdades (ou universidades) e possam retornar à aldeia para atender à comunidade em diversas necessidades. Isso é representado nesse campo pelas lexias *agronomia, engenharia agrônômica, medicina, professores* presentes nessa subdivisão. Além dessas lexias tem-se o campo das profissões apresentado anteriormente que menciona as lexias *farmacêutica, odontólogo, veterinária* que são profissões conquistadas por meio da graduação.

Outro ponto de vista importante é o papel da educação na valorização e resgate da cultura tradicional ao mesmo tempo que proporciona a aquisição de conhecimentos da instrução não indígena que podem auxiliar na busca por qualidade de vida, isso é evidenciado nos excertos:

A escola não é só de **Beabá de um mais um**, mas a escola em si é pra sair de lá um aluno com **conhecimento** dos dois lado, a **cultura dele** e a **cultura do não índio**. (E17, turno 57)

Estamos **desenvolvendo** pra enfrentar o **mundo do branco**, sem deixar a **nossa cultura**. (E7, turno 58)

Porque ele conhece o **lado do não índio**, mas ele segue e conhece o **lado cultural dele**. (E17, turno 59)

Então o índio tem que saber, tem que **conhecer a sua cultura** e pra isso que **as escolas trabalham pra fortalecer a cultura**. (E7, turno 60)

É:: ali que ela fortalece, porque tudo o que é feito na **cultura**. É:: na **dança, na reza**, tudinho quando o pajé *benze*, quando, quando fala com os espírito:: tudo é:: **língua materna**. (E 17, turno, 69)

Os grifos nos excertos acima destacam o ponto de vista mencionado. Essas duas perspectivas se ligam ao objetivo maior que é defender a atividade econômica da lavoura mecanizada, no sentido em que apresentam os investimentos da renda proveniente da lavoura na área da educação e instrução. Nesse sentido, reforçam o conceito de educação que defendem e a importância desta para a comunidade Haliti por meio das lexias mencionadas nesse campo da educação e instrução.

O último excerto apresenta a preocupação em preservar a cultura tradicional e a língua materna no contexto de Educação/instrução e nas relações informais do dia a dia. Além da valorização e resgate da língua materna e da cultura tradicional, está implícita a importância do domínio da língua portuguesa que proporciona esse resgate e a luta por direitos diante da sociedade brasileira. Dessa forma, a língua portuguesa sempre entendida como língua majoritária que representa uma ameaça à manutenção da língua materna e cultura tradicional é, na verdade, um importante instrumento para a preservação delas.

A quarta e última subdivisão deste campo, designada Guerras/paz, apresenta as lexias, locuções e expressões: *forma harmoniosa, agregar, diplomacia, diálogo, luta, harmonia, parceria, parceria conjunta*. Algumas delas aparecem nos seguintes contextos textuais:

Pra dizer que, hoje, é possível conviver de **forma harmoniosa** com todas as sociedades do entorno e, também, de forma respeitosa com todas as culturas que tem. (E9, turno 72)

A geração que vai vir futuramente, com certeza, ele depende da nossa **luta**, é por isso que nós estamos aqui. Poré::m, o povo Paresi (que) ele é um povo de resistência, um povo de sabedoria, é um povo de conhecimento, é um povo da **diplomacia** e um povo do **diálogo**. Por isso, que ela conseguiu né:: trazer todos os seus trabalhos, toda a sua história, muito forte até nos dias de hoje. Foi dessa forma que ela conseguiu criar as suas associações e, de certa forma, essas associações se fortaleceu e com o fortalecimento dela,

fortaleceu o trabalho do povo:: tanto em termos de preservação cultural, quantos em termo de preservação territorial, [...] (E20, turno 73)

Aonde eles desenvolvem uma atividade, aonde não pode interferir nesse conjunto que traz a qualidade de vida da comunidade, principalmente a paz e a **harmonia**. O plano de gestão que, ele é um trabalho que nós estamos fazendo em **parceria** do governo federal, através da FUNAI e:: junto conosco, nós temos entidades não governamental, uma indigenista e uma ambiental, é:: internacional. E as duas associações, a Waymaré e a Halitinã, as duas entidades que representa o povo Paresis, são as proponentes, elas que estão conduzindo o processo através das suas lideranças que trabalham dentro da associação. E::, nós conseguimos desenvolver uma **parceria conjunta**, onde a gente estamos trazendo a saúde, o setor da educação, a FUNAI, né:: (E20, turno 73)

A única lexia que destoa das demais é *luta*, contudo tem um sentido conotativo tal qual empregado na cultura não indígena, assim, a lexia é sinônima de batalha e tem sentido de esforço para atingir um propósito. As outras lexias reforçam características identitária do povo Haliti, pois eles batalham por seus objetivos por meio do diálogo e da diplomacia desde os primeiros contatos com os não indígenas, haja vista que são descritos por Antônio Pires de Campos (1720 *apud* Bortoletto, 1999) como um povo numeroso e de “fácil trato”. A historiadora Loiva Canova (2019, p. 14) afirma que “os indígenas da nação Paresi eram vistos pelos *colonizadores e colonos* como os mais predispostos à inclusão aos fundamentos dos valores conceituados como civilizados”.

Além das fontes etnográficas e históricas, os líderes Haliti definem seu povo como defensores ou adeptos da *diplomacia*, do *diálogo*, da *harmonia* e da *parceria*. Isso se evidencia nos excertos que trouxeram o contexto de ocorrência das lexias, e se evidencia no enunciado de dois líderes que aparecem no PGTA Haliti-Paresi (2019):

Lino Zokenazokae: “Antigamente nós usávamos o arco e flecha. Atualmente a gente trocou o arco e a flecha e defendemos nossos direitos na ponta da caneta” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 140)

Rony Azoinayce e Ângelo Kezomae: “Sempre fomos defensores de nosso território através da borduna, arco e flecha e diálogo. Hoje somos e sempre seremos guerreiros também através da caneta, dos meios digitais e do diálogo” (PGTA Haliti-Paresi, 2019, p. 203).

Os dois excertos destacam o uso do diálogo e da diplomacia, porém apresentam uma perspectiva negada pelos registros de pesquisadores de que

lutavam e resistiam à expropriação do seu território e por seus direitos em sentido literal, por meio do arco e flecha, suas armas tradicionais. Provavelmente, mudaram a forma de luta ao perceberem a potencialidade das armas dos não indígenas diante das armas tradicionais. Assim, trocaram as armas físicas pelas armas verbais do diálogo e da negociação, buscando uma relação de paz, harmonia e parceria com os não indígenas.

4.4.2 As lexias do Macrocampo III – O HOMEM E O UNIVERSO

4.4.2.1 Microcampo 1: o estado das coisas

O macrocampo anterior apresentou o homem como ser físico e social, neste configura-se o macrocampo III – O HOMEM E O UNIVERSO que apresenta as relações do homem com o universo. Este macrocampo está subdividido em dois microcampos: **o estado das coisas e ciência e técnica**.

O primeiro microcampo está subdividido nesta pesquisa em: valor/moeda e espaço. A teoria de Coseriu (1977) apresenta mais subdivisões, contudo na pesquisa não houve a necessidade de descrever todos os que foram encontrados, visto que o propósito foi evidenciar as lexias de origem não indígena e que demonstram a desterritorialização linguística do povo Haliti.

Assim, a primeira subdivisão intitulada valor/moeda é composta pelas lexias, locuções e expressões: *vender, dinheiro, recurso, financeiro, cobrança, pedágio, econômica, questões econômicas, rendimento econômico, financia, renda, gerar renda, geração econômica, cobrar, investir (na educação, nos projetos), auxiliaram financeiramente, aluguéis, manutenção, apoio, direito de passagem, pagar, royalties*.

Tais lexias evidenciam influência não indígena de conceitos relacionados ao capitalismo e aos bens de consumo. No território original e na cultura tradicional Haliti não havia atividades econômicas relacionadas ao capital, como mencionado anteriormente, as atividades eram destinadas ao suprimento de necessidades de alimentação, sobrevivência e bem-estar de forma harmoniosa com o ambiente natural, pois este lhes fornecia tudo o que necessitavam. Num ambiente natural não há a necessidade de acúmulo de suprimentos, visto que estão em abundância e satisfazem

as necessidades diárias. É um contexto de relacionamento sustentável com os meios naturais, no qual não havia trocas comerciais e nem a necessidade delas.

Com a expropriação territorial, a perda de acesso aos meios naturais aumentou conforme o povo Haliti perdia partes do território original. A expropriação levou a situações de escassez e ameaça à sobrevivência, assim foram adotando práticas e atividades econômicas de base capitalista, pois precisavam ter acesso a outras formas de suprir suas necessidades e isso inclui a adesão de práticas capitalistas da sociedade envolvente. Assim como as práticas, as lexias identificadas nesse campo foram incorporadas no uso linguístico do povo Haliti.

Por outro lado, a segunda subdivisão designada Espaço apresenta as lexias, locuções e expressões: *fazenda, empreendimento, comunidade, terra indígena, região médio norte de Mato Grosso, território, lavoura, tanques, cenário, etnomapeamento, mapa, etnomapa, demarcação, geografia (tradicional, do não índio), etnozoneamento*.

Neste campo estão elencadas as lexias referentes ao espaço numa perspectiva diferente da tradicional. A perspectiva tradicional destaca espaços naturais, como foi apresentado na parte 1 da transcrição do documentário, na qual o entrevistado narra o mito de origem do povo Haliti que menciona as lexias *morro dos Paresís, Lagoa Rasa, Rio Verde e cabeceiras (dos rios)*. Algumas das lexias que foram mencionadas nesse campo remetem a espaços de trabalho ou produção para a geração de renda *fazenda, empreendimento e tanques*.

Outras tratam de conceitos de divisão espacial que não fazem parte da cosmo percepção indígena: *terra indígena, território, estados, países, etnomapeamento, mapa, etnomapa, demarcação, geografia (tradicional, do não índio), etnozoneamento*. Pois na perspectiva tradicional, os indígenas não estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade (Oliveira, 1998). Essa necessidade de delimitação foi ocasionada pela situação colônia. E Gallois (2004, p. 39) acrescenta que “Na transformação de um território em terra, passa-se das relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção, de posse ou propriedade”. Portanto, o conceito de propriedade territorial (espacial) foi inserido pelos não indígenas.

4.4.2.2 Microcampo 2: ciência e técnica

Por fim, mas não menos importante, apresenta-se o campo da ciência e da técnica que não tem subdivisões e compõe-se pelas lexias, locuções e expressões: *máquina sofisticada, usina, hidrelétrica da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), torre, internet, máquina, lavoura mecanizada, projeto (agrícola, pequenos, polêmico, de horticultura, de piscicultura, de pecuária, econômicos, de vida), agricultura pontual de hoje, tecnologia, maquinário, solo adequado, tecnologias novas, critério, natureza, sistema, agricultura, celular, arquitetura (tradicional), logística, contexto (território, meio ambiente, cultura, língua, tradição, história, luta, movimento, água), programa, tecnicamente, administração (administrativamente), gestores, economia, planejamento, potencializar, globalização.*

Estas lexias representam todo o conhecimento científico, técnico e tecnológico da cultura não indígena que foram incorporados à cultura do povo Haliti. Todas estas lexias oferecem evidências a respeito da epistemologia do povo Haliti na contemporaneidade que reúne aspectos epistemológicos advindos da cultura e identidade tradicional, visto que não se perderam, com aspectos e formas de apreensão de conhecimentos proporcionados pelas tecnologias e pela ciência da sociedade envolvente.

Algumas das lexias estão relacionadas à tecnologia da lavoura mecanizada que abrange as culturas de soja, milho, arroz e algodão. Este se constitui no tema principal da narrativa que, como exposto anteriormente, foi produzida no contexto em que o povo Haliti lutava pelo direito de utilizar essa tecnologia e dar continuidade à cultura de soja em suas aldeias. Das lexias e locuções registradas neste campo, as que se relacionam a este tema são: *máquina sofisticada, lavoura mecanizada, projeto (agrícola, pequenos, polêmico, de horticultura, de piscicultura, de pecuária, econômicos, de vida), agricultura pontual de hoje, tecnologia, maquinário, solo adequado, tecnologias novas, critério, natureza, sistema, agricultura.*

Essa atividade econômica baseada na tecnologia de máquinas sofisticadas que preparam o solo, plantam e colhem foi determinante no processo de incorporação cultural e léxica. Diante da perspectiva apresentada pela narrativa, depreende-se que a lavoura mecanizada proporcionou a renda necessária para a aquisição de outras técnicas e tecnologias empregadas em projetos de menor escala como horticultura, piscicultura e pecuária que impactaram na qualidade de vida do povo Haliti. Estas

técnicas e tecnologias são fruto do conhecimento científico que passou a ser valorizado pela comunidade Haliti que o considera como ferramenta para o acesso a melhores condições de vida. Como se observa no excerto, o povo Haliti dominava técnicas tradicionais de plantio de culturas como a de algodão, uma das culturas tradicionais:

Aqui, nós estamos falando hoje, basicamente, sobre a produção em grande escala na terra indígena Paresi. Aqui, especificamente, sobre o algodão. Algodão, como já foi dito, uma cultura tradicional do povo Paresi. Mas que, porém, hoje, ela é feita:: é:: NUMA ESCALA MAIOR E COM OUTRAS FINALIDADES. Não apenas naquelas finalidades tradicionais, como já foi dito. Além disso, também, no sentido comercial para que possa é:: possibilitar é:: questões econômica para sanar outras necessidades do povo indígena Paresi. (E11, turno 36)

Desse modo, um tipo de cultura tradicional do povo Haliti, o plantio de algodão, foi ressignificada ao adotar um plantio em grande escala, com objetivos comerciais, empregando tecnologia não indígena dos maquinários agrícolas. Essa nova modalidade de cultivo não visa o suprimento alimentar somente, mas a geração de renda para suprir outras necessidades que se relacionam à qualidade de vida.

Como apontado na descrição e análise do campo lexical relativo à Educação e instrução pública, o acesso ao conhecimento científico ocorre por meio da escola, que o une aos conhecimentos da cultura tradicional Haliti, e por meio da formação em cursos de graduação. Dessa forma, a epistemologia tradicional que promove uma relação de respeito e harmonia com a natureza se hibridiza com a epistemologia do campo científico, buscando um equilíbrio entre a busca por melhores condições de vida e o uso sustentável da terra e dos recursos naturais. O que fica evidenciado nos excertos:

E:: essa atividade, hoje, aqui::, ela ve::m de encontro com a necessidade, hoje de ocupação da mão de obra indígena dentro do próprio território Paresi. Aqui, vocês estão vendo uma cultura:: é:: um plantio feito pela população indígena Haliti Paresi associada com os não índios aonde existe **a transferência de tecnologia dos não índio para os indígenas** e:: com o intuito de buscar desenvolvimento, qualidade de vida e:: a manutenção da cultura aqui dentro do território. (E11, turno 38)

<A gente vê:: o pessoal... os indígenas subindo na:: em cima do maquinário é:: procurando entender como funciona, procurando entender como a planta se desenvolve no solo. O:: solo adequado pra cada tipo de cultura. É::, enfim, então a gente vê que **o indígena hoje está interessado, ele está buscando conhecimento**. Tá adquirindo conhecimento, adquirindo tecnologia e inserindo dentro da:: sua comunidade::> (E12, turno 39)

<Hoje, pra:: trabalhar na lavoura, nós temos essa:: esse projeto de:: **as crianças estudarem, fazerem cursos de máquina**, né... Pra:: pra eles **entender as máquinas e como plantar, como tratar a semente**, ele já tivé:: tem esses curso.> (E7, turno 41)

Além das tecnologias relacionadas à atividade econômica, houve a incorporação das tecnologias de comunicação e informação oriundas da globalização que estão representadas pelas lexias e locuções *torre, internet, tecnologia, celular, programa, tecnicamente, planejamento, globalização*. O excerto traz um exemplo da utilidade da tecnologia do celular para revitalizar a cultura:

Eu vejo a importância da tecnologia, dentro da cultura, porque ao invés de eu ouvir no meu celular o canto do:: do não indígena. Por que eu não tenho canto indígena e ouvi, pra mim poder aprender, pra mim poder aperfeiçoar o meu canto? (E17, turno 58)

A própria produção do documentário se constitui num exemplo de incorporação das tecnologias de comunicação e informação como ferramenta na luta por direitos, na valorização e revitalização da cultura tradicional. Além de ser uma forma de quebrar o silenciamento dos povos indígenas, fazendo com que sua voz ecoe e seja ouvida sua versão da história e dos fatos recentes. Não necessitam mais de tutela de não indígenas, o povo Haliti é protagonista na busca por seus direitos. Como pontua Fonteles (2012), diversos povos indígenas se apropriam da internet – um típico instrumento da globalização – como ferramenta para divulgarem suas culturas e comunicarem-se no âmbito nacional e internacional.

Por sua vez, Delgado (2018) acrescenta que por meio da internet, a divulgação dos audiovisuais produzidos pelos próprios indígenas, ou por parcerias entre indígenas e não indígenas, se tornou uma ferramenta estratégica para tornar públicas as lutas e reivindicações de direitos. E dentre os audiovisuais, os documentários têm se destacado por apresentarem os povos indígenas no presente e mostram que o contato não produziu a “destruição da cultura” (Sahlins, 1997).

O último turno de fala da narrativa menciona:

Então, é nesse sentido que hoje, é:: colocamos, pra todos vocês que estão nos ouvindo que:: é possível você manter essa identidade, manter ser índio. Nós índios, dentro dessa globalização estamos aqui com nossa identidade autêntica. (E9, turno 74)

Este pronunciamento do povo Haliti coloca por terra a teoria do desalento denunciada por Sahlins (1997) que apregoava o desaparecimento das culturas de povos nativos em todo o mundo. Os representantes dessa teoria acreditavam que a modernização levaria o processo de deculturação a uma solução final e apontavam que a culminância da aniquilação cultural seria a destruição do Outro. Portanto, se confirma a perspectiva defendida nesse estudo da prática do esperar (Cavalcanti, 1999) que evidencia a reorganização do conhecimento, da temporalidade e dos recursos da linguagem como resistência às tentativas de aniquilação.

Essa prática do povo Haliti na atualidade vem transformando influências culturais e linguísticas, que poderiam ser negativas, em benefícios, ou seja, essas influências se tornam instrumentos tanto no resgate linguístico e cultural, como também na luta por seus direitos e por melhores condições de vida.

Enfim, comprova-se a hipótese inicial de que o povo Haliti sofreu, ao longo dos anos, influências do povo não indígena e isso afetou sua linguagem após passarem por processo de diáspora, devido à expropriação de seu território original, e (re)territorialização em multiterritórios atuais (HAESBERT, 2004). E que a luta para resistir às injustiças sofridas, continuar existindo e persistir nos multiterritórios atuais, levou o grupo a apropriação e ressignificação de aspectos da cultura e da tecnologia da sociedade envolvente, o que se comprovou na análise dos campos lexicais. Além disso, ficou nítido que o português e a cultura adotados trouxeram benefícios à comunidade Haliti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito estudar o léxico em português registrado na narrativa contemporânea presente no documentário *Haliti Paresi: Origem, História e Ascensão*, a partir da perspectiva da Linguística Aplicada Multidisciplinar (LAM), assumindo um hibridismo teórico-metodológico. Tal hibridismo proporcionou um estudo amplo e aprofundado do gênero narrativo conceituado pela LAM, que apontou suas características estruturais e linguísticas (Labov e Waletzky, 1967; Labov, 1972), o estudo do contexto de produção para a compreensão das intenções comunicativas (Bastos e Biar, 2015) e, por fim, a classificação conceitual das lexias no Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963) e a descrição e análise por meio dos campos lexicais de Coseriu (1977).

A narrativa que constitui o corpus escolhido para o estudo representa a memória coletiva do povo Haliti, pois o jogo de vozes dos entrevistados se unia num único fio narrativo que compartilha com o público-alvo, os não indígenas, toda a trajetória do povo Haliti: sua origem mitológica, sua versão da história do contato e sua ascensão econômica, intelectual e cultural.

A partir deste corpus foram reunidos os corpora constituídos pelo léxico em português que representam conceitos e práticas adotadas da cultura não indígena, ou seja, pela seleção de lexias que demonstram a (des/re)territorialização linguística do povo Haliti. As lexias foram inventariadas e organizadas por meio da classificação das lexias no Sistema Racional de Conceitos e, posteriormente descritas e analisadas por meio da teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977).

A pesquisa foi direcionada pelos questionamentos: como esse contato intenso com os não indígenas pode ter influenciado a cosmo percepção, a cosmologia, a epistemologia e a identidade do povo Haliti até o momento? Dito de outro modo, como essa possível interferência se reflete no léxico do PLA registrado na narrativa em análise e como o povo Haliti ressignificou essa interferência?

Dessa forma, procurei compreender, a partir dos resultados da análise lexical, como esse contato intenso com a sociedade não indígena influenciou a cosmo percepção, a cosmologia, a epistemologia e a identidade do povo Haliti na contemporaneidade; analisar e refletir como esta comunidade ressignificou tais

influências a seu favor na luta por seus direitos e compreender suas percepções e perspectivas a respeito do domínio da língua portuguesa.

Assim, identifiquei, por meio das lexias inventariadas e analisadas, os diversos hibridismos da cosmopercepção, da cosmologia, da epistemologia e da identidade tradicionais com seus correspondentes da cultura e língua não indígena. A partir dos quais ficou nítido o processo de resignificação empreendido na busca por melhores condições de vida.

Além disso, a análise do léxico evidenciou a importância da preservação da língua materna e da cultura por meio do trabalho desenvolvido pela escola e a importância do domínio do português que possibilita a luta pelos direitos.

Portanto, comprovou-se a hipótese inicial de que o povo Haliti sofreu, ao longo dos anos, influências do povo não indígena e isso afetou sua linguagem após passarem por processo de invasão e diáspora, devido à expropriação de seu território original, e (re)territorialização em multiterritórios atuais (HAESBERT, 2004). E que a luta para resistir às injustiças sofridas, continuar existindo e persistir nos multiterritórios atuais, levou o grupo à apropriação e resignificação de aspectos da cultura e da tecnologia da sociedade envolvente, o que se comprovou na análise dos campos lexicais. Além disso, ficou nítido que o português e a cultura adotados trouxeram certos benefícios à comunidade Haliti.

Os resultados e análises do presente estudo, podem promover uma reflexão a respeito do ensino de português como língua adicional para os indígenas, em destaque para o povo Haliti. Por muitos anos, seu ensino teve conotações de ameaça à preservação e resgate linguístico e cultural por se tratar da língua hegemônica. Esta visão é impregnada pelo ponto de vista teórico que apregoa o chamado “pessimismo sentimental” ou teoria do desalento (Sahlins, 1997).

Esta perspectiva, esteve presente em muitos estudos como os de Aryon Dall'Igna Rodrigues (1969, 1986, 2002); Márcia Maria Damaso Vieira (1999, 2008, 2014); Wilmar R. D'Angelis (2008, 2014); Vivian Wey Dantas (2005, 2011, 2019) e Ingrid Finger (2007, 2013, 2020).

Contudo, pesquisas como as de Marilda Cavalcanti (1999) apontam para “a crescente produção acadêmica envolvendo diversos campos, incluindo a linguística aplicada, sobre a esperança como afeto e razão práticos” (Silva; Bizon, 2022, p. 23). As análises e reflexões ao longo dessa pesquisa evidenciaram que a perspectiva do esperar é uma realidade para o povo Haliti que protagonizou o processo histórico

de contato, incorporando influências lexicais da língua portuguesa e aspectos culturais do não indígena por meio do conhecimento científico e das tecnologias. Todas essas influências se hibridizaram com sua língua materna e cultura tradicional, sendo ressignificadas em prol de suas lutas e ideais.

Ou seja, as forças globalizantes da língua hegemônica e da cultura não indígena não destruíram a cultura tradicional e língua materna do povo Haliti. Elas se tornaram ferramentas em seu histórico de lutas e vitórias de direitos perante a sociedade brasileira. Dessa forma, deve-se repensar o ensino de português, língua do não indígena, para o povo Haliti sob a égide do esperar. Mas este é um tema para uma outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. de S. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. In: **Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Cadernos do CNLF, Vol. XV, nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 1332-1343. Disponível em: http://filologia.org.br/xv_cnlftomo_2/105.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.
- ANJOS, A. B. **Índio quer soja: Etnia busca apoio dos ruralistas do Congresso para manter lavouras em Mato Grosso**. Reportagem publicada no site de notícias UOL, abril de 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/indio-quer-soja.htm#indio-quer-soja>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino; 10).
- BABINI, M. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. **Ciência e Cultura** [online]. 2006, vol.58, n.2, pp.38-41. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200015. Acesso em: 16 jan. 2024.
- BALDINGER, K. (1966). Semasiologia e onomasiologia. Tradução de Ataliba T. de Castilho. **Alfa: Revista de Linguística**. Marília, v. 9, p. 7-36, mar, [1966] 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3265/2992>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- BALDINGER, K. Teoria semantica: hacia una semantica moderna, Madri: Alcalá, 1970.
- BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. 1991, **Anais**. Franca: Unifran/Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 1991. Acesso em: 27 fev. 2024.
- BARRETO, J. R. de O. Pelos caminhos da separação: edição semidiplomática e estudo do vocabulário de uma “Acção ordinária de desquite” do início do século XX. Dissertação de mestrado. Feira de Santana – Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.
- BARRETO, J. R. de O. “Qual a sua profissão?": vocabulário onomasiológico referente ao campo do trabalho constante em uma ação de desquite do início do século XX. **Revista Philologus**, Ano 22, Nº 65, p. 133-144. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2016.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. In: **Calidoscópio: revista de Linguística Aplicada**. v. 3, n. 2. São Leopoldo: Unisinos, 2005, p. 74-87. Disponível em: https://www.academia.edu/21840738/Contando_est%C3%B3rias_em_contextos_espont%C3%A2neos_e_institucionais_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_estudo_da_narrativa. Acesso em: 26 mai. 2023.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. spe, p. 97–126, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/#>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIAR, L. de A.; ORTON, N.; BASTOS, L. C. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 231-251, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/q9Dd3hzKnMCTTQfxRGsZ9Dd/?format=pdf#:~:text=BIAR%2C%20Liana%20de%20Andrade%3B%20ORTON%2C%20Naomi%3B%20BASTOS%2C%20Liliana,v.%2021%2C%20n.%202%2C%20p.%20231-251%2C%20maio%2Fago.%202021>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BORTOLETTO, R. **Morfologia Social Paresi**: uma etnografia das formas sociabilidade em grupo Aruak do Brasil Central. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

BRANDÃO, A. P. B. **A Reference Grammar of Paresi-Haliti (Aruák)**. 2014. 457 f. Tese (Doctor of Philosophy) – The University of Texas at Austin, Texas, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 e 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 88p.

BRASIL. **Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p. 1-74, 06 jun. 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7747&ano=2012&ato=49cgXQq10MVpWT3f1>. Acesso em 25 set. 2022.

BRIANEZI, Thaís. **Povo Paresi: os indígenas sojicultores do Mato Grosso**. Reportagem publicada no site Reporter Brasil, 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/03/povo-paresi-os-indigenas-sojicultores-do-mato-grosso/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CANOVA, L. **Os Paresi na conquista portuguesa de Mato Grosso (1719-1757)**. 1ª edição. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2019.

CASTILHO, A. T. de; CARRATORE, E. D. A onomasiologia no léxico e na sintaxe. **ALFA: Revista de Linguística**, Marília, v. 11, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3301>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CAVALCANTI, M.C. (1999). Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA**, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999, 385–417. Disponível em:

CAVALCANTI, M. C. (2006). Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13 – 44.

CELANI, M. A. A. A Relevância da Linguística Aplicada na Formação de uma Política Educacional Brasileira. In: FORTKAMP, M.B.M. **Aspectos da Linguística Aplicada**. Florianópolis: Insular, 2000.17-32.

COOK, G. **Applied Linguistics**. Oxford Introductions to Language Studies. Oxford University Press. 2008.

COSERIU, E. **Principios de semántica estructural**. Madrid: Gredos, 1977

D'ANGELIS, W. R. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Número Especial sobre Línguas em Risco, vol. 25, nº 1, pp. 81-92, 2011.

D'ANGELIS, W. R. Educação Escolar e Ameaças à Sobrevivência das Línguas Indígenas no Brasil Meridional. In: **Anais do IV Encontro Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)**. São Paulo: USP, 2008, pp. 1-15.

DANTAS, V. W. **Línguas em perigo no Brasil: uma abordagem etnolinguística**. Brasília: LGE, 2005.

DANTAS, V. W. **Globalização, línguas e culturas indígenas: desafios e possibilidades**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

DANTAS, V.W. **Revitalização linguística e identidade cultural entre os povos indígenas do Brasil**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

DELGADO, P. S.; JESUS, N. T. de (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2018.

DUARTE, F. B. Diversidade linguística no Brasil: a situação das línguas ameríndias. **Caletroscópio**. - II DIVERMINAS, v. 4, n. Especial, 2016, p. 27-62. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316714176_Diversidade_linguistica_no_Brasil_a_situacao_das_linguas_amerindias. Acesso em: 11 jun. 2023.

ECOAMAZÔNIA, **Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia**. Povo Paresi valida seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental. 2018. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2018/10/povo-paresi-valida-plano-gestao-territorial-ambiental/>. Acesso em 25 set. 2022.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45 - 65.

FERREIRA, R. V.; AMADO, R. de S.; CRISTINO, B. P. (orgs.). **Português indígena: novas reflexões**. Munique: LINCOM EUROPA, 2014, pp. 146. Disponível em: https://www.academia.edu/14188554/Portugu%C3%AAs_Ind%C3%ADgena_novas_reflex%C3%B5es. Acesso em: 08 jan. 2024.

FINGER, I. **Línguas indígenas e educação escolar: desafios e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FINGER, I. **A língua materna na escola: políticas linguísticas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FINGER, I. **Globalização e línguas indígenas: resistência e adaptação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

FONSECA, F. I. Linguística Aplicada ou Linguística Aplicável? In: **Actas do Colóquio: A Linguística na Formação de Professores de Português**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. 2002. p.15 – 26.

FONTELES, G. M. **Povos indígenas e globalização – Redes Transnacionais de Apoio a Causas Indígenas e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Um estudo exploratório**. (Dissertação, Mestrado). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FRIEDRICH, D. L. B. **O glossário dos vinhedos da Campanha Gaúcha: um estudo do léxico da uva e do vinho à luz da terminologia e da linguística de corpus**. 2021. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, 2021.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: Fany Ricardo. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v., p. 37-41.

GARCEZ, P. 2001. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: Branca Telles Ribeiro, Cristina Costa Lima & Maria Tereza Lopes Dantas. Eds. **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa: ensaio de método**. – Tradução: Maria Alzira Seixo; Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

GERGEN, K. 1998. Construcionism and realism: how are we to go on? In: Ian Parker. Ed. **Social Constructionism, discourse and realism**. Londres: SAGE Publications.

GORETE NETO, M. A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada.

DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 38, n. 4, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/zQLRgMwXjWRKjs7QHfJskpq/#>. Acesso em: 12 fev. 2024.

GORETE NETO, M. Português-indígena versus português-acadêmico: tensões, desafios e possibilidades para as licenciaturas indígenas. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1, p. 1-11. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_213.pdf. Acesso em 11 jan. 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALLIG, R; WARTBURG, W. von. **Begriffssystem als grundlage für die lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas**. 2. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Berlin: Akademie-Verlag, 1963.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana** [online]. 1997, v. 3, n. 1 [Acessado 18 Agosto 2021], pp. 7-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100001>>. Epub 15 Maio 2007. ISSN 1678-4944.

HEGER, K. **Teoria semantica** – hacia una semantica moderna II. Madrid: Alcala, 1974.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em 24 jul. 2021.

LABOV, W. & WALETZKY, J. 1967. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: June Helm. Ed. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press.

LABOV, W. 1972. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____. **Sociolinguistic patterns**. (Conduct and Communication, 4.) Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIMA, A. C. de S. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero: Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

LINDE, C. 1993. **Life stories**: the creation of coherence. New York: Oxford University Press.

LITTLE, P. F. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, nº 32. Brasília, 2002.

LÔPO RAMOS, A. A. Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 233–267, 2021. DOI: 10.26512/rbla.v13i01.37207. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/37207>. Acesso em: 4 jun. 2023.

LUCCHESI, D.; PICANÇO, H. Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia. **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 60, p. 36-80, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/452/258>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MACHADO, M. F. R. **Índios de Rondon, Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxinití, grupos Paresi**. Vs. 1 e 2. 1994. Tese (doutorado em antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. RJ.

MALDI, D. **A questão da territorialidade na etnologia brasileira**. Sociedade e Cultura, 1 (1): 1-17, jan./jun. 1998.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. In **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1991. No. 34, pp. 197-221.

MARTINS, S. de C. Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da Fauna e Flora. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2013.

MELO, A. A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena. **Entropia**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, Julho/Dezembro/2020, Pág. 91-108. Disponível em: file:///C:/Users/anton/Downloads/06_Melo+final.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

MISHLER, E. 1986. **Research interviewing. Context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção educação em foco: Série educação, história e cultura)

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **The Meaning of meaning**. NEW YORK: HARCOURT. BRACE A COMPANY. INC., 1930 [1923].

OLIVEIRA, J. P. de (org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OLIVEIRA, G. A. de.; SANTOS, B. H. Português indígena, Hunsrückisch e português quilombola: um retrato dos contatos linguísticos no Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–6, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i2.1589. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1589>. Acesso em: 10 jan. 2024.

OPAN, CIMI. **Dossiê Índios em Mato Grosso**. Cuiabá: Gráfica Cuiabá, 1987. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai, www.etnolinguistica.org. Acesso em: 27 abr. 2023.

PAULA, M. H. de. **Rastros de velhos falares: Léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 522 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). – Faculdade de Ciências e Letras/Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

PEREIRA, Silvio Batista. **Dicionário da Língua Portuguesa: textos e vocabulários, vol.3**. Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1964.

PGTA HALITI-PARESI. **Plano de Gestão Haliti-Paresi**. 2019. Disponível em: https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2019/10/PGTA_Haliti-Paresi_2019.pdf. Acesso em 05.jul. 2021.

QUEIROZ, S. R. de S. **O vocabulário alencariano de O Sertanejo**: uma análise léxico-semântica. 2006. 357 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. - 2.^a ed. - São Paulo: Círculo do Livro, 1985. In: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1985-indios/Ribeiro_1985_OsIndiosEACivilizacao.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

RODRIGUES, A. D. **Aspectos da fonologia do Kaingang falado em Xapecó**. Florianópolis: UFSC, 1969.

RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas**. São Paulo: EDUSP, 1986.

RODRIGUES, A. D. **Fonética, fonologia e morfologia**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMEIRAS, F. M. O regresso dos jesuítas portugueses ao Brasil. In: SOUSA, C. A. de M.; CAVALCANTE, M. J. M. (Orgs.). **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República**. Brasília: Liber Livro, 2016. 294 p.

ROWAN, O. **Iraiti Xawaiyehalakyakala** Dicionário Paresí – Português. – 2 ed. - Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2001.

SACKS, H. 1984. On doing “being ordinary”. In: J. Maxwell Atkinson e John Heritage. Eds. **Structures of social action: studies in conversation analysis**. Cambridge: University Press.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I e II). In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, Out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SANTOS, L. A. dos. Educação intercultural e ensino de português para indígenas. **Revista X**, v. 13, n. 1, p. 262-287, out. 2018. ISSN 1980-0614. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60423>>. Acesso em: 10 dez. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60423>.

SANTOS, L. A. dos. Diferentes perspectivas sobre o gênero entrevista nas aulas de português na licenciatura intercultural indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 61, n. 2, p. 363–375, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/8GLQDwgBTrNzCTLmPtptpM/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. SP: Cultrix, 1975.

SOARES, D. Introdução à lingüística aplicada e sua utilidade para as pesquisas em sala de aula de língua estrangeira. Texto resultado do I Simpósio de Estudos Filológicos e Lingüísticos. **CiFEFiL**. Rio de Janeiro. 2008. Capítulo 1, p. 45 – 65.

SOUSA, A. de A. O.; ANDRADE, J. M. M. Linguística Aplicada: um percurso histórico. **Revista Ininga**. Teresina, PI, v. 3, n. 1, p. 03-12. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://1library.org/document/y4xdw39z-linguistica-aplicada-um-percurso-historico.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, D. S.de. **Entre conceitos e conce(p)tos: uma proposta teórico-metodológica na interface entre onomasiologia, a lexicografia e a semântica lexical cognitiva**. 2019. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2019.

SOUZA, K. M. de; XAVIER, V. R. D. Lexicologia e Linguística Aplicada: algumas aproximações e implicações no ensino de língua materna. **LING. – Est. e Pesq.**, Catalão-GO, vol. 23, n. 1, p. 133-144, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/63872>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, G. R. da. **Morfossintaxe da língua Paresi Haliti (Arawak)**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, C. S. R. de C. *et al.* Entre cartas e diários: a atuação dos missionários da Companhia de Jesus na amazônia mato-grossense do século XX. In: Dossiê - Sobre(vivências) de Professoras e professores - **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n.10 – 2019. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/53>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SILVEIRA, E. M. dos S. **Cultura como desenvolvimento entre os Paresi Kozarini**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

TAKINAMI, N. M. M. **Yamato damashii – a doutrina do espírito nipônico: leitura crítico-filológica e estudo do léxico nos contextos de violência e preconceito em jornais impressos escritos em Língua Portuguesa (1945-1947)** – [recurso eletrônico], 2023. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2003. (No prelo). Disponível em: https://www.ufmt.br/curso/ppgel/pagina/publicacoes/10777#top_page. Acesso em 16 jan. 2024.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas** [tradução Leyla Perrone-Moisés]. — São Paulo: Perspectiva, 2006. — (Debates; 14 / dirigida por J. Guinsburg). Disponível em: https://www.academia.edu/29105777/TODOROV_T_As_estruturas_narrativas_pdf. Acesso em: 18 mai. 2023.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VIEIRA, M. M. D. **A sociolinguística e o contexto das línguas indígenas no Brasil**. Brasília: LGE, 1999.

VIEIRA, M. M. D. **Políticas linguísticas indígenas no Brasil**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

VIEIRA, M. M. D. **Línguas indígenas, etnia e globalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

XAVIER, V. R. D. Lexicologia, Lexicografia e Filologia: intersecções e especificidades epistemológicas. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: https://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_1001.pdf. Acesso em 17 jan. 2024.